



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**ANTONIO SABINO DA SILVA NETO**

**SORTE, TRABALHO E PODER: UMA SOCIOLOGIA DO GARIMPO NA  
FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA**

**FORTALEZA**

**2023**

ANTONIO SABINO DA SILVA NETO

SORTE, TRABALHO E PODER: UMA SOCIOLOGIA DO GARIMPO NA FRONTEIRA  
FRANCO-BRASILEIRA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- S578s Silva Neto, Antonio Sabino da.  
Sorte, trabalho e poder : uma sociologia do garimpo na fronteira franco-brasileira / Antonio Sabino da Silva Neto. – 2023.  
196 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2023.  
Orientação: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá.
1. Trabalho. 2. Sorte. 3. Garimpo. 4. Comércio. 5. Fronteira franco-brasileira. I. Título.
- CDD 301
-

ANTONIO SABINO DA SILVA NETO

SORTE, TRABALHO E PODER: UMA SOCIOLOGIA DO GARIMPO NA FRONTEIRA  
FRANCO-BRASILEIRA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

Aprovada em: 03/03/2023.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. César Barreira  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Jania Perla Diógenes de Aquino  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Joana Domingues Vargas  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

---

Profa. Dra. Carmentilla das Chagas Martins  
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

A Lise, com amor.  
A minha avó Maria, a dona Mariquinha, com muitas saudades.

## AGRADECIMENTOS

Não poderia ter escrito este trabalho sem o auxílio e o incentivo de muitas pessoas que, cada um a seu modo, contribuíram para que esta tese fosse elaborada.

De início, deixo todo o meu agradecimento ao meu orientador, o Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá. Durante meus doze anos nas Ciências Sociais, o prof. Leonardo me acompanhou atentamente nas principais etapas formativas, que perpassaram a iniciação científica, a graduação, o mestrado e agora o doutorado. Como educador, foram fundamentais as dicas, as interlocuções e as sugestões, que contribuíram para forjar minha inserção na academia. Da minha relação como prof. Leonardo, carrego comigo o exemplo de professor e pesquisador a ser seguido.

Agradeço aos membros da banca de defesa de tese, que atentamente leram este trabalho. Ao Prof. Dr. César Barreira, que deu o apoio necessário aos bolsistas do LEV, grupo do qual fiz parte. Sou grato por ter aprendido o ofício de sociólogo como um de seus alunos. Agradeço também aos Profs. Drs. Jania Aquino e Luiz Fábio Paiva, que foram meus professores na graduação, no mestrado e no doutorado. Sempre atentos e solícitos, os profs. Jania e Luiz Fábio contribuíram criteriosamente para a minha formação. Agradeço também a Profa. Dra. Joana Vargas e a Profa. Dra. Carmentilla das Chagas Martins, que gentilmente aceitaram o convite para participar da banca, e que muito contribuíram com seus olhares clínicos sobre o trabalho.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFC, como também aos meus colegas de doutorado, especialmente ao José Ivan Filho, a Gabriela Colares e ao Breno Taveira. Foram anos difíceis de pandemia, que modificaram o ir e vir à Universidade. Sem o contato próximo-distante, além da dedicação dispensada pelo corpo docente e discente do PPGS, seria muito mais difícil chegar até aqui.

Agradeço à Universidade Federal do Amapá, como também aos meus colegas de Instituição que me apoiaram na tentativa do doutorado. Muitos professores da UNIFAP fizeram o possível para que eu pudesse cursar as disciplinas e fazer a pesquisa de campo. Deste modo, deixo meus agradecimentos aos docentes do curso de Direito do Campus Marco Zero, como também nominalmente cito os amigos: Priscylla Monassa, José Gemaque, Tancredo Neto, Fernanda Matos (*in memoriam*), Zacarias Neto, Sérgio Figueira, Francine Pinto, Rafael Pires e Marina Nolli, além do Reitor Júlio Sá e sua vice-reitora Simone Leal.

Não poderia deixar de agradecer à CGK Dojo, na figura do Sensei Ulisses Moreira, como também aos professores Fernando Ida e Henrique Delgado que muito contribuíram para o aprendizado e o autoconhecimento.

Nestes anos tão difíceis, as relações de cuidado entre pessoas queridas foram fundamentais para que eu pudesse me sentir seguro e encarar as dificuldades que vieram. Foi na pandemia que pude confirmar uma das poucas certezas que tinha: aqueles que estão conosco nos momentos mais difíceis são os que devemos regar e manter por perto. Por isso, adotei e fui adotado pela família de minha esposa, deixando um agradecimento especial: a tia Beth, ao tio Fernando, a tia Lena, ao Nando, a Luciana, a Zaíra, ao Pablo, ao Ricardo e a Rutielle, além de seus filhos e netos. O contato próximo com eles deixou os dias mais leves e felizes. Deixo também meus agradecimentos a Gabi (*in memoriam*) e a dona Elizeth (*in memoriam*). Com elas sempre foi muito amor e alegria e hoje deixam uma imensa saudade. Não poderia deixar de agradecer a dona Mazé (avó) e a tia Jack (mãe) da Lise. São minhas “duas sogras”, que sempre me acolheram muito bem. Externo toda a minha admiração por tudo que fizeram pela Lise desde quando criança e até os dias de hoje.

Quanto à minha família, agradeço aos meus tios Suzana, Vera, Marcos, Vandira, Vandiene e Vandir. Além dos meus primos Marcos Júnior, Leonardo Maia, Edilson Júnior e Caio, como também as suas esposas, esposos e filhos. Eles forjaram o alicerce para tudo que pude fazer. Agradeço imensamente a minha avó Maria, a Dona Mariquinha (*in memoriam*). Sem seu cuidado, seu carinho, sua atenção e seus puxões de orelha em todos nós, nada seria possível, todos da minha família sabem disso.

Agradeço aos meus pais, Vandier e Cleide. Sempre me transmitiram muito amor, carinho e condições, mesmo que nas adversidades, para crescer. Nunca se furtaram em nada para me fazer uma pessoa feliz. Sou imensamente grato por tudo isso. Sou também grato ao meu irmão Vandier Filho como a sua esposa Thainá, que presentearam nossa família com meu primeiro sobrinho, o Miguel. Sou muito feliz por tê-los sempre comigo.

Sou grato à Lise por todo amor e esmero para tornar nossa relação forte e ao mesmo tempo doce. A cada dia sou mais feliz por tê-la ao meu lado para enfrentamos juntos as adversidades, ao mesmo tempo por aproveitarmos tudo aquilo que a vida nos proporciona e ao que nos proporcionará, como a Sabrina.

“É ouro em pó que reluz [...] A sorte,  
a estrada me seduz” (SOUSA, 1976)



## RESUMO

Escrita a partir de uma longa pesquisa de campo na fronteira franco-brasileira, esta tese tem por objetivo analisar o garimpeiro a partir de sua inserção no sistema das atividades de garimpagem. Problematizo o garimpeiro, como também parto para entender as complexas questões políticas, econômicas, jurídicas, sociais e culturais nas quais sua atividade está inserida. O garimpeiro surge como um vértice que envolve outras duas pontas difíceis de identificar: os donos de garimpos e as grandes corporações do mercado nacional e internacional de ouro. Compreende-se as atividades de garimpagem como um complexo sistema, pois aqueles que realizam diretamente as atividades de mineração artesanal ou rudimentar não conhecem todos os caminhos que o ouro extraído por eles mesmos nas florestas percorre no mercado nacional e internacional de metais preciosos. Os garimpeiros e suas famílias fundamentam suas inserções nas atividades de garimpagem por meio de aprendizados compartilhados pelo processo de extração do ouro a partir da transmissão de práticas e condutas partilhadas, a exemplo da categoria nativa fofoca, compreendida neste trabalho não só em sua agência comunicativa, mas também temporal. Outros agentes sociais são os donos de garimpos, que concentram o poder econômico na base da atividade garimpeira. Ao mesmo tempo em que exercem seu poder como empresários em busca de lucros a partir de uma economia econômica, ao reter 70% de tudo que é arrecadado no garimpo, também fundamentam suas ações como “protetores”, responsáveis pelas relações com os políticos, com a polícia e com o Poder Judiciário. São os mediadores de dois mundos, o Estatal e o garimpeiro, pois em grande parte são partícipes destes dois campos incrivelmente distantes no espaço social. Donos de garimpos também realizam a mediação com o terceiro vértice da atividade garimpeira: as grandes corporações e o mercado financeiro. Atribuir aspectos de legalidade ao ouro extraído ilegalmente em áreas indígenas ou em áreas de preservação ambiental leva em consideração um conjunto complexo de documentações e de autorizações, que se distancia do cotidiano das práticas e dos aprendizados compartilhados no processo de extração de ouro. Deste modo, valoriza-se uma análise que leva em consideração questões morais e simbólicas inerentes às práticas de garimpagem e comércio, em uma pesquisa alicerçada em estratégias de inserção em campo através de entrevistas, de produção de diários de campo, além da catalogação de jornais e revistas locais, nacionais e internacionais. Deste modo, ao deter o olhar sobre a fronteira franco-brasileira, este trabalho pretende contribuir com uma discussão mais ampla quanto à atividade garimpeira na Amazônia em suas proximidades e seus distanciamentos.

**Palavras-chave:** sorte; garimpo; fronteira franco-brasileira.

## ABSTRACT

Based on an extensive fieldwork at the Franco-Brazilian border, this doctoral thesis aims to analyze the illegal miner, known in Brazil as ‘garimpeiro’, from the standpoint of his insertion in the broader system of mining activities. Through discussing the garimpeiro, I also set out to understand the complex political, economic, legal, social and cultural issues in which this activity takes place. The garimpeiro emerges as a vertex that brings together two points that are difficult to identify: the owners of the illegal mining sites and the large corporations in the national and international gold market. Illegal mining is part of a complex system, in which those who directly carry out artisanal or rudimentary mining activities do not know all the stages of the process from gold extraction in the forest all the way to the national and international markets of precious metals. Garimpeiros and their families have learned the craft of gold mining through a shared learning process, with the transmission of shared practices and behavior, such as the native, emic category of gossip, understood in this work in its communicative agency, as well as in its temporal agency. Other social agents are the owners of the illegal mining sites, who concentrate economic power at the base of the mining activity. At the same time that they exercise their power as entrepreneurs in search of economic profits by retaining 70% of everything that is collected in the mining, they also base their actions as “protectors”, responsible for relations with politicians, with the police and the judiciary. They are the mediators of two worlds, the State and the garimpeiros, as they are participants at large in these two fields that are however incredibly distant in the social space. Owners of illegal mining sites also mediate with the third vertex of illegal mining: large corporations and the financial market. Attributing a façade of legality to illegally extracted gold in indigenous lands or in areas of environmental preservation takes into account a complex set of documentation and authorizations, which is very distant from the everyday practices and shared knowledge in the gold extraction process. The analysis therefore takes into account moral and symbolic issues inherent in the mining and trade practices, carrying out a research strategy in the field through interviews, production of fieldwork notes, in addition to cataloging local, national, and international newspapers and magazines. Thus, by focusing on the Franco-Brazilian border, this work intends to contribute to a broader discussion regarding illegal gold mining activity in the Amazon, in its proximity and its distances.

**Keywords:** luck; mining; franco-brazilian border.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES E FIGURAS

Figura 1 – PRF apreende catraias em picape de pirata em Oiapoque.....	47
Figura 2 – Mapa com o percurso entre Macapá e Caiena.....	50
Figura 3 – Tartarugalzinho.....	51
Figura 4 – Comunidade de Vila Velha do Cassiporé.....	51
Figura 5 – Centro de Oiapoque.....	51
Figura 6 – Mapa com a área do Contestado Franco-brasileiro.....	84
Figura 7 – Voadeiras atracadas na orla da comunidade de Ilha Bela, Oiapoque.....	107
Figura 8 – Orla da cidade de Oiapoque, ao fundo a ponte Binacional.....	135
Figura 9 – Catraias na orla do Rio Oiapoque.....	138
Figura 10 – Av. Barão do Rio Branco – Centro de Oiapoque.....	139
Figura 11 – Ponte Chácara <i>du</i> Rona.....	141
Figura 12 – Inserção do ouro no mercado nacional ou internacional.....	166
Figura 13 – Inserção do ouro no mercado local e regional.....	166

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
------------------	----

### PARTE I

#### INCURSÕES A CAMPO E ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS

<b>1 O LABOR DA PESQUISA: LAPIDANDO O CAMPO NA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA.....</b>	<b>20</b>
1.1 Passos iniciais em campo ou para onde esse trecho leva?.....	23
1.1.1 <i>Inserção em campo: conversas, amizades e afinidades na fronteira.....</i>	<i>31</i>
1.2 Materiais utilizados: jornais, diários de campo e entrevistas.....	36
1.2.1 <i>Jornais.....</i>	<i>36</i>
1.2.2 <i>Diários de Campo.....</i>	<i>39</i>
1.2.3 <i>Entrevistas.....</i>	<i>40</i>
1.3 Viagens por caminhos compartilhados: este rio tornou-se minha rua.....	42
<b>2 OURO, FRONTEIRAS E AS DISPUTAS PELA OCUPAÇÃO DO OIAPOQUE.....</b>	<b>54</b>
2.1 Estudos de fronteira.....	56
2.1.1 <i>Algumas leituras sobre as multifaces do conceito de fronteira.....</i>	<i>57</i>
2.1.2 <i>Algumas reflexões clássicas sobre fronteiras.....</i>	<i>63</i>
2.1.3 <i>Algumas reflexões contemporâneas sobre fronteiras.....</i>	<i>66</i>
2.1.4 <i>Uma revisão sobre povoamento e organização socioeconômica pela mineração.....</i>	<i>75</i>
2.2 Contornos da frente de expansão fronteiriça às margens do Oiapoque antes dos 1900.....	79
2.3 Contornos da frente de expansão fronteiriça às margens do Oiapoque após os 1900.....	85
2.4 Alguns aspectos populacionais, ambientais e geográficos.....	91

**PARTE II**  
**PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE COMÉRCIO E GARIMPO NA FRONTEIRA**

<b>3</b>	<b>GARIMPOS E GARIMPEIROS NA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA.....</b>	<b>94</b>
3.1	Entre as fofocas e os fuxicos do ouro.....	101
3.2	Garimpos de família e a transmissão de um <i>habitus</i> garimpeiro.....	108
3.3	A lei do garimpo.....	113
3.4	A vida nos garimpos com a pandemia.....	118
<b>4</b>	<b>NOVOS TRECHOS DA GARIMPAGEM: A EMERGÊNCIA DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS NA FRONTEIRA .....</b>	<b>126</b>
4.1	Antecedentes socioeconômicos ao “tempo da fofoca”.....	130
4.2	Arranjos de comércio e serviços na fronteira franco-brasileira após os anos 2000....	132
4.2.1	<i>O comércio de Euro na fronteira franco-brasileira.....</i>	<i>133</i>
4.2.2	<i>Comércio em frigoríficos, supermercados e restaurantes.....</i>	<i>136</i>
4.2.3	<i>Pousadas e Hotéis na fronteira.....</i>	<i>140</i>
4.3	Um novo estilo de vida na fronteira.....	143

**PARTE III**  
**PARA ALÉM DO LOCAL E DO GLOBAL**

<b>5</b>	<b>JUSTIÇA, MEIO AMBIENTE E A FACE PÚBLICA DA MINERAÇÃO.....</b>	<b>152</b>
5.1	Lavagem de dinheiro e a organização do tráfico de ouro nas fronteiras.....	156
5.2	Operação Minamata.....	159
5.3	Negociações de ouro entre as dobras do legal e do ilegal.....	162
5.4	Garimpeiros e indígenas na Amazônia.....	167
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>171</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>176</b>

## INTRODUÇÃO

Esta tese tem por objetivo analisar o garimpeiro, figura presente na história brasileira desde os seus primórdios, compreendendo-o a partir de sua inserção no sistema das atividades de garimpagem. Problematizo o garimpeiro, como também parto para entender as complexas questões políticas, econômicas, jurídicas, sociais e culturais nas quais sua atividade está inserida. O garimpeiro emerge através de duas características que o rodeiam no imaginário social brasileiro: a liberdade e a vadiagem, tendo sido identificado como um solitário que pratica a extração de metais preciosos em pequenas quantidades. Como “homem livre”, era visto como desbravador, capaz de ocupar espaços identificados pelo Estado como “vazios”, ao expandir fronteiras, explorar metais extraídos do solo e gerar divisas. Seria um agente social não desejado, mas necessário. Deste modo, não existia uma discussão sobre a legalidade ou a ilegalidade da atividade garimpeira em si, mas sim sobre o pagamento ou não pagamento dos impostos exigidos pelo Estado.

Nas últimas décadas, o garimpeiro passou a enfrentar novas definições, especialmente difundidas pela mídia, por ambientalistas e por forças policiais que geraram a necessidade de delimitar juridicamente quem é o garimpeiro e em quais circunstâncias as práticas inerentes à atividade poderiam ser empreendidas. Se, em certa medida, a garimpagem era classificada como idílica, potencializadora de rápida ascensão social, ao aguçar os desejos e as expectativas daqueles que a identificavam como auspiciosa e promissora, atualmente o garimpeiro passou a ser rotulado como “fora da lei”, um inimigo do Estado. Diluiu-se uma imagem mítica de rápida ascensão social e emergiu uma visão que o qualifica como alguém que empreende práticas que deveriam ser combatidas. Esta transitoriedade propiciou que este personagem viesse sempre a ocupar um local subalterno, de desclassificação.

O garimpeiro surge como um vértice pertencente a um complexo sistema que envolve outras duas pontas difíceis de identificar: os donos de garimpos e as grandes corporações do mercado nacional e internacional de ouro. Compreende-se os garimpos como um complexo sistema, pois aqueles que realizam diretamente as atividades de mineração artesanal ou rudimentar não conhecem todos os caminhos que o ouro extraído por eles mesmos nas florestas percorre no mercado nacional e internacional de metais preciosos. Para além dos garimpeiros e de suas famílias, que fundamentam sua inserção nas atividades por meio de aprendizados compartilhados pelo processo de extração do ouro a partir da transmissão de práticas e condutas partilhadas em atividades de garimpagem, existe a presença de outros

agentes sociais que também se inserem neste campo.

Os donos de garimpos concentram o poder econômico na base da atividade garimpeira. São os responsáveis financeiros pelo abastecimento de mantimentos, como também pelo envio de maquinários pesados à floresta, a exemplo de pás escavadeiras. Muitos são proprietários de pequenos aviões que auxiliam no transporte de ouro entre o local de extração e a cidade mais próxima. Ao mesmo tempo em que exercem seu poder como empresários em busca de lucros a partir de uma economia econômica, ao reter 70% de tudo que é arrecadado no garimpo, também fundamentam suas ações como protetores, responsáveis pelas relações com os políticos, com a polícia e com o Poder Judiciário. São os mediadores de dois mundos, o Estatal e o garimpeiro, pois em grande parte são partícipes destes dois campos incrivelmente distantes no espaço social. Por conta dessa dualidade, os donos de garimpo não sofrem as mesmas condições de desclassificação social enfrentadas pelos garimpeiros, pois em sua face pública dificilmente se apresentam como os senhores do ouro.

É válido destacar que, na atualidade, os donos dos garimpos dificilmente possuem contato direto com os sujeitos responsáveis pela extração dos metais nas florestas. Nesta medida, por estarem em sua maioria vinculados a outras esferas do campo do poder, ao exercer atividades como empresários, políticos ou agentes públicos de alto escalão, os donos dos garimpos se tornam cada vez mais personagens distantes do cotidiano de extração de ouro, propiciando o engendramento de uma série de outras atividades que funcionam como mediadoras entre senhores e garimpeiros no campo social analisado, a exemplo de: gerentes de garimpo, prostitutas, cozinheiras, coiotes (agenciadores de garimpeiros), marreteiros (vendedores em garimpos), macacos (vigias de ações policiais), pirateiros (taxistas) ou pilotos de voadeira (pequena canoa). Assim, mesmo reconhecidos como os personagens chave para se entender o funcionamento das atividades garimpeiras na Amazônia, os donos de garimpo e os garimpeiros são dois polos através dos quais convergem diversos outros agentes sociais.

Se outrora os donos de garimpos, quando partícipes frequentes do cotidiano garimpeiro, estavam inseridos em uma lógica violenta em altercações entre si, como também entre os garimpeiros, na qual envolvia assassinatos e encomendas a pistoleiros na administração de conflitos sobre o ouro; atualmente, as relações entre os donos de garimpo na Amazônia vêm sendo transformadas, pois passaram a se organizar entre si quanto às questões políticas e empresariais.

Estes senhores compartilham experiências, bem como a força de trabalho, ao propiciar uma infinidade (des)ordenada de pequenos fluxos migratórios de garimpeiros entre os

garimpos na Floresta Amazônica, estes migram e são incentivados a migrar impulsionados pelos fuxicos ou pelas fofocas do ouro. Fuxicos e fofocas são terminologias sinônimas acionadas nos sistemas de práticas garimpeiras de dois modos. De início, quando se referem à fofoca do ouro, os agentes sociais se remetem aos modos de espalhar notícias sobre um novo garimpo, que deve ser feito sem chamar atenção, entre conhecidos. A fofoca, contada como uma estória, aguça os garimpeiros, pois a busca por um Eldorado que lhes oportunize a chance de mudar de vida permeia o imaginário social daqueles que praticam a atividade. A fofoca também se refere a uma demarcação temporal, ao se remeter ao momento de maior efervescência de pessoas em uma determinada região em busca de ouro, podendo ser acionada a partir de histórias que remetem ao “tempo da fofoca” ou a “época do fuxico”.

Compreender a fofoca do ouro em sua agência comunicativa ou temporal se relaciona com a descoberta da existência de um grande contingente de ouro nos rincões das florestas, fazendo-se necessário que garimpeiros migrem para lá. Paulatinamente, em outro local, quando a época da fofoca acaba, é inevitável dispersar a grande quantidade de pessoas que ali se encontram. Deste modo, a troca de informações entre garimpeiros e donos de garimpos é uma estratégia cada vez mais constante, auxiliados pela transmissão dos fuxicos. Donos de garimpos, através de suas relações mútuas, conseguem dispersar ou aglutinar garimpeiros, como também estão cada vez mais unidos em prol de objetivos comuns, ao pressionar políticos e outros agentes do campo estatal.

Donos de garimpos também realizam a mediação com o terceiro vértice da atividade garimpeira: as grandes corporações e o mercado financeiro. Atribuir aspectos de legalidade ao ouro extraído ilegalmente em áreas indígenas ou em áreas de preservação ambiental leva em consideração um complexo sistema de documentação e autorizações, que se distancia do cotidiano das práticas e dos aprendizados compartilhados no processo de extração. Instituições financeiras chamadas de DCVM, que certificam a procedência do ouro extraído em áreas muitas vezes ilegais, fomentam este grande campo de interlocuções. Deste modo, identificar e analisar as práticas e as interações entre garimpeiros, donos de garimpos e corporações nacionais e internacionais fundamentam a importância deste trabalho, pois são três vértices de análise no qual está sedimentado o atual percurso da atividade garimpeira.

É nesta perspectiva que esta tese volta o seu olhar para a atividade garimpeira engendrada na fronteira franco-brasileira, que está cravada entre o estado do Amapá, no Brasil, e a Guiana Francesa, departamento ultramarino da França. Dividida pelo rio Oiapoque, que separa duas cidades: Oiapoque, no Brasil, e *Saint-Georges de l’Oiapoque*, na Guiana



Francesa.

A referida fronteira possui em sua história laços muito fortes com a atividade garimpeira, o que ensejou processos migratórios para a região nos três últimos séculos, caracterizando-a como palco de disputas entre indivíduos e entre nações que desejaram controlá-la e dela extrair metais preciosos. Neste complexo sistema de atividades garimpeiras presente na região Norte do Brasil, que inclusive engloba outros estados e países que abrigam em seus territórios a Floresta Amazônica, faz-se possível apontar que os fluxos migratórios de garimpeiros são constantes. Isto propicia que aprendizados, experiências e visões de mundo sejam compartilhados entre diversos locais de garimpos da Amazônia, ao levar em consideração a alta mobilidade, as condições materiais de vida, como também as expectativas ou descrenças sobre a atividade garimpeira.

Ao cabo da fofoca no Oiapoque, foi possível perceber que mesmo com a atividade garimpeira em relativo declínio na região nas últimas duas décadas, a fronteira franco-brasileira continuou a aglutinar pessoas. Oiapoque não se tornou uma “cidade fantasma”, como muitas vezes alguns garimpeiros identificam as localidades que ficam praticamente desertas após o fim do fuxico do ouro. Isto se deu não apenas pela remanescência da atividade garimpeira em si, mas igualmente pelas relações comerciais cada vez mais fortes entre os moradores de Oiapoque com a Guiana Francesa. Esta nova configuração se deu porque muitos brasileiros passaram a migrar não para os garimpos guianenses, mas sim para a capital Caiena e outras cidades vizinhas. Esta mudança migratória também propiciou uma mudança nas práticas sociais, econômicas e jurídicas dos migrantes. Muitos buscaram se legalizar na Guiana Francesa, objetivando os trabalhos “na cidade”, e não “na floresta”. Prestadores de serviço que executam trabalhos braçais passaram a sair dos garimpos, viver “na cidade” e “ganhar em Euro”. Isto modificou o modo como os moradores da cidade de Oiapoque buscaram prestar serviços, ao valorizar hoje o comércio com aqueles que “ganham em Euro” do que aqueles que “ganham em ouro”. Assim, a maior parte dos jovens locais não mais expressam suas expectativas em ficar ricos nos garimpos, mas sim em comercializar com a Guiana Francesa.

Ao elaborar uma análise microssociológica sobre o objeto estudado, enfoco a experiência dos garimpeiros e ex-garimpeiros que residem em Oiapoque, advindos especialmente do Pará, do Maranhão e do Ceará, como também de outros agentes que fazem

parte desta complexa rede construída através das atividades de garimpagem. Deste modo, valoriza-se uma análise que leva em consideração questões morais e simbólicas inerentes às práticas de garimpagem e comércio, em uma pesquisa alicerçada em estratégias de inserção em campo através de entrevistas, de produção de diários de campo, além da catalogação de jornais e revistas locais, nacionais e internacionais. Deste modo, ao deter o olhar sobre a fronteira franco-brasileira, este trabalho pretende contribuir com uma discussão mais ampla quanto à atividade garimpeira na Amazônia, em suas proximidades e seus distanciamentos.

No primeiro capítulo, busco apresentar minha inserção em campo, ao inicialmente descrever uma pesquisa exploratória que externou os processos de classificação e desclassificação empregados por moradores do estado do Amapá em relação aos moradores da fronteira. Ainda neste capítulo, tracei uma apresentação do passo a passo em campo, a exemplo da inserção cotidiana na fronteira franco-brasileira como morador e pesquisador, além de apontar os materiais e métodos utilizados na pesquisa, como a observação participante, as entrevistas e a utilização de jornais e blogs locais e nacionais.

No segundo capítulo, viso apresentar uma revisão de literatura sobre fronteiras, ao apontar a diversidade de usos que o referido conceito propicia, a partir de perspectivas geográficas, jurídicas, antropológicas e sociológicas. Pensar a alteridade e o outro foi um exercício presente desde os sociólogos clássicos, o que despontou como ferramenta necessária de análise em diversos contextos sociais. Ainda no referido capítulo, realizei uma reconstrução do percurso de ocupação da fronteira franco-brasileira, ao apontar os diversos conflitos – armados e diplomáticos – que nela existiram, tendo em vista que, como aponta Bustamante (1989), não existe vácuo histórico na formação de fronteiras. Ao seguir esta perspectiva, por fim, também realizei a descrição de alguns dos processos migratórios que tornaram Oiapoque um caldeirão cultural, tendo em vista as diversas influências nacionais e estrangeiras em sua formação.

No terceiro capítulo, precepei-me em analisar os processos de mobilidade de garimpeiros entre os garimpos, que envolve uma rede de pirateiros, catraieiros, donos de garimpos e agentes públicos que estão diretamente envolvidos no transporte e na facilitação de uma mobilidade na fronteira. Não obstante, produzi uma reflexão sobre os garimpeiros e o seu trabalho cotidiano na extração de ouro, ao apontar os emaranhados entre os vários aspectos culturais e econômicos neste processo, como a transmissão familiar de práticas, as normas de sociabilidade presentes na fronteira, bem como os imperativos impostos pela pandemia de COVID-19.

No quarto capítulo, discuto a partir da emergência do comércio na fronteira, as interpretações de como a economia local está diretamente imbricada às relações e organizações que tangenciam o legal e o ilegal, sobretudo pela formação de empreendimentos como a venda de Euro, a abertura de comércios que visam atender o público específico da Guiana Francesa, não apenas na venda de ouro.

No quinto capítulo, viso analisar como a política está estritamente envolvida nos processos de consolidação da economia da fronteira. Grupos poderosos no universo analisado funcionam como investidores na formação econômica local, mesmo nunca tendo participado ou viajado ao Oiapoque. Neste diapasão, também analiso investidas estatais sobre as ações locais de garimpo, com a prisão de políticos e empresários. Não obstante, visualiza-se a organização de grandes grupos internacionais no processo de “lavagem” de ouro, ao reconstruir seus processos de operação.

Assim, é importante perceber, a partir destes universos, que o objeto de pesquisa não é dado, mas sim construído. Este processo envolve fatores diversos, dentre eles o modo de acesso ao campo, as possibilidades de inserção com outros pesquisadores mais experientes ao universo estudado, como também a construção analítica do objeto.

**PARTE I**

**INCURSÕES A CAMPO  
E ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS**

## Capítulo 1

### **O LABOR DA PESQUISA: LAPIDANDO O CAMPO NA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA<sup>1</sup>**

Uma de minhas primeiras viagens ao Oiapoque foi realizada durante a madrugada, no banco da frente de uma Hilux. Dormia um trepidante sono, no qual cochilava e acordava por conta do bater de minha cabeça no vidro lateral do veículo. A estrada – mesmo realizando a viagem em julho, início do verão amazônico – estava em péssimas condições, com buracos maiores após o Cassiporé, pequeno vilarejo localizado a 100 Km do centro de Oiapoque. Contudo, mesmo com as dificuldades de tráfego, o pirateiro não diminuía dos 70 km/h. Mesmo com as intempéries costumeiras, a viagem parecia ocorrer como de costume. Todavia, logo após o Cassiporé, num solavanco, o carro realizou uma freada brusca e, atordoado, fui sacolejado para a frente. Sem entender o que aconteceu, eu e os demais passageiros perguntamos ao motorista o porquê de tão forte parada. Quando, de pronto, ele apenas aponta para frente. Ainda meio sem enxergar, vi uma espécie de tronco no meio da pista. Imóvel, com mais de cinco metros, estava uma cobra. O motorista iniciou a tentativa de tirá-la do meio da estrada. Buzinou, acelerou o carro... contudo, ela continuava imóvel. Foi quando resolveu chegar com o veículo mais próximo ao animal, forçando o motor para emitir um grande barulho. Neste momento, a cobra rapidamente se enrolou, em um movimento de preparo para dar o bote. Após duas tentativas frustradas de ataque, a enorme serpente partiu para o meio da floresta.

Os comentários sobre o referido evento dominaram o assunto no carro durante alguns dos minutos posteriores, mas sem grande estardalhaço. Diferentemente de mim, as demais pessoas no carro não estranharam o que acabara de acontecer. Meus companheiros de viagem, além do motorista, eram: um homem que veio do Pará, uma mulher que nasceu no

---

<sup>1</sup> O título deste capítulo se inspira no processo de construção do objeto de pesquisa elaborado por Irlys Barreira em O labor criativo da pesquisa... (BARREIRA, 2017). Problematizar o objeto de modo inusitado, com estratégias criativas de leitura e inserção em campo, além de buscar sair do local comum na análise sobre os garimpos e sobre as práticas laborais dos garimpeiros, tornaram-se pressupostos metodológicos deste trabalho.

Maranhão, e seu filho de oito anos. Os três possuíam uma ligação direta com a Guiana Francesa, mesmo que de modos díspares. A senhora maranhense havia casado com um francês quando mais jovem e, naquele momento, residia com orgulho há mais de uma década em solo internacional. “Eu sou francesa, tenho o *papier*<sup>2</sup>”, dizia. Seu jovem filho, pela ascendência do pai, era francês nato. Já o garimpeiro não possuía as mesmas condições burocráticas de imigração, necessitando realizar a travessia pelo rio Oiapoque de modo totalmente diferente dos outros dois passageiros. Via o Estado francês à margem. Não era um cidadão integrado, se esta condição fosse atribuída pelo prisma estadocêntrico. Contudo, se constituía como partícipe presente na fronteira, um dos muitos que interagem e modificam cotidianamente suas relações.

O garimpeiro era experiente no cotidiano fronteiriço. Ao me ver de certo modo impressionado com o que havia acabado de acontecer, narrou algumas histórias de suas incursões aos garimpos. Relatou que, no primeiro garimpo onde foi trabalhar, há mais de 15 anos, teve de caminhar por cerca de seis horas em mata fechada carregando materiais e mantimentos em sua boroca<sup>3</sup>. Em sua primeira noite, dentro de uma barraca improvisada, ouviu fortes guinchares de macacos que lhes pareciam assustadores, só abafados pela chuva que, durante a madrugada, deixou todo o chão batido de sua acomodação encharcado de lama. Após a fala do garimpeiro, os demais ocupantes do veículo narraram várias histórias, que possuíam “um quê” cinematográfico, vivenciadas nas estradas, nos rios ou nas matas da fronteira franco-brasileira.

Esta, sem dúvida, foi uma das experiências que me fez perceber que, para me inserir como pesquisador no universo fronteiriço, seria necessário compreender como os sentimentos e as vivências compartilhados entre aqueles que residem e trabalham na fronteira é algo fundamental. Compartilhar histórias proporciona laços muito fortes entre pessoas que nunca se viram, mas que comungam de experiências similares. Nos passos iniciais desta pesquisa, junto com Leonardo Sá (SILVA NETO; SÁ, 2019), pudemos desenvolver uma análise sobre a importância dos rios e da “estrada” na vida dos moradores da fronteira. Deste modo, perguntar “como vai a estrada?”, “tem notícia da estrada?”, “como foi a viagem?” ou “sabe onde está atolando?” são interações comuns que iniciam diversas conversas entre aqueles que vivem na fronteira franco-brasileira, através das quais não se dividem apenas as informações inicialmente solicitadas, mas também os medos, as aventuras, as estratégias de ajuda ou os

---

<sup>2</sup> Autorização oficial para residir em solo francês.

<sup>3</sup> Espécie de bolsa que é amarrada por todo o dorso do viajante, bastante utilizada em áreas de garimpos

conflitos que envolvem descasos ou desconsiderações em momentos que a sociabilidade na fronteira exige que se realize práticas de reciprocidade. Assim, inicialmente por meio destes acontecimentos, é possível perceber que a fronteira não pode ser entendida como um conceito estático, mas sim como uma ferramenta que se faz e refaz a partir dos movimentos daqueles que nela vivem ou que a utilizam como local de passagem. Como diz José de Souza Martins, a fronteira é, em si, o contato com o outro (MARTINS, 2010).

Seguindo Bourdieu (2011), penso que as construções reflexivas mais gerais sobre o campo desta pesquisa não podem se desvencilhar das relações práticas inseridas nas atividades de garimpagem e de comércio em contexto amazônico. Deste modo, busco apresentar questões gerais retratando-as em suas especificidades, como também questões específicas que estão relacionadas diretamente a problematizações macroanalíticas. Esta compreensão sobre o modo de fazer pesquisa alicerça-se na busca por descortinar como as relações sociais são produzidas, ao descrever e analisar práticas sociais através de um olhar sociológico sobre o processo de observação das maneiras de sentir, pensar, agir, negociar, trabalhar, cooperar e competir.

Destaco que a pesquisa com garimpeiros se insere em um universo de atividades complexo, pois se faz necessário distender concepções preconcebidas sobre a atividade aurífera e sobre aqueles que a empreendem, sobretudo pelo modo como estes trabalhadores são identificados pela mídia e pelo Estado por conta de sua atividade laboral. Desvencilhar-se das concepções iniciais sobre quem eram aqueles homens e aquelas mulheres foi um ponto de partida metodológico que se deveu principalmente ao cotidiano laborioso em campo com os próprios garimpeiros, seus amigos e familiares.

Concomitantemente, conversar com policiais federais e funcionários do Poder Judiciário auxiliou na compreensão de como os esquemas de percepção e avaliação de agentes estatais em interação com o garimpo eram elaborados, sendo especialmente percebidos como uma questão a ser resolvida através de ações judiciais e de mecanismos de repressão sobre a atividade de garimpagem. Inseria-me em um contexto recheado de moralidades que constituíam as relações dentro do próprio Estado, através das quais pude engendrar chaves de leitura sobre o contexto social em estudo.

Assim, neste capítulo discuto como guiei minhas ações em campo, descrevendo as limitações, os percalços e os movimentos de inserção na pesquisa. Na primeira seção,

apresento os passos iniciais, feitos em uma pesquisa exploratória do campo de estudo a partir de categorias acionadas pelos próprios moradores da fronteira franco-brasileira. Na segunda seção, apresento as tessituras das afinidades e das problematizações sobre os garimpeiros e os comerciantes. Na terceira seção, discuto os materiais da pesquisa, desde o processo de escolha, de produção e de análise dos dados a partir de jornais, de diários de campo e de entrevistas. Na quarta e última seção, apresento as possibilidades de percurso de viagem dos migrantes à fronteira, cujos caminhos fiz e refiz diversas vezes durante os seis anos que mantive Oiapoque como um campo de pesquisas, amizades, trocas e aprendizados.

### **1.1– Passos iniciais em campo ou para onde esse trecho leva?**

Meu primeiro contato com a cidade de Oiapoque ocorreu no ano de 2016, quando ingressei como professor de Ciências Sociais na Universidade Federal do Amapá. A UNIFAP possui um *campus* no referido município, no qual trabalhei por mais de dois anos. A primeira incursão ao local, portanto, concretizou-se de modo institucional, quando não refletia de modo mais detido sobre as possibilidades de pesquisa na região.

Mesmo não percebendo Oiapoque como campo de pesquisa, uma espécie de estranhamento ao novo que se apresentava me consumiu, pois saí de Fortaleza, uma cidade com mais de 2,5 milhões de habitantes para residir em Oiapoque, um município cravado dentro da Floresta Amazônica que não ultrapassava os 25 mil habitantes<sup>4</sup>. Esta foi, sem dúvida, uma experiência impactante.

Com passar do tempo, ao me aventurar no cotidiano da pequena urbe, frequentando seus balneários, suas cachoeiras, seus bares e restaurantes; subindo e descendo o rio em voadeiras para comprar produtos franceses de comerciantes “chineses”<sup>5</sup> na vizinha São Jorge<sup>6</sup>, passei a identificar uma grande diversidade de pessoas, de costumes, de temperos e de profissões que constituíam o município fronteiriço. Percebi que não me deparava com uma cidade de interior comum, muito menos com os estereótipos que a televisão e alguns filmes

---

<sup>4</sup> Devido a sua população flutuante, especialmente aos garimpeiros que residem parte do ano nos garimpos e a outra parte no município, a população em Oiapoque pode variar entre 15 e 25 mil pessoas.

<sup>5</sup> Em São Jorge, existem três estabelecimentos comerciais que vendem artigos alimentícios variados, como: chocolates, queijos, vinhos, sorvetes e outros víveres que não são possíveis de adquirir em Oiapoque. Estes estabelecimentos são de propriedade de comerciantes de origem asiática, comumente denominados pela população de Oiapoque por “chinas”. “Os chinas” falam em seu idioma de origem, como também se comunicam razoavelmente em língua francesa, contudo não dominam o idioma português, mesmo sendo os brasileiros, tanto os que moram em São Jorge como em Oiapoque, seus principais clientes.

<sup>6</sup> Saint-Georges (ou São Jorge) é uma comuna (cidade) da Guiana Francesa, que faz fronteira com a cidade de Oiapoque, divididas pelo rio homônimo. Possui quase três mil habitantes e uma ligação direta com Caiena, a capital do território ultramarino francês. Sua estrutura habitacional, o asfaltamento e as características



reportavam sobre a Amazônia, cuja ideia principal refletia a tranquilidade, o isolamento intransponível e o pouco contato com o “outro”.

Percebi que a fronteira franco-brasileira era um local de intensos fluxos. Placas de carros da cor amarela vindos do Suriname ou com os símbolos da União Europeia misturavam-se às placas da cor prata produzidas no Brasil, o que destacava a existência de um grande contingente de pessoas de outras nacionalidades transitando diariamente entre os países. Uma sintonia de aparente normalidade embriagava-me naquele momento, sobretudo por não acreditar que Oiapoque poderia constituir-se ao mesmo tempo em um caldeirão de experiências e de interculturalidade tão “diversificado e harmônico” – cravado nos confins do mundo (MARTINS, 2009).

Busquei então desenvolver uma pesquisa exploratória a partir de ensinamentos clássicos da antropologia (VELHO, 1978; DAMATTA, 1977), ao problematizar as rupturas e os entrelaçamentos entre o familiar e o diferente. Foi pensando por meio desses e de outros antropólogos e sociólogos, a exemplo de Pierre Bourdieu (2011), que percebi que os aspectos de aparente normalidade entre os trânsitos fronteiriços poderiam resguardar rígidos controles de hierarquização do local social ocupado, cuja intenção seria reafirmar classificações (BOURDIEU, 2011) difundidas em Oiapoque e no restante do estado, que destinavam um local social subalterno aos moradores da fronteira em detrimento dos moradores da capital Macapá. Deste modo, nos primeiros passos em campo, chamou-me atenção as demarcações e os estereótipos sobre possíveis locais de origem e de características físicas, que se constituíam como agências estabelecidas em relações sociais presentes na fronteira.

Seguindo Cardoso de Oliveira (2011), passei a ouvir e a olhar com maior atenção como as pessoas se comunicavam, como se referiam umas às outras, como trocavam informações e realizavam negociações. Busquei, a partir do que via e ouvia, anotar e categorizar o que faziam, quem eram ou pelo menos como identificavam uns aos outros. Não possuía uma noção precisa por onde eu seguiria ou o que iria encontrar, preferi guiar a pesquisa a partir dos dados que o campo apresentava, colocando, assim como Barreira (1998), uma linha na entrada do labirinto para que, a partir de determinado ponto, pudesse voltar reconstituindo os caminhos e arquitetando estratégias mais consolidadas para posteriormente adentrar com maior profundidade ao universo fronteiriço, com o intuito de entender as relações sociais presentes nos verdes corredores que esta pesquisa viria percorrer.

Parti de categorizações acionadas na fronteira que revelavam as diferenciações recorrentemente empregadas ao classificar os moradores de Oiapoque, que corriqueiramente eram compartimentados em categorias negativas como “prostitutas”, “não confiáveis”, “filhos de maranhenses”, “preguiçosos” ou “garimpeiros”<sup>7</sup>. Percebi também que, pela distância do local de origem, os profissionais advindos de outros estados da federação consideravam o seu trabalho em Oiapoque penoso pelas precárias condições de salubridade da cidade, o que provocava uma intensa busca por uma transferência do local. Para o macapaense, instituía-se uma dificuldade de convívio em Oiapoque que resvalava em sua própria honra, evitando ser identificado como morador ou possuidor de origens da fronteira franco-brasileira.

Os conflitos de pertencimento, identificação e autoidentificação entre amapaenses, que de um lado encontravam os moradores da capital Macapá e de outro os habitantes da fronteira, dialogam com uma discussão elaborada por Elias e Scotson (2000). Estes apresentaram refinado debate sobre os moradores de uma pequena comunidade que possuíam condições materiais objetivamente similares, mas que se distinguiam por critérios de antiguidade e de compartilhamento de modelos morais. Estes critérios de distinção estavam alicerçados em configurações classificatórias desiguais, compartilhadas dentro do grupo, transmitidas também aos descendentes. Significa dizer que se estabelece uma fronteira não só física, mas também simbólica, que distingue dominantes e dominados no contexto em tela.

Cito como exemplo a minha chegada a Macapá, para assumir a vaga no concurso da UNIFAP. Ao conversar com algumas pessoas da própria universidade, que trabalhavam no *campus* sede, como também com taxistas, mototaxistas, garçons e atendentes de hotéis, recebi indagações que me deixaram de certa maneira desconcertado, como as que seguem:

“Se você for como todo mundo, amanhã já entra com um pedido de remoção”; “Você já foi ao Oiapoque? Cuidado, lá é perigoso!”; “Corajoso você, né, mano?”; “Tem uma prima minha que mora lá, fui visitar uma vez, não gostei”; “O que você vai fazer lá? Vale a pena esse concurso? Você vai ganhar quanto?”

Estes questionamentos foram elaboradas por macapaenses, muitos dos quais nunca haviam visitado a cidade de Oiapoque; contudo, possuíam em seu imaginário classificações negativas não só do local, mas também de seus habitantes.

A partir destas indagações a mim realizadas, refleti através das contribuições de Max Weber (2005), em que o trabalho científico deve ultrapassar as idiossincrasias do pesquisador,

<sup>7</sup> A definição da categoria garimpeiro, em específico, remete historicamente ao período de intensos fluxos de extração de minérios desenvolvida em Minas Gerais ainda no século XVIII. Aquele identificado como garimpeiro se constituía como uma pessoa que contrabandeava diamantes através do roubo e do furto, o que

transformando-as em questões sociológicas. Ao assumir que o labor da pesquisa (BARREIRA, 2019) se constitui como um processo que se assemelha ao trabalho do artífice em uma oficina (WEBER, 2005), busquei trabalhar as indagações a mim feitas reconstruindo-as em outras problematizações, como: Por que os macapaenses demonstram maior incômodo com Oiapoque do que com pessoas de outros estados que não possuem laços afetivos com a cidade anteriores a sua chegada? Por que as categorias anteriormente citadas estão interligadas como definidoras dos habitantes de Oiapoque? Por qual motivo estas palavras são utilizadas em contextos distintos praticamente como sinônimas quando se referem a um mesmo grupo de pessoas? O que os referidos agentes possuem em comum nestes processos de classificação e como se distinguem entre si? Estaria me deparando com um processo de classificação alicerçado na estrutura de um *habitus*, a partir de preferências instituídas pelos agentes, manifestado pelos modos de classificação e desclassificação categorizados nas falas ao se referirem aos moradores de Oiapoque?

Ao construir estas questões e buscar posteriormente respondê-las, levei em consideração a afirmação de Fernando Rabossi, ao dizer que “mesmo sendo conscientes e críticos desses preconceitos, muitas vezes esquecemos que somos interpretados a partir deles. Refletir sobre essas questões significa, precisamente, reflexionar sobre as ideias e as questões que levamos ao campo, muitas vezes sem sermos conscientes delas” (RABOSSO, 2015). Deste modo, colhi relatos que expunham as problemáticas de convívio e as concepções compartilhadas sobre as pessoas do local. Fui descortinando problemas que mostravam que a visão sobre os habitantes do município forjava-se em um empreendimento arraigado em um longo processo de identificação daqueles que estavam ali como fugitivos de crimes ou a procura de “dinheiro fácil” – movimento que culminou com a assimilação das profissões de garimpeiro e de prostituta, correlação também muitas vezes empregada pela mídia local, como será possível observar mais adiante.

Estas visões percebidas se davam entre os próprios habitantes de Oiapoque entre eles; entre moradores de Macapá com moradores de Oiapoque; entre moradores de outros estados e moradores de Oiapoque. Interessante perceber que mesmo existindo uma estrutura que delimita as possibilidades de interação, as relações face a face (GOFFMAN, 1975) entre diferentes agentes sociais são propiciadoras de ações múltiplas, em observância aos contextos de interação distintos. Assim, em certa medida, as relações “macro” se traduzem em contextos de conflitos e intrigas “micro” no cotidiano da fronteira.

---

instituiu a terminologia como negativa e depreciativa (FERREIRA, 1980).

Outra questão está na identificação de que a maior parte destes habitantes de Oiapoque advém de estados do Nordeste, principalmente do Maranhão, e que não aceitavam todos os trabalhos degradantes que lhes ofereciam, costumeiramente levando a pecha de preguiçosos. Como exemplo, destaco a fala de um pirateiro. Após viajarmos por muitas horas rumo a Oiapoque, informei-lhe que estava indo morar na referida cidade. No momento, passávamos em frente a uma pequena localidade às margens da BR 156, quando então ele me disse:

Pois vou apresentar a você o Oiapoque. Aqui (apontou para a localidade por onde passávamos) é a vila dos preguiçosos. Passam o tempo todo só reclamando. Não têm coragem de fazer nada. O negócio deles é fechar a estrada. São tudo do Maranhão. Maranhense é tudo preguiçoso. Não sei como chegaram aqui (Conversa com um pirateiro em setembro de 2016).

A fala do pirateiro, que também era filho de maranhense, sintetiza o processo de enraizamento de costumes e práticas de identificação compartilhadas no local, além de demonstrar que estas percepções são tão disseminadas entre os moradores da fronteira que mesmo aqueles que integram ou são descendentes de grupos desclassificados concordam com as nomenclaturas a eles atribuídos. Como aponta Lindomar Albuquerque, em seu estudo sobre os brasiguaios, “nesses choques sociais e culturais, os estigmas contra o índio, o negro, o caboclo são constantemente ressignificados pelos ‘pioneiros’ que acreditam ser os portadores do progresso, da civilização e da modernidade” (ALBUQUERQUE, 2010).

Somado a este contexto, outra categoria importante de identificação era a de garimpeiro. Costumeiramente, os habitantes locais eram genericamente identificados como garimpeiros, sobretudo pelas indicações de seus locais de origem e pelos modos de lidar com o trabalho. Assim, ser identificado com a cidade de Oiapoque, independentemente do local social ocupado em uma estrutura mais geral, institui o indivíduo como pertencente a um grupo de desprestígio social em detrimento dos demais moradores do estado. Destaco como exemplo uma conversa com uma aluna de mestrado da UNIFAP, que há muitos anos é servidora pública em Macapá, anotada em meu diário de campo. Com espanto, esta aluna apresentou em suas falas as suas impressões sobre a cidade, ao descobrir que eu ensinava e residia em Oiapoque:

Minha mãe mora lá até hoje. Eu não sei o que ela vê naquela cidade. Quando tive a primeira oportunidade, eu saí [...] Nunca gostei de Oiapoque. Não gostava do colégio, não gostava dos amigos. Aqui em Macapá pude vir estudar, mas lá não tem como. [...] Hoje não seria nada se tivesse ficado lá. [...] E esse é o motivo de eu ver pouco a minha mãe, tem mais de cinco anos que não vou lá, se ela não vem aqui, eu não vou lá. [...] Como resido há muitos anos aqui, não me sinto de Oiapoque, tanto que eu nem digo que nasci lá. (Conversa em junho de 2018 com uma aluna de mestrado da UNIFAP).

Para melhor problematizar este contexto, pensei na reflexão produzida por Oracy

Nogueira, que realiza uma diferenciação entre preconceito social de marca e o preconceito social de origem. Ao fazer uma distinção sobre dois tipos de ações classificatórias que poderiam ser categorizadas como preconceito, o autor aponta que “o preconceito de marca determina uma preterição, o de origem, uma exclusão incondicional dos membros do grupo atingido, em relação a situações ou recursos pelos quais venham a competir com outros membros do grupo discriminador” (NOGUEIRA, 2006). Mesmo referindo-se a questões raciais no Brasil e nos EUA, acredito que este texto pode servir de iluminador para uma problematização sobre os grupos em tela, sobretudo porque no estado do Amapá a identificação com o Oiapoque ou com o garimpo é costumeiramente transposta para os descendentes dos garimpeiros, que também são categorizados de forma pejorativa e depreciativa; mesmo que o indivíduo possua grandes montas de recursos financeiros e não se vincule ao que Romani (2010) classifica como economia do garimpo.

Deste modo, assim como Barreira (1998), percebi que me deparava com uma temática que envolvia questões de moralidade e de honra, tendo em vista que iniciava uma pesquisa com agentes sociais que possuíam um estilo de vida que não era bem-visto por grande parte da sociedade na qual estavam inseridos, como também, cada vez mais, vinha sendo destacada a atividade garimpeira em jornais de veiculação nacional como ações ilegais que degradam a Amazônia<sup>8</sup>.

O tema da pesquisa se constituía como um objeto composto por julgamentos implícitos à prática da garimpagem, cuja reputação era compartilhada como adjetivo de desclassificação de pessoas e grupos. Estas concepções eram reproduzidas costumeiramente pela imprensa, pelos profissionais que representavam o Estado na fronteira, como também pelos próprios amigos e vizinhos que identificavam a figura do garimpeiro com um indivíduo em constante tensionamento entre o legal e o ilegal. Importante destacar que a discussão sobre ilegalismos se constitui como um dos principais temas da sociologia desde o final do último século, tendo autores como: Misse (2010); Telles e Hirata (2010) e Feltran (2019) contribuído para o amadurecimento do debate, compreendendo a análise de que estas práticas se inserem em uma perspectiva moral. Neste largo contexto, as fronteiras também estão inseridas nas discussões sobre os tensionamentos entre o legal e o ilegal, podendo destacar os estudos de Paiva (2016, 2018); Hirata (2019); Vargas e Aquino (2019).

---

<sup>8</sup> Nos últimos anos, vem se intensificando a propagação de matérias em jornais que retratam garimpos na Amazônia, sobretudo ao afirmarem que suas atividades prejudicam o meio ambiente e o país, como as que seguem: Corrida do ouro na Amazônia: garimpo ilegal ameaça povo Yanomâmi (UOL, 2020); Toneladas de mercúrio entram clandestinamente no país para abastecer garimpo de ouro (G1, 2020); ‘Cidade’ de garimpo ilegal na Floresta Amazônica movimentava R\$ 32 milhões ao mês, diz Exército (G1, 2017).

A partir deste contexto, é possível visualizar a situação marginal na qual o garimpeiro se encontrava. O que justificaria, para muitos, as ações violentas por parte de representantes do Estado para coibir, prender e até ensinar que a prática de garimpagem seria algo fora da lei. Deste modo, deparei-me com uma pesquisa que pudesse entender os mecanismos de reprodução (BOURDIEU, 2011) das práticas garimpeiras, ao mesmo tempo em que a escrita do trabalho buscava reverberar em questões mais gerais, compreendendo como o campo é formado.

Inspirado em Barreira (1998), percebi que o tensionamento entre classificações, que disputavam diferentes versões sobre a verdade, não poderia ser considerado por mim uma única interpretação sobre garimpeiros e seus congêneres. Observar, discutir e questionar os dados que me eram apresentados foram ações constantes e necessárias para o processo de análise e de escrita desta tese. Coadunam com as problematizações discutidas, a reflexão sobre algumas configurações em que o pesquisador está inserido, produzidas a partir do referido contexto de pesquisa.

Deste modo, destaco que a minha trajetória não se distingue daquela seguida por outras pessoas que vieram residir às margens da fronteira. Em Oiapoque sou um migrante, como muitos outros, que veio à cidade com a possibilidade de um emprego público e com a obrigação de, neste lugar, estabelecer um “braço” do Estado brasileiro. Este movimento migratório realizado por mim é feito para a Amazônia há décadas (SARNEY, 1999); muitas vezes incentivado por um discurso “desenvolvimentista”, podendo ser caracterizado como um vértice de uma frente de expansão fronteiriça, justificado pela necessidade de “ocupação dos espaços supostamente vazios” (MARTINS, 2018). No caso específico da UNIFAP, esta perspectiva foi encabeçada especialmente por um discurso oficial da Gestão Universitária, que afirmava em palestras e em reuniões para a comunidade acadêmica a seguinte frase: “Vocês, professores e alunos, são o futuro do Oiapoque, têm que desenvolvê-lo”.

A implantação nas últimas duas décadas na fronteira de um Campus da UNIFAP, um campus do Instituto Federal de Educação do Amapá (IFAP), a criação de postos da Polícia Rodoviária Federal (PRF), da Polícia Federal (PF), da Receita Federal (RF), da Polícia Militar do Amapá (PMAP), da Polícia Civil do Amapá (PCAP), da Marinha do Brasil (MB), além da criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT), somam esforços para designar a margem direita do rio Oiapoque como território subordinado ao Estado brasileiro. Estas ações do Estado geram intensos conflitos e debates sobre as novas imbricações entre os habitantes locais, pois muitos moradores não concebem o rio como uma linha fronteiriça,

responsável por dividi-los de seus vizinhos guianenses; mas sim lhe atribui vários outros significados e usos sociais, a exemplo de moradia, de alimentação e de transporte.

Os moradores que se tornaram lideranças na comunidade, sobretudo famílias tradicionais, veem no discurso estatal de progresso e de desenvolvimento de Oiapoque um ponto chave para a manutenção de sua influência local, caracterizando a migração de suas famílias para a cidade como os “primeiros movimentos de civilização e progresso”. Como aponta Góes (2019), através dos relatos colhidos entre velhos moradores da cidade, duas famílias despontam como lideranças locais. Os Penafort formavam a família diretamente vinculada à administração local, já a família Guarani vinculava-se à saúde e à religiosidade. Deste modo, no início dos anos 1950, estes dois grupos familiares eram as principais lideranças da região. Assim, de um modo geral, para o Estado, o rio apenas separa, enquanto para os moradores da fronteira, ele também integra.

Soma-se a este contexto de multiplicidades a presença de comunidades indígenas, que totalizam 1/3 da população do município de Oiapoque. Parte destes indígenas é mais integrado ao cotidiano transnacional, disputando eleições municipais e realizando comercializações no centro da cidade; outros, possuem resistência a este contato, caracterizando, por vezes, uma prática impositiva realizada pelo Estado, com o objetivo excluir os traços culturais estrangeiros das terras banhadas pelo rio Oiapoque<sup>9</sup>.

Questões ambientais também estão presentes. Caso exemplar está na relação entre o PNMT e o distrito de Vila Brasil, que enfrentam longo processo de disputas sobre a posse de um pedaço da Floresta Amazônica, tendo em vista a não autorização de moradia em Parques Nacionais de populações não originárias. Nos resultados de pesquisa resultante da primeira vez que viajei ao referido distrito, destacamos em suas conclusões que existe a: “i) necessidade de preservação e conservação do ambiental ao mesmo tempo em que se consiga respeitar a permanência de comunidades que habitavam o território antes do Governo Federal demarcá-lo como Parque Nacional; ii) que mesmo em litígio, a população local reivindica que o Estado deve manter serviços básicos de demanda social, como saúde e educação, não obstante deve também buscar resolver os impasses através de processos dialogais, em que ambas as partes possam apresentar suas demandas; iii) somado a este contexto a comunidade de Vila Brasil

---

<sup>9</sup> Cândido Rondon realizou uma expedição ao Norte do Brasil na década de 1920. Esta incursão objetivou, entre outras coisas, incorporar culturalmente o recente pedaço de terra anexado ao território nacional. Contudo, como será possível ver mais adiante, os traços internacionais da região continuaram a percorrer o dia a dia local, tanto em comidas, como também na forte influência cultural e linguística (ROMANI, 2010) da França e do Caribe entre os habitantes de Oiapoque.

deve buscar suas potencialidades econômicas, a exemplo do turismo ecológico, que podem ajudá-la a coexistir com boas práticas de cuidado com o meio ambiente” (SILVA NETO; LANDIM NETO, 2017). Não obstante, estão presentes conflitos relativos ao direito e ao comércio internacional.

Neste contexto, como já assinalado, escolhi adentrar nesta multidiversidade a partir das configurações provenientes da relação entre garimpeiros e ex-garimpeiros com o ouro e o Euro, que nas palavras de um comerciante com quem conversei, residente de Vila Brasil, afirmou: “Ouro, Real e Euro, é tudo a mesma coisa pra gente, no meu comércio aceito tudo”.

### **1.1.1– Inserção em campo: conversas, amizades e afinidades na fronteira**

Com o tempo, ao conversar com pessoas e estabelecer contatos, busquei constituir uma rede de confiança junto a interlocutores que pudesse me auxiliar em trocas de informações. A construção desta rede, inspirado em Camila Holanda Marinho, alicerçou-se por meio de afetividades, “seja selecionando os interlocutores, seja quando recebe a simpatia de intermediadores em campo, seja quando define o aporte teórico para desvendar as tramas sociais e as sociabilidades de determinados sujeitos e grupos sociais” (MARINHO, 2012). Fui percebendo que passei a consolidar contatos com várias pessoas de grupos distintos, de histórias e locais sociais diferentes, neste longo processo de costura de afinidades mútuas.

Acredito que esta pesquisa possui aspirações etnográficas, mesmo não a definindo como uma etnografia. É válido frisar que o trabalho de campo em si não estabelece uma determinação imediata de que o seu resultado seja caracterizado como uma etnografia; contudo, a permanência mínima de um ano em campo para que o pesquisador possa interagir e compreender melhor as relações nas quais está inserido, observando as “inconsistências” dos sujeitos, foi atingida. Outra questão está na percepção de que o longo trabalho de campo, através da observação participante, propicia analisar os agentes sociais com os quais interage “no âmbito de molduras ou contextos mais amplos” (MILLER; SLITER, 2004).

Deste modo, uma dupla relação entre o local e o global – ou entre aspectos idiossincráticos e estruturais – estão diretamente relacionados. A intensidade do contato, ao observar contextos e entender os sinais e comportamentos em que os agentes sociais interagem foi algo preponderante em campo. Para Miller e Sliter (2004), alicerçados em Geertz (1973), a complexidade está no entendimento dos sentidos atribuídos pelos agentes e em como nós, através da imersão em campo, acompanhamos sua racionalidade. Isto foi algo que busquei alcançar.



Estava com meus interlocutores não apenas para “fazer pesquisa”, mas também para socializar, distrair-me e aprender. Esta rede de confiança e de amizade se tornou uma rede de confidências sobre problemáticas que dialogam com a temática da imigração (BOURDIEU, 1998), através da qual foi possível compartilhar concepções de mundo, além de visões gerais sobre os mais variados assuntos corriqueiros, a exemplo da preocupação com filhos, das dificuldades financeiras, das aproximações e dos distanciamentos da família, dos negócios e do trabalho, dos relacionamentos amorosos, além de uma infinidade de categorias que movimentam o dia a dia das pessoas na fronteira franco-brasileira. Sobre a construção da confiança em campo, Fernando Rabossi aponta que:

A primeira questão que gostaria de destacar é que a confiança não é uma coisa que se ganha e se tem, mas um processo que se constrói “em relação” e é testada de forma regular ao longo do tempo. Os nossos interlocutores podem perder a confiança que tinham em nós – por exemplo, ao ver-nos colados com pessoas que não são confiáveis para eles. Precisamente, fazer trabalho de campo é construir relações em um mundo já dado de relações. Parte do aprendizado é entender esse campo de relações e, através dessas relações, compreender o mundo que estamos pesquisando (RABOSSI, 2015).

Ao desenvolver relações de mútua confiança com interlocutores, fui colhendo e acumulando relatos que ajudaram a transparecer os modos de vida e os conflitos de grande parte destas comunidades. Questões de pertencimento e de vergonha, por exemplo, foram-me relatadas como um desabafo por uma senhora proprietária de um comércio na cidade. Residente no município há 15 anos, sua ocupação proporcionava-lhe certo conforto financeiro, quando comparada a maior parte da população de Oiapoque, o que também lhe propiciava pagar um colégio particular para o seu filho em Macapá. Ela relatou: “meu filho de 12 anos está sofrendo muito em Macapá. Quando seus colegas do colégio descobriram que eu trabalhava em Oiapoque, perguntaram para ele se eu era prostituta. Eles riem do meu filho e eu não sei o que fazer”.

A partir do relato desta senhora, como de muitos outros, fui ouvindo e encontrando meu local em campo, ao refletir sobre os diálogos mantidos com diversos moradores da fronteira, recriando possibilidades de contato e interpretação dos dados. Busquei, então, seguir e visualizar as pequenas questões do cotidiano fronteiriço. Segui Telles (2010), que inspirada em Foucault, apontou a importância de se entender o que se poderia chamar de “histórias minúsculas”, cuja definição resvala em um conjunto de teias de relações e mediações que ajudam a interpretar as múltiplas possibilidades do mercado informal, propiciando redefinições e reinterpretções das práticas dos sujeitos inseridos em dado contexto de trabalho, que tensiona o legal e o ilegal (TELLES, 2010).

Seguindo também as trilhas de Bourdieu (2011), penso que o pesquisador é o indivíduo

que, em suas observações, vai além dos olhares nativo e estrangeiro, ao fugir das definições românticas sobre uma dada cultura. Percepção metodológica similar encontrada em Simmel (1992), quando este se debruça sobre a figura do estrangeiro. Para o autor, por não existir uma adesão imediata aos costumes e às concepções compartilhadas pelos grupos que o estrangeiro frequenta, sua condição propicia que ele se movimente com maior desenvoltura, como também possibilita a construção de uma análise com maior objetividade sobre os grupos com os quais interage. Assim, é inerente ao estrangeiro a condição de estranhamento para com o grupo, e do grupo para com ele.

Neste sentido, busquei entender as engrenagens que movimentam a fronteira franco-brasileira, local onde reside no imaginário de seus habitantes a figura do garimpeiro e do migrante como os seus fundadores. Ao mesmo tempo em que tencionam esconder ou minimizar a importância destes agentes em seu percurso de consolidação populacional no discurso público, muitas vezes sendo as figuras do “garimpeiro” e do “maranhense”, categorias vexatórias de associação. São contradições que, ao fundo, são complementares. Busquei definir “os mecanismos de reprodução do espaço social que podem representar um modelo que tem a pretensão de validade universal” (BOURDIEU, 2011, p. 15). As falas, então, serviriam como norteadoras para adentrar as questões de pesquisa, produzidas como um dentre os vários vértices de análise.

No desvelar das costuras de redes, alicerçadas no contato direto que construí com alunos, vizinhos, comerciantes e outros funcionários públicos que viviam em Oiapoque, percebi que, praticamente todos aqueles com quem eu conversava no município, possuíam uma ligação direta ou indireta com o universo da garimpagem. Sejam garimpeiros, esposas, filhos ou amigos de garimpeiros e ex-garimpeiros. Sejam também comerciantes, pirateiros, marreteiros e outros trabalhadores que, em suas atividades laborais, tinham o garimpo como um motor econômico e social. Ou até mesmo, pessoas que eram responsáveis por punir e coibir tais práticas. Com estes, passei a conversar e conviver no dia a dia em uma infinidade de ocasiões, como aniversários, festejos locais ou encontros casuais. Assim, em meu entrelaçamento com o campo, prefiro pensar como Becker (1977), quando afirma que a existência de um envolvimento com o objeto de estudo não é um defeito do trabalho acadêmico, e que isso, não necessariamente, reduz o valor científico da obra.

Ressalto que esta imersão no cotidiano local como morador, além de ser identificado como “professor”, proporcionou-me possibilidades de inserção em campo que eu não teria em outras condições. Os habitantes locais não me perguntavam mais “o que você faz aqui?” ou “quem é você?”, nem me observavam com um olhar de desconfiança como aquele que está

chegando pela primeira vez ao local de pesquisa<sup>10</sup>, bem salientada por Rabossi (2015) em sua pesquisa na tríplice fronteira. Ser identificado como investigador pelos agentes com os quais interage, e que, em contrapartida, são caracterizados como praticantes de atividades ilegais pelos Estados, é um desafio a ser superado. Deste modo, existiu, assim, uma possibilidade de inserção em campo que pode ser considerada vantajosa.

Esta estratégia foi vivenciada por Foote Whyte (2005), descrita em seu clássico livro *Sociedade de Esquina*, cuja importância consistiu em trazer para a Sociologia e para a Antropologia urbana um olhar refinado da agência do pesquisador no cotidiano como morador de uma localidade diferente da sua. Mais recentemente, Sá (2010) refletiu sobre a mesma estratégia metodológica, quando passou a residir em uma favela à beira-mar em Fortaleza por longos períodos, criando laços de amizade, de confiança e participando ativamente do cotidiano da comunidade. Destaco que, como os referidos autores, por ter me inserido como morador em campo, a presença de vantagens são muitas, ao mesmo tempo em que as exigências de contrapartida e responsabilidades com as relações ali criadas são ainda maiores.

Não parto da perspectiva de que para compreender a fronteira se faz necessário ser originário ou morar nela como residente permanente. Como aponta Lindomar Albuquerque, as fronteiras entre o familiar e o diferente – discussão clássica nas Ciências Sociais – estão como características permanentes de análise nos estudos sobre fronteiras. Assim, aquele que “vem de fora”, e transita entre os limites fronteiriços, pode perceber com maior atenção às questões quase que “familiares” para os habitantes locais (ALBUQUERQUE, 2020). Cito como exemplo uma conversa com o próprio Lindomar Albuquerque em Oiapoque, no ano de 2018. Ao lhe relatar algumas questões de meu campo, disse “o pessoal do outro lado...”. Quase como uma experiência psicanalítica, ele afirmou: “gosto muito dessas expressões produzidas nas fronteiras”. Percebi que estava aprendendo e utilizando terminologias características dos moradores da fronteira e inculcando-as em meu próprio vocabulário, sem problematizá-las corretamente.

Os modos de inserção e de apresentação do pesquisador em campo é uma discussão importante para a Sociologia. Bourdieu (2011) não só levantou a questão como discutiu os

---

<sup>10</sup> Enfrentei estas desconfianças com policiais militares candidatos às eleições gerais de 2014 no Ceará, em pesquisa para a minha dissertação de mestrado apresentada na UFC (SILVA NETO, 2016). A presença constante da desconfiança estava inserida na minha inserção em campo, sobretudo pela impossibilidade de ser identificado ou não como policial, bem como pelo fato de eu evitar ser diretamente caracterizado como um apoiador de algum candidato.

detalhes da pesquisa, do ofício do pesquisador, que mesmo “aparentemente ínfimos” estão na construção dos aprendizados da referida ciência. Neste contexto, os modos de apresentação e inserção em campo emergem como questões chave, sobretudo por perceber que a construção do objeto de pesquisa não está apartada da realidade empírica, tendo o pesquisador que se inserir em campo do melhor modo possível para a compreensão do fenômeno que analisa.

Porém, a pesquisa, em suas diferentes perspectivas, pode exigir de modo mais nítido um local de posicionamento “objetivo” ou, em outros casos, ações de contrapartida, em que o pesquisador pode muitas vezes perder o seu local de conforto e respeitabilidade como professor, por se “intrometer” em assuntos que tangenciam o legal e o ilegal – como pode ser o caso da garimpagem ou do comércio ilícito na fronteira franco-brasileira.

Por dispor de uma “dupla identidade”, quando em campo, eu não necessariamente informava aos meus interlocutores que estava fazendo pesquisa ou que eu era, além de professor, um pesquisador. Afinal, na maioria das vezes, eu estava apenas flinando por Oiapoque e trocando ideias com conhecidos. Não necessariamente eu iniciava uma conversa com uma pessoa com o objetivo de conseguir informações para a pesquisa, mas por amigos ou conhecidos simplesmente me contarem como foi o seu dia, já me revelavam dados interessantes sobre o universo do garimpo e do comércio local.

Cito uma de minhas experiências em sala de aula para exemplificar uma dessas ocasiões em que tensionaram mais nitidamente a dupla relação entre professor e pesquisador. Um aluno, ao chegar atrasado, pediu desculpas e justificou: “Professor, cheguei atrasado hoje porque chegou uma catraia cheia de garimpeiros. O pessoal vinha com dinheiro e eu tive que ficar mais um tempo p’ra vender”. A partir desta informação, em alguns minutos, pude escutar o que estes garimpeiros que acabavam de chegar ao Oiapoque costumemente compravam e como compravam. Percebi também que o referido aluno não estava negociando com garimpeiros que acabaram de sair do garimpo, mas sim com moradores de Vila Brasil, genericamente identificados como garimpeiros, que vinham “à cidade” comprar especialmente com Euro.

Assim, a exemplo da sala de aula, que é meu local de trabalho de ensino, pude aprender muito sobre o que os habitantes locais faziam e como interagiam. Contudo, estar em sala de aula, muitas vezes, não era um momento em que eu necessariamente dedicava para conhecer o campo de modo empírico. Mas, para mim, como utilizei o exemplo anterior para ilustrar, serviu como caminho de conhecimentos sobre a atuação dos garimpeiros. Devido a minha inserção, muitas vezes eu não precisava perguntar o que as pessoas faziam, bastava conviver

com elas em meu dia a dia de morador em Oiapoque para entender melhor as lógicas explicativas de cada grupo social que eu mantinha contato na fronteira. Deste modo, estar com colegas de trabalho, com alunos ou com amigos que fiz na cidade de Oiapoque, proporcionava-me dados constantes sobre as imbricações cotidianas presentes no universo desta pesquisa.

## **1.2– Materiais utilizados: jornais, diários de campo e entrevistas**

O uso de jornais para mapear os caminhos que seriam seguidos constituiu-se nesta pesquisa como uma estratégia fundamental. Realizei também a pesquisa de campo através da observação participante, especialmente por meio de conversas cotidianas com conhecidos e com amigos que vivem na fronteira franco-brasileira. Nesta perspectiva, a elaboração de diários de campo também se constituiu como material para a demarcação dos percursos deste trabalho. Junto a isso, a realização de entrevistas em profundidade, principalmente com aqueles que têm ou tiveram no garimpo e no comércio as engrenagens para a sua atuação profissional, surgiu como estratégia desta pesquisa.

Assim como Bourdieu (2011), busquei compor várias entradas em campo – mesmo as que possam ser consideradas triviais – para conhecer e interpretar a realidade social em um exercício constante para evitar a rigidez equacionada por um olhar unívoco sobre o tema. Por outro lado, seguindo o autor, a feitura do trabalho alicerçou-se na tentativa de empregar um rigor metodológico capaz de dialogar com o campo empírico estudado. Assim, nesta seção, apresento como estes materiais foram colhidos e utilizados na análise.

### **1.2.1– Jornais**

Somado ao contato direto com garimpeiros e comerciantes em campo, um acesso de pesquisa utilizado foram os jornais. Após folhear algumas mídias na internet, passei a buscar quais seriam os principais meios de divulgação que abordavam as atividades na fronteira franco-brasileira. Jornais e blogs do estado do Amapá (*Blog do Seles Nafes, Diário do Amapá, Tribuna do Amapá*), como também jornais e revistas de circulação nacional (*G1, R7, Nexo, Veja*) passaram a me disponibilizar indicações de percursos que eu poderia seguir na pesquisa, sobretudo pela diversidade de detalhes que estes meios de divulgação possuíam sobre a atividade aurífera. É válido frisar que não fiz uma pesquisa documental, em uma acepção historiográfica do termo. Assim como Antônio Cândido, “busquei utilizar o material impresso [e digital] que me pareceu útil” para construir um panorama da pesquisa e conseguir entender o campo de um modo mais geral (MELO E SOUZA, 2010).

Chamou-me a atenção a forte presença nos jornais impressos e eletrônicos do estado do Amapá à difusão de reportagens sobre os garimpos e os garimpeiros na fronteira, envolvendo notícias variadas<sup>11</sup>. Contudo, ao se referir a estas comunidades, os crimes despontavam como o maior número de manchetes, divididas principalmente em duas categorias. A primeira categoria de crime foi relacionada a roubos, a agressões físicas ou a assassinatos entrelaçando garimpeiros e outros profissionais que vivenciavam o dia a dia da prática de extração aurífera. A segunda categoria de notícias destacava a presença da participação de empresários, políticos e agentes públicos que se beneficiavam do processo de extração ilegal, principalmente por acusações de lavagem de dinheiro e de trabalho análogo à escravidão. Esta perspectiva dialoga com o que Albuquerque e Paiva observaram em matérias de jornais sobre a tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, quando apontam que:

em linhas gerais, é possível observar a circulação de matérias em mídias nacionais sobre como a fronteira é “um lugar perigoso e violento”, ressaltando as dinâmicas do crime em territórios que passam a ser retratados quase que como destituídos de uma população local que trabalha, estuda, visita e vive na fronteira (ALBUQUERQUE E PAIVA, 2015).

Este contexto apresentado em notícias de jornais, auxiliou-me a levantar a hipótese de que a importância do ouro ultrapassava os limites do município de Oiapoque e que eu me deparava com um fenômeno social que fomentava não só a economia da fronteira, mas também da capital Macapá, além de outros países e estados brasileiros. Estavam imbricadas questões econômicas, políticas e sociais. Como aponta Vera Telles, as redes que permeiam práticas caracterizadas como ilegais estão cada vez mais interligadas entre partes pobres das cidades e dos países, com “circuitos de uma riqueza cada vez mais globalizada” (TELLES, 2010, p. 107). Assim, percebi que me deparava com uma rede de interdependência bastante complexa, mas que, na ponta de um de seus vértices, encontrava-se Oiapoque, e que através desta cidade eu poderia tentar entender melhor quem são os homens que vivem do ouro e como são fomentadas as múltiplas possibilidades de relações e comércios presentes nestas configurações.

Nesta perspectiva, outro grupo de homens que vivem do ouro, caracterizados como “donos de máquinas” ou “donos de garimpo” são identificados nos jornais, muitas vezes, como políticos e empresários do Amapá e do Brasil. Este grupo não é tão fácil de ser alcançado para

---

<sup>11</sup> Reportavam sobre enchentes em Vila Brasil, embarcações que naufragavam na região, além de ações de cooperação internacional. Um exemplo está em uma matéria do G1 Amapá, que possuía como manchete em 21 de maio de 2020, o seguinte título: “Recém-nascido é abandonado em casa noturna fechada na fronteira do AP com a Guiana Francesa” (G1 AMAPÁ, 2020). O texto da notícia informava que um casal de garimpeiros havia encontrado a criança abandonada e a encaminhado ao hospital local, onde recebeu cuidados médicos e foi batizada com o nome de Valentim.

uma conversa em contexto de uma pesquisa, além do que a criação de laços de confiança e de reciprocidade que possibilitassem a entrada em campo é quase intransponível. Realizar conversas ou entrevistas sobre a extração do ouro, mercados de venda e outros dispositivos com envolvimento de grandes políticos e empresários são estratégias de pesquisa que não foram alcançadas nesta tese. Assim, adentrar a este universo a partir de jornais e reportagens que facilitassem a compreensão do campo foi fundamental, sobretudo por estes trazerem declarações de autoridades que investigam estas práticas ilegais, como também dos acusados. Esta pesquisa, neste sentido, inseriu-se no rol dos trabalhos que deflagraram análises sobre um “tema perigoso” (BARREIRA, 1998; ZALUAR, 2002) que eu vivenciava cotidianamente, e que deveria buscar estratégias singulares para não adentrar em situações que resvassem riscos de vida intransponíveis.

Contudo, este material jornalístico não poderia ser utilizado como verdade absoluta sobre a realidade social em análise. Os textos jornalísticos também estão permeados por concepções morais compartilhadas sobre a atividade de garimpagem, como também proporcionavam uma visão genérica sobre o garimpeiro, muitas vezes não sabendo distinguir a multiplicidade de pessoas, de práticas e de profissões que rondavam o universo social estudado. Assim, alguns jornais não percebiam o garimpeiro como uma parte constitutiva de um meio, mas simplesmente como um problema policial. Soma-se a este fator as relações que Rabossi (2019) aponta entre mídia e grandes grupos ou corporações, que constroem discursos a partir de números e buscam tornar a defesa de determinadas pautas do empresariado como problemas nacionais, destacando-se a relação entre práticas ilegais e a falta de competitividade das grandes empresas brasileiras. Assim, a mídia é parte constituinte do *lobby* de grandes empresas, seja especialmente de cigarros, como apontado no estudo de Rabossi (2019); seja no caso de grandes mineradoras, que defendem sua atuação pelo “desenvolvimento regional”, como será possível descrever mais adiante.

Mesmo com estas ponderações, os textos jornalísticos auxiliaram a mapear vários vértices de ação do universo da garimpagem, que não poderiam ser acompanhados por um único pesquisador de modo presencial. Através dos jornais, alguns recortes de localidades distantes fisicamente foram possíveis de ser interligados pelos dados disponibilizados pela imprensa, podendo envidar esforços para entendê-los como constituintes de uma engrenagem maior de movimentação das fronteiras e dos garimpos na região Amazônica. Nesta perspectiva, pude utilizar os jornais para retroagir no tempo, colhendo dados produzidos sobre a fronteira cortada pelo rio Oiapoque antes mesmo que eu chegasse à localidade como

pesquisador. Assim, pude construir questões de pesquisa e, posteriormente, entrar em contato com interlocutores com questões mais fechadas, esgueirando-me ou reformulando perguntas que poderiam fechar ou abrir o campo. Deste modo, os blogs e jornais serviram como rica fonte de pesquisa para o desenvolvimento e a análise da tese.

### 1.2.2 – Diários de Campo

O convívio cotidiano, constituído por um turbilhão de informações, perpassou de parcas anotações à feitura de um diário de campo com maior quantidade de dados. Busquei constituir problemas mais amplos, com o objetivo de elaborar questões através do contato direto com agentes sociais com quem tive maior relação de proximidade e de confiança. Como também com outros que conversei poucas ou até mesmo uma única vez, trocando informações pontuais sobre assuntos corriqueiros do nosso dia a dia da vida na fronteira.

As anotações em um diário de campo foram produzidas no período compreendido entre janeiro de 2016 e novembro de 2019. Em janeiro de 2016, quando viajei pela primeira vez ao Oiapoque, pude apreender apenas algumas questões gerais, encantando-me muito mais como local do que problematizando uma pesquisa. Deste modo, as anotações sobre este período foram feitas *a posteriori*. No final do mês de agosto do mesmo ano, quando viajei para tomar posse no concurso, iniciei os primeiros passos da pesquisa exploratória descrita no primeiro item deste capítulo. Contudo, os dados colhidos para esta tese através do diário de campo foram substancialmente produzidos entre os anos de 2017 e 2018, quando passei a residir de forma permanente em Oiapoque, além do ano de 2019. Durante estes mais de dois anos, os períodos em Oiapoque foram divididos entre três e cinco meses, interpostos pelas férias universitárias, por alguns feriados prolongados ou por eventos acadêmicos.

No final do ano de 2018, mudei minha residência para Macapá, convidado para exercer um cargo na Gestão Universitária. Em 2019, fui à fronteira duas vezes, cada uma pelo período de três dias, principalmente por ter entrado no curso de doutorado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), o que me levou a realizar viagens quase que semanais entre Macapá e Fortaleza. Porém, quando em Macapá, dediquei-me a outro campo, cujo principal foco seria entender como a economia da fronteira influenciava a capital e quais agentes possuíam relações com os garimpos em Oiapoque. Afinal, Macapá é uma porta de entrada e saída de pessoas e mercadorias.

Após entrar no doutorado, pretendia realizar mais dois meses de pesquisa de campo no ano de 2020 na fronteira entre o Brasil e a França, cuja incursão seria desenvolvida entre junho e julho. Contudo, a pandemia causada por um novo tipo de Coronavírus, responsável pela



doença COVID-19, impossibilitou-me de realizar presencialmente esta nova fase da pesquisa de campo. Também projetei visitar neste período um garimpo; contudo, também desisti de realizar esta viagem. Ir aos garimpos ilegais envolve uma série de perigos, principalmente quando se está em solo internacional na condição de clandestinidade. Assim, a ameaça de deportação, as ações violentas de abordagem policial estrangeira, além das intempéries de uma viagem à floresta sem condições mínimas de saúde, especialmente relacionadas à COVID-19, fizeram-me desistir desta parte do campo e buscar novos modos de lidar com a pesquisa que pudesse minorar a falta do contato cotidiano presencial com os sujeitos da pesquisa.

Tive de readaptar a pesquisa, buscando estratégias diferenciadas de inserção em campo. Perguntei-me: como fazer uma pesquisa em um contexto atípico de pandemia? Será necessário mudar o campo, tendo em vista as imprevisibilidades de realizar a pesquisa como havia sido planejada? Como refazer caminhos e compartilhar confianças junto aos interlocutores com quem já mantinha contato? É possível estabelecer um novo pacto de confiança com indivíduos que praticam atividades consideradas ilegais através de um modo de contato não presencial? Neste sentido, as entrevistas e as conversas via aplicativo de troca de mensagens *WhatsApp* despontaram como ferramenta fundamental no processo de obtenção de dados desta tese, principalmente no período de pandemia.

### **1.2.3– Entrevistas**

As entrevistas realizadas com moradores da fronteira, feitas de modo pessoal, quase que uma confidência, tornaram-se chaves de leitura para esta tese. Através das entrevistas, fiz contato com garimpeiros e com pessoas que têm ou tiveram alguma relação com a garimpagem, como comerciantes e trabalhadores que viajam corriqueiramente para a Guiana Francesa, cujas atividades laborais se desenvolvem em território internacional. Durante os anos de 2017 e 2021, totalizaram-se mais de uma dezena de conversas com agentes sociais que vivem as confluências das ligações e dos interditos na fronteira franco-brasileira.

Foram realizadas sete longas entrevistas, em torno de uma hora cada. Entrevistei um comerciante e político morador de Vila Brasil. Dois comerciantes que foram garimpeiros e que moram na cidade de Oiapoque. Dois pedreiros, sendo um que nunca viajou para garimpos, mesmo residindo em Oiapoque há 20 anos, e outro que, frequentemente, trocava as duas atividades, residindo por um período na cidade de Oiapoque e por outro nos garimpos. Um brasileiro que mora e trabalha na Guiana Francesa, além de um Policial Federal e um político local. Estas entrevistas foram feitas de modo presencial, com pessoas com quem estabeleci contato direto na fronteira. Posteriormente, entre 2020 e 2021, realizei entrevistas

com moradores da fronteira via aplicativos como *Google Meet* e *WhatsApp*.

Contudo, como dito anteriormente, a pesquisa enfrentou diversas limitações. Se, anteriormente, pesquisar um tema perigoso (BARREIRA, 1998; ZALUAR, 2002) já impunha uma série de restrições às atividades do pesquisador; em 2020, a impossibilidade de voltar a campo, para questionar inconsistências dos dados impostas pela pandemia, tornou-se outro complicador. Então, busquei dispor da rede de relações de confiança anteriormente construída acionando-as de modo não presencial. Desta forma, não sei se conseguiria iniciar a pesquisa através de um primeiro contato hoje via internet e aplicativos como o *WhatsApp*; contudo, para o amadurecimento dos dados colhidos, foi possível realizar várias conversas por este meio.

Por conta do contexto de pandemia, os interlocutores não só me ajudaram com dados como também deram dicas de como consegui-los. Sugeriram-me a ideia de conversar com garimpeiros através de um rádio que está localizado no centro de Oiapoque, que servia para manter contatos com os garimpos. O rádio, assim, seria uma espécie de telefone público através do qual familiares, amigos e comerciantes utilizavam para relacionar-se com aqueles que estavam em um dos vários garimpos na floresta, e que no tempo de pandemia estava cada vez mais sendo requisitado pela possibilidade restrita de trânsito na fronteira.

Assim, alguns interlocutores atuaram como intermediadores para convencer que outras pessoas conversassem comigo através do aplicativo *WhatsApp*. O uso do referido aplicativo poderia deixar gravada a voz, o que necessitaria de uma relação de confiança para conversar. Assim, sempre busquei, como Aquino (2010), não saber o que eles pretendiam fazer, como abrir um novo trecho para um garimpo ou, necessariamente, quem eram as pessoas com quem realizavam transações. Interessava-me mais em como faziam, do que dados específicos de indivíduos ou localidades. Até porque, para mim, seria quase impossível enquadrar locais levando em consideração que os pontos de referência estavam em uma floresta de difícil acesso, que eu, diferentemente dos garimpeiros, não conhecia. Deste modo, utilizei o referido aplicativo para realizar entrevistas, além de colher dados sobre o cenário de pandemia nas florestas pertencentes ao Brasil e à França. Conversei de modo informal com familiares e amigos sobre os percursos vivenciados por estes agentes, cuja profissão distendeu-se daquela que os levaram à fronteira, a de garimpeiro, as de comerciantes e de empresários e políticos, das que exercem atualmente.

### **1.3– Viagens por caminhos compartilhados: este rio tornou-se a minha rua**

a) Os fluxos migratórios entre Vila Brasil e Oiapoque, que tangenciam outras localidades no país e no exterior, possuem inúmeras possibilidades de movimentação, que podem ocorrer por via aérea, fluvial, marítima ou terrestre. Nesta seção, apresentarei alguns caminhos seguidos por migrantes que chegam ao Oiapoque e, posteriormente, viajam tanto para os garimpos cravados nas matas da fronteira franco-brasileira como para os trabalhos manuais, principalmente em Caiena, a capital da Guiana Francesa. Neste contexto, estas viagens ajudaram a compreender melhor as estratégias de sobrevivência e de configuração do campo, tendo em vista que agências morais estão em constante reorganização neste universo de práticas.

O contato direto com as histórias de vida desses viajantes, que percorreram longos caminhos até os garimpos, suscita problematizações mais complexas para a própria experiência dos pesquisadores, como também dos próprios sujeitos da pesquisa, tendo em vista que os interlocutores são entrevistados e acabam por recapitular de modo reflexivo suas experiências, confessando-nos, por vezes, terem-no feito pela primeira vez, o que os leva a atribuir novos significados às suas histórias de vida.

Busco descrever detalhes de trajetos dentre as várias possibilidades da incursão, que são as principais rotas percorridas por migrantes. Fiz e refiz estes caminhos várias vezes, por isso, aqui privilegio todas as possibilidades de percursos, em vez de relatar uma viagem específica. Nestes trânsitos, viajei como passageiro e como motorista; caminhei, parei; sentei e conversei por paragens e por estradas no intuito de seguir as trilhas abertas por homens e por mulheres em busca do ouro e de uma vida melhor no além fronteira – o “outro lado” – permeado por dificuldades, despistes de documentos, trocas de dinheiro e de produtos, inserindo a fronteira franco-brasileira, naquilo que Telles (2010) caracteriza como um emaranhado de fluxos de circulação de pessoas e de riquezas.

Com dito anteriormente, os migrantes brasileiros que viajam ao Amapá são de origem paraense ou nordestina, estes últimos são principalmente do Ceará e do Maranhão. As cidades de origem dos viajantes estão, em sua maioria, localizadas no interior de seus estados, onde enfrentam diversas adversidades estruturais e de acesso a serviços, como emprego, saúde e educação.

Aqueles que decidem se tornar migrantes possuem pouco ou quase nenhum dinheiro para seguir viagem ao Oiapoque sem interrupções; então, muitas vezes, são forçados em cada

paragem a fincar os pés por um curto período até juntar algum valor que seja suficiente para chegar ao próximo destino. Assim, corriqueiramente, observei que o migrante que desembarca no Amapá pela primeira vez o faz sozinho, deixando a família em seu local de origem para, posteriormente, buscá-la quando estiver em uma situação financeira melhor. Também percebi ser comum ver estes migrantes zanzando pelas cidades de Macapá ou de Santana em busca de bicos para juntar certa monta de dinheiro e, assim, seguir viagem rumo à fronteira franco-brasileira.

A chegada ao Amapá possui como meios mais comuns de transporte o aéreo e o fluvial, tendo em vista que o estado não possui ligação terrestre com outras partes do Brasil. O transporte aéreo é realizado pelas companhias Gol, Latam e Azul, que embarcam e desembarcam passageiros no Aeroporto Internacional Alberto Alcolumbre, localizado em Macapá, com voos vindos de Belém, de Brasília e, mais recentemente, do Recife. Também é possível realizar o traslado em avião monomotor, cujo transporte é feito por meio do fretamento de toda a aeronave, tendo como rota Belém-Macapá. As passagens áreas para o estado do Amapá são conhecidamente caras<sup>12</sup>, o que dificulta a migração de recém-chegados ao estado por este meio de transporte. Uma viagem de avião para o Amapá por Belém dura em média 50 minutos; por Brasília, são quase três horas, com valores que, muitas vezes, ultrapassam os 600 ou 700 reais por trecho.

O outro meio de transporte, caracteristicamente mais comum, é o fluvial. Diferentemente de um avião, nos barcos, o tempo de viagem leva em consideração o fluxo das águas do rio, o que interfere sobremaneira na velocidade da embarcação, além de sua navegabilidade. Assim, ir de Belém para Macapá contra o fluxo da corrente demora, em uma lancha, em torno de 12 a 14 horas; já em um barco, ultrapassa-se as 24 horas de viagem. Atualmente, o valor de uma passagem de barco para Belém está em torno de 200 reais, sendo um terço dos valores praticados pelas companhias aéreas.

Os rios da Amazônia são o principal meio de movimentação entre as localidades da região Norte do Brasil (SOUSA, 2015). Neste sentido, é possível chegar ao Amapá por diversos fluxos destes rios e igarapés, que recortam e delimitam os traçados urbanos dos estados do norte brasileiro. Para chegar ao Amapá, os rios se constituem como o principal meio utilizado

---

<sup>12</sup> Os preços das passagens de avião estão sempre presentes nos noticiários locais, sendo possível destacar alguns títulos de reportagens sobre o assunto, a exemplo destes: “Impostos e escassez de voos elevam preço de tarifas entre Macapá e Belém” (G1 AMAPÁ, 2015); “[Senador] Randolfe defende mais voos e redução de preços das passagens aéreas” (DIÁRIO DO AMAPÁ, 2016); “Nova rota e mais opções de voos podem reduzir o valor das passagens aéreas no Amapá” (DIÁRIO DO AMAPÁ, 2020).

entre os garimpeiros e outros migrantes que buscam um transporte menos exigente na apresentação de documentos, além de ter um custo mais acessível. Os valores, os despistes e uma menor burocracia<sup>13</sup> para a compra de passagens são preponderantes para que os barcos se constituam como o acesso mais procurado pelos migrantes. Contudo, também é um trajeto mais perigoso, cuja presença dos “ratos d’água”, que são identificados como ladrões que roubam embarcações, surgem como um relato constante entre os viajantes do rio Amazonas. Por isso, segundo os migrantes, várias lanchas e barcos possuem segurança armada.

Navegar por várias cidades do interior do estado do Amazonas e, especialmente, do estado do Pará é algo relativamente fácil e simples, considerando que as práticas de transporte das populações que residem nestas unidades federativas estão intrinsecamente vinculadas ao convívio com e nos rios. Contudo, é válido frisar que os acidentes e os naufrágios de embarcações estão presentes no cotidiano e no imaginário local. Notícias que são apenas citadas ou, muitas vezes, não surgem em grandes jornais da mídia nacional reverberam com forte comoção nas populações amazônicas, como o naufrágio do navio Novo Amapá na década de 1980 e, mais recentemente, o naufrágio do navio Ana Karoline III, em 2020<sup>14</sup>.

b) Mesmo tendo feito inúmeras vezes a viagem de Belém a Macapá de avião, nunca a fiz de barco. Porém, como descrito, os relatos colhidos entre os viajantes são, em grande número, indicadores da importância deste meio de transporte que interliga culturalmente e economicamente várias comunidades. Como exemplo, destaco que, para muitas cidades do Pará, a cidade de Macapá possui maior facilidade de acesso do que Belém, como é o caso das ilhas do Arquipélago do Bailique<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> Uma vez, um garimpeiro me revelou que possuía condições financeiras para realizar a viagem à Macapá de avião, com Oiapoque como destino final. Contudo, para comprar uma passagem, deveria possuir cartão de crédito. Porém, o garimpeiro não dispunha do acesso a este meio de pagamento, pois não possuía relacionamento com nenhum banco. Buscou parentes que pudessem lhe ajudar com o empréstimo de um cartão de crédito. Sua avó, aposentada, disponibilizou-se; contudo, o limite de crédito que possuía era muito baixo para comprar a passagem. Deste modo, resolveu ir de Belém para Macapá de barco, com o uso de dinheiro vivo.

<sup>14</sup> O ano de 1981 foi marcado pelo naufrágio do navio Novo Amapá, cuja fatalidade ocasionou mais de 300 mortes. Entre os amapaenses, é comum lembrarem-se deste acontecimento, sempre retornando aos jornais locais notícias de como estão atualmente os sobreviventes. Recentemente, “O navio Anna Karoline III saiu do Porto do Grego, no município de Santana, no Amapá, por volta das 18h de sexta-feira (28 de fevereiro) com destino a Santarém, no Pará” (UOL, 2020), deixando mais de 30 mortos. Estes dois acontecimentos são marcas profundas na história social dos habitantes do estado, estando, por exemplo, em produção um filme sobre o primeiro acidente citado.

<sup>15</sup> A população do Arquipélago do Bailique teve importância na organização e no povoamento da fronteira franco-brasileira como a conhecemos hoje, fator que será discutido com maior atenção no próximo capítulo. Desde já, é válido ressaltar que hoje os habitantes destas ilhas sempre procuram o estado do Amapá para ter acesso aos mais variados serviços, como educação e saúde. Assim, as comunidades que habitam o Bailique, mesmo vinculadas política e administrativamente ao estado do Pará, possuem fortes ligações comerciais e

O principal ponto de chegada das embarcações no estado é o Porto do Grego, localizado no município de Santana, que fica a 25 km do centro de Macapá. Através dele, várias lanchas e barcos, repletas de pessoas e mercadorias, chegam e saem do estado. Após atravessar o caudaloso rio Amazonas e pôr os pés em terra firme, alguns viajantes, muitas vezes, buscam fazer bicos em Macapá ou Santana, com o intuito de juntar um pouco mais de dinheiro para seguir viagem. Grande parte destes migrantes possui um conhecido, um amigo ou um parente que reside em um dos dois municípios. Estes lhes ajudam a conseguir por um pequeno período um emprego de auxiliar de pedreiro ou outro bico que exija elevado esforço físico e lhe recompensem com pouco de retorno financeiro. Contudo, é válido frisar que alguns acabam se fixando em um dos dois municípios, trabalhando, por exemplo, no processo de conquista de passageiros na rodoviária estadual para os piratas, como também podendo desenvolver outras atividades trabalhistas em subempregos ligados ou não às engrenagens que movimentam a economia da fronteira.

Interessante frisar que estas configurações demonstram que viajar a fronteira com o objetivo de chegar aos garimpos ou à capital da Guiana Francesa nem sempre é precedida de uma preparação por parte dos migrantes que pretendem cruzar o rio Oiapoque pela primeira vez. Ocorre de estes viajantes fincarem moradia “pelo caminho”; como nas cidades de Belém, de Santana, de Macapá ou, por fim, em Oiapoque. Demonstrando que os migrantes nem sempre estão em si interessados no ouro, mas sim em novas possibilidades de mudança de vida. Deste modo, a fofoca do ouro potencializa a mudança, mas não necessariamente leva o migrante a profissão de garimpeiro em si, mesmo que esta seja a sua maior probabilidade.

Quando em Macapá, a viagem para Oiapoque é feita principalmente por dois meios. O primeiro é por um ônibus das empresas Santanense ou AmazonTur, cuja frequência diária alterna-se entre um e quatro veículos, a depender da procura dos passageiros, que varia de acordo com o período do ano. A segunda modalidade de viagem se dá por meio de piratas, que são taxistas que trafegam em carros 4x4 com pessoas e mercadorias entre Oiapoque e Macapá<sup>16</sup>.

Os ônibus são o meio de transporte de custo mais acessível, além de possuírem um preço fixo de passagem, em torno dos 120 reais. Isto garante certa segurança ao passageiro que dispõe de poucos recursos para a travessia, pois o ônibus propicia a certeza de que com um

---

culturais com o estado do Amapá.

<sup>16</sup> A disputa entre empresas de ônibus e pirateiros é um embate local histórico, sobretudo por aqueles alegarem que estes não pagam impostos, nem realizam periodicamente revisões de segurança em seus veículos. Nesta perspectiva, com o objetivo de organizarem-se, os pirateiros criaram uma cooperativa com mais de cinquenta filiados.

valor fixo chegará ao destino. Para viajar em um ônibus, faz-se necessário que o passageiro se dirija a um guichê na rodoviária municipal de Macapá, apresente um documento de identidade e compre uma passagem, podendo ser em espécie ou com cartão de crédito. No horário do embarque, a passagem e um documento de identidade devem ser reapresentados com o objetivo de evitar a viagem de pessoas que não compraram um bilhete. Às vezes, as viagens nos ônibus também cobram por bagagem, a depender do número e do tamanho dos volumes.

Os piratas ou pirateiros são o outro tipo de meio de transporte entre Macapá e Oiapoque. Estes cobram em média 200 reais por pessoa e, diferente do ônibus, só saem com lotação completa, sempre com quatro passageiros e sem um horário previamente determinado para isso. Os preços de passagens praticados por pirateiros variam de acordo com a oferta e a procura no mercado. Períodos festivos, a exemplo do Natal e do Carnaval, intensificação das chuvas de verão entre os meses de março e junho, além de uma demanda específica de viagem, como o fechamento de todo um carro para levar mercadorias ou alguma pessoa considerada “importante”, propiciam uma grande flutuação nos preços das passagens, que podem quadruplicar o valor costumeiramente pago.

Contudo, o perfil de transporte dos pirateiros diz muito de como são reconhecidos e buscados por passageiros. Ou seja, para cada perfil de pirateiro existe um perfil de passageiro. Existem aqueles pirateiros que saem pela manhã, já outros que preferem viajar à noite. É comum que os pirateiros que viajam à luz do dia levem mais vezes em suas viagens funcionários públicos, pessoas idosas, além de mercadorias que não encontram problemas com a fiscalização; com notas fiscais, como: remédios, alimentos ou móveis.

Já os pirateiros que viajam à noite, costumeiramente têm mais probabilidade de levar consigo passageiros que estejam transportando produtos os quais seus donos não desejem que sejam vistoriados, como ouro e outros artefatos que tangenciam práticas ilegais. Algumas vezes, o próprio pirateiro não sabe o que está levando, pois os passageiros guardam em malas com roupas e outros utensílios pessoais aquilo que pretendem esconder. Relação que também demonstra um acordo implícito entre os passageiros e os pirateiros, evitando mutuamente realizar perguntas sobre o que se leva e por quais objetivos, tornando-se esta uma característica comum dos despistes nas atividades laborais produzidas na fronteira.

Na viagem, é muito comum que os pirateiros e outros motoristas sejam parados pela Polícia Rodoviária Federal em dois postos de fiscalização. O primeiro posto, localiza-se no quilômetro nove da BR 156, na saída de Macapá. Já o segundo, fica a 14 km do centro de Oiapoque. O veículo que realiza a viagem no período diurno possui maior probabilidade de ser

abordado pela Polícia Rodoviária Federal.

Parados por dois ou três policiais, muitas vezes as equipes exigem documentos de identificação tanto do motorista como dos passageiros em suas abordagens. Enquanto um policial entra no posto de fiscalização para averiguar se existe alguma restrição documental, como uma expedição de ordem de prisão, o restante da equipe pode esperar este “procedimento padrão” tirando dúvidas com o motorista, perguntando-lhe de onde ele vem e para onde vai; como também, caso identifique algum passageiro como suspeito, podem realizar buscas no veículo. Deste modo, são comuns as apreensões de diversos tipos de artigos ilícitos, como também de descumprimento de leis rodoviárias, como o transporte de um maior número de passageiros, além de excesso de cargas, transportes perigosos ou mal transportados.

Um exemplo de uma apreensão está na foto abaixo (Figura 1), que reproduz uma publicação feita pela Polícia Rodoviária Federal do Amapá em uma rede social. Datada de julho de 2020, retrata um veículo modelo Hilux, parado no posto da PRF em Oiapoque, que trafegava com duas catraias em sua parte superior, além de uma geladeira envolvida em uma lona azul, junto a peças de granito alocadas na carroceria do veículo. Somava-se a carga o contingente de cinco pessoas, cuja origem do trajeto foi a capital Macapá.

Figura 1 – PRF apreende catraias em picape de pirata em Oiapoque.





O fato também foi noticiado pela imprensa local. O Blog do Seles Nafes, em reportagem publicada sobre a referida apreensão da PRF, destacou:

Apesar de parecer inusitada, a cena é até comum na região. As voadeiras são utilizadas para transportar passageiros e cargas pelos rios da fronteira para diversas localidades, ou do lado brasileiro ou do lado francês, incluindo trajetos até acessos de garimpos clandestinos no território ultramarino francês. Muitas destas embarcações chegam a Oiapoque transportadas exatamente no teto de picapes. O motorista abordado no início da semana é considerado na região como “um especialista nesse tipo de transporte”. Nas redes sociais ele e os próprios clientes, satisfeitos, divulgam o serviço. (BLOG DO SELES NAFES, 2020).

Assim, a organização de transportes para a fronteira, cuja funcionalidade é principalmente estabelecer um elo com as relações comerciais de diversos tipos com a capital Macapá, constitui-se como determinante no processo de engendramento e de consolidação da economia do ouro de modo local.

Quando um passageiro visa viajar ao Oiapoque, dirige-se ao ponto de encontro dos pirateiros, localizado em uma garagem em frente à rodoviária de Macapá. Os piratas oferecem um serviço diferenciado em comparação ao ônibus, uma espécie de “exclusividade”. Passageiros frequentes são sempre pegos em casa, em um hotel, no aeroporto de Macapá ou no Porto de Santana, com contato previamente agendado com o motorista. Esta é uma estratégia que busca fidelizar o passageiro, sobretudo porque os pirateiros competem entre si sobre a importância de determinadas pessoas que transportam em seus carros<sup>17</sup>.

Tornei-me passageiro frequente dos pirateiros. Mesmo tendo viajado várias vezes à noite, devido à segurança, sempre busquei realizar o referido traslado no período diurno. Após conhecer melhor os grupos de pirateiros, passei a identificar aqueles que andavam “com cuidado”, viajando com cargas leves, evitando sair a noite e que destinavam, pelo menos, um dia na semana para o descanso. Neste sentido, passei a viajar com um grupo de quatro pirateiros que se autoidentificavam em um grupo de *WhatsApp* como “GDL”, realizando uma referência à terminologia “Galera do Leite”. A referida nomenclatura se dava por estes serem já senhores entre os 50 e 60 anos de idade, levar cargas leves, não aceitar transportar mercadorias sem nota ou ilegais, como também por saírem sempre em dias fixos da semana, no horário mais cedo possível, pela manhã. Explicando-me rindo, um destes pirateiros relatou: “Eu gosto de sair na hora que o leiteiro está tocando a campainha da minha casa, por isso galera do leite”.

---

<sup>17</sup> Um relato mais detalhado sobre as relações de reciprocidade entre pirateiros e passageiros pode ser visto em Silva Neto e Sá (2019). Dentre outros dados, neste texto pudemos apresentar como as relações de confiança e amizade estão presentes no dia a dia dos trabalhadores de transporte rodoviário, principalmente ao mostrar como as dificuldades na BR 156 propiciaram o engendramento de uma rede de ajudas e de interdependências

Entre os pirateiros da GDL, existia a fixação de normas de amizade, confiança e reciprocidade bastante exaltadas. Ajudas na estrada, como levar peças para um carro quebrado, retirar um ao outro de atoleiros, como também compartilhar informações sobre bloqueios e possíveis problemas no trajeto. Respeitavam-se os passageiros e as encomendas um do outro, como outro pirateiro do referido grupo relatou-me em uma viagem entre Oiapoque e Macapá:

Você é passageiro do Romildo, ele pediu para eu levar você, porque eu não tomo você dele. Não sei por que, mas professores da UNIFAP sempre gostam de andar com ele. [Indaguei se eles são muito amigos, e ele respondeu-me:] Somos sim, ele me ajuda e eu ajudo ele. Todo ano eu tiro com a patroa quinze dias de férias, aí ele fica responsável pelas minhas mercadorias. Quando ele tira uma folga, eu levo as dele. Eu tenho um cliente fixo que levo os remédios para [abastecer] a farmácia dele. Se eu colocasse outro, depois de quinze dias de folga eu não ia levar mais, pois iam me passar a perna. Eu digo p'ra ele: não baixa o preço, mantém o mesmo preço que eu cobro. (DIÁRIO DE CAMPO, agosto de 2018).

Outro relato está em outra viagem que realizei em 2018, desta vez de Macapá para Oiapoque. Havia combinado com o pirateiro Romildo para ser pego no aeroporto. Informei-lhe que iria chegar às 14 horas, e solicitei para guardar a frente<sup>18</sup> para mim. Eu seria o último passageiro a ser pego pelo pirateiro, havendo pessoas dentro do carro que esperavam desde às 11 horas da manhã, o que é muito comum. Ao avistar o carro de longe, vi que uma pessoa estava sentada no banco da frente do veículo. Ainda me aproximando, vi o rapaz dirigir-se para o banco de trás. Ao guardar minhas malas no bagageiro e, posteriormente, instalar-me, o pirateiro me disse “o rapaz aí queria ir sentado na frente, só que ele é passageiro fixo de outro pirata. Não vou deixar um passageiro meu se sentar atrás por um que nunca vem comigo”. Após agradecer a deferência, seguimos viagem rumo à fronteira.

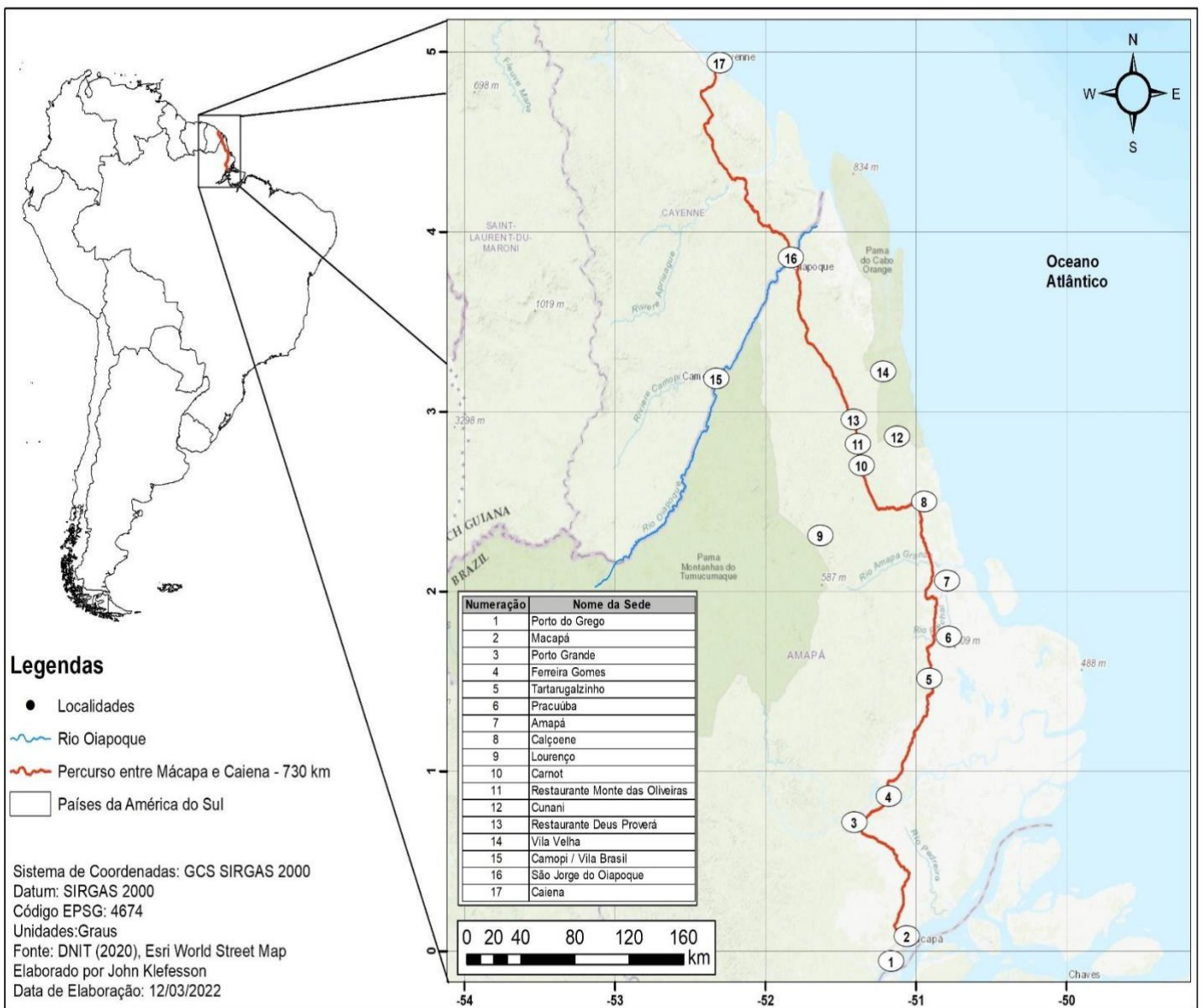
c) Tanto os ônibus como os piratas possuem locais predeterminados para alimentação, abastecimento do veículo e uso de banheiros, tendo normalmente entre duas e três paradas em um trajeto percorrido sem intempéries, em oito horas de viagem. O mapa abaixo (Figura 2), representa o percurso entre Macapá e Caiena, que será descrito em seguida. Tanto pirateiros como motoristas de ônibus realizam este trajeto semanalmente. Os motoristas de ônibus possuem descanso determinado por lei, enquanto os pirateiros regulam a si próprios. Como relata um pirateiro lembrando os primeiros anos que começou a trabalhar transportando pessoas e mercadorias entre Macapá e Oiapoque:

---

<sup>18</sup> Solicitar para que o pirateiro guarde “a frente” é muito comum entre os viajantes frequentes. “A frente” se refere ao banco que fica ao lado do motorista, que, para uma viagem de 600 km, torna-se mais confortável, sobretudo porque, segundo os viajantes, no banco de trás podem ir “três pessoas grandes, gordas ou mal-educadas que sempre querem pegar todo o banco”. Deste modo, quando a frente já está guardada, as pessoas solicitam para que uma das vagas nas portas seja reservada. Esta é uma questão que envolve muitas brigas e discussões entre os viajantes, sobretudo quando a frente é reservada, e quando o pirateiro chega para pegar um viajante no ponto de encontro previamente combinado, e este local já está ocupado por outro passageiro.

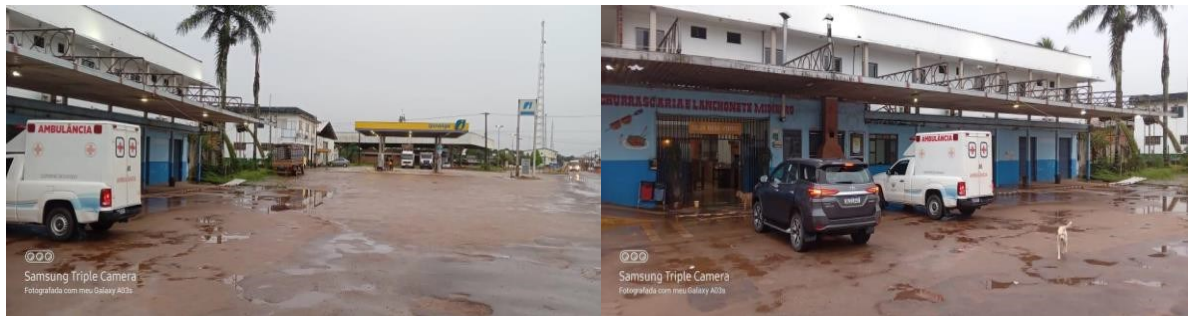
Na época, o asfalto mal ia até Porto Grande. Aí eu vim pro garimpo, mas preferi comprar um carro pra fazer os fretes. Eu tinha uma D20. Era linda, uma princesa. Teveuns meninos que compraram logo uma Hilux quando saiu aquelas novas, acho que em 93 [1993]. Esses carros vieram com ar-condicionado. Aí os passageiros começaram a querer viajar só no ar-condicionado. Aí tive que trocar o carro também, mesmo preferindo a D20 [...] Na D20 era muito melhor, nela eu coloquei uma lona na carroceria, coloquei uns bancos... chegava todo mundo vermelho de barro [risos]. Hoje só deixam transportar quatro, por isso que é caro p'ra vocês, mas eu levava mais de 15 quando eu tinha a D20 (Conversa com um pirateiro e ex-garimpeiro em 2019).

Figura 2: Percurso entre Macapá e Caiena



Fonte: KLEFESSON (2022)

Figura 3: Tartarugalzinho



Fonte: Arquivo Próprio

Figura 4: Comunidade de Vila Velha do Cassiporé



Fonte: Arquivo Próprio

Figura 5: Restaurante Monte das Oliveiras



Fonte: Arquivo Próprio



Figura 5: Centro de Oiapoque



Fonte: Arquivo Próprio

Ao sair de Macapá, o carro passa pelas cidades de Porto Grande, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Amapá, Calçoene e Oiapoque, perfazendo quase 600 km em uma via bastante perigosa, pois 40 km após a sede de Calçoene iniciam-se 110 km sem asfaltamento, que tangenciam as localidades de Carnot, Cassiporé, Monte das Oliveiras, além de uma grande quantidade de aldeias indígenas que ladeiam a BR 156. Mas não apenas por isso, existe também muitos animais, como cobras e onças, que estão em seu hábitat natural e circulam pelas proximidades da via, relatando-se entre os viajantes, mesmo que raros, casos de ataques.

Costumeiramente, a primeira parada acontece no município de Tartarugalzinho, localizado a 230 km de Macapá, também conhecida como uma cidade recheada por garimpos. Nesta cidade, existe um restaurante, que funciona 24 horas e oferece almoço, jantar e lanches para os viajantes. Ao lado do restaurante, encontra-se um posto de combustível, parada obrigatória para reabastecer o tanque antes de continuar a viagem. Os dois empreendimentos são de propriedade do Sr. Mineiro, conhecido político e comerciante do Amapá<sup>19</sup>. Outro ponto que pode ser a primeira parada na viagem é Porto Grande; contudo, não é muito comum de ocorrer. Mesmo localizada a 100 km de Macapá, os pirateiros e os motoristas de ônibus acham que o local é ainda muito próximo à capital para realizar uma interrupção na viagem, preferindo evitá-la.

A viagem entre Macapá e Tartarugalzinho é realizada em uma pista estreita, com elevada movimentação, sobretudo porque, neste trecho, há um fluxo de caminhões e de carretas que levam madeira ao porto de Santana, principalmente de eucalipto, com o objetivo de

<sup>19</sup> Durante a escrita desta tese, em agosto de 2020, o Senhor Mineiro faleceu vítima de COVID-19. O falecimento do empresário e político foi noticiado em vários jornais do Amapá. Em um destes jornais, a manchete foi a seguinte: Vítima da covid-19, morre Altamir Rezende, ex-prefeito de Tartarugalzinho: Ele foi o responsável pelo desenvolvimento do município que ajudou a criar (DIÁRIO DO AMAPÁ, 2020).

transportá-las a outros estados brasileiros para a produção de papel ou para a construção de casa e estruturas com aspecto rústico. Assim, no início da viagem, observa-se uma extensão com mais de 100 km às margens da BR 156 onde os viajantes transitam ladeando várias fazendas de eucalipto, plantados de modo retilíneo, cuja monocultura apresenta um verde de aparente cor viva. Contudo, seus efeitos são devastadores, deixando o solo local árido e pobre. As grandes fazendas mesclam-se às pequenas comunidades e vilarejos, constituídos em sua maioria por casas de madeira, próximas aos rios que cortam o estado do Amapá. Ao sair de Tartarugalzinho, um novo verde se apresenta aos olhos. A presença de outras fazendas que formaram um imenso cerrado até a cidade de Calçoene. Arbustivas, com pequeno tamanho, intervêm sobremaneira em uma nova organização da paisagem, com fazendas para gado e búfalos.

Apenas após Calçoene que se intensifica o conhecido verde da Floresta Amazônica, popularizado em revistas, livros e na televisão. Pequenas árvores, pastos ou plantações em modelo monocultor são substituídos por uma densa floresta, cuja presença de animais e a diversidade de plantas são presentes. Ao passar por Calçoene, após 40 km, é possível avistar de longe um grande aclave de barro, chamado pelos moradores de Oiapoque de montanhas, que são peças-chave no processo de identificação de mais um pedaço da estrada. Na viagem, estes 110 km, formado por muita poeira ou lama, a depender da época do ano em que a viagem é feita, fomentam processos de ajuda e interação na estrada. Assim, nesta parte da viagem, não é incomum, principalmente à noite, os viajantes se depararem com enormes cobras ou onças ou outros animais na estrada.

Quando se chega ao Oiapoque é comum que o pirateiro deixe os passageiros que pretendem atravessar a fronteira em um dos pequenos hotéis no centro da cidade. Caso o migrante esteja legalizado, basta dirigir-se à margem do rio Oiapoque, buscar um catraieiro, e atravessar para São Jorge. Logo ao desembarcar, os viajantes visualizam pequenas vans, chamadas pelos guianeses de navetes. As navetes transportam várias pessoas e mercadorias até Caiena, cuja viagem dura em torno de três horas. O referido traslado é realizado por turistas e, principalmente, por “brasileiros legalizados que moram na Guiana e ganham em Euro”.

Contudo, aqueles que viajam a fronteira pela primeira vez, ou que nunca conseguiram (ou sequer puderam tentar) se legalizar no país estrangeiro, necessitam das florestas para atravessar o rio. Em alguns estabelecimentos, existem pessoas que auxiliam na travessia para a Guiana Francesa, chamados de coiotes. O processo de travessia ilegal é complexo, repleto de perigos, e aprender a dar despistes se configura como fundamental para a travessia.

## Capítulo 2

### **OURO, FRONTEIRAS E AS DISPUTAS PELA OCUPAÇÃO DO OIAPOQUE**

A figura do garimpeiro é retratada de modo díspar em diversos momentos da historiografia brasileira. Parte destas imagens se configura no imaginário social através dos bandeirantes caracterizados como “destemidos desbravadores dos sertões paulistas” que, ainda no século XVII, contribuíram para a demarcação do território nacional (HOLANDA, 2014); outra parte resvala a percepção de “foras da lei” ou “ciganos”, cujo único objetivo seria a procura incessante por riquezas e a rápida ascensão social através dos metais preciosos, destruindo as paragens por onde transitavam, ao cometer crimes e infrações individuais ou em grupo (MELLO E SOUZA, 2017). Nestas duas concepções díspares, o garimpeiro surge como um agente modificador nas e das fronteiras.

É válido enfatizar que a influência dos garimpeiros na formação territorial, cultural e econômica do Brasil não se restringiu ao universo de produção científica das Ciências Humanas, sendo destacada em romances, séries e filmes, que apresentam aspectos variados sobre a vida daqueles que se dedicaram à extração de metais preciosos em várias partes do país, formando um substancial apanhado do cotidiano garimpeiro, ao problematizá-lo com erudição, sutileza e detalhamento.

Uma das primeiras obras literárias sobre os garimpos no Brasil é *O Garimpeiro*, de Bernardo Guimarães, publicada ainda no final do século XIX. O livro discorre sobre um relacionamento amoroso entre dois jovens: Elias, de origem pobre, e Lúcia, filha de um Major. Elias, por não conseguir a mão de Lúcia em razão da sua situação financeira, busca fortuna em um garimpo na região das Minas Gerais. A personagem viaja em busca do Eldorado, símbolo que representa a esperança por uma vida melhor, compartilhada ainda hoje por muitos garimpeiros. “Sou pobre, e é essa a razão por que teu pai me despreza. Mas devia lembrar-se que sou moço, e, louvado Deus! Tenho robustez e inteligência, sei trabalhar, e amanhã posso ser rico” (GUIMARÃES, 1997).

Se a obra de Guimarães destaca a esperança de uma nova vida propiciada pela sorte e pelo trabalho nos garimpos; o livro *Cascalho*, de Herberto Sales, publicado originalmente em 1947, retrata uma especial afinidade entre poder e latifúndio que permeia o universo garimpeiro, gerido por grandes proprietários de terra. Ao destrinchar as relações de mando no sertão nordestino, também se dedica a demonstrar a existência de uma hierarquização social na organização do garimpo de diamantes, através da qual garimpeiros e funcionários públicos ocupavam um local subalterno na estrutura econômico-política, devendo estes responder e respeitar às ordens dos coronéis. “Léguas e léguas de serra que lhe pertenciam por documentos passados em cartório, selados e garantidos por lei, e que estavam guardados dentro daquele canudo de folha-de-flandres, que era como o seu cetro de rei dos diamantes” (SALES, 1975).

O estado do Amapá também despontou como cenário de um romance escrito por José Sarney, cujo pano de fundo foi o universo garimpeiro. A personagem principal da obra é a prostituta Saraminda, cujo nome também batiza o título do livro. No enredo, Saraminda mantém um caso amoroso com Cleto Bonfim, um garimpeiro de grande importância local. A relação amorosa tensiona o erotismo da prostituição com a grosseria do garimpo. Para além das idiosincrasias dos personagens, o livro retrata questões culturais e políticas transnacionais à época do Contestado franco-brasileiro. As conflitualidades diplomáticas entre as duas nações, além da decisão suíça pelo pleito do Brasil, perpassam o enredo da história. “Seu Bonfim, o senhor nasceu em Cambeté, tem o dom do ouro, mas recebeu um diabo fêmea” (SARNEY, 2014).

Não apenas a literatura retrata a busca por metais preciosos e suas múltiplas possibilidades de interlocução, tendo em vista que o cinema e a televisão também abordaram a temática dos garimpos de ouro na Amazônia. Serra Pelada, o maior e mais famoso garimpo de ouro do Brasil, foi retratado em uma filmografia homônima de Heitor Dhalia e Vera Egito, lançada em 2013. O filme aborda o dia a dia do garimpo a partir da história de dois migrantes que saíram de São Paulo e buscaram mudar de vida em Serra Pelada. Apresenta os infortúnios do trabalho, como roubos e assassinatos. Conta a ascensão de um destes migrantes como dono de maquinários e locais de extração do ouro, suas relações com representantes do poder local, além de elaborar uma rica estória sobre as disputas entre donos de garimpos, ao envolver dinheiro e mulheres. Assim, o filme constituiu uma percepção sobre as relações de poder, que estão estritamente imbricadas entre domínio dos meios de produção aurífera e das mulheres desejadas.



Por fim, destaco uma série de 2020, reproduzida em TV aberta pela Emissora Globo, que apresentou a atuação de uma ONG denominada Aruanas, gerida por mulheres que ocupam locais de destaque na sociedade paulista. Em seu desenrolar, a série apresenta a vida nos garimpos da Amazônia, as condições de trabalho e transporte, como também as dificuldades cotidianas enfrentadas pelas populações ribeirinhas e garimpeiras. Junto a isso, demonstra um sofisticado esquema de grilagens de terras, garimpagem ilegal e assassinatos, que movimentam uma engrenagem que envolve políticos e empresários nacionais. Busca apontar, assim, que as relações no garimpo não se restringem ao universo de interações mais próximo ao local de extração do metal, porém assumem contornos transnacionais.

Em comum, estas obras discorrem sobre as dificuldades e situações-limite na vida em garimpos no Brasil. Representam partes de um todo, ao envolver o dia a dia dos trabalhos de extração mineradora e as relações de poder entre grandes políticos, donos de terras e empresários. Os livros e os filmes ajudaram com interpretações criativas sobre a realidade pesquisada em diferentes contextos, sobretudo por abordarem tempos históricos distintos e espaços geográficos diferenciados. Assim, estas obras auxiliaram a situar os garimpos e as fronteiras como campo de pesquisa. Neste sentido, busco indicar neste capítulo um panorama sobre as fronteiras e os garimpos no Brasil e no Amapá, ao apontar bibliografias e percursos históricos de como estas temáticas se alicerçam e podem ser entrelaçadas.

O referido capítulo foi dividido em quatro seções. A primeira aborda um apanhado geral sobre os estudos de fronteira, dando a tônica da discussão uma revisão através de alguns dos principais trabalhos produzidos analisando a temática. A segunda seção apresenta historicamente as primeiras incursões e ocupações na fronteira amapaense desde o século XVI, o que contribuiu para a sua atual organização política e social, envolta em disputas pelo território, logrando o Laudo Suíço em favor do Brasil em 1900. Na terceira seção, apresento o contexto de ocupação da fronteira em estudo, já subordinada ao Brasil, que instituiu novas frentes de expansão fronteiriça através de ocupações promovidas pelo governo nacional. Por fim, apresento algumas características geográficas e ambientais que propiciaram ou dificultaram as interações econômicas e culturais na região amazônica, em especial o caso de Oiapoque, no estado do Amapá, com a Guiana Francesa.

## **2.1– Estudos de fronteira**

Ao buscar entender o que é uma fronteira, como são percebidas e como são propiciadoras de agências; busquei perceber, assim como Albuquerque (2010), que este conceito não pode ser encarado de modo unívoco, mas sim a partir de uma compreensão

polissêmica e multifacetada. De uma parte, a fronteira pode retratar aspectos geográficos de um determinado território, ao estabelecer a divisão entre dois países. Contudo, a fronteira também pode ser empregada como uma frente de expansão, cuja principal ação se destaca pela ocupação de um território, através de pessoas e ações que envolvem empreendimentos agrícolas dentro de um determinado país, como bem salientou Velho (1975).

De modo epistemológico, o conceito de fronteira também pode ser acionado como ferramenta, ao diluir uma concepção “dura”, estabelecida pelo aspecto geográfico de sua formulação inicial. Fronteira, *lato sensu*, pode ser percebida através do contato com o outro ou com o diferente, prática metodológica empregada especialmente nos estudos sociológicos e antropológicos. Deste modo, como apontado inicialmente por Leonardo Sá e por mim, “para além da ordem social concreta, há na fronteira uma dimensão imaginária, mesmo quando estamos lidando com questões materiais bem concretas, como soe ser o comércio de ouro” (SILVA NETO; SÁ, 2019). Assim, a apresentação de proposições mais elásticas, em busca de reinterpretar as possibilidades que o termo e seus confluente podem trazer, é a proposição seguida nesta tese.

### **2.1.1– Algumas leituras sobre as multifaces do conceito de fronteira**

A categoria fronteira foi acionada diferentemente em diversos momentos históricos e em disciplinas distintas do saber científico, como na História, na Geografia e nas Ciências Sociais. As terminologias que auxiliam ou englobam “fronteira” como ferramenta analítica ou objeto de pesquisa foram organizadas e equacionadas, por exemplo: limites, divisas, deslocamentos, territórios, frentes de expansão, estranhos ou estrangeiros, diásporas, entre outros; e ajudam a problematizar as multiplicidades do conceito, que aqui é definido como base para as demais categorias.

Cardin e Albuquerque (2017) destacam que, entre os sociólogos clássicos, pouco se analisou, de modo mais detido, os estudos de fronteira. Contudo, faz-se necessário destacar algumas contribuições destes autores para a consolidação da temática em análise, sobretudo por buscarem tencionar a formação dos Estados nacionais, como também dos fluxos de estranhos que circulam entre povos, sobretudo praticando o comércio.

Início esta reflexão por Georg Simmel. Em sua obra *Sociologia* (1977), o autor analisa diversas temáticas, dentre elas a do estrangeiro. Em sua construção conceitual mais geral, Simmel busca problematizar, a partir de acontecimentos ou eventos, o modo como os indivíduos interagem entre si, ao observar o momento específico da experiência. Simmel dispõe atenção às trocas, ao refutar que as interações sociais se organizam através de relações

utilitárias ou exclusivamente econômicas. Deste modo, o autor aciona a percepção de que as trocas mais sólidas se dão por meio dos sentimentos e das reciprocidades, como a gratidão, como posteriormente elaborou Mauss (1974) e refinou Bourdieu (1996). É neste contexto que Simmel problematiza uma reflexão sobre o estrangeiro, que se constitui como aquele que possui uma dupla relação, de aproximação e de distanciamento; de pertencimento e de não pertencimento.

Uma percepção interessante em Simmel (1977) sobre o estrangeiro está no comércio. Através do comércio, o estrangeiro empreende uma mobilidade entre locais estranhos, problematizando as concepções de mundo enraizadas em cada grupo com o qual interage. Isto porque a condição de estrangeiro predispõe uma condição de liberdade, através da qual ele não está amarrado aos pressupostos compartilhados por cada grupo que se relaciona. Deste modo, a integração do estrangeiro é construída em parte, pois ele nunca é totalmente pertencente ao grupo social que participa no momento específico da interação, que está localizado distante do seu local de origem.

Aspectos de similaridade mais geral são as amarras que mantêm os vínculos entre os estrangeiros e os grupos com os quais eles interagem, tendo como característica última a própria humanidade. Neste sentido, acredito que, em Simmel, o estrangeiro pode ser demarcado não só por suas diferenças, como também por seu grau ponderado ou restrito de aproximação.

É válido frisar que, em uma visão simmeliana, estas aproximações e estes distanciamentos não se enquadram de modo individual. Pelo contrário, as demarcações aos estrangeiros podem acontecer através do grupo pelo qual são identificados. Como exemplo, em seu texto *Sociologia* (1977), Simmel apresentou o caso dos judeus na Idade Média, cujas ações de demarcação para com os indivíduos estavam diretamente alicerçadas na condição do judeu como estranho para os cristãos.

Em outra perspectiva, Max Weber, em *Economia e Sociedade* (1999), elaborou densa análise sobre o surgimento do capitalismo moderno, ao dedicar-se à ideia da formação dos Estados nacionais europeus, em específico da Alemanha. Em sua formulação mais geral, Weber buscou entender como se constituía o processo de subordinação de homens por outros homens. Ao refletir sobre a categoria poder, percebeu que esta, por ser muito abrangente e fluida em sua utilização, não daria conta das análises sócio-históricas que ele desenvolvia. Utilizou-se da categoria dominação, sobretudo por esta refinar o conceito de poder, ao ser possível destacar tipos categoriais de análise que pululavam através de sua teoria, como as dominações

carismática, tradicional ou burocrática<sup>20</sup>.

No segundo volume de *Economia e Sociedade*, Weber (1999) possibilita construir uma compreensão sobre as comunidades, em meio mais específico, sobre as comunidades políticas; cuja atuação é exercida dentro de um determinado território. Em sua reflexão, Weber acredita que as fronteiras de um determinado território são fundamentais para se estabelecer o que pode ser compreendido por uma comunidade política. Assim, em Weber, pensar fronteira está diretamente relacionada à relação de pertencimento com o outro.

Contudo, o autor chamou atenção para algo inerente à constituição das fronteiras, que é a possibilidade de mobilidade na demarcação de seus limites. As fronteiras de um território, pertencente a uma determinada comunidade, podem sofrer modificações, sobretudo se observados grupos nômades ou comunidades que enfrentam problemas na demarcação de suas terras. A existência do território institui outra característica para os estudos de fronteira, que é a definição daqueles que se encontram dentro ou fora da referida comunidade. Deste modo, segundo Weber, a coerção física exerce papel preponderante na delimitação de um grupo e de seu território.

Outro autor clássico para os estudos de fronteira é Frederick Turner, sobretudo por ter se dedicado à análise sobre a formação dos Estados Unidos da América<sup>21</sup>, no movimento que ficou conhecido como “marcha para o Oeste” (TONETE, 2016). Turner (2004) apresenta o Oeste norte-americano como um ponto de inflexão na formação do Estado nacional, sobretudo ao tencionar o conceito de fronteira, que de uma parte surge como marco delimitador dos territórios de dois países, e de outra, como representação da expansão política e cultural sobre um dado território. Neste sentido, existe em Turner uma problematização da influência europeia na formação dos EUA, que instituiu contato com os *wilderness*,

---

<sup>20</sup> Max Weber compreende por dominação a probabilidade de obediência a uma norma específica dentro de um determinado grupo (WEBER, 1999). Distingui-as em dominação carismática, tradicional e burocrática. A dominação carismática se configura a partir de uma obediência a partir de crenças ou a um indivíduo por conta de suas qualidades pessoais. A dominação tradicional caracteriza-se pela obediência a normas calcadas na tradição, exercida principalmente por um senhor ou patriarca. A dominação burocrática é compreendida como obediência à regra, não à pessoa em si. Deste modo, o processo de dominação descrito leva em consideração os traços legais de organização social, caracterizando-se como uma dominação estável, pois é baseada em normas escritas e bem definidas. É válido frisar que estes tipos de dominação se mesclam, estabelecendo imbricações variadas nas possibilidades encontradas no real.

<sup>21</sup> Otávio Velho (2009) também chamou a atenção para a influência de Turner nos estudos sobre fronteira. Em seu livro *Capitalismo autoritário e campesinato*, o autor apresenta o debate propiciado pelas “teses de Turner” nos EUA, não apenas a partir de sua vertente empírica, mas também conceitual. Velho destacou que Turner pretendeu abordar a temática da fronteira através de uma perspectiva “transcultural” e “trans-histórica”, instituindo uma reflexão que pensa a fronteira como uma “evolução”, sobretudo pensando que sua formulação deveria abarcar a influência das formações das fronteiras em outras sociedades.

caracterizados como os selvagens<sup>22</sup>. Ao passo que este contato possibilitou aos europeus aprenderem como enfrentar os problemas de viver em um novo local, inóspito para aqueles que acabavam de chegar – o quadro conceitual utilizado por Turner para interpretar como se deu o contato entre nativos e europeus influenciou pensadores brasileiros, como será possível observar no próximo tópico.

Para Turner (2004), o avanço de pioneiros para o Oeste foi fundamental para a consolidação da democracia americana. Segundo o autor, a fronteira, em um sentido de expansão, é propiciadora do individualismo, como também possui menor controle, tendo em vista que está em processo de formação. Assim, aquele que vive na fronteira possui a característica de se organizar a partir de um núcleo familiar, que posteriormente transforma-se em vilarejos ou cidades.

A partir deste ponto, Turner (2004) apresenta interessante problematização quando discorre que a fronteira é díspar quando em sua expansão, ao observar os diferentes indivíduos que nela vivem e transitam. Se de um lado os mercadores comercializavam com indígenas e lhes vendiam armas para enfrentar donos de fazendas que estavam em constante expansão territorial para a consolidação de uma fronteira agrícola; de outro, também chegaram aos índios, por meio de mercadores, álcool e outros vícios que estes não estavam habituados, impondo-lhes, na visão do autor, uma destruição corrosiva das práticas indígenas. Assim, os constantes conflitos, como também uma maior migração propiciada pela expansão da fronteira agrícola, instituíram a necessidade de se consolidar estradas, vilas e forças estatais no Oeste, fator propiciador da democracia americana e da consolidação de um território nacional.

A problematização da formação de territórios e sua consolidação também estão presentes em Norbert Elias (1993), que se dedicou a estabelecer uma correlação entre o processo civilizador e a construção dos Estados nacionais. Elias identifica a formação das fronteiras dos Estados como um processo cíclico de tensionamento entre forças de concentração e dispersão do poder. Contudo, após um longo período, o estabelecimento de monopólios sucedeu formas de governos fragmentados, resultantes do modelo feudal. Este processo organizou-se, sobretudo, pela mudança das populações camponesas para as cidades, como também pelo surgimento de um maior controle propiciado pela interdependência social, sendo

---

<sup>22</sup> Santos (2017) aponta que o termo *wilderness* é de difícil tradução para o português, sobretudo por não conseguir traduzi-lo de modo neutro ou positivo. O termo em inglês representa uma terminologia cuja referência reflete sobre as populações originárias que já residiam naquelas terras antes da chegada dos europeus.

denominado por Elias, respectivamente, de sociogênese e psicogênese. A sociogênese constitui-se como o controle social coercitivo, cada vez mais presente no processo que se desenrolou principalmente na sociedade de corte. Como também a psicogênese se constitui como um processo de autocontrole, a partir da inculcação de práticas estabelecidas socialmente.

Esta nova organização estatal, caracterizada pelo monopólio de um soberano sobre um dado território, como também pela suavização de hábitos mais “rudes”, propiciou um processo de paz, instituindo menos conflitos violentos por meios “mais pacíficos”, como a diplomacia.

Assim, somada a centralização da arrecadação de impostos, como também uma maior influência econômica do comércio em detrimento da terra nas questões de Estado, criou-se um contexto propício para a consolidação do processo civilizador europeu.

A criação de monopólios tributários, comerciais, militares e, sobretudo, territoriais, engendrou a necessidade de se estabelecer Estados cada vez maiores que auxiliassem a livre circulação de mercadorias, como também propiciassem uma identificação étnica contida na população do território, uniformizando práticas linguísticas e culturais, culminando também em fronteiras estabelecidas e reconhecidas, sejam por guerras ou por disputas diplomáticas. Assim, explica Norbert Elias:

Só quando um monopólio centralizado e público de força existe numa grande área é que a competição pelos meios de consumo e produção se desenvolve de modo geral sem intervenção da violência física; só então existem, de fato, o tipo de economia e de luta que estamos acostumados a designar pelos termos “economia” e “competição” em sentido mais específico (ELIAS, 1993).

Com novas formas de interdependência instituídas, sobressaem-se também novas formas de relações de trabalho. A substituição do trabalho servil encontra lugar no trabalho livre, que propicia maior mobilidade internacional, em contraponto à exclusiva fixação em um feudo por toda uma vida. Instituindo-se assim bases para a formação de uma sociedade industrial, caracterizada por uma rede de interdependências.

Retomo afirmação anterior que advoga a possibilidade da construção da fronteira não só territorial, mas também por meio de uma organização simbólica. Em outra obra, Elias e Scotson (2000) refinaram esta perspectiva quando realizavam trabalho de campo na comunidade de Winston Parva, colhendo uma série de dados demográficos e populacionais. O nome atribuído ao título do livro é significativo, “Os Estabelecidos e os outsiders”. Retratam conflitos entre dois grupos que habitam um mesmo local, mas que parte deles, considerados uma elite local (abrangendo-se aqui uma percepção moral), busca diferir-se de um grupo

outsider, cujas características remontam percepções de “delinquência” e “estranhamento”.

Mesmo possuindo uma condição sócio-financeira comum, quando analisadas renda e outros aspectos demográficos, os habitantes locais caracterizados como “*establishment*” possuíam uma distinção por se proclamarem e por serem reconhecidos como fundadores do local, ao passo que também estabeleciam regramentos e a aparência de “boa sociedade” a ser seguida. Em outra ponta, encontravam-se os *outsiders*, que estavam a menos tempo habitando a localidade, adquirindo características de “violentos”, impondo-se a estes a exclusão social. Este é um movimento segregacionista comum enfrentado por estrangeiros quando chegam a novas localidades. Assim, as fronteiras não se constituem apenas como organizações territoriais, mas também simbólicas.

Pensar as fronteiras a partir de outros conceitos é possível não só em Elias, mas também em outros autores que contribuíram para as Ciências Sociais. Em Gramsci, a presença de uma diferenciação entre Oriente e Ocidente transpassa uma compreensão geográfica ou territorial. Ao explicar esta diferenciação, Alba Carvalho (1983) busca problematizar em Gramsci a forma como determinadas sociedades diferenciavam Estado e sociedade civil. Segundo Carvalho (1983), o autor atribui ao Oriente uma maior vinculação entre o Estado e a sociedade civil, em comparação com o Ocidente, em que existe uma diferenciação mais clara entre estes dois ciclos. Deste modo, os termos, inicialmente geográficos, adquirem preponderantes características morfológicas de como o capitalismo se manifesta e deve ser enfrentado dentro de cada contexto em que surge, instituindo o que o autor classifica de guerras de posição e guerras de movimento.

Edward Said (1996) também apresentou sua contribuição sobre a distinção entre Oriente e Ocidente, ou entre o “nós” e os “outros”. Para Said (1996), o Oriente se constitui como uma criação do Ocidente, elaborado por meio da literatura e da ciência; cuja função seria justificar as ações imperialistas e colonialistas sobre territórios díspares, que possuem vasto tamanho, além de largas diferenças culturais, econômicas e sociais, contudo eram caracterizados por uma classificação única. As primeiras imagens que surgem sobre o Oriente estão incrustadas no imaginário ocidental como “exóticas” ou “inferiores”. Ainda segundo Said, o Oriente também é o local que estabelece contra os conhecimentos europeus o maior e mais forte campo de disputas culturais, sobretudo por englobar povos de vasta produção literária, não sendo compreensível que estes locais fossem dominados como colônias pela Europa durante tantos anos. Deste modo, o Oriente representa para o Ocidente o “outro”. Estabelece-se assim, de acordo com Said, uma fronteira simbólica que tensiona não apenas

determinações geográficas, mas também culturais e sociais.

Tendo em vista que, mesmo com limites territoriais definidos e respeitados entre nações, uma fronteira possui outros graus de interlocuções e interações que as borram, insurgem ou repaginam. Deste modo, não podemos pensar as fronteiras apenas em seus limites geográficos, mas devemos também observar seus agenciamentos coletivos, propiciadores dos mais variados graus de convivências e divergências com o diferente. A fronteira é, em última análise, o outro.

### **2.1.2- Algumas reflexões clássicas sobre fronteiras no Brasil**

A perspectiva nacional sobre fronteiras se deveu a análises elaboradas por autores clássicos da sociologia brasileira do século XX que, influenciados principalmente por Turner e Weber, depositaram parte de suas reflexões sobre a formação do Estado e da identidade nacional brasileira. Inicialmente, estabeleceu-se um debate sobre o processo de formação do Brasil Colônia e a demarcação das fronteiras nacionais, conforme o exemplo dado por Sérgio Buarque de Holanda na sua obra. Este autor empreendeu uma vasta análise sobre ações praticadas por “desbravadores” na ocupação do território e sobre como este movimento de ocupação proporcionou a formação de uma identidade nacional. Em uma segunda fase, é possível destacar estudos de Otávio Velho e Roberto Cardoso de Oliveira, que apontaram novas interpretações sobre os fronteiriços nacionais, apresentando dados de campo e aproximações dos constantes conflitos presentes na organização de frentes de expansão e do contato interétnico com o outro.

Em *Caminhos e Fronteiras*, Sérgio Buarque de Holanda (1975) problematizou a formação do território nacional a partir de uma perspectiva histórica, contribuindo para a discussão de como o movimento de delimitação das fronteiras do Brasil foi fundamental para a formação de uma identidade nacional. Caçadores de índios, os bandeirantes constituíam-se como aventureiros. Contudo, quando encontravam minas de ouro, existia um processo de fixação destes aventureiros no território ocupado, tornando-os colonos. Este processo, para Holanda (1975), propiciou a convivência de dois tipos de agentes que desbravaram os sertões: o aventureiro e o devassador. Sendo o primeiro tipo responsável pela expansão das fronteiras, avançando os limites definidos outrora, e praticando, através da força, ações para dominar um novo território. E o segundo tipo, que se estabeleceu e compartilhou conhecimentos com indígenas<sup>23</sup>, fixou-se no território e estabeleceu uma nova cultura no local ocupado, criando

---

<sup>23</sup> Para Sérgio Buarque de Holanda os indígenas possuíam papel fundamental para que os portugueses ocupassem o território que hoje é o Brasil, pois ensinaram práticas e apontaram caminhos de como enfrentar a



aquilo que viria a ser “o brasileiro”. Nota-se uma influência direta de Turner (2004) na elaboração explicativa da formação do território e de uma identidade nacional elaborada por Holanda, tanto em *Caminhos e Fronteiras* como em *Monções* (2014), especialmente no processo de rescrita do livro, chamado *Capítulos de expansão paulista* (2014), ao problematizar a larga faixa de terra denominada por Holanda como o “extremo Oeste”, em suas pesquisas sobre o Mato Grosso, especificamente sobre os processos migratórios para Cuiabá.

Corroborando com Holanda, Antônio Cândido, em os *Parceiros do Rio Bonito* (2010), analisou como as populações se fixaram no território paulista séculos após as incursões de bandeirantes no interior dos sertões brasileiros. Para o autor, este processo de fixação se deu a partir de mudanças do estilo de vida outrora empreendido por ancestrais de moradores dos sertões paulistas, cuja principal característica da vida laboral era retratada pela mobilidade, em detrimento aos seus descendentes, que possuíam quase nenhum contato diário com um grupo maior de pessoas, como também se movimentavam cotidianamente pouco de suas terras (MELLO E SOUZA, 2010).

Darcy Ribeiro também foi um dos primeiros intérpretes a se preocupar com o debate sobre as fronteiras, especialmente quanto às ações praticadas na Floresta Amazônica. Para Ribeiro (1977), interessava não os estudos de fronteira especificamente geográficos, mas sim os culturais. Ao perceber a Amazônia como a última frente de expansão da América Latina, interpretava as investidas sobre o território como frentes de expansão, não enfocando apenas por um viés econômico, mas principalmente civilizacional. A ideia de civilização é chave para o autor, pois ele se propõe a refletir as “fronteiras da civilização”. Nesta perspectiva, o contato interétnico foi o seu principal objeto de pesquisa, questionando o contato do “índio com o branco”. Esta relação, segundo Ribeiro, foi devastadora para os indígenas, sobretudo por impor às populações originárias uma percepção de que a sua cultura se constituía como “atrasada” ou não civilizada, olhando para si “com os olhos do branco” (RIBEIRO, 1977).

As reflexões alicerçadas por estes autores puderam ser desenvolvidas e refinadas por outros sociólogos e antropólogos, como Otávio Velho, Roberto Cardoso de Oliveira e José de Souza Martins, que produziram vasta bibliografia sobre fronteiras, principalmente sobre a fronteira amazônica.

---

floresta. Em suas palavras, “pioneiros brancos que, especialmente nas terras de Piratininga, tiveram de imitar seus hábitos [dos indígenas] para resistir a hostilidade do meio” (HOLANDA, 1975).

Segundo Cardoso de Oliveira (1972), para realizar uma reflexão sobre as frentes de expansão, faz-se necessário ir além de uma interpretação eminentemente economicista, pois sua análise visa focar uma perspectiva antropológica sobre este processo. Deste modo, insere-se no debate sobre fronteiras uma visão teórico-metodológica sobre frentes de expansão que dialoga principalmente através do contato com o “outro”. O autor chama a atenção para aquilo que denomina de fricção interétnica, interpondo a fronteira como o local de interações culturais recheados por conflitos. Assim, não é possível pensar o contato com o outro como algo dado ou passível de assimilação; mas sim, como o próprio termo indica, como uma aproximação em que se encontram presentes populações opostas a partir das percepções diametralmente distintas sobre a realidade observada.

Corroborando com esta perspectiva, José de Souza Martins aponta que “A história contemporânea da fronteira, no Brasil, é a história das lutas étnicas e sociais” (MARTINS, 1996). É por meio desta perspectiva que Martins avoca seu olhar para a Amazônia, onde grande parte dos conflitos ocorreram devido a embates pela terra entre grandes proprietários indígenas, ocasionando inclusive diversos confrontos armados. Ao passo que, também, pequenos proprietários e camponeses foram assassinados, despontando diversas alterações pelo direito à terra. Deste modo, para Martins (1996, 2014), a Sociologia deve centrar esforços em entender aquilo de mais importante neste contexto, que são os conflitos sociais. É nesta perspectiva que o autor aponta que “nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade” (MARTINS, 1996). Assim, a fronteira é, a partir da relação conflitiva com o diferente, um local de encontros e desencontros. Nas palavras do próprio autor:

É possível, assim, fazer uma primeira datação histórica: adiante da fronteira demográfica, da fronteira da “civilização”, estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora. Digo que se trata de uma primeira datação histórica porque cada uma dessas faixas está ocupada por populações que, ou estão no limite da História, como é o caso das populações indígenas; ou estão inseridas diversamente na História, como é o caso dos não índios, sejam eles camponeses, peões ou empresários (MARTINS, 1996).

Para o autor, o que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social (MARTINS, 1996). Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta e encontro do outro. Assim, as nomenclaturas “frentes pioneiras” e “frentes de expansão” não são, em si, dois conceitos idênticos, como muitas vezes usados por geógrafos e antropólogos.

Em termos gerais, a primeira indica especialmente o avanço econômico sobre um determinado território, trazendo-lhe “modernidade”, “desenvolvimento econômico”. A segunda se refere ao que poderíamos identificar como uma espécie de “avanço civilizacional”, que reorganiza costumes e dilacera culturas previamente existentes, através do contato com o outro – sendo característico o conflito.

Neste diapasão, como aponta Eric Cardin e Lindomar Albuquerque, “até meados da década de 1980, as fronteiras foram pensadas pelas Ciências Sociais predominantemente como frentes de expansão/colonização, zonas de contato/conflito, relações entre identidade e diferença ocorridas em determinadas regiões dos territórios nacionais e com grupos étnicos específicos” (CARDIN; ALBUQUERQUE, 2017). Isso se deveu ao especial enfoque nos processos de formação territorial dos países, como também as percepções sobre o contato de populações originárias com novos modelos sociais e econômicos.

### **2.1.3 – Algumas reflexões contemporâneas sobre fronteiras**

Nas últimas três décadas, as reflexões sobre fronteiras têm despontado através de diversas perspectivas acadêmicas, inclusive ao incorporar cada vez mais pesquisadores fora do circuito central da produção sociológica brasileira e mundial – vinculada especialmente ao Rio de Janeiro e a São Paulo, no caso do Brasil; e dos Estados Unidos e da Europa, a nível mundial. Para Cardin e Albuquerque (2017) os contextos de pesquisa sobre fronteiras, após a década de 1990, têm desenvolvido um largo espaço através de novas contribuições, sobretudo ao pensá-los para além da ideia de frentes de expansão, ao inserir as “fronteiras internacionais”<sup>24</sup> como campo de pesquisa. Deste modo, os autores apontam quatro pontos que ganharam destaque nas novas formulações das Ciências Sociais sobre o conceito:

- a) a discussão sobre globalização e o lugar do Estado nacional no processo de redefinição de suas fronteiras em contextos de integração regional, como aqueles ocorridos na União Europeia, Nafta, Mercosul etc.; b) as políticas e os financiamentos por parte de organismos internacionais, ONGs, órgãos do Estado nacional e das organizações regionais para os estudos das regiões fronteiriças, visando o desenvolvimento de políticas públicas de cooperação transfronteiriça; c) a intensificação dos fluxos migratórios e as políticas de controle de fronteiras, especialmente os vários muros erguidos depois da queda do Muro de Berlim em 1989; d) as dimensões dos circuitos das mercadorias ilícitas, das ameaças terroristas e das preocupações dos Estados nacionais com as políticas de segurança e fiscalização das fronteiras, particularmente depois dos ataques às torres gêmeas nos Estados

---

<sup>24</sup> Se observado de modo estritamente geográfico, as divisões entre territórios no Brasil, segundo o IBGE, dão-se em limites (municípios), divisas (estados) e fronteiras (nações). Isso poderia significar que, ao se referir às fronteiras internacionais, poder-se-ia incorrer em redundância. Contudo, como já apresentado, o conceito de fronteira vai além da perspectiva empregada pelo Estado em sua utilização. Deste modo, o uso da referida terminologia abrange mais perspectivas do que sua interpretação oficial, tendo àquela utilizada pelo Estado brasileiro como uma de suas possibilidades.

Unidos em 2001 (CARDIN, ALBUQUERQUE, 2017).

Tendo em vista que construções mais gerais sobre o conceito de fronteira podem desempenhar uma perspectiva polissêmica através de diversos acionamentos que o mobilizam como ferramenta analítica, as visões apontadas foram percebidas e debatidas por autores internacionais, brasileiros, como também amapaenses.

Ao refletir sobre estas diversas perspectivas, Chiara Brambilla (2015) chama a atenção para se pensar os estudos de fronteira como “*borderscape*”, desvinculando-os de uma visão que pensa as fronteiras como linhas estáticas ou como demarcações entre Estados. Deste modo, Brambilla e Jones apontam que “*Therefore, borderscapes bring the complexity of border processes as variously created, experienced, and contested by human beings back to the foreground*” (BRAMBILLA, JONES, 2015). A reflexão chama a atenção para uma análise que visa entender os processos fronteiriços que dialogam com a temática da violência e dos conflitos sociais, não apenas observando um poder soberano, mas também buscando compreender as diversas dinâmicas de poder que estão presentes nas fronteiras, alicerçadas por resistências e lutas, que envolvem as complexidades das agências humanas (BRAMBILLA, JONES, 2015; BRAMBILLA, 2015).

Machado (2000) aponta que os estudos sobre fronteira podem estar inseridos nas dinâmicas dos mercados internacionais que tensionam o legal e o ilegal, constituídos em zonas cinzas de práticas sociais características destas regiões, tendo em vista que as relações entre “dinheiro sujo” ou “dinheiro limpo” se inserem em questões mais amplas. É neste sentido que o funcionamento do sistema jurídico-legal dos Estados não consegue abarcar as complexidades dos movimentos internacionais cada vez mais tensionados pela prática cotidiana dos agentes neles inseridos. Desta forma, é possível compreender o funcionamento do sistema financeiro que, em certa medida, beneficia e, inclusive, incentiva práticas que utilizam o modo mais eficiente possível às engrenagens das margens territoriais, como também legais. Nesta perspectiva, o conceito de globalização deve levar em consideração não apenas uma visão generalista recheada por questões “negativas”, mas sim buscar através dos Estados, das organizações e dos indivíduos como ocorrem as relações entre legalidade e ilegalidade nas áreas porosas de fronteira internacional. Seguindo esta perspectiva, Jones (2012) chama a atenção para:

*The border is a key site for the state to establish the binaries of power that frame the world as citizen–alien, nation–foreign, here–there, and we–they. The broad strategies for defining the boundaries between legal and illegal activities in a territory are set in the capital; however, the implementation of these decisions is delegated to local officials as the agents of the state in the área (JONES, 2012).*

Significa dizer que, mesmo com as imposições transcritas em leis pelos Estados nacionais, existe uma relação nas fronteiras que é feita e refeita diariamente, sendo seus sentidos negociados e reinterpretados. Os agentes estatais, operadores de um sistema de fiscalização, inventam e reinventam as possibilidades de execução das normas. Ao passo que as táticas são recalculadas para que exista uma continuidade de ação entre as regras impostas.

Podendo dialogar com esta perspectiva, Fernando Rabossi chama atenção para os fluxos presentes na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. Analisa complexas particularidades da referida fronteira, ao apontar dois conceitos chave: aceleração e deslocamento (RABOSSO, 2015). Quanto ao primeiro, através de panfletos de promoções entregues na *Ciudad del Este*, reflete sobre a velocidade com que os processos de compra e de venda de produtos acontecem, com o objetivo de entender como aquela fronteira funciona. Aponta que as promoções são especialmente oferecidas para dias bastante determinados, contudo, sempre com um olhar para os seus compradores e para as fiscalizações. Neste sentido, os horários indicados nos panfletos respeitavam o fuso horário brasileiro, não o paraguaio. Como esclarece o autor, “o horário do comércio do microcentro é aquele de seus compradores, e não aquele do lugar onde está situado, algo que estabelece um deslocamento particular entre espaço e tempo no centro da cidade” (RABOSSO, 2015). Interessante perceber que os espaços e tempos são produzidos para aqueles que têm maior força para determinar as configurações na fronteira, nesse caso os brasileiros. Deste modo, é o Brasil que surge como Estado que impõe com mais força restrições alfandegárias, como também tem maior autonomia em classificar quais práticas são consideradas como legais ou ilegais neste contexto fronteiriço.

É neste sentido que as análises sobre práticas que permeiam o legal e o ilegal são fundamentais para se entender as dinâmicas das fronteiras. Albuquerque e Paiva (2015) chamam a atenção para a organização de fluxos internacionais, tendo em vista que, em um determinado país, é possível que uma prática seja classificada como criminosa, ao passo que em outro ela seja juridicamente aceita, como no caso das brigas de galo na tríplice fronteira entre Peru, Brasil e Bolívia. Os negócios transnacionais podem ser potencializados pela situação de ilegalidade adotada em um país, mas que é aceito em outro vizinho. Deste modo, falar sobre aquilo que é feito e vivenciado em contextos de fronteira se constitui como algo importante para entender como as pessoas se movimentam nas margens do Estado. Nesta perspectiva, os contextos de violência e conflitos sociais são motivações que engendram novas sociabilidades, estando inseridos nas falas daqueles que residem nas fronteiras, ao atribuírem

significados sobre o referido fenômeno. Por exemplo, como aponta Paiva (2016), as avaliações morais sobre as práticas classificadas como violentas permeiam a vida da tríplice fronteira, chamada de trapézio amazônico. Neste contexto, os moradores da referida fronteira, ao interpretarem as relações de violência e conflitos sociais, classificam aqueles que possuem maior probabilidade de serem atingidos pela violência, ao levar em consideração o local social que ocupam e as práticas que exercem.

No caso específico desta pesquisa, práticas ilegais permeiam o cotidiano fronteiriço. Como apontam Vargas e Aquino (2019) a região da fronteira franco-brasileira é recheada por práticas vinculadas estritamente aos garimpos que tangenciam o legal e o ilegal e dão a tônica dos processos de sociabilidade fronteiriça. Relações violentas são presentes no cotidiano estudado, como também envolvem uma complexa economia do ouro, que agencia desde garimpeiros, pequenos comerciantes e prestadores de serviços, a donos de garimpos e empresas multinacionais. Deste modo, a fronteira apresenta para as autoras uma complexidade, quando se observa as condições de trabalho dos garimpeiros, as interações cotidianas que vivenciam, as relações entre Nações (Brasil e França), como também as práticas policiais de fiscalização e desmonte de grupos que fomentam a extração, a compra e a venda de ouro ilegal.

Nesta perspectiva, é importante apontar que, na Amazônia, as formações dos Estados Nação estão, como aponta Zarate (2017), diretamente interligadas aos processos de extração de matérias-primas da região, que funcionaram como força motriz de suas economias nas primeiras décadas do século XX *“las diversas variedades de gomas elásticas y de productos maderables, especialmente la balata, que se usaba de manera preferente en la industria bélica o de productos de demanda reciente, usados también en la industria de guerra, como el barbasco”* (ZARATE, 2017). Posteriormente, este processo foi constituído, através de um discurso desenvolvimentista e nacionalista, por incentivos do Governo Federal brasileiro para o desenvolvimento da região através da criação de novas fronteiras agrícolas, contudo sem observar os efeitos ambientais causados pelo desmatamento destas áreas. A incursão de atividades de extração mineral, como o petróleo e as pedras preciosas, movimentaram esta complexa relação. Deste modo, a insurgência de diversos conflitos socioambientais é um marco dos governos militares brasileiros, que até hoje reverberam nas relações estabelecidas nas fronteiras amazônicas. Isto posto, a questão jurídica surge como fator determinante na organização social local, ao classificar aquilo que pode ser ou não categorizado como prática ilegal dentro do contexto de fronteira.

É nesta perspectiva que autores voltados à Ciência Jurídica também não se furtaram a debater a temática. Refletir sobre a formação dos Estados Nacionais, sobretudo a sua influência em determinar o engendramento de fluxos migratórios, protagonizados por diversos indivíduos ou povos, enseja uma discussão no universo jurídico sobre qual seria o papel do Estado e sua influência nestes processos. Seriam agenciadores positivos (em busca de resolver os problemas causados/causadores) da migração ou estariam se deparando com o próprio problema?

Questões como estas foram suscitadas por alguns autores, como Berner (2009), que indicou uma dicotomia no funcionamento dos Estados modernos, pois ao passo que apregoam uma “república livre”, cada vez mais, também inserem discussões de definições territoriais, através do exercício da jurisdição fronteiriça. Assim, juridicamente, definem suas nacionalidades por meio de suas histórias e dimensões espaciais – como já havia apontado Max Weber. Nas palavras da autora: “Ser nacional de um Estado significa ter com ele um vínculo jurídico, pertencer a uma categoria de pessoas cuja soberania ao mesmo tempo determina e legitima o poder instituído, poder este que também se manifesta no âmbito internacional” (BERNER, 2009). Assim, os direitos dos migrantes sempre estão diretamente relacionados à soberania dos países para os quais imigram. Mesmo tendo autorização para entrar no território de outra nação, na maioria das vezes, esta condição é provisória, passível de ser anulada a qualquer momento, ao levar em consideração os interesses nacionais daquele Estado que os recebem (BERNER; PARREIRA, 2013). Assim, questiona-se a máxima de que o mundo está mais integrado, restando uma crise econômica para que a imigração seja temática presente (OSÓRIO; BERNER, 2021). Por meio desta perspectiva, buscam desmontar o discurso das “faltas”, ao apontar que não se pode atribuir somente às leis os problemas migratórios da atualidade. Nas palavras dos autores:

com ou sem legislação mais progressista, o grosso das violações permanece e a explicação disso está na estruturação do sistema de Estados. Ou seja, o fim completo das violações de direitos e a erradicação do preconceito e da xenofobia somente serão alcançados quando ruir a engrenagem internacional (OSÓRIO; BERNER, 2021).

Assim, para os autores, ao buscar entender o problema das migrações, faz-se necessário distender imagens específicas de cada problema migratório e olhar para o funcionamento mais amplo das engrenagens capitalistas dos Estados.

Os estudos sobre fronteiras e migrações no Amapá têm ganhado corpo nos últimos anos, especialmente fomentados pelos esforços de pesquisadores locais, vinculados às universidades como também a órgãos de pesquisa, que corroboraram para a criação de

programas de pós-graduação na região Norte. Martins e Aguiar (2022) apontam que os referidos trabalhos de pesquisadores vêm paulatinamente ganhando corpo não só em quantidade, mas também em qualidade. Contudo, as mesmas autoras apontam que as abordagens empregadas estão especialmente vinculadas a uma perspectiva econômica, não contemplando todos os aspectos nas mudanças às quais são submetidas e estão cada vez mais presentes na fronteira franco-brasileira. Deste modo, o viés econômico indicado pode ser compreendido, em certa medida, por uma visão desenvolvimentista que emerge como marco da produção científica sobre a fronteira no Amapá, capitaneada especialmente por geógrafos e por arquitetos e urbanistas, dentre os quais grande parte possui formação interdisciplinar ou em nível de pós-graduação em Economia.

Dentre estes autores, destaca-se Gutemberg Silva (2013, 2014), que estabelece uma reflexão sobre as possibilidades de crescimento, interação e potencialidades de desenvolvimento da região da fronteira franco-brasileira. Em parte de suas análises, observa os equipamentos nela implementados, caracterizados pelo autor como “rede técnica”; que possuem como exemplos: pontes, portos e rodovias. Não obstante, visa analisar os impactos destas intervenções públicas e sua influência na formação da economia fronteira. Deste modo, a abordagem elaborada compreende a fronteira como ponto de convergência e integração. Sobre Oiapoque e as demais cidades de fronteira, Silva afirma:

Tais cidades são utilizadas apenas como nós na rede, para integrar pontos mais importantes, o que facilita os fluxos, sobretudo de mercadorias. A fronteira-rede corresponde às instalações reticulares que reforçam a sua função na ligação com outros pontos, permeadas pela multiplicação e sofisticação das redes técnicas (SILVA, 2013).

Assim, o autor percebe a região da fronteira franco-brasileira inserida em um contexto amplo de globalização, caracterizada a partir do conceito de fronteira-rede, elaborado por Arbaret-Schulz et al. (2004), como também sua perspectiva observa os fenômenos sociais nela presentes por meio de análises características das atividades econômicas.

Na esteira desta perspectiva econômica, Jadson Porto desponta como um dos principais pesquisadores que elaboram reflexões a partir do desenvolvimento econômico e de ações estruturais do poder público, especialmente voltado ao desenvolvimento regional na Amazônia, de modo mais detido ao Amapá. Neste diapasão, busca principalmente interpelar os fenômenos a partir de uma perspectiva baseada em estudos vinculados às transformações capitalistas e ao materialismo dialético (Lomba, Schweitzer e Porto, 2020), ao perceber a influência do capital econômico nos diversos processos de modificações estruturais presentes na Amazônia. Exemplos de estudos que visualizaram perspectivas de análise sobre os referidos



fenômenos dão ênfase a “estratégias [públicas e de grupos internacionais] de desenvolvimento no Amapá (PORTO, 1998); transformações econômicas amapaenses (PORTO, 2002), como mais recentemente a relação entre a “arrecadação de impostos municipais *versus* criminalidade” em uma cidade do Pará (SILVA *et al.*, 2016).

Deste modo, a contribuição do referido autor se destaca como sistematizadora de conhecimentos sobre o Amapá desde o início dos anos 1990, com enfoque nas transformações que permeiam o território a partir de políticas institucionais, além da ação do capital privado na execução de projetos que visam, em sua maioria, a produção de excedentes econômicos e sua transferência para fora do estado. Restando, de modo geral, à Amazônia, e de modo mais detido ao Amapá, os investimentos estruturais que apenas viabilizam o acúmulo de capital por investidores externos, a exemplo das ferrovias e dos residenciais construídos pela [mineradora internacional] ICOMI (PORTO, 1998).

Neste mesmo contexto de produção científica sobre a fronteira franco-brasileira, especialmente vinculado às reflexões que abordam relações econômicas e estruturais entre o estado do Amapá com o Departamento Ultramarino Francês, José Alberto Tostes (2017) chama a atenção para o “corredor transfronteiriço”, que propicia uma integração econômico-social entre os dois territórios. Defende que as rodovias que interligam Macapá e Caiena não podem ser vistas apenas como “corredor rodoviário”, tendo sua funcionalidade subvalorizada pelos dois Estados vizinhos, sobretudo pelas potencialidades de equipamentos que o referido corredor possui, como: postos de combustíveis, hotéis, restaurantes, além de diversos equipamentos estatais, por exemplo a Receita Federal, as Polícias, além de serviços de saúde. É por meio da análise de experiências concretas que Tostes (2016, 2018) defende uma visão mais ampla sobre as configurações espaciais na fronteira, que, segundo o autor, não é contemplada por estratégias de planejamento na implantação de políticas públicas.

Outro autor que analisou as condições e contradições socioeconômicas do Amapá e da sua fronteira é Antonio Filocreão. Com enfoque nas relações socioambientais, de modo mais específico em temáticas vinculadas à economia e sustentabilidade (SILVA, FILOCREÃO, 2017; FILOCREÃO, SILVA e LOMBA, 2020), Filocreão compreendeu os processos de acesso e de manejo de diferentes populações e empreendimentos na Amazônia amapaense, com enfoque nas políticas públicas locais. Mais recentemente, elaborou reflexões prospectivas sobre as possibilidades de crescimento do Amapá entre os anos de 2020 e 2050; em busca de transpor os conflitos sobre as diferentes vertentes que podem proporcionar crescimento ao estado, ou o conceito denominado de “modelo de desenvolvimento” econômico. Nas palavras

do autor:

O estado é referência de uma problematização que o divide entre os adeptos do desenvolvimentismo pela apropriação privada os recursos naturais (exportação de commodities) – “os destruidores da natureza” – e os que defendem a preservação da biodiversidade (áreas protegidas) – “os protetores da natureza” (CHAGAS; FILOCREÃO, 2020).

O autor ainda aponta que os investimentos provenientes dos processos extrativistas no Amapá foram insuficientes para a capacidade de *royalties* que o estado poderia ter acumulado desde a década de 1950 em processos de extração de minérios. Ao passo que, para que exista desenvolvimento no Amapá, faz-se necessário sobrepor o extrativismo exacerbado por políticas públicas claras e que devolvam à população uma melhor qualidade de vida.

Como visto, a temática do desenvolvimento regional permeia a produção destes autores, junto a orientados e parceiros de pesquisa, que visaram construir um conhecimento compilado sobre o estado fronteiriço; sobretudo por meio de reflexões que envolvem ações do poder público, investimentos estrangeiros, formação de equipamentos técnicos e meio ambiente. Soma-se também, como preocupação analítica, as análises sobre segurança nas fronteiras, vinculadas especialmente às Relações Internacionais. Inserido nestas preocupações, Paulo Correa busca observar estratégias militares entre países integrantes do Platô das Guianas, como a relação entre Brasil e Suriname (GUERRA; CORREA, 2018) que, segundo os autores, possuem baixa relação diplomática, contudo compartilham intensa relação militar, especialmente após a emancipação do país, em 1974. Assim, o referido autor busca em suas pesquisas produzir reflexões sobre segurança e insegurança internacional, ao levar em consideração diferentes aspectos na fronteira, como por exemplo o tráfico de ouro e de armas (CORREA; SUPERTI, 2016).

Se aqueles autores citados deram atenção especial às questões socioeconômicas vinculadas ao desenvolvimento regional ou a grandes observações sobre segurança internacional; em outra ponta, outros pesquisadores buscaram desenvolver um processo de conhecimento sobre os fenômenos na fronteira, ao atribuir como mote uma perspectiva vinculada à análise sociocultural. Não significar dizer que se perdeu um olhar sobre as relações econômicas; contudo, se outrora os objetos estudados centravam-se no “Estado” ou em “agentes ou corporações internacionais”, este outro grupo de pesquisadores prefere observar os fluxos das agências cotidianas dos trabalhadores, dos moradores e dos visitantes da fronteira, ensejando trabalhos especialmente sobre migração, trabalho e condições de vida na fronteira franco-brasileira.

O historiador Sidney Lobato é um dos principais pesquisadores que busca entender os fluxos migratórios e as condições de trabalho daqueles que migraram ao Amapá em diversos momentos da historiografia local. Ao refletir sobre as migrações para a Amazônia entre os anos de 1944 e 1964, Lobato apontou que não é possível pensar todo o território amazônico como único, tendo em vista que em diferentes contextos foram verificadas movimentações distintas de ascendência e de decadências econômicas (LOBATO, 2016). Antes e durante este período, para além da formação e consolidação dos territórios politicamente, foi possível observar grandes fluxos de migrantes nordestinos, especialmente, para Macapá. Todavia, o interior do estado do Amapá também funcionava como aglutinador de pessoas, dentre muitos motivos, especialmente pelo ouro:

Uma vez descoberto um novo veio de ouro — ou de outro mineral valioso — grandes agrupamentos humanos rapidamente eram formados em torno dele. A faiscação era um sistema de trabalho individual e livre, que não necessitava de aparelhagem cara e pesada — o que dava ao trabalhador extrema mobilidade. O regime de trabalho das populações rurais amazônicas ensejava um modo de vida provisório. A relação interina com os recursos e com os lugares diz respeito a um *modus vivendi* muito antigo (LOBATO, 2016).

Manoel Pinto (2012) se preocupou em apontar a insurgência dos fluxos migratórios de brasileiros para a Guiana Francesa, originários de alguns dos estados mais pobres da federação, como Amazonas, Ceará, Maranhão e Pará. Segundo o autor, parte destes trabalhadores normalmente se fixa próximo à linha internacional de fronteira, com vistas à atuação em garimpos ilegais. Contudo, outro grupo realiza processos migratórios desde a década de 1960, tendo aumento consubstancial após a década de 1980, com a criação da base espacial de Kourou, para empregos vinculados especialmente a trabalhos manuais, como carpinteiros, pedreiros, eletricitas etc. (PINTO; DIAS, 2018). Deste modo, o esforço reflexivo está em desenvolver uma interpretação sobre os movimentos que levam brasileiros a se habituarem ao processo de migração à fronteira.

Neste largo processo de busca de inserção brasileira em território francês, uma série de acordos binacionais foram firmados com o objetivo de regular não só o comércio, como também o fluxo de pessoas entre os dois países. Para Carmentilla Martins (2014), são notórias as tentativas francesas cujo objetivo é dificultar a entrada de brasileiros em seu território ultramarino. Contudo, não é possível lançar luz sobre os referidos tratados sem olhar como eles são acionados pelo Estado francês. De um lado, quando a mão de obra brasileira se faz necessária para interesses específicos, faz com que o Estado francês diminua a intensidade da fiscalização de imigrantes; de outro, ele controla de modo bastante forte esta migração, ao apontar mecanismos de repressão à pessoa. Assim, as condições de vida dos brasileiros em

território francês são fluidas, ao observar que leva em consideração expectativas, sonhos e busca por uma melhor qualidade de vida.

Destaco que estes pesquisadores amapaenses, mesmo predominantemente construindo visões diversas sobre a fronteira, não podem ser encarados como operadores estáticos de ferramentas ou de perspectivas analíticas. A maioria engloba conhecimentos produzidos em diversas frentes, como também colaboram e conduzem pesquisas juntos, refinando o olhar sobre o amplo objeto de pesquisa analisado: as fronteiras.

#### **2.1.4 – Uma revisão sobre povoamento e organização socioeconômica pela mineração**

Além das fronteiras e da formação dos Estados Nacionais, Max Weber também voltou seu olhar para a temática da mineração. Em *História Geral da Economia* (2006), Weber dedicou parte de sua obra para debater, através da História e do Direito, as características da mineração em sua organização social e temporal, abordando desde os antigos (africanos e egípcios) a apropriação desta arte pelo capitalismo moderno.

Weber analisa que, na Antiguidade, o modelo de extração mineral inicialmente empregado deveu-se principalmente à coleta de metais (minério de ferro e areias auríferas) no solo. Para ultrapassar a fase dos metais que brotavam à terra, na Idade Média, foi necessário empreender a confecção de poços e galerias, com o intuito de extrair os minérios que se encontravam em veios no subsolo. Por conta da utilização de técnicas rudimentares, este processo constituía-se como oneroso e perigoso, sobretudo por não existir a certeza da possibilidade de encontrar metais, além da inexistência de uma garantia para conseguir a quantidade necessária que compensasse o investimento realizado. Este é um modelo ainda hoje empregado no Brasil, como será possível verificar mais adiante. Deste modo, o associativismo foi bastante empregado pelos trabalhadores em minas, para alavancar as possibilidades do negócio, em que eram investidos não apenas recursos financeiros, mas também tempo e trabalho, coexistindo uma obrigação mútua de reciprocidade na associação criada.

Neste período, a questão jurídica rondou sobremaneira a discussão sobre a extração mineral. Definir o direito à propriedade e à extração dos metais foi algo fundamental no processo de consolidação das minas e de suas forças de trabalho como partes inerentes ao sistema capitalista. De um lado, instituiu-se o direito à exploração daqueles que achavam os minerais; de outro, foi estabelecida a exclusividade de exploração dos reis ou de seus representantes legais, impedindo a exploração mineral sem a concessão pública.

Weber (2006) realiza uma extensa descrição da relação entre reis, exploradores de minas e trabalhadores, pontuando desde como os bens gerados pelas jazidas foram divididos na Antiguidade (entre gregos, por exemplo) ao modelo de trabalho empregado em cada ciclo de extração descrito posteriormente. De certa parte, existiu durante toda a Idade Média disputas entre reis e grandes proprietários de terras sobre a posse das minas e de seu direito de extração. O autor aborda também que cada país, de acordo com suas necessidades, atribuía maior valor a determinados materiais: como a Alemanha, que preferia os metais preciosos; enquanto a Inglaterra, o estanho.

Tomando a Alemanha como exemplo, Weber discorre que uma primeira fase de exploração estabeleceu os senhores como donos da terra, podendo viver dos rendimentos mineiros que ela concedia. Contudo, o direito de extração estava garantido à “associação cooperativa dos trabalhadores”, que propiciou intensa mudança de camponeses para as regiões que possuíam minas. Assim, o Senhor recebia parte do arrecadado, que chegou a ser de metade, sendo reduzido paulatinamente a um sétimo do apurado. Em uma segunda fase, Weber destaca uma diferenciação das relações de trabalho entre mineiros que exerciam a atividade com fim de extração a de outros mineiros que não realizavam uma atividade direta do trabalho. Esta diferenciação propiciou a existência de dois grupos, cuja diferença não era alicerçada nos ganhos financeiros, tendo em vista que os lucros eram divididos igualmente entre todos os mineiros membros da cooperativa. Mesmo assim, destaca-se a criação de “uma classe de pequenos rentistas” (WEBER, 2006), ocasionada pela divisão do trabalho.

Em uma terceira fase, Weber aponta a necessidade de maiores investimentos, cuja ação individualizada ou de cooperativas não possuía condições financeiras para suprir. Surge, neste momento, a gerência do “capitalista” no processo de extração dos metais. Por fim, uma quarta fase demarca o surgimento do grande comerciante de minérios, que possuía os produtos da extração em seu poder, independente dos mineiros ou das cooperativas que os extraíssem. Assim, a influência destes comerciantes produziu um protagonismo cada vez maior no controle da compra e da venda dos minerais.

Esta última fase descrita por Weber propiciou a configuração que estabeleceu forte influência na inclusão do universo garimpeiro ao mercado capitalista. Para fazer frente aos grandes comerciantes, os mineiros utilizaram-se de suas associações para negociar, além de constituírem-se como meio para o pagamento de tributos, estando os mineiros com uma conta que deduzia suas saídas e acrescentava sua produção, criando assim uma conta de crédito e débito. Assim, Weber explica sobre a insurgência do capitalismo entre os mineiros:

A associação dos trabalhadores mineiros impõe ao senhor a obrigação de abster-se de intervir na exploração; os mineiros proibem que seus funcionários tenham acesso aos poços; somente os associados têm o direito a estabelecer controle. A obrigação de explorar subsiste, porém, não mais no interesse do senhor, mas sim da comunidade que, solidariamente, responde pelo pagamento do censo. [...] Quando os trabalhadores mineiros estiveram na posse dos meios de produção, além da matéria-prima, começou o processo de diferenciação dentro da mesma classe trabalhadora, e sua desintegração que, finalmente, provocou a intervenção do capitalismo (WEBER, 2006).

Somado a estes fatores, outro primordial está na ideia de Weber. Se a associação intervia nos poços e nas jazidas de minério para partilhar os lucros – sobretudo dos poços mais rentáveis –, com o advento do capitalismo, cada vez mais os lucros tornaram-se individuais, transpondo o trabalho coletivo, pela “sorte de quem possuía boas oportunidades. Alguns tiveram lucros fabulosos, enquanto outros viveram na miséria” (WEBER, 2006). Instituindo-se a sorte de procurar no “local certo”, como outras condições excepcionais, como um dos fatores específicos de sucesso na extração mineral, determinando, muitas vezes, o local social ocupado pelo garimpeiro e suas futuras gerações.

Mecanismos de paridade foram substituídos ou abolidos, especialmente a possibilidade de acúmulo de poços e jazidas, que outrora era restrito a três. Soma-se a unificação de associações, como também a imposição de um monopólio de produção exclusivo desta associação. Foi possível, cada vez mais, tornar concentrado o processo de produção e venda de minérios. Contribuiu, também, para criar uma exploração “mais racional, tanto do ponto de vista técnico, quanto econômico” (WEBER, 2006). O surgimento de associações racionais, cujo modelo está entrelaçado pela fusão com o capitalismo, instituiu-se como empresa capaz de negociar com trabalhadores, vender produtos, além de gerir o comércio de metais. Em outra ponta, as fundições estabeleceram forte influência na organização dos metais e do capitalismo moderno, especialmente a partir do século XIX.

A análise apresentada por Max Weber ajuda a problematizar um processo presente em diversos contextos situacionais distintos daquele estudado pelo autor, que possibilita a apreciação da mineração na organização social em várias sociedades. Refletir sobre os processos migratórios, as redes econômicas, as técnicas de mineração, a diversificação de profissões classificadas de modo geral, como trabalhadores mineiros, além de especuladores, estiveram e estão presentes no cotidiano das áreas de mineração.

Deste modo, ao buscar contextualizar a influência da mineração de ouro e de pedras preciosas junto à ocupação dos sertões brasileiros, é possível destacar que desde o “descobrimento”, várias foram as investidas do Governo Português em buscar metais

preciosos no território que acabara de dominar. Este processo proporcionou a ocupação do Brasil, ao acarretar a possibilidade de maior controle da Coroa. Estabelecer vilas próximas aos locais de extração auxiliou ao Estado português na constituição de instituições públicas com maior capacidade de fiscalização. Em algum espaço de tempo, como aponta Costa (2009), forjaram-se aglomerados urbanos especialmente em Minas Gerais. Formou-se à época cidades que viviam do ouro, como Ouro Preto, Mariana e Tiradentes.

Neste sentido, Machado (2000) aponta que a economia do ouro foi determinante para a formação do território nacional, bem como a implantação de fortificações. Foi especialmente por conta dos fluxos de contrabando internacional que a Coroa Portuguesa cravou fortificações no território brasileiro, para tentar manter controle sobre as transações que levavam ouro do Brasil para a Europa, sem o recolhimento da contrapartida portuguesa. Estas fortificações, para a autora, possuíam muito mais função simbólica do que efetivamente de defesa. Elas demarcavam o pertencimento territorial português sobre as terras e os bens que nelas existiam.

Com descobertas de ouro na Amazônia, novos movimentos em busca do minério ocorreram. Posteriormente, este evento criou grandes processos de migração para a Região Norte do país, criando Serra Pelada (MOURA, 2008) e, não obstante, Oiapoque. Nesta perspectiva, a economia do ouro esteve presente desde os primórdios do processo de ocupação portuguesa na região do Amapá. Como aponta Lia Machado:

Situadas nos principais lugares de comunicação, as fortificações constituíram assim verdadeiros marcos de fronteira, tendo ainda a função adicional de potencializar focos de povoamento, segundo o modelo proposto pelo engenheiro militar francês Vauban, em quem, aliás, os engenheiros portugueses se inspiraram para elaborar o plano de defesa das fronteiras, e a construção do Forte Príncipe da Beira e do Forte de Macapá em forma hexagonal (MACHADO, 2000).

Deste modo, o principal intento do governo português passou a ser também o do governo brasileiro ainda no século XX. A aproximação de órgãos estatais se deu especialmente para tributar as lavras garimpeiras na região amazônica. Ainda nos anos 1940, percebia-se a disparidade cambial entre o Brasil e outros países do mundo. Deste modo, estes dois fatores ajudavam ao movimento muitas vezes realizado de contrabando de ouro internacional (SOUSA, 1940).

Este movimento submeteu os garimpeiros a condições de vida precárias. Situação que demonstra que pouco se avançou em relação aos direitos sociais dos garimpeiros, que hoje são similares às da década de 1940. Henrique Sousa vai mais adiante e aponta que:

Fez renascer, no século vinte, condições de trabalho e de meio social que pouco diferem das que nos relatam as descrições de dois séculos atrás. Neste particular, deve ser colocado em primeira linha o Estado do Pará com o Oiapoque na fronteira

guianense, o Gurupí na fronteira maranhense” (SOUSA, 1940).

É neste sentido que François-Michel Le Tourneau (2021) aponta que os garimpos funcionam como sistemas sociais complexos, que possibilitam pensar o seu funcionamento para além da relação extrativista, pois envolvem diversos meandros que abarcam problemas sociais, econômicos e culturais. Deste modo, propõe como campo de pesquisa os garimpos na região das Guianas. Assim, para se entender o modo de vida nos garimpos, a categoria indicada seria a resiliência, tendo em vista a capacidade dos garimpeiros de enfrentarem e de se adaptarem às imposições praticadas pela fiscalização da Guiana Francesa.

## **2.2 – Contornos da frente de expansão fronteiriça às margens do Oiapoque antes dos anos 1900**

As migrações para a região do Oiapoque antecedem ao momento específico de análise desta tese; contudo, entender este contexto auxilia as explicações sobre o fenómeno estudado, qual seja, a insurgência dos garimpeiros e dos comerciantes na fronteira. Estudos (SARNEY e COSTA, 1999; RIO BRANCO, 2008; SILVA, 2017; ZAGHETTO, 2019) apontam que várias levadas de migrantes e incursões anteciparam os movimentos migratórios dos atuais residentes da região<sup>25</sup>, que vieram em busca do ouro na segunda metade do século XX. É válido frisar que o texto de Sarney e Costa, e em menor medida o de Zaghetto, possuem um mote telúrico, na melhor acepção do termo. Exaltam similaridades e, muitas vezes, esquecem conflitos, como as citações que se seguem: “Índios, negros e brancos se misturaram param juntos, subjugaram o inóspito chão (ZAGUETTO, 2019) ou “Foi a luta e a determinação dos homens e mulheres do Amapá que todos os dias, em incursões de idealismo e patriotismo, baixavam a bandeira da França e faziam subir a bandeira do Brasil” (SARNEY e COSTA, 1999). Seguindo a mesma reflexão, os textos de Rio Branco (2008) e Silva (2017) são duas defesas diplomáticas produzidas especialmente sobre a questão do contestado franco-brasileiro, que, mesmo admitindo um teor defensivo sobre o Brasil, avocam construções pertinentes sobre a história e a geografia local. Destaco que, para além das referidas ressalvas, as obras possuem elevado documentário histórico, acolhendo detalhada descrição dos acontecimentos sobre a fronteira franco-brasileira nos últimos séculos, que intento apresentar

---

<sup>25</sup> Antes mesmo de intensos conflitos diplomáticos entre Brasil e França sobre a região, um grupo de ingleses constituiu moradia na margem esquerda do rio Oiapoque entre os anos de 1604 e 1606. Posteriormente, outro grupo de ingleses fixou-se na mesma margem esquerda entre 1608 e 1611. Anos depois, fugindo de conflitos com portugueses em outras regiões da Amazônia, holandeses navegaram à região. Em 1627, dois anos após a fuga, foi construído um forte na bacia do rio Oiapoque, além de ser nomeado um governador holandês para a administração das terras locais. A presença de ingleses e holandeses durante o período foi constante, sobretudo por estes buscarem desbravar terras que os espanhóis e os portugueses não conseguiam dar conta de administrar em seus territórios (SILVA, 2017).



a seguir.

É consenso que a primeira incursão de europeus que se tem conhecimento pelas terras do Oiapoque foi realizada por Vicente Pinzón, em 1500. Pinzón percorreu o rio Amazonas, batizando-o de Santa Maria do Mar Dulce e, posteriormente, subiu ao Norte, navegando em um rio menor, atribuindo-lhe o seu próprio nome<sup>26</sup> (ZAGUETTO, 2019). A identificação do rio que recebeu o nome de Pinzón tornou-se uma das principais questões diplomáticas entre o Brasil e a França entre os séculos XVIII e XX, querela que tem muito a dizer sobre as imbricações econômicas, políticas e culturais presentes ainda hoje na região. Contudo, Pinzón não foi o único europeu a se aventurar ao “novo mundo” (ZAGUETTO, 2019); adentraram as terras que hoje são o Brasil vários navegadores, vindos principalmente de Portugal e da Espanha. Contudo, ainda no século XVI, foram registradas viagens de ingleses, holandeses e franceses que não aceitavam a divisão das atuais terras americanas<sup>27</sup> entre os reis da Península Ibérica (SARNEY, 1999; ZAGUETTO, 2019). Como aponta Carlos Zárate Botía (2017), este movimento que propiciou o domínio de portugueses no território brasileiro está diretamente relacionado à extração de minerais e outros bens naturais na região. Nas palavras do autor:

*El origen y consolidación del Estado-nación en la Amazonia ha estado íntimamente relacionado con los procesos de extracción de materias primas y no es nuevo decir que estos han estado presentes con anterioridad, desde el mismo inicio de la conquista de las tierras bajas suramericanas a fines del siglo XV en el marco del llamado descubrimiento de América cuando los imperios de España, Portugal, Holanda, Francia, Inglaterra se disputaban a brazo partido el acceso al Amazonas (ZÁRATE, 2017).*

O interesse francês na região do Oiapoque teve início na segunda metade do século XVII. Contudo, fracassaram várias vezes quando adentravam aos territórios portugueses na América, principalmente no Rio de Janeiro e no Maranhão<sup>28</sup>. Os franceses

---

<sup>26</sup> O Barão do Rio Branco levanta o debate sobre o fato de que os navegantes há época não atribuíam a rios e a outros locais os seus próprios nomes. Deste modo, prefere denominar o atual rio Oiapoque como “o rio em que Vicente Pinzón navegou” (RIO BRANCO, 2008). O que é interessante frisar é que, mesmo tendo “descoberto” o Oiapoque, não existe referência memorial na cidade ou na fala dos habitantes locais sobre a importância de Pinzón para a localidade. Diferentemente do que acontece com Joaquim Caetano da Silva, ou com o próprio Barão do Rio Branco. Deste modo, a fabricação de “heróis” se constitui como uma linha tênue entre a importância e a invisibilidade, se compararmos a representação local sobre Pinzón, com a posição que Pedro Álvares Cabral adquiriu no imaginário nacional.

<sup>27</sup> A divisão do “novo mundo” foi realizada entre os reis de Portugal e Espanha, no ano de 1494, sendo o acordo referendado pelo Papa Alexandre VI. A decisão causou reivindicações de vários reis europeus há época, cuja contestação mais famosa foi atribuída a Francisco I, rei de França, ao afirmar “Gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão que me excluiu da partilha do mundo” (CARVALHO, 1998).

<sup>28</sup> A presença francesa no Rio de Janeiro durou quatro anos e meio, ainda no início do século XVII. No Maranhão, os franceses permaneceram por um período de três anos, entre 1612 e 1615; contudo, foram expulsos pelos portugueses destas duas localidades. Após as derrotas, passaram 11 anos sem realizar incursões às terras entre os rios Amazonas e Prata. Quando decidiram novamente viajar à América, voltaram seus olhos para a região onde hoje se localiza a Guiana Francesa, que, nas palavras de Joaquim Caetano, ocorreu “por falta de coisa melhor”

realizaram grande investimento para controlar os referidos territórios, além de enviar um contingente numeroso de soldados, como também efetivaram a construção de fortificações. Durante este processo, foram várias vezes expulsos por indígenas e portugueses (SILVA, 2017).

Com o fracasso francês, cujo objetivo era ocupar esta parte do território brasileiro, os portugueses reincorporaram estas terras aos seus domínios. Estabeleceram uma capitania denominada Cabo Norte, indicando como seu donatário Bento Maciel Parente. Parente havia lutado em vários locais do Brasil para estabelecer o domínio português, sendo respeitado e recompensado pelos reis lusitanos. Ocorre que o donatário destas terras foi também nomeado Governador do Maranhão, não dedicando a este “torrão”, tanto ele como seus descendentes, a atenção necessária para sua exploração e seu povoamento (SARNEY e COSTA, 1999; ZAGUETTO, 2019).

Os franceses, mesmo com dificuldades similares àquelas enfrentadas pelos portugueses, também desejavam ocupar o Cabo Norte. Impulsionados pelas constantes derrotas em outros territórios brasileiros, observaram que nesta parte da América existia a possibilidade de fixação. Enfrentaram disputas pela região do Cabo Norte com holandeses, conseguindo expulsá-los. Contudo, por quase todo o século XVII, várias nações europeias disputaram o território que hoje é o estado do Amapá e o território ultramarino da Guiana Francesa (SARNEY e COSTA, 1999).

Após longos embates, a França conseguiu, no final do século XVII, estabelecer domínio sobre a Guiana, vitória importante para a consolidação de um ponto de apoio na costa americana, cujo território conquistado propiciou maior mobilidade dentro do continente. Ainda assim, as terras além do Oiapoque, até a foz do Amazonas, continuaram a ser cobiçadas pela França, intensificando disputas entre europeus ibéricos e franceses (ZAGUETTO, 2017). Estas disputas contribuíram para a delimitação do atual território nacional, como também foi alicerce para a formação de estruturas propícias para as configurações sociais presentes na formação da fronteira franco-brasileira na atualidade.

É presente na literatura que o território que hoje é a América Latina sempre enfrentou disputas por seu controle, sejam em guerras, sejam por questões jurídicas e diplomáticas em diversos tratados assinados por países europeus. Dentre estes, portugueses e espanhóis assinaram, na segunda metade de século XVIII, um novo tratado substituindo Tordesilhas,

denominado Tratado de Madri. O novo acordo adveio por dois motivos: o primeiro pela percepção de que o Tratado de Tordesilhas não mais representava o então contorno de ocupação regional, cujos avanços dentro do território, praticado tanto por espanhóis como por portugueses, modificara-se bastante desde a sua assinatura. O segundo fator se deu pelo receio de avanços franceses em terras americanas (SARNEY e COSTA, 1999; ZAGUETTO, 2019; SILVA, 2017) que, neste período, novamente tentaram ocupar o Amapá. Contudo, as dificuldades de povoamento, além das doenças provenientes das florestas – a exemplo da cólera – impediram esta migração arquitetada pelo governo português (SILVA, 2017). Assim, em 1758, na tentativa de consolidar o seu domínio, os portugueses elevaram o povoado de Macapá a categoria de Vila; além de estabelecer uma Câmara municipal. Alguns anos depois, iniciaram a construção da Fortaleza de São José de Macapá, com o intuito de proteger a margem esquerda do rio Amazonas de futuras ocupações estrangeiras (ZAGUETTO, 2019).

Todavia, a proteção dispensada às fronteiras amazônicas não alcançou os marcos territoriais que, ainda no século XIV, definiu Portugal como primeiro Estado Nacional moderno. Entre o final do século XVIII e o início do século XIX, com a ascensão de Napoleão ao comando da França, uma série de tratados foi imposta a Portugal e a Espanha quanto ao controle dos territórios ultramarinos do Cabo Norte. Estabeleceu-se, durante os anos de 1797 e 1807, acordos que paulatinamente estendiam o domínio francês sobre o território amapaense, iniciados no Rio Oiapoque e estendidos ao rio Araguari. Assim, Portugal, que estava em situação crítica tanto política como economicamente, perdeu o controle sobre o seu próprio território, como também não pode impedir a dissolução de suas fronteiras ultramarinas. Em 1808, após a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, Dom João VI “denunciou” os tratados sobre os referidos territórios e, com o apoio inglês, declarou-lhes nulos (SARNEY e COSTA, 1999; SILVA, 2017).

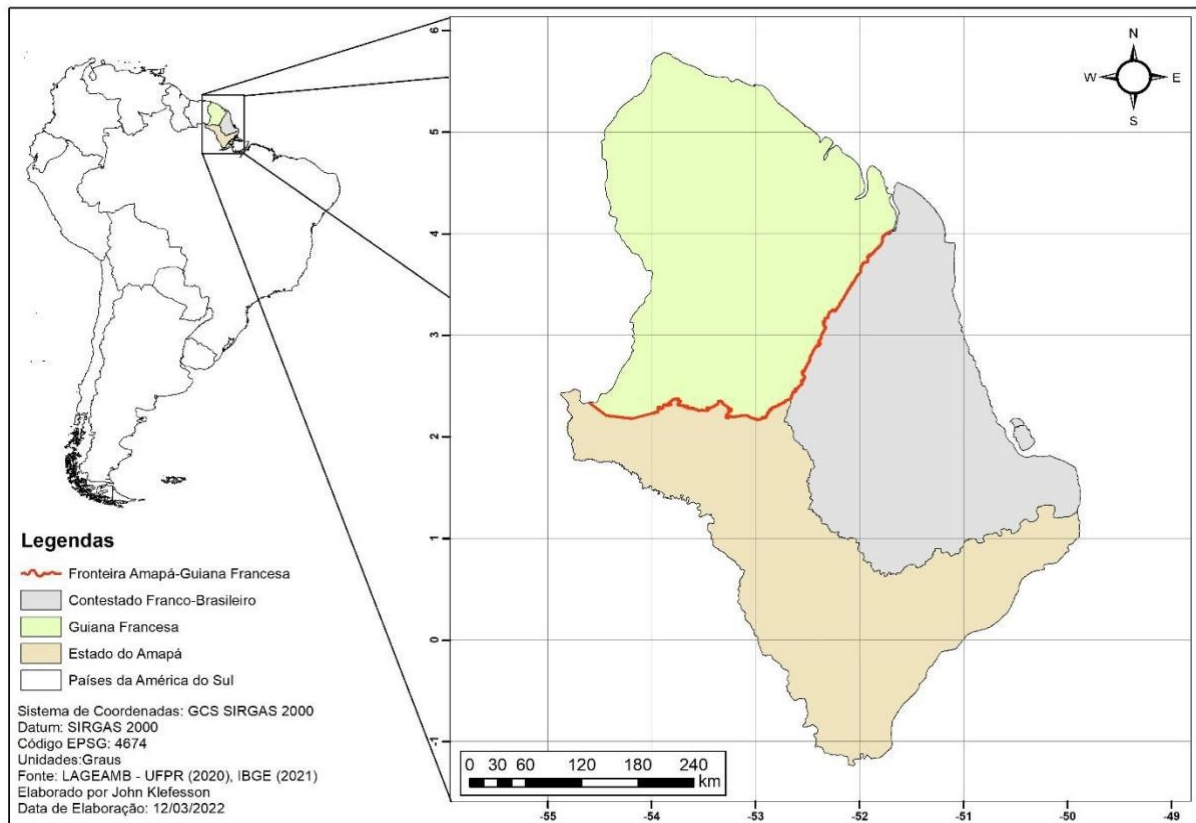
Este conflito europeu estendeu-se ainda mais em solo americano. Sarney e Costa (1999) contam que, em 1809, D. João VI ordenou a ocupação de Caiena, enviando uma frota com mais de 700 homens, e, sem batalha, assumiu o controle da cidade. Durante uma década, o Rei de Portugal manteve domínio sobre a Guiana Francesa, enquanto o território metropolitano português estava controlado pela França. Após a queda de Napoleão, em 1817, esta querela teve sua primeira tentativa de resolução. No século XVIII, franceses e portugueses assinaram novo tratado, no qual Portugal devolveu as terras até o rio Oiapoque para a França, estabelecendo, consensualmente, que em um ano os limites fronteiriços entre os dois territórios seriam delimitados, o que não ocorreu. Este processo histórico de

diplomacia inicia um longo período que tornou a região entre o Rio Oiapoque e o Rio Araguari no contestado franco-brasileiro, especialmente fomentado por um fuxico do ouro. Como discorre Tourneau, *“They were also the protagonists of several small gold rushes, such as the one in the Cassiporé area, which provoked skirmishes between Brazil and France and eventually led to the delineation of the border between Brazil and French Guiana”* (TOURNEAU, 2021). Deste modo, por não possuir uma administração específica de algum dos dois países por mais de dois séculos, constituiu-se como local propício para a fuga de muitos escravos ou indígenas que fugiam dos governos das nações que o disputavam (ROMANI, 2010).

É possível destacar que a fricção interétnica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1972) entre indígenas, caboclos, europeus e caribenhos tornou-se ponto chave para entender parte dos contornos sociais vivenciados atualmente na localidade analisada. Deste modo, destaca-se a intensa migração de populações entre o Caribe para os territórios que hoje integram o Amapá, sobretudo após a libertação dos escravos pela França após 1847. Este processo também aglutinou populações das ilhas do Afuá e do Marajó, localizadas no Pará, que possuem intensas relações de reciprocidades, compartilhando músicas, danças e culinária na região do Oiapoque. Assim, no final dos anos 1800, mesmo com a predominância de brasileiros, a região do contestado foi habitada por milhares de migrantes de diversas nacionalidades, que se organizavam entre os rios do Amapá em busca, principalmente, de ouro – mas não se reduzindo a isso.

Localizada em uma periferia política e econômica dentro do circuito colonial, as terras contestadas não receberam investimentos públicos ou privados que visassem incentivados pelo governo brasileiro ou francês. Soma-se ao contexto de miséria local os conflitos de interação social, tendo em vista que a comunidade multiétnica que habitava a localidade não possuía uma relação harmônica, sobretudo pelas disputas em torno do ouro. Deste modo, os franceses e os brasileiros que lá chegavam, buscaram instituir padrões administrativos e organizacionais de acordo com as leis de seu país de origem, classificando aquele território como pertencente à nação de seu interesse (SARNEY; COSTA, 1999). Decerto, implantar leis em locais sem uma estrutura mínima de Estado reverbera na obediência de lei estatal alguma, restando à localidade a “lei do garimpo”. Ou seja, uma reorganização a partir das próprias relações existentes na comunidade, instituindo novos modelos de conduta, apresentando reconfigurações e apropriações culturais entre aqueles que lá vivem.

Figura 6 – Área do contestado franco-brasileiro



Fonte: KLEFESSON, 2022.

Este contexto de aproximação e tensionamento entre as várias pessoas que interagiam no território contestado propiciaram o surgimento da República do Cunani, estabelecida por brasileiros que pretendiam tornar a área contestada entre França e Brasil em um país independente. A referida república, criada na década de 1890, alçou como modelo de governo o “Triunvirato Amapá”. Esta façanha política, liderada especialmente por Francisco Xavier da Veiga Cabral, conhecido por Cabralzinho, tornou-se um marco para a historiografia local, sobretudo por destacar-se como acontecimento de forte penetração no cotidiano oficial do estado<sup>29</sup>.

<sup>29</sup> Cabralzinho é uma das figuras mais controversas da história do Amapá. Muito se debate sobre o então fundador da República do Cunani, sobretudo se o líder do triunvirato foi realmente um herói. Em reportagem recente, publicada no G1AP, cuja abordagem era motivada pela criação do feriado de 15 de maio como o dia do Cabralzinho, algumas opiniões se dividiam, como relata a matéria: “Alguns aprovam o feriado e reconhecem o papel de ‘Cabralzinho’ como herói do estado. Outros contestam a versão, como a manicure Helen Cordeiro, de 24 anos, ao dizer que preferia estar morando em território francês. ‘Estava conversando ontem mesmo com uns amigos que, enquanto ele [Veiga Cabral] se escondia, os soldados dele lutavam. Não acredito muito que ele tenha sido um herói amapaense como falam. É por culpa dele que a gente não é francês’, disse ela, aos risos” (G1AP, 2019). É válido destacar que esta duplicidade de um Cabralzinho que transita entre o “herói” e “impostor” permeia o imaginário social amapaense, sobretudo por sua importância para delimitar o Amapá como território brasileiro. Inspirado em César Barreira, através de seu estudo sobre o Zé do Telhado – conhecido ladrão português do século XIX – para entender Cabralzinho, como também seu lugar na história do Amapá,

A instalação de uma República na região contestada provocou fortes retaliações diplomáticas e de guerra por parte da França. Doutra parte, Cabralzinho defendia a instauração da República, como também sua fidelidade ao Governo do Pará. Sarney e Costa (1999) apontam a contradição nas ações do referido líder. Contudo, após a prisão de um francês que defendia os interesses de Caiena no Contestado, Cabralzinho não dispunha de outra opção senão “levantar o pavilhão brasileiro”. Os franceses enviaram soldados de Caiena para dissolver o governo recém instituído, realizando uma batalha entre as duas tropas. Os relatos sobre o evento foram feitos pelas duas partes do conflito. Ações heroicas de Cabralzinho encontram-se descritas por alguns sobreviventes, tendo outros imputado que este, na verdade, fugiu. É certo que esta querela aflorou, entre Brasil e França, a necessidade imediata de estabelecer os limites de cada país na região contestada. Deste modo, instaurou-se uma comissão que deveria realizar tal tarefa, sendo mediada pela República Suíça.

A questão do Laudo Suíço foi outro marco presente na história do Amapá e, principalmente, na história do Oiapoque<sup>30</sup>. José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, realizou durante quatro anos vasto estudo geográfico, cartográfico, histórico e diplomático para definir qual rio se configuraria como rio Vicente Pinzón, e assim definir a fronteira. Realizou um volumoso tratado, baseado em mapas e dados que colheu em toda a Europa; como também revisou e aprofundou o estudo já apresentado por Joaquim Caetano. Entregou cópia final aos suíços no final do ano de 1900, quando definitivamente atribuíram ao Brasil o direito de domínio sobre as terras contestadas.

Após a definição, o Brasil resolveu povoar e assumir o controle da região, transferindo a Companhia de Exército D. Pedro II do rio Araguari para o rio Oiapoque, criando posteriormente Clevelândia do Norte.

### **2.3– Contornos da frente de expansão fronteiriça às margens do Oiapoque após os anos 1900**

Situada à margem direita do rio Oiapoque, a vila de Clevelândia do Norte foi criada em

---

faz-se necessário entender as “diferentes representações construídas [...] como se configura a construção simbólica deste personagem e, mais especificamente, a construção do seu capital simbólico” (BARREIRA, 2010). Assim, esta dualidade não pode ser resolvida. Pelo contrário, é formuladora de questões que ajudam a refletir sobre as construções identitárias na fronteira franco-brasileira.

<sup>30</sup> A principal avenida do município possui o nome do Barão do Rio Branco, cuja influência para determinar a região como pertencente ao Brasil foi importantíssima na elaboração do laudo arbitrado pelos suíços. Outras ruas são também denominadas com nomes de personalidades que contribuíram para o alocamento deste pedaço da Amazônia como território brasileiro, como Joaquim Caetano, que elaborou o primeiro tratado apresentado na França, que defendia os interesses brasileiros na região. Soma-se a isto, o feriado municipal em 1º de dezembro, data da assinatura do referido Laudo.

cinco de maio de 1922, pensada a partir da construção de um traçado urbano planejado, cuja principal função seria levar aos confins do Brasil um ponto de desenvolvimento e integração com o território nacional. Seu nome adveio de uma referência explícita a Grover Cleveland (1837-1908), ex-presidente dos Estados Unidos da América.

A designação da vila instituiu-se, sobretudo, por uma estratégia de aproximação brasileira junto à nação norte-americana, fundamentada pelos parâmetros diplomáticos defendidos por José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco<sup>31</sup>. Rio Branco percebia as nações europeias, especialmente a França, como países perigosos aos interesses nacionais, sobretudo quanto à questão do contestado franco-brasileiro (ROMANI, 2010). Conflito esse que se estendeu desde o Brasil Colônia, entre Portugal e França, transpassou o Império, até chegar à República, reverberando em intensos embates diplomáticos entre os dois países (MARTINS; SUPERTI; PINTO, 2015). Questão que só foi resolvida, como apresentado na seção anterior, em 1900 pelo Laudo Suíço.

Clevelândia constituiu-se a partir de grupos de migrantes, formados principalmente por nordestinos do Ceará e do Maranhão. A migração destes aos rincões da Floresta Amazônica se deu por campanhas do Governo Federal que apresentavam a referida parcela do território nacional como local propício para se viver bem e fugir das graves secas que acometiam o semiárido brasileiro. Difundia-se em comunicados oficiais que a região fronteiriça seria um local de solo fértil, propagando-se uma terra recheada de oportunidades, sendo este discurso reproduzido por parte dos primeiros colonos que se instalaram na localidade. Esta estratégia discursiva, para Carlo Romani, possuía como mote apresentar um “discurso otimista e ufanista dos jovens colonos [como também] fazia coro e seguia o discurso trazido pelo Estado, que se vangloriava de ter levado o que havia de melhor na civilização para o confim amazônico” (ROMANI, 2010).

Recriava-se o mito de um novo Eldorado, repleto de oportunidades para aqueles que desejassem desbravá-lo. Por conseguinte, o Estado brasileiro estabelecia domínio sobre terras que há algumas décadas foram reivindicadas pela França, além de criar um discurso de progresso, civilização e desenvolvimento, apagando-se a intensa atividade cultural forjada anterior à vinda dos migrantes nordestinos.

---

<sup>31</sup> Grover Cleveland, em 1895, então presidente dos Estados Unidos da América, arbitrou em favor do Brasil em uma disputa entre Brasil e Argentina sobre a região de Palmas, na fronteira sul do país. O conflito havia resultado na Guerra do Contestado, capitaneada pelo Exército brasileiro. Assim, os EUA, por ter arbitrado em favor do Brasil, provocou uma aproximação entre as duas nações (VALENTINI, 2015). Então, não é de se estranhar que em uma região que acabara de ser oficialmente definida como brasileira pelos EUA, anos depois

Formou-se em pouco tempo um grupo de famílias alocadas em glebas, que foram divididas de acordo com a importância atribuída por representantes do Estado a cada respectivo núcleo familiar. Apresentou-se assim um imediato surgimento de lideranças, além de instituir famílias mais afastadas ou próximas da precária estrutura governamental instalada na comunidade<sup>32</sup>.

Esta organização forjada na estrutura de uma vila agrícola, cujo intento foi o de fixação de brasileiros na fronteira, não foi bem-sucedida. A terra, além de não ser propícia para a agricultura, como outrora foi propagado pelo Governo, também era repleta de intempéries. Aos colonos, restou insistir na labuta agrícola, migrar de volta às suas cidades de origem<sup>33</sup> ou buscar novas atividades laborais no local, ao criar estratégias de sobrevivência e superação distintas da primeira atividade laboral.

A vida em Clevelândia se agravou principalmente após o final do ano de 1924, quando o Governo da República decidiu enviar para a colônia agrícola grupos de presos, constituindo as bases para tornar o local uma colônia penal. O Governo da República tinha por objetivo afastar rebeldes – especialmente militares revoltosos e anarquistas – das proximidades do centro do poder. Ilhas próximas à Baía de Guanabara eram utilizadas como presídios e colônias penais, o que por anos assolou o imaginário de militares e de suas famílias, com o objetivo de evitar revoltas ou que esses planejassem ações consideradas subversivas pelo Governo da antiga república (CAVALCANTE NETO, 2019). Contudo, devido à proximidade com o estado do Rio de Janeiro, muitos presos fugiam auxiliados por grupos próximos que lhes davam cobertura (ROMANI, 2010). Assim, o local que foi considerado um Eldorado nos discursos do Governo, passou a ser chamado de Inferno Verde, sobretudo para os inimigos dos oligarcas da Velha República.

Com a chegada dos novos migrantes, paulatinamente a vida em Clevelândia foi considerada pelos colonos como insustentável. Muitos moradores foram sendo incorporados à população de Martinica, onde passaram a atuar na extração de especiarias da floresta, dentre as

---

seja homenageada, através de um ex-presidente norte americano.

<sup>32</sup> Destacaram-se entre os colonos a família Pennafort e, posteriormente, seus descendentes dominaram por muitos anos a política de Oiapoque. A família era liderada por Rocque Pennafort, que veio à fronteira ainda criança, tornando-se em alguns anos, um de seus principais expoentes locais. Nascido na região das Ilhas do Afuá, sua família faz parte dos grupos de cearenses que vieram ao norte do Brasil fugindo da seca, em período anterior ao início do século XX. Destaca-se que o movimento migratório da família Pennafort pode ter ocorrido ainda na seca dos três setes (1877/78/79).

<sup>33</sup> Voltar à terra natal, a cidade de origem, sem lograr êxito no empreendimento, era considerado como uma humilhação pelos migrantes. Retornar era muitas vezes um desejo recorrente, presente nas vontades pouco ditas. Contudo, a honra envolve este processo e voltar fracassado seria pior do que não voltar. Esta questão será



quais se destaca a essência de pau-rosa. Este movimento econômico propiciou o surgimento – ou ressurgimento – de pequenos comerciantes às margens da localidade, como também a presença mais intensa de embarcações com pessoas e mercadorias. Deste modo, destaca-se que estes colonos não foram os primeiros habitantes da fronteira franco-brasileira. Além de uma extensa população indígena que habita estas terras há um período de difícil datação<sup>34</sup>, um grupo de caboclos residia na vila de Martinica pelo menos desde o início de século XX, com registros de duas décadas de antecedência à chegada dos migrantes advindos à Clevelândia<sup>35</sup>.

Do ponto de vista político, a margem direita do rio Oiapoque e seus sertões eram administrados pelo posto fiscal cravado na vila de Demont, localizada na baía do rio, próxima ao Oceano Atlântico. Esta localização era considerada estratégica, sobretudo pelo fato de os deslocamentos para a região serem realizados de modo fluvial. Assim, a vila de Clevelândia, a vila de Martinica e a vila Demont complementavam-se formando o distrito de Oiapoque, vinculado à cidade do Amapá. A cidade do Amapá, que futuramente seria a primeira capital do estado homônimo, está localizada a um raio de 300 km do distrito, o que impossibilitava a ocupação, administração e fiscalização de seu vasto território.

Contudo, são pelo menos duas construções de relatos sobre o marco fundador da cidade de Oiapoque. A primeira foi relatada acima; já uma segunda, calcada na migração de antilhanos para a região. Interessante frisar que estes dois contextos possuem a migração como pano de fundo, imputando a esta característica definidora da organização social do local. Porém, o ponto chave nestas duas versões não se classifica por quem foi o primeiro migrante ou grupo de migrantes a chegar, mas sim por qual incursão se destacou como definidora da criação de um

---

debatida mais a frente neste texto.

<sup>34</sup> Joaquim Caetano da Silva, ainda no século XIX, relatou em seu livro *O Oiapoque e o Amazonas* (2017) a presença de indígenas no início dos anos 1600 na costa do estado do Amapá, mais precisamente na bacia do rio Oiapoque. O local, já há época, constituía-se como ponto de encontros de navios de viajantes de várias nacionalidades, que lá atracavam para descansar, encontrar outros navegantes e realizar negociatas. Interessante perceber, desde o início, que os indígenas foram sendo incorporados desde este período às relações, o que também pode demonstrar a necessidade de migração dos indígenas para cada vez mais adentro dos sertões amazônicos. Saliento que neste local, tanto por idas a campo como por relatos, foi possível observar que as terras próximas à foz do Oiapoque são de difícil trato, sobretudo por muitas encontrarem-se alagadas, espremendo cada vez mais as comunidades indígenas que residem nestes locais a uma faixa de terra pequena. Assim, o ato de empurrar indígenas aos sertões não é um fato novo no processo de colonização e apropriação das terras que constituem as margens do Oiapoque. Como também indica que o rio Oiapoque, desde muito antes da fixação de moradores em suas margens, tornou-se um local propício para migrações e negócios entre europeus e a nova terra. Contudo, esta aldeia, que se encontrava às margens do Atlântico, não existe mais.

<sup>35</sup> Registros da Paróquia de Saint-Georges de l'Oyapock, na Guiana Francesa, apontam batismos de crianças em Martinica (atual Oiapoque) pelo menos desde 1906 (ROMANI, 2010). Somam-se a estes registros, relatos que descrevem a presença de antilhanos, provindos de garimpos construídos nas matas francesas, anteriores à década de 1920.

centro econômico e cultural na região.

A segunda versão destaca que, como dito anteriormente, um pequeno grupo de pessoas vivia em Martinica antes da chegada do grupo de colonos. Eram negros fugidos das ilhas antilhanas após o fim da escravidão, que não foram absorvidos como mão de obra local. Além da tensa questão social vivenciada, outro fator foi a erupção do vulcão Saint-Pierre, em 1902, que dizimou por volta de 1/6 da população da Martinica.

Este contexto fez com que vários negros migrantes buscassem abrigo na Guiana Francesa, sobretudo pela pouca população do local, fator demográfico caracterizado até hoje<sup>36</sup>. Alguns continuaram a exercer suas profissões, como sapateiros ou costureiras. Contudo, a maioria foi designada para seguir para a principal atividade à época, a busca pelo ouro. Romani (2010) acredita que Émile Martinique (sobrenome atribuído pelo local de origem), exerceu atividade garimpeira na região do baixo rio Oiapoque e, posteriormente, atuou como pequeno comerciante. A presença de Émile se destacou no local, pois durante o período do final do século XIX e a primeira década do século XX, grande contingente de pessoas passou a buscar ouro no leito do rio Oiapoque e seus afluentes, como o rio Camopi. Com o grande contingente, seria necessário criar locais para descanso, abastecimento, aglutinação de agenciamentos, além de ser propício para negociações. Por pelo menos dez anos, a casa de Emile serviu a este intento.

Com a divisão entre Pará e Amapá na década de 1940, tornando o Amapá um Território Federal, várias vilas foram elevadas a categoria de cidade. Martinica era, naquele momento histórico, o local que mais angariava moradores, como também possuía maior efervescência econômica. Deste modo, o governo local resolveu torná-la a sede da nova cidade, abolindo o nome Martinica e denominando-a Oiapoque.

Ainda na década de 1930, com o objetivo de consolidar o domínio territorial sobre a região, o Ministério da Guerra contratou geólogos para realizar expedições e para analisar o leito do rio Oiapoque. A expedição teve por intuito observar a presença de minérios preciosos importantes para a o “desenvolvimento local e do Brasil”. Posteriormente, a descoberta de um veio de ouro proporcionou um elevado fluxo migratório na região fronteiriça. Estes rápidos movimentos populacionais também alavancam consigo problemas na infraestrutura do território ocupado, tais como moradia e saneamento. Inserido no contexto amazônico, doenças como beribéri e malária também povoam o contexto social vivenciado por garimpeiros há mais

---

<sup>36</sup> A Guiana Francesa possui em torno de 200 mil habitantes, concentrando mais de 80% de sua população em

de um século<sup>37</sup>. Como aponta o engenheiro Henrique Sousa, em estudos sobre a região no início da década de 1940, afirma:

As regiões distantes e de população escassa, como o alto Rio Branco, no Amazonas, o Oiapoque, Calçoene e Gurupí, no Pará, o Tromaí, Maracassumé e Turí-Assú, no Maranhão, sofreram a influência da valorização do ouro de forma brusca e violenta, e as novas descobertas teem constituído um fator profundamente perturbador do ritmo da sua vida passada. O ouro, ali, desloca populações e cria novos núcleos, passageiros, de vida efêmera. Canaliza para regiões longínquas mercadorias em grande quantidade- ferramentas, armas e alimentos- e trás, como carga de retôrno, homens doentes carregando ouro. São regiões que não se fundem com as contíguas, nem nos costumes, nem nos recursos. Vivem como colônias da vizinhança. Nelas, tudo é instável e precário, tudo é acaso e jogo (SOUSA, 1940).

Esta aglomeração de pessoas também proporcionou a sede do município de Oiapoque um campo propício para encontros, festas e negociações. Com a Guiana Francesa à porta, a possibilidade de travessia era constante, somando-se os relatos da possibilidade de falsificação de documentos que proporcionavam nova vida em outro país. Somado a isso, a presença de locais de diversão, como bares, prostíbulos, rinhas de galo, além da possibilidade de realizar negócios a partir do escambo do ouro, tornaram Oiapoque centro de comércio e diversão local. Como aponta Romani, “populações vindas do Norte, das ilhas do Caribe, em sua maioria da Martinica, e outras vindas do Sul, dos estados do Pará e do Ceará, encontraram-se no Oiapoque produzindo um complexo caldeirão cultural” (ROMANI, 2010).

Este contexto festivo, noturno e boêmio, que tencionava a localidade como parada propícia a ilegalidades, fazia com que forças brasileiras e francesas sempre olhassem para a fronteira do Oiapoque como local necessário de fiscalização. Assim, investidas para civilizar e desenvolver a fronteira continuaram a ser empregadas, sobretudo com a tentativa de aculturação dos indígenas, ensinando-lhes em escolas voltadas para índios. A oficialização de Clevelândia em 1936 como vila militar, somando esforços para a implantação em 1940 de uma Companhia de Fuzileiros da Selva. Como também a proposição de Cândido Rondon de criar uma rodovia que ligasse a cidade de Macapá até Clevelândia do Norte, aberta apenas em 1973 e, ainda hoje,

---

sua capital, Caiena.

<sup>37</sup> Andrade (2008) aponta que a fronteira franco-brasileira, ao mesmo tempo que é recheada por garimpeiros em busca de ouro – “o Eldorado”; também é envolta por doenças, como a malária. Em seu trabalho, a autora colheu relatos de vários garimpeiros e de outros trabalhadores do ouro que apontavam a incidência desta doença em si, como também em outros trabalhadores com os quais convivem. Interessante observar no estudo que o alto fluxo de migrantes na fronteira propicia que estas doenças transitem em forte grau entre as populações amazônicas; pois os garimpeiros, quando saem da floresta rumo às cidades que residem, levam consigo a doença, bastando haver o mosquito para transmiti-la. Assim, se constitui como prática comum que estes agentes levem consigo para os garimpos o malakit, que é uma espécie de coquetel de remédios cujo objetivo é tratar a malária. Mendes (2019) também aponta outro fator interessante que demonstra a convivência entre as populações amazônicas com a referida doença. Em seu trabalho, a autora discorre sobre a grande quantidade de profissionais que trabalham nos garimpos e que possuem o conhecimento prático para diferenciar os sintomas de cada tipo de malária, como também o remédio correto para tratar especificamente cada morbidade.

como descrito no primeiro capítulo, repleta de trânsitos em atoleiros.

#### **2.4– Alguns aspectos populacionais, ambientais e geográficos**

De acordo com dados produzidos pelo IBGE (2021), o estado do Amapá está localizado na região Norte do Brasil, em sua disposição mais setentrional, compreendendo um tamanho total de 142.828,521 km<sup>2</sup> e com população aproximada de 860.000 habitantes em 2021. Segundo Silva (2014), Oiapoque possui mais de 22,6 mil km<sup>2</sup>, tendo na primeira década do século XXI um aumento de mais de 50% em sua população, sendo esta predominantemente jovem, o que aponta a baixa expectativa de vida local.

Segundo Moura (2021), o Amapá é o estado de menor extensão territorial da Amazônia brasileira. Contudo, é a unidade federativa que possui os maiores índices de preservação ambiental. Em torno de 70% do seu território está localizado em áreas de proteção ambiental, especialmente o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT) e a Floresta Tropical do Amapá (FLOTA), além de terras indígenas demarcadas. Contudo, Moura (2021) também frisa que esta condição do Amapá, como o estado mais preservado da Amazônia, é cada vez mais questionada, principalmente pelo avanço da fronteira agrícola.

Em sua fixação geográfica, o Amapá dispõe os seus limites com o Suriname e o Oceano Atlântico; além disso, destaca-se que as suas principais divisões políticas são com o Pará, separados pelo rio Amazonas, e com a Guiana Francesa, divididos pelo rio Oiapoque. Deste modo, é principalmente a partir da hidrografia que se estabelece os limites do território amapaense. Não obstante, é com o Brasil que a França estabelece a maior fronteira de seu território através do rio Oiapoque, seja no continente europeu ou no continente americano, com mais de 730 km<sup>2</sup>.

Mesmo sendo cortado por diversos rios, parte das bacias hidrográficas do estado não possuem ligação com a bacia do rio Amazonas, inviabilizando viagens fluviais de Oiapoque até a capital Macapá. Neste sentido, a maioria dos rios cortam o estado do Amapá lateralmente, desembocando no mar.

O estado do Amapá possui em seus biomas não apenas a Floresta Amazônica, mas também cerrados e campos alagados. Neste conjunto, como apontam Lomba, Schweitzer e Porto (2020), encontram-se diversos conflitos entre povos tradicionais e empreendimentos empresariais, sendo estes legais ou não. A disputa pela terra, sua utilização e seus projetos é parte de um grande debate que envolve não só agentes privados como também agentes públicos em seu processo de uso e ocupação, por meio de uma perspectiva desenvolvimentista

do estado, a partir da produção de produtos primários. Sendo assim, a exportação de minérios é campo fértil de debate desse processo.

## **PARTE II**

# **PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE COMÉRCIO E GARIMPO NA FRONTEIRA**

### Capítulo 3

#### **GARIMPOS E GARIMPEIROS NA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA**

Migrar, residir, trabalhar e constituir laços de pertencimento nas fronteiras foi e continua a ser o percurso realizado por muitos homens e mulheres “em busca de uma vida melhor” (APPADURAI, 2013). Na fronteira franco-brasileira reverbera, como componente estimulador desta busca, a percepção amplamente difundida entre os migrantes de que os garimpos propiciam uma condição de rápida ascensão social, ao mesmo tempo em que se caracteriza a sorte como fator preponderante para a conquista desta mudança. De início, esconde-se do neófito na arte garimpeira os longos processos de sujeição nos quais estará inserido, sobretudo pelo fato de a condição de migrante ser “inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida” (SAYAD, 1998). Ao percorrer os mais diferentes desafios no universo fronteiriço, perceberá que a nova vida será composta por uma série de inserções em trabalhos de vasto perigo e elevado esforço físico, como se constitui o caso elencado dos garimpos franco-brasileiros (MARTINS, 2014)<sup>38</sup>.

Soma-se à condição de clandestinidade (MARTINS, 2014) e de desclassificação (MELLO E SOUZA, 2014) que é vivenciada por praticamente todos aqueles que atravessam a fronteira para atividades vinculadas ao ouro, em um frenético ir e vir; sobretudo por este traslado predispor como condicionante, em quase todos os contextos, a realização de práticas caracterizadas pelos Estados Nacionais como criminosas (MACHADO, 2000; COSTA, 2009; COUTO, 2022). Assim, corrobora para que a mudança se caracterize como uma das principais características das atividades em garimpos, seja inserida no aspecto geográfico, seja

---

<sup>38</sup> É possível problematizar que a condição do garimpeiro na Amazônia, de modo específico na fronteira franco-brasileira, dialoga com aquela apontada por Leite Lopes (1979), quando discute o caráter móvel do proletariado nômade, que está sempre vinculado ao trabalho que exerce em curtos espaços de tempo em diversos locais. Nesta perspectiva, as migrações acontecem “entre um trabalho e outro, sendo que o período que estão vinculados a um e a outro trabalho é relativamente curto. Mas considerando-se o período de trabalho intermitente a ele próprio, e não a sua relação com outros períodos de trabalho, o proletário nômade está imobilizado” (LEITE LOPES, 1979).

a partir das condições de vida e das expectativas dos garimpeiros, pois como aponta Coelho e Wanderley (2013), existe um “vaivém” entre fofocas, aventuras e sazonalidades de trabalhos quando se observa os garimpos como campo de investigação.

A definição do migrante como um indivíduo criminoso circunscreve um longo processo de sujeição, sobretudo quando sua classificação social resvala na figura do garimpeiro. Ser identificado e se autoidentificar como garimpeiro, por si só, garante ao trabalhador do ouro um local subalterno dentro das lutas por espaços pelo poder na fronteira, especialmente quando é apreendido por forças policiais de algum dos países. Entre os agentes públicos responsáveis por coibir e punir atividades de extração de ouro no rio Oiapoque, ser classificado como garimpeiro e ser classificado como criminoso são categorias costumeiramente utilizadas como sinônimas. Nas palavras de um policial federal anotada em diário de campo “quando bate o olho a gente já sabe quem são, né... o procedimento [apreensão e prisão] é o mesmo”. Forja-se uma demarcação, uma *di-visão* por meio de características atribuídas a um grupo específico.

Entender as relações presentes na fronteira a partir dos agentes sociais que buscam acumular capitais para alcançar novas posições, ao levar em consideração o local social ocupado e aquele almejado. Insere-se questões objetivas e subjetivas. Desta feita, faz-se possível, como aponta Bourdieu (2011, 2020), problematizar as representações que os agentes sociais possuem sobre as divisões da realidade, tornando-as realidades das divisões. É nesta perspectiva que proponho que a acumulação de capitais na fronteira franco-brasileira pode ser pensada de dois modos.

A primeira possibilidade de acumulação de capital se dá através da economia econômica, cuja agência propicia posições de mando (BARREIRA, 1998), como donos de maquinários em garimpos, donos de carros ou embarcações para transporte de pessoas e de mercadorias, como também proprietários de grandes estabelecimentos no comércio fronteiriço. Estes agentes adquirem uma posição dominante, pois além de controlarem o capital econômico, impulsionam um sistema forjado por regras de conduta e por regularidades sociais na transmissão do local social ocupado entre seus descendentes; incluindo estratégias educacionais. Esta pesquisa intenta fugir de uma perspectiva economicista ou utilitarista da realidade social<sup>39</sup>, que muitas vezes pode reduzir as complexidades inerentes ao universo

---

<sup>39</sup> O debate sobre utilitarismo é complexo e vem exercendo forte influência nas ciências sociais. Pierre Bourdieu (2001; 2011) elaborou duras críticas sobre os modelos de análise que defendem compreender as relações sociais de modo estritamente racional, a partir do cálculo dissimulado dos homens. Posteriormente Caillé (2011) identificou três tipos de utilitarismo: o prático (economicista); o teórico, que generaliza a condição do homem como calculista por “natureza” e o normativo, que caracteriza justiça como “satisfação do maior



estudado.

Deste modo, não é possível entender somente a lógica econômica sem entender como as estratégias simbólicas dela se apropriam e conduzem aos contextos de interação entre os agentes sociais. Saber lidar com estes dois tipos de capitais se torna fundamental, sobretudo por, dentro do contexto social em tela, aqueles que fazem “um bom uso” destes dois tipos de capitais (SAYAD, 1998) despontam socialmente. Como elabora um entrevistado ao se referir à formação dos filhos de proeminentes empresários locais, que resolveram investir na educação de seus descendentes:

Por exemplo, a cidade era cidade de um. Só tinha um dentista, só tinha um médico, tudo era um. Hoje só o que a gente tem um é o chaveiro, se ele viaja a cidade para em questão de chave (risos). Esse era o cenário, então a gente observou isso que as pessoas buscavam qualificação lá fora para só depois retornar. Quem tinha uma condição mexendo com garimpo ou comércio, mandava o filho para fora e depois o filho retornava. Mas não era todo mundo que podia fazer isso. Então a geração que a gente tem hoje no Oiapoque, né? Na grande maioria das vezes, são pessoas que vieram para Oiapoque dessa fase inicial para conquistar algum espaço, conquistaram algum recurso e a partir daí investiu na educação dos filhos e agora esses filhos retornam para a cidade já para prosseguir nesta geração, mas uma geração mais qualificada, mais técnica e a partir daí a cidade vai mudando um pouquinho esse cenário esse contexto, né? Porque a maioria não quer mais ir p'ra garimpo (ENTREVISTA COM JOÃO, NOVEMBRO DE 2021).

Corroborando com este processo de transmissão do local social ocupado, as mediações simbólicas entre garimpeiros-garimpeiros; marreteiros-garimpeiros; garimpeiros-catraieiros; pirateiros-garimpeiros; etcetera, envolvem trocas de favores, ajudas e transmissões de conhecimentos. Estas interações podem se enquadrar como vínculos forjados através de práticas estritamente laborais, como também envolver modos de como se portar e interagir em garimpos. Assim, os garimpeiros aprendem como devem proceder em determinadas relações sociais; isto é, poderia se dizer que os agentes sociais incorporaram as regras do jogo como o fundamento da sua conduta (BOURDIEU, 2010).

Esta configuração forja um estilo de vida, advindo de uma economia moral, que em determinados momentos se suspende ou sobrepõe à economia econômica do garimpo. Deste modo, o mapeamento de práticas garimpeiras, inseridas também em práticas comerciais, emerge como uma organização que possibilita entender os equacionamentos produzidos através das sociabilidades na fronteira. Os garimpos são, neste sentido, um complexo modelo social. Nas palavras de François-Michel Le Tourneau “*fact that the garimpo is not just an extractive*

---

número de indivíduos”. Em sua crítica, Caillé busca desconstruir o próprio antiutilitarismo de Bourdieu, classificando-o no primeiro grupo citado. Como resposta, segundo Rodrigues Guimarães (2013), Bourdieu diferencia razão de racionalidade podendo “as condutas serem razoáveis sem ser racionais”. Mais recentemente, uma reflexão sobre o *ethos* capitalista brasileiro e sua relação com o utilitarismo pode ser vista

*activity but a complete economic, social and cultural system*” (TOURNEAU, 2021).

Para melhor compreender o contexto em tela, chamo a atenção para as terminologias trabalho e sorte, acionadas por agentes das mais variadas classes, sejam estes garimpeiros ou empresários que fazem parte das relações econômicas e sociais fronteiriças. Deste modo, de início afirmo que uma viagem migratória à fronteira franco-brasileira não pode ser entendida apenas por uma mudança geográfica, mas também pela tentativa de transpor o local social ocupado. Especialmente caracterizada pelas falas dos exploradores do ouro, esta mudança pode ocorrer através das duas categorias citadas.

A sorte e o trabalho são duas categorias conhecidas por propiciar uma mudança do local social ocupado na fronteira. Estas terminologias nos ajudam a problematizar algo mais amplo: a de que, mesmo entre empresários ou entre garimpeiros, existe uma compreensão de mercado de trocas presente, sendo possível perceber que através de uma realidade específica (o garimpo), faz-se possível compreender questões mais amplas de funcionamento da estrutura social da fronteira franco-brasileira, cujas formulações apontam para a perspectiva de que os agentes sociais interagem através de suas agências cotidianas, ao levar em conta como principal característica a relação indissociável entre indivíduo e estrutura (BOURDIEU, 2011).

Nesta perspectiva, é interessante observar que se justifica a ascensão econômica daquele que “se deu bem” no garimpo pelo trabalho. São categorizados como “se deu bem” os garimpeiros que souberam economizar o que conseguiram na labuta garimpeira, que investiram seus ganhos e que ascenderam socialmente através do acúmulo econômico. Nas palavras de um filho de garimpeiro, que ascendeu socialmente “pelo estudo”: “não existia muita coisa para se ver... realmente [Oiapoque era] um lugar para trabalhar, ganhar um dinheiro e voltar para sua cidade. Investir e depois retornar – era mais ou menos essa ideia.” (ENTREVISTA COM JOÃO, NOVEMBRO DE 2021). Porém, mesmo sendo a intenção da grande maioria dos migrantes que se aventuram em garimpos, ao cabo não representa as possibilidades de ação. Isto porque ser perdulário se constitui como uma das principais questões morais dos garimpeiros, pois as práticas de diversão e de sociabilidade predispõem a exacerbação dos gastos auferidos com a extração de ouro. Muitos pensavam que, afinal, através da sorte, sempre é possível tornar-se rico novamente. Assim, bamburrar no garimpo é a chance que muitos garimpeiros visualizam como oportunidade de viver aquilo que nunca foi vivido, comprar e aproveitar ao máximo. Deste modo, o mesmo interlocutor aponta que:

A boate do Júnior e a boate Roberta eram as duas casas de show que existiam. Tipo assim: rolava dinheiro muito alto, porque os caras vinham bamburrados do garimpo e eles acabavam com o dinheiro que tinham, né!? Chegava ao ponto de você ver um carro, assim, cheio de mulheres em cima seminuas, de lingerie, tocando funk, cantando... Quando sabiam que tinha muito garimpeiro na cidade, passava um carro anunciando que “tinha novidade”, que chegou gente de Manaus e gente de todo canto. Mulheres de todo o Brasil para ficar mesmo, bem ali, com os garimpeiros. Aí quem vinha do garimpo gastava tudo (ENTREVISTA COM JOÃO, NOVEMBRO DE 2021).

As possibilidades não se traduzem necessariamente em probabilidades de opções de ação no universo analisado. Esta dualidade entre possibilidades e probabilidades de ascensão social costumeiramente não põe em xeque o conhecimento comum já assinalado de que o ouro é gerador de “riqueza” e propiciador de “se dar bem” na fronteira. Ou seja, o ouro é considerado auspicioso para propiciar uma mudança do local social ocupado, mesmo que, quando observada a probabilidade de ascensão, não se consiga realizar esta mudança.

Esta relação dual existe entre os garimpeiros porque é sempre visualizada a possibilidade de uma mudança brusca do local social ocupado, cuja condição pode ser beneficiada pela sorte. Assim, saber lidar com a sorte é um fator preponderante na vida dos garimpeiros. Para os garimpeiros, a sorte se avizinha com a possibilidade de achar uma pepita, de bamburrar, ou simplesmente de não ser morto por ter bamburrado. Através da sorte, ganhar dinheiro suficiente para trazer a família para próximo, ou gastar o dinheiro que conseguiu ficando de “porre” e com mulheres, como símbolo de poder masculino, são dilemas presentes nas expectativas e nos sonhos presentes na vida daqueles que encontraram nos garimpos franco-amapaenses na sua forma de experiência sociocultural.

É por conta disso que achar uma boa quantia de ouro não necessariamente propicia uma mudança social imediata na fronteira franco-brasileira. Na verdade, as exigências sociais tencionam a maioria dos garimpeiros para o uso do dinheiro conquistado com a lavra de ouro com a diversão. É por isso que muitos garimpeiros, ao conseguirem uma quantidade elevada do minério, saem dos rincões da floresta e vão à cidade de Oiapoque ou até a Macapá e passam semanas ou meses usufruindo do valor financeiro. Contudo, após esgotá-lo, voltam ao garimpo acreditando que conseguirão novos recursos para um dia sair definitivamente de lá. Assim, estas ações empreendidas tencionam a lógica da economia econômica garimpeira, propiciando um modo de enxergar aquilo que é conquistado por meio dos significados atribuídos socialmente ao dinheiro, sobretudo como se deve gastá-lo. Pagar aquilo que deve – ou pagar o que deve ser pago – além de aproveitar ao máximo, estão entre as principais probabilidades de utilização dos recursos financeiros conquistados por garimpeiros.

Um verbete publicado na Revista Brasileira de Geografia em 1942, sem autoria definida, aponta que:

Pela imprevidência e gênero de vida que leva, o garimpeiro é um personagem análogo ao seringueiro da região amazônica. Enquanto não é favorecido pela sorte, na “roleta imensa” do Garimpo, vive permanentemente infusado, isto é, endividado, tão cheio de compromissos para com os negociantes das proximidades, como o seringueiro em face da ganância do regatão. Pois que quase sempre é meia-praça, trabalha por conta de uma terceira pessoa, consoante o regime da parceria nos achados; em época de dificuldade, além do compromisso das meias, chega a dar, às vezes, todo o resto do seu direito, em penhor a outrem (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1942).

Todavia, com um olhar mais detido, é possível perceber que a sorte cada vez mais se organiza nos garimpos por meio de condicionantes que, em certa medida, determinam as reais chances de sucesso nas incursões dos garimpeiros. Se antes o modo de extração de metais era primordialmente artesanal, hoje se empregam técnicas e maquinários no processo de extração de ouro, a exemplo de dragas alocadas em balsas nos rios da região, como também retroescavadeiras que realizam trabalhos de escavação. Deste modo, a sorte vem sendo enquadrada em condicionantes de funcionamento da extração de ouro, tendo em vista que “procurar no canto certo” se constitui em predispor das condições materiais de domínio das técnicas de busca pelo metal. Deste modo, com o ouro de aluvião (a céu aberto) em escassez, a figura do garimpeiro solitário com uma bateia se esvai, sendo necessário o engendramento de redes que fomentam a extração, a compra e a venda de ouro, o que mais uma vez tenciona a relação irrestrita com a sorte para mudar de vida.

Aqueles que vivem nos garimpos percebem a necessidade de ir além do acaso para conseguir mudar de vida. Alguns garimpeiros relataram, para esta pesquisa, que não basta mais contar apenas com a sorte. Nas palavras de um trabalhador do ouro da região do Oiapoque: “Jesus disse: orai e vigiai. Não pode ficar só esperando, tem que trabalhar”. Deste modo, insere-se a percepção entre os trabalhadores do ouro de que longos períodos de trabalho propiciam que a sorte possa ocorrer. Trabalho e sorte são, assim, faces de uma mesma moeda que podem sinalizar a possibilidade de mudança do local social ocupado.

Segundo relato de um ex-garimpeiro, que por anos trabalhou nos garimpos no Oiapoque e que hoje trabalha vendendo refeições, “trabalhei muito, já tive sorte, mas gastei com tudo que não presta. Hoje vivo do jeito que o senhor ‘tá vendo”. Ou de outro jovem garimpeiro que ainda sonha que sua hora de bamburrar chegará “tem gente que trabalha pouco e consegue, tem gente que é a vida toda e não consegue. Uns tem sorte, são abençoados, outros não. Risos”(DIÁRIO DE CAMPO, 2018). A sorte, sinônimo de esperança por dias melhores, relacionada a uma benção que pode ser alcançada, perpassa o cotidiano dos garimpeiros,

estando presentes em suas histórias de vida e suas visões de mundo.

Assim, o garimpeiro, responsável imediato pela extração de ouro, é caracterizado como o principal agente modificador das condições de existência na fronteira. Mesmo repleta de riscos, é possível perceber a fronteira nas falas de seus moradores como propiciadora de expectativas por mudanças. As fronteiras são fermento de sonhos por novas condições de vida.

Este fenômeno não brota apenas na fronteira entre o Brasil e a França. Tomando como caso emblemático a fronteira dos Estados Unidos com o México, Naddi e Beluci (2014) apontam que os “imigrantes mexicanos vão aos Estados Unidos, primordialmente, para conseguirem um trabalho mais bem remunerado [além de objetivarem] alcançar uma melhor qualidade de vida”. É possível construir a perspectiva de que a travessia da fronteira entre Brasil e França, como em outras partes do mundo, configura-se através da busca por novas oportunidades para modificar tanto material como simbolicamente o modo que se vive. Assim, os casos de migrantes na fronteira franco-brasileira se assemelham aos de outros locais que também a enxergam como auspiciosa, porém desafiadora e perigosa. É a partir desta perspectiva que ao mesmo tempo em que a fronteira é vista como problemática, também é observada como promissora de mudanças.

É a partir deste contexto supracitado que dividi este capítulo em quatro partes. Na primeira, apresento as categorias nativas fofocas e fuxicos, que são acionadas em diferentes contextos para enquadrar aspectos da atividade de mineração. São caracterizadas pelo espalhamento de notícias entre os trabalhadores do ouro, ao anunciar um grande montante de metais preciosos encontrados por “garimpeiros que chegaram primeiro” e que, por sorte, bamburraram. Estes pioneiros, algumas vezes, acabam se tornando o dono de um barranco de ouro. Contudo, costumeiramente, ou vendem a “prioridade de direito de extração” no local, ou são expulsos por grandes exploradores de ouro, que possuem elevadas montas financeiras que propiciam as condições materiais necessárias para a prospecção do metal por muitos garimpeiros. Em um segundo ponto, apresento a organização dos “garimpos de família”, formados principalmente por amigos e parentes. No terceiro tópico, apresento alguns dos modos de organização dos garimpos. Por fim, no último tópico, discuto a chegada da COVID-19 em áreas de garimpo na fronteira franco-brasileira.

### 3.1– Entre as fofocas e os fuxicos do ouro

Delmazo e Valente (2018) apontam que, uma das principais preocupações na contemporaneidade, é precisar como uma notícia se espalha, como mensurar seu alcance, além de indicar mecanismos para defini-la ou não como *fake news*. Redes sociais, como o *Facebook* ou *WhatsApp*, encurtam distâncias de comunicação; sobretudo por possibilitar uma interação quase que imediata com distintas partes do mundo, corroborando para a difusão dos mais variados acontecimentos, atribuindo-lhes uma infinidade de interpretações. Este é um contexto quase que global, onde a informação se destaca como instantânea, de rápido e massivo alcance<sup>40</sup>. Contudo, mesmo que utilizadas nos garimpos da fronteira franco-brasileira, as redes sociais e a internet não são o ponto chave de mediação da interação cotidiana que movimentam as notícias locais. Assim, nos pequenos garimpos, as redes sociais, percebidas em outros campos como principais agenciadoras de trocas de informações, são postas em xeque. Afinal, mesmo que um garimpo possua acesso à internet esta é precária.

O envio de áudios, fotos e vídeos pode demorar horas ou até mesmo dias para que seja finalizado, corroborando para a utilização restrita das redes sociais. Isto corrobora para que, entre os trabalhadores do ouro, as notícias sejam espalhadas de modo mais vagaroso, estando atreladas principalmente à mobilidade dos garimpeiros, as trocas de informações entre pessoas de mútua confiança, além de aparelhos de comunicação mais rudimentares, porém com melhor funcionalidade nas florestas, como os rádios comunicadores. Como verificado por Vargas e Aquino (2019), os rádios são bastante utilizados porque “na maior parte dos garimpos, não há sinal ou redes que possibilitem o uso do celular, o contato com o Brasil é feito por meio de frequências de rádio amador”.

Parto da afirmação de que tencionar os modos de difusão de notícias, denominados por moradores da fronteira como fuxicos ou como fofocas do ouro, é fundamental para entender a organização dos modos de vida na fronteira, especialmente ao observar como os trabalhadores do ouro se relacionam por meio de suas trocas de informações. Deste modo, segui o caminho de análise a partir das seguintes perguntas: como, dentro da Floresta Amazônica, onde ainda hoje

---

<sup>40</sup> Uma importante discussão está em analisar o fato de que as tecnologias não necessariamente propiciam uma maior interligação entre migrantes e os países para os quais estes migram. Diversos fluxos migratórios de pessoas em busca de uma vida melhor são postos em xeque quando os Estados se defrontam com crises econômicas, como também diversas vezes são acionados sentimentos negativos entre os membros da comunidade que os recebem (OSÓRIO; BERNER, 2021). Contudo, para os autores, esta visão que desqualifica a migração não atinge todos os migrantes do mesmo modo, pois focam às críticas em migrantes de baixa escolaridade, especialmente advindos de países do Sul -> Norte. Como também se observa a migração Sul-> Sul para países de maior fôlego econômico. O caso da relação Guiana Francesa e Brasil pode ser, em certa medida, entendido pelos dois prismas.

não há acesso à rede de computadores, propaga-se entre as pessoas que nunca viajaram para além das redondezas de pequenas cidades cravadas no interior do Brasil, a informação de que em determinado local, no meio da floresta, possui um garimpo de ouro? Quais circunstâncias propiciam que estas pessoas decidam realizar uma viagem para um garimpo? Ainda mais, como conseguem neles chegar?

Os fuxicos do ouro podem ser dados empíricos importantes para indicar as interligações entre garimpeiros e donos de máquinas em várias partes do Brasil, demonstrando que a economia do ouro não é determinada apenas por uma rede restrita, mas também por intrincadas redes de relações que envolvem vários donos de máquinas e garimpeiros. A partir desta questão leva-se em consideração que cada vez mais os garimpos estão sendo constituídos com mais garimpeiros e maior investimento daqueles que os agenciam. Como aponta reportagem veiculada nacionalmente:

O garimpeiro é apenas o trabalhador que está sendo explorado, eles ficam em condições insalubres, colocando a vida em risco, muitas vezes contraem doenças como malária e acabam morrendo. “Então, quem ganha são os donos dos maquinários, ou seja, o empresário que financia. O garimpeiro fica apenas com uma porcentagem”, explica Ivo Cípio Aureliano. [...] Ainda de acordo com o assessor do CIR. “Os garimpeiros trabalham com maquinários que eles não conseguem comprar, então há alguém por trás que financia. Eles trabalham em equipe, têm informantes, olhares e pessoas que avisam quando tem operação [de fiscalização]”, acrescenta (REPORTER BRASIL, 2021).

Assim, em uma ponta dos fuxicos estão os donos de garimpo<sup>41</sup>, cujas relações engendram laços que propiciam interação e trocas de informações sobre várias atividades que envolvem a extração do metal. A rede de relações entre donos de maquinários possibilita que padrões informem aos subordinados sobre fofocas advindas de várias partes do Brasil. Como nas falas de um garimpeiro que estava no Pará, explicando-me sua escolha por um garimpo no Amapá, que afirmou: “o dono do barranco ficou sabendo da fofoca e mandou nós pra cá”. Este processo de troca de informações auxilia aos donos de garimpo na movimentação de forças de trabalho, espalhando trabalhadores que não mais precisam, ou possibilitando uma rápida chegada de trabalhadores do ouro, quando se encontra um garimpo que necessite de

---

<sup>41</sup> A economia do ouro está inserida em um contexto repleto de especificidades, marcado pelo perigo de dois extremos, de duas classes sociais, empurradas em busca do lucro a partir de concepções neoliberais incorporadas no dia a dia da floresta. Assim, donos de máquinas e garimpeiros eram aparentemente dois universos díspares, divididos em dois locais sociais no campo. O primeiro entre aqueles categorizados como “pessoas que não tem nada a perder”, que resolvem seus problemas através de vínculos fortemente marcados por necessidades imediatas, publicizados como violentos e imediatistas. Outro universo formado eminentemente por “pessoas poderosas”, homens de prestígio social no estado do Amapá, que a busca pelo ouro e pelo euro envolvem práticas que tangenciam a liminaridade entre o legal e o ilegal, como será possível discutir melhor mais adiante. Destarte, aponto que a questão principal está em construir um fio condutor das condutas e práticas garimpeiras, sejam estas de garimpeiros, gerentes e/ou donos de máquinas.

composição das várias atividades de atuação para que possa funcionar. Este modo de lidar com os garimpeiros é, como aponta Abdelmalek Sayad (1998), um modelo quase ideal para aqueles que desejam utilizar suas forças de trabalho migrantes, com poucos custos e bons lucros (econômicos e sociais). Como o autor define, “um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária e em trânsito” (SAYAD, 1998). Definição que pode ser vinculada à atividade garimpeira.

Em maior intensidade, as fofocas também se espalham a boca miúda, atravessando estados e nações percorridas por garimpeiros, com notícias de novos garimpos, como na fala deste garimpeiro “a gente fica sabendo por um e por outro, até pela televisão. Se passa na televisão é porque a fofoca ‘tá grande” (DIÁRIO DE CAMPO, 2018). Deste modo, as trocas de informações entre conhecidos são intensas, sobretudo pela constante mobilidade vivenciada pelos trabalhadores do ouro.

As categorias “fofoca” e “fuxico” do ouro são de início percebidas e acionadas a partir de uma visão estrita do termo. Contudo, é importante frisar que as referidas categorias não se restringem à classificação de um modo de difusão de notícias, ao retratar informações compartilhadas em um contexto social específico, qual seja a rede de informações dos garimpos. É possível compreender que as referidas terminologias também dialogam com as perspectivas simbólicas dos profissionais que estão inseridos nestas atividades. Soma-se a esta ideia a delimitação de uma época por meio das terminologias “fofoca do ouro” e “fuxico do ouro”, que também podem ser categorizados como o “tempo do ouro”. Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (1995) também sinalizaram a importância das demarcações temporais na interação cotidiana das pessoas. Se existe popularmente um “tempo das festas” demarcado entre dezembro e o dia de Reis, um “tempo da política”, caracterizado pelo início dos comícios até o fim da eleição, também é possível se falar em um “tempo do ouro”, classificado como “fuxico” ou “fofoca”.

Este processo é percebido há muitos anos. Como aponta o engenheiro Henrique Cáper Sousa (1940) “onde aparece [ouro], o faisgador [garimpeiro] aflui em massa. Quando cessa, o arraial se extingue. O ouro é, portanto, ainda quem preside ao destino de milhares de homens” (SOUSA, 1940). Neste sentido, a “época do fuxico” está presente nas construções dos garimpeiros quando relatam um período determinado, o de maior efervescência em busca de ouro, que se inicia quando se descobre uma grande lavra e finaliza quando esta lavra se esvai, iniciando um novo processo de migração daquele local que outrora aglutinou diversos trabalhadores. Assim, são ciclos de mudança e migração. Como aponta Abdelmalek Sayad



(1998), a situação de migração propicia uma dupla contradição na vida do migrante: “não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade” (SAYAD, 1998). Frases como as que se seguem foram elaboradas por garimpeiros e ex-garimpeiros quando estava em campo:

“vim pra cá na época do fuxico”; “depois que a fofoca acabou, eu tive que arrumar outra coisa pra fazer, agora compro e vendo Euro”; “na época da fofoca era tudo lotado, agora não é mais do mesmo jeito”; “tem muita gente chegando todo dia, ainda achando que a fofoca é a mesma, mas o tempo dela passou” (DIÁRIO DE CAMPO, 2018).

Deste modo, a fofoca ou o fuxico do ouro remetem a um período histórico determinado, qual seja o de maior efervescência migratória para uma determinada região devido a descoberta de metais preciosos. Deste modo, falar em fofoca do ouro também pode se referir ao momento que engloba o achado de uma grande quantidade de minérios, corroborando para que um grande fluxo de pessoas migre para a localidade. Nesta perspectiva, tendo em vista que a extração mineral é lavrada em recursos naturais finitos, ao passo que estes se tornam escassos, o grande contingente de garimpeiros diminui e o tempo do fuxico acaba. Nestes momentos de maior efervescência do ouro, é possível destacar que os garimpos se constituem como um mundo informal, com as operações sendo realizadas através de acordos orais, fechados pela palavra (TOURNEAU, 2021).

Do ponto de vista das microrrelações sociológicas, faz-se possível mapear os fuxicos do ouro pelas redes produzidas anteriormente e posteriormente à entrada de homens e mulheres no universo garimpeiro. Relações de proximidade de parentesco entre trabalhadores do ouro fomentam migrações para os garimpos em todo o Brasil. Também se inserem neste fator de difusão de fofocas do ouro a intensa migração de um garimpo a outro no território nacional e internacional, o que leva os garimpeiros à construção de uma rede de informações com aqueles com os quais mantiveram contato anteriormente. Ao viajarem de um garimpo a outro, encontram pessoas que percorreram caminhos díspares, e assim ficam informados sobre novos trechos abertos.

Cito duas conversas com garimpeiros em Oiapoque que dialogam com as questões supracitadas:

Meu cunhado mora aqui [em Oiapoque] há uns oito anos. Depois de um ano, ele trouxe minha irmã e minhas sobrinhas. Pra mim, lá no Maranhão, as coisas não estavam dando certo, tinha dia que não tinha um prato pra comer. Você já passou por isso? Sabe como isso é triste? Aí ele me chamou pra cá e eu agora tou aqui [sic] (Conversa com um garimpeiro em maio de 2018).

Já passei pelo Goiás. Passei pelo Pará, lá no Tapajós. Fui pra Venezuela... depois vim pro Oiapoque. A gente escuta a fofoca e vai atrás. Depois que começa a ficar difícil, quando a fofoca acaba, a gente se muda [risos]. (Conversa com um garimpeiro em fevereiro de 2019).

As frases apresentadas figuram como exemplos, pois problematizam a influência dos fuxicos do ouro, ocasionados pelas notícias de novos garimpos. Como visto, os fuxicos são agenciadores de novas expectativas de vida. Isto porque, quando um garimpeiro escuta de um colega de profissão ou de um parente sobre a possibilidade de um novo local recheado por novas jazidas de ouro, surge em si uma esperança de que tudo poderia ser diferente, que através da sorte sempre é possível mudar. Uma nova fofoca representa para os garimpeiros a possibilidade, mesmo que de remota probabilidade, de uma rápida mudança do local social ocupado.

É possível apontar que estas terminologias acionam concepções morais comuns, que são compartilhadas entre garimpeiros que vieram de várias partes do Brasil e na fronteira franco-brasileira projetaram seus futuros. Nesta perspectiva, as concepções morais destes trabalhadores influenciam sua prática laboral, inculcando-a de significados políticos, econômicos e sociais.

Dentre os vários entrevistados, organiza-se um compartilhamento de motivações para se continuar a empreitada, o que predispõe um ciclo de pertencimento à economia do ouro. As esperanças e os pertencimentos não são compartilhados de modo uniforme entre os garimpeiros, tendo em vista que as estratégias de inserção neste universo variam em maior ou menor grau, ao observar o local social ocupado daquele que inicia na atividade.

É válido frisar que a inserção na atividade não se trata de uma escolha estritamente racional do garimpeiro. Relacionamentos familiares, condições pretéritas de vida, a “sorte” de procurar certo, além de “não ter medo de trabalhar”, figuram como fatores presentes no cotidiano local, que devem ser observados para uma análise mais cuidadosa do processo de entrada e permanência de trabalhadores em garimpos.

Assim, um fator importante para se entender os processos de inserção e permanência nos garimpos são os relacionamentos amorosos. Quando viajam movidos pelas fofocas do ouro, alguns garimpeiros levam suas mulheres para os garimpos ou para cidades próximas, outra parcela “casa-se” lá mesmo. Como discorrem em seus relatos, o casamento no garimpo é “viver amigado”. Assim, quando eu perguntava a algum garimpeiro se ele era casado, as respostas tangenciavam as seguintes: “a) não, a gente é só amigado; b) me amiguei quando cheguei aqui, aí tive de deixar a mulher lá [na cidade de origem], não dava pra ter duas aqui; c) cada canto

que passo eu deixo uma mulher”.

Viver amigado possibilita intensa mobilidade conjugal, sobretudo pela possibilidade de os laços afetivos serem dissolvidos com a partida de um ou outro cônjuge para paragens distintas, motivado pelas fofocas. Em outro relato, realizado por um garimpeiro, ao conversarmos sobre como estão seus relacionamentos amorosos no último garimpo que trabalhou, ele relata:

A gente tem que vir de vez em quando na cidade [Oiapoque] porque o garimpo tá muito parado. Tinha cinco dançarinas na boate, mas agora elas ‘tão tudo amigada. No máximo que elas faz é ser marreteira [comerciante]. Ai não tem quem faça um favor [sexo] pra gente [sic] (Conversa com garimpeiro, em setembro de 2018).

Pela própria maleabilidade das relações no garimpo, com um constante ir e vir, os relacionamentos são costumeiramente não duradouros – fator que torna o garimpo atrativo para alguns garimpeiros. Assim, estes locais se constituem como propiciadores de riquezas, de diversão e de amores fugazes. Deste modo, saber entrar em um relacionamento exige também saber sair, momento em que as fugas e os despistes assumem ponto central nas relações na fronteira franco-brasileira.

Saber dar “despistes” é uma estratégia fundamental tanto para homens como para mulheres. Se por um lado os despistes são dados em policiais ou forças de segurança, em outros caminhos se faz necessário dar despistes nas próprias esposas, nos maridos ou companheiros com os quais se vive amigado. Livrar-se do parceiro que é amigado e não mais deseja conviver, como também buscar outros locais nos quais a fofoca esteja em maior efervescência, necessita de habilidade. Afinal, o garimpo não se resume a busca pelo ouro, mas também a busca por novas experiências.

Inserir-se nesta perspectiva a questão de que, para alguns garimpeiros, não é possível mudar de vida estando muito tempo no mesmo local; então, quando se muda, também pode-se deixar para trás amigos e amores. Exemplo disto está na fala de um garimpeiro que me disse “se não ‘tá prestando, melhor deixar tudo pra trás, né!?”. Presenciei um desses despistes em uma viagem de Oiapoque para Macapá. Contudo, não fui o único a percebê-lo. O próprio piratairo como também outros passageiros chamaram atenção para o acontecimento.

O despiste aconteceu na viagem de uma mulher que desceu de uma picape na cidade de Macapá. Logo após sua saída, o piratairo interpelou-me:

Professor, o senhor tá vendo aí? O peão me pagou pra deixar ela no Porto de Santana, pra ela ir ver a mãe em Santarém. Peguei ela com um vestido, chegou no Cassiporé trocou de roupa, colocou esse shortinho aí. Ai agora desceu em Macapá. O cara tá lá na floresta e o que a mulher dele faz? Por isso que não gostava de ser garimpeiro, tem

que tá de olho [...] eu é que não me meto com mulher de garimpeiro [sic] (Conversa com pirateiro e passageiros, em janeiro de 2019).

Quando indaguei ao pirateiro: “é mesmo?”, outra passageira respondeu: “ela me disse que vai ficar na casa de um amigo em Macapá e depois vai p’ra um garimpo novo no Pará” (Conversa com pirateiro e passageiros, em janeiro de 2019).

Os despistes, as fugas e a perspectiva de mudança de vida, propiciam aos garimpeiros uma mobilidade constante entre as várias regiões do país, seja realizada por homens, ou no caso em tela, por mulheres. Deste modo, as aproximações e as dissoluções de laços amorosos são constantes entre os trabalhadores do ouro, independente do sexo. Este exemplo também mostra a importância destas mulheres na economia de trocas garimpeiras que, por vezes, como aponta Tedesco (2015) e Mendes (2019), é invisibilizada.

Porém, os garimpos não se constituem apenas por relações fugazes. Outros garimpeiros, ao ouvir e decidir seguir uma fofoca pela primeira vez, viajam sozinhos; contudo, logo após juntar algum dinheiro “mandam pegar esposa e filhos”, alocando-os, como já dito anteriormente, na cidade ou no povoado mais próximo de onde trabalha. No caso da fronteira franco-brasileira, os pontos de fixação mais comuns são o município de Oiapoque ou a comunidade de Ilha Bela, que está localizada a 20 minutos de barco do distrito de Vila Brasil.

Figura 7 - Voadeiras atracadas na orla da comunidade de Ilha Bela, Oiapoque (2018)



Fonte: Arquivo Próprio

Como exemplo do processo de fixação, alicerçado por relações familiares, um garimpeiro que está na fronteira há oito anos relatou:

Mandei buscar a mulher e os meninos logo que pude. Ficar solteiro no início é bom, mas logo bate a saudade. Depois eu ficava pensando... será se fiz certo de vim pra cá? Será se eu volto? Depois que eu trouxe eles pro Oiapoque as coisas melhorou... Aqui eu fiz uma casinha... a gente acha que aqui é melhor do que lá [Maranhão]. Depois de um tempo minha mulher fez amizade. Eu também fiz amizade. Oiapoque tem um pessoal gente boa [...] agora vou sempre com uns amigo pro garimpo. (Conversa com um garimpeiro em 2018).

Como descrito pelo garimpeiro, contextos familiares e de amizade contribuem para fazer com que cada um, a seu modo, disponibilize mais ou menos tempo no garimpo, como também as relações de proximidade e distanciamento auxiliam na permanência ou não permanência na atividade aurífera. Significa dizer que a lógica da economia econômica, identificada por muitos garimpeiros como a “febre do ouro”, é tencionada por uma economia simbólica, que envolve não só o processo de extração e acumulação em si, mas também se apropria de laços de amizade, confiança e pertencimento na fronteira. Assim, ir aos garimpos com amigos propicia segurança e afinidades. Como também, as redes familiares dos garimpeiros auxiliam-se enquanto os homens estão no processo de extração aurífera, o que é possível descrever como uma vertente dos garimpos de família, cujo principal capital está na transmissão de técnicas e práticas garimpeiras entre gerações.

### **3.2– Garimpos de família e a transmissão de um *habitus* garimpeiro**

Descrita constantemente pelos interlocutores como o marco de sua migração ou de seus antepassados à fronteira, uma onda migratória percorreu o Oiapoque nas décadas de 1970 e 1980 por conta de um novo fuxico do ouro que despontou na localidade. É possível destacar um número significativo de nordestinos que vieram ao Oiapoque nesta incursão, advindos principalmente dos sertões do Ceará e do Maranhão. Muitos destes migrantes casaram-se, constituíram família e resolveram se fixar na fronteira franco-brasileira após o fim da fofoca. Na tessitura desta pesquisa, foi possível observar até quatro gerações advindas dos pioneiros desta frente de expansão, tendo em vista que fui apresentado a filhos, netos e bisnetos destes garimpeiros e ex-garimpeiros. Nos relatos de um ex-garimpeiro, é possível problematizar as condições de vida na fronteira franco-brasileira à época de sua chegada, no final da década de 1970:

Demorei cinco dias nessa estrada pra chegar aqui. Não é essa moleza que o pessoal tem hoje, sai cedo e almoça em Macapá. Professor, pra você ter uma ideia, teve uma vez que eu tava indo pro garimpo, minha filha passou mal e a mulher demorou 15 dias na estrada pra levar a menina num médico na capital [...] se fosse pra morrer, tinha morrido e eu nem sabia (Conversa com um ex-garimpeiro, em 2018).

A [rua] Beira Rio não era assim não. Hoje tem esse muro aí que segura a água, mas não era assim não. Quando o rio enchia muito, a água vinha tomando conta de tudo. Teve um ano que todo mundo teve que sair correndo, porque chovia, chovia e não parava. Não é essa chuvinha que dá hoje não. Era chuva mesmo. Aí os barracos da orla – onde tem prédio grande, aí era barraco – tudo se perdeu (Conversa com um ex-garimpeiro, em 2018).

Estas dificuldades relatadas pelo garimpeiro inserem a fronteira franco-brasileira em relatos similares sobre as condições de vida de muitos que se dedicaram a trabalhos na Floresta Amazônica. Sobretudo pelas precárias condições de vida das populações na Amazônia, os trabalhadores do ouro vivenciam contextos de elevado desgaste físico e emocional, sendo a convivência com as intempéries naturais, a exemplo da chuva e da malária, além das restrições de salubridade aos garimpeiros e seus familiares. Estes fatores levantam a reflexão sobre como é possível que estes trabalhadores enfrentem essas dificuldades, tendo em vista que, em muitos lugares, o processo de extração de ouro é exponencialmente rudimentar, sobretudo quando inexistem redes de cuidado estatais para estes trabalhadores. Nesta perspectiva, assume papel preponderante, nos cuidados na fronteira, as relações de amizade criadas e compartilhadas pelos próprios garimpeiros e seus familiares.

Se entre as décadas de 1970 e 1980 não se diferenciaram muito as condições laborais dos trabalhadores do ouro, somando-se a elevada exigência de esforço físico, significa dizer que, se observado de modo estático, em uma concepção de carreira, a permanência de um garimpeiro na profissão não é atrativa, sendo destinada ao fracasso. Deste modo, dificilmente um garimpeiro consegue trabalhar após os cinquenta anos de idade “na lida pesada”. Contudo, não é possível caracterizar a permanência nas atividades de extração mineral de modo utilitarista, pois o garimpeiro se reinventa, assumindo novas colocações no universo pelo qual orbita.

É comum que o garimpeiro, após se fixar por um longo período em uma localidade, modifique sua atuação para trabalhos que girem em torno da economia do garimpo. Aqueles mais velhos que continuam na atividade de extração de ouro buscam serviços menos exaustivos, auxiliando principalmente filhos e netos, do que se dedicando a, por exemplo, trabalhar em maquinário pesado. Para exemplificar, um garimpeiro que veio ao Oiapoque ainda na década de 1970 me relatou:

Os menino vão aí com picareta, cava buraco grande, passa essa terra toda na máquina, eles faz o grosso. Aí depois eu pego essa terra que já tirou e vou pra peneira, pra bateia. Sempre tem um cascalho. Eu vou ficando no mais leve, mas tirando o meu [sic] (Conversa com um garimpeiro em setembro de 2018).

Como também um ex-garimpeiro que trabalhou em vários estados brasileiros, ao referir-se à importância de suas relações familiares quanto à sua fixação em Oiapoque, relatou:

Chega uma hora que a gente precisa de uma mulher para cuidar da gente, consegui uma e fiquei por aqui [em Oiapoque]. Agora eu tô mais fazendo um bico aqui e acolá [...] não dá pra trabalhar em garimpo pra sempre [...] a gente teve esse menino aí. Espero que ele não enverede pelo mesmo caminho, mas se ele quiser tem ouro pra correr atrás [sic] (Conversa com um ex-garimpeiro em setembro de 2018).

A fixação de garimpeiros na fronteira propiciou aos seus descendentes que tivessem contato direto com a extração do ouro, através da transmissão de aprendizados sobre técnicas e regras. Assim, tornar-se garimpeiro demanda uma adesão não só à economia do ouro, mas também a um estilo de vida alicerçado na própria atividade. Neste sentido, a interação entre antigos e jovens garimpeiros que convivem em um mesmo ciclo social propicia aos novos um olhar refinado, quase que automático, quanto ao processo de extração do metal.

É válido observar que esta transmissão de aprendizados entre garimpeiros se organiza desde a infância, no cotidiano não só íntimo da casa, como também na vivência pública da cidade. Assim, o *habitus* garimpeiro é compartilhado não apenas pelo núcleo familiar, mas também pelas comunidades que vivem da fronteira<sup>42</sup>, tendo em vista que, mesmo aqueles jovens que não possuem o pai diretamente envolvido na atividade da garimpagem, interagem por meio do ciclo familiar ou social ao qual estão inseridos em um processo de inclusão em seus repertórios de expectativas e possibilidades práticas integradas ao universo do ouro e a sua vivência cotidiana na fronteira. Significa dizer que a fronteira franco-brasileira possui como uma de suas principais condicionantes de organização e de regras as leis produzidas pelas relações com e a partir do ouro.

As conversas comuns entre os garimpeiros em casa quando voltam da floresta, perpassam memórias das experiências vivenciadas no último período na mata, como aquelas de sorte ou de azar com o ouro; de conflitos, porres ou outras interações variadas. Assim, o jovem escuta desde cedo como se dão as relações no garimpo e como melhor proceder de acordo com cada demanda que venha a surgir por meio delas.

Paulatinamente, os descendentes de garimpeiros são incorporados ao cotidiano da garimpagem, realizando atividades pontuais. De início, quando crianças, acompanham seus pais até a catraia na orla da cidade para vê-lo partir. Depois, quando um pouco mais velhos, executam pequenas atividades, separando materiais para que seus pais levem na boroca, que é

---

<sup>42</sup> Refiro-me aqui, também, não só aos migrantes de outros estados ou países, como também às comunidades tradicionais, como os indígenas. Em campo, via videoconferência por *WhatsApp*, ao conversar com um funcionário da FUNAI, que possui quase 30 anos de experiência com povos indígenas do Amapá, fui informado que, cada vez mais, os índios estão se tornando garimpeiros, explorando as reservas minerais em terras indígenas, desenvolvidas em empreitadas individuais ou familiares. O referido funcionário atribuiu este efeito de mudança do estilo de vida e trabalho de alguns indígenas às condições precárias nas quais, cada vez mais, encontram-se inseridos.

uma espécie de mochila costumeiramente carregada pelos garimpeiros. Por fim, são inseridos na atividade pelos próprios familiares, que ensinam como realizá-las. Alguns moradores da fronteira, da segunda e da terceira geração, relatam como, ainda jovens, aprenderam as práticas de trabalho:

Aprendi moleque a pegar na bateia aí na beira do rio. Eu era o mais velho, meu pai teve muito menino. Aí a gente pegava um peixe, tentava plantar alguma coisa, mas tinha que ir pro garimpo para viver. Desde cedo eu aprendi como fazer. Ia com meu pai e uns amigos dele. Meus irmãos vão, mas hoje não vou mais, mas me criei nessa mata aí. [sic] (Conversa com um ex-garimpeiro em setembro de 2018).

Meu pai que me ensinou a pegar na bateia. Na primeira vez, você não sabe direito o que fazer. Tem que rodar direito pro ouro ir pro fundo. Tem que ter paciência. Depois tem que saber olhar, ver onde o ouro tá. às vezes tem que usar azougue [mercúrio]. [sic] (Conversa com um garimpeiro em janeiro de 2019).

Como descrito nas falas dos interlocutores, é possível perceber como ocorrem as práticas de transmissão de aprendizados no uso de materiais, de compartilhamento de normas de socialização garimpeira e de modos de pertencimento e de adesão a grupos formados dentro dos próprios garimpos, que estão presentes nesse processo de inserção social. Isto nos ajuda a formular uma contribuição sobre a formação de uma sociabilidade garimpeira que vive na fronteira com seus olhos voltados à floresta, tendo o garimpeiro como um de seus integrantes mais emblemáticos.

Neste modelo de garimpagem familiar, manifesta-se a predominância de um processo de extração de ouro demasiadamente rudimentar. O maquinário utilizado são baldes, pás, picaretas, como também a bateia. Se o processo de extração está na superfície, a bateia é a ferramenta mais utilizada. Quando existe a escassez deste ouro superficial, cavam-se galerias no intuito de encontrar os veios de ouro. No processo de cavagem, os garimpeiros cortam madeira da própria floresta com o objetivo de fabricar um muro ao redor da galeria, impedindo que o barranco venha a cair ou, como eles descrevem, que venha a “arriar”. Assimila-se a um “poço amazonas” este trabalho de escavação em busca dos veios de ouro. Como descrito, com o uso de ferramentas rudimentares e com trabalho pouco especializado, o sucesso da empreitada é atribuído pelos próprios garimpeiros a “sorte de procurar no canto certo”.

O percurso de viagens e de interações entre garimpeiros propiciou que os filhos de migrantes se casassem uns com os outros. Paulatinamente, as viagens para garimpos passaram a ser empreendidas por irmãos, tios, primos e cunhados, que viajavam juntos em busca do ouro. Se a mata é inóspita, repleta de pessoas desconhecidas, estabelecer grupos coesos e numerosos passou a ser um capital respeitável entre os garimpeiros, pois constituíam-se



comunidades, em que “laços de sangue” representavam forte influência no estabelecimento de lideranças e elites locais. Assim, foram criadas estratégias de consolidação dos garimpos de família, através das quais se estabeleciam normas específicas de convívio e de organização do empreendimento aurífero; onde práticas eram transmitidas, casamentos realizados e as regras eram instauradas pelo grupo dominante. Como aponta Piccin (2020), “no que tange aos grupos dominantes, falar em estratégias de reprodução social refere-se às práticas através das quais se busca conservar ou ampliar seus diferenciais de poder em relação aos demais agentes do espaço social” (PICCIN, 2020).

Para estes garimpeiros, também se valoriza a mudança do local social ocupado a partir de construções simbólicas, vinculadas ao estilo de vida. Para isso, também levam em consideração a quantidade de ouro presente nos adereços, como cordões, anéis e inclusive dentes de ouro, através dos quais a sociedade local usa e pode valorizar. Poder usar o ouro em joias pessoais, como também não necessitar vendê-lo imediatamente, simboliza estratégias de demarcação social de “estar bem”, pois são o ouro e as joias os primeiros bens que o garimpeiro se desfaz quando está em dificuldades, devido a sua rápida liquidez no mercado local.

Os garimpos de família assumem um papel preponderante na organização da fronteira, especialmente no controle de agências e emoções. Neles, também surge a afirmação de que são locais “mais tranquilos”, “sem briga”, “sem muita bebedeira” ou “com menor violência”. O controle e autocontrole se instituem entre parentes, em discursos alicerçados pela moralidade, preservação da família e manutenção de um grupo coeso. Na fala abaixo, uma esposa de garimpeiro relata estratégias de manutenção de unidade social junto ao seu marido:

Eu gosto que meu marido vá pro garimpo com meu pai e com meus irmãos, porque eles olham ele pra mim. Aí se ele quiser se engraçar com outra lá meu pai não deixa. Meu pai vive dizendo pra ele: tu tem filho em casa, vai deixar minha filha como, se arrumar outra? [...] se quiser você pode ir com eles pro garimpo, lá é tranquilo, é um garimpo de família (Conversa com esposa e filha de garimpeiro em 2018).

É nesta perspectiva que é válido pensar que, nas relações familiares, como aponta Ruth Cardoso (2011), o trabalho coletivo e cooperativo familiar se constitui como “instrumento necessário para conseguir um melhor nível de vida, e, para que seu funcionamento seja adequado, surjam modificações de outros traços culturais” (CARDOSO, 2011). Assim, relações provenientes entre estas pessoas interligam agências não só econômicas, mas principalmente simbólicas, que se consolidam cada vez mais através do compartilhamento de laços afetivos de interdependência.

### 3.3– A lei do garimpo

Foi a partir desta conjuntura de controle e autocontrole, produzida através dos garimpos de família, que passei a refletir sobre quais fenômenos contribuíram para se instituírem regras no ambiente da garimpagem. É importante frisar que as regras estabelecidas nos garimpos de família não são fundadoras, mas sim representam novos rearranjos de agências na fronteira, tendo em vista que eles se estabelecem, como dito, após a criação de laços de reciprocidade e afinidades alicerçadas no compartilhar cotidiano. Assim, os fenômenos que podem ser caracterizados através de uma economia simbólica dos garimpos de família são, em certa medida, minoritários, tendo em vista a intensa mobilidade e a diversidade de pessoas que permeiam a atividade.

Nesta perspectiva, as fronteiras possibilitam aquilo que Jones (2012) aponta como usos de exceção, em que, em um tempo e espaço definidos, as regras estabelecidas por um Estado nacional são subtraídas em detrimento das relações diversas àquelas determinadas por estes Estados, inclusive com a possibilidade do uso da violência na resolução de conflitos. Significa dizer que não é possível pensar as fronteiras apenas como locais de dominação do Estado nacional, mas sim como espaços de luta (BRAMBILLA, 2015), em que existe a possibilidade de engendramentos de novas reorganizações políticas, não apenas o tensionamento do poder soberano. Deste modo, a questão do conflito e da violência nas fronteiras dialoga com as expectativas socialmente esperadas pelos agentes que para elas migram e que por meio de suas práticas as modificam. Inserido neste contexto, a fronteira é o local de conflito, mas também é aquele local em que o migrante busca “melhores condições de vida”, o que Appadurai (2013) chama de esperança de uma vida boa. Deste modo, perguntei-me: como agentes convivem com outros agentes nos garimpos da fronteira franco-brasileira com os quais não se pode confiar “como uma família”? Como os conflitos engendrados na fronteira são, nas palavras de Simmel (1996), administrados?

Para tentar responder a esta pergunta, de início se faz necessário afastar a perspectiva de que as regras estatais são automaticamente incorporadas ao universo garimpeiro, simplesmente pelo fato de os garimpos estarem inscritos em um território pertencente a um Estado nação. Regras são criadas ou reformuladas muitas vezes com a aquiescência de autoridades locais. Mesmo com grande número de pessoas habitando o mesmo local de trabalho, suas relações não se constituem por meio de regramentos rígidos, eminentemente economicistas, muito menos através de um modelo normativo regido pela individualidade. Existe um tensionamento entre regras dos Estados – aqui especialmente o Brasil e a França –

com os processos de administração de conflitos presentes entre os garimpeiros. Como aponta um verbete na Revista Brasileira de Geografia: “A vida nos garimpos é regulada por um código não escrito, mas conhecido e por todos respeitado. Neles, os garimpeiros tanto vivem em ranchos como em choças, ou em barracas de lona, morando aos grupos de dois ou mais indivíduos” (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1942).

A quantidade de garimpeiros em um mesmo garimpo influencia no modo como este se organiza. Existem garimpos cujas condições materiais de funcionamento demandam apenas 10 ou 20 garimpeiros, o que predispõe uma maior interligação e interdependência entre estes trabalhadores, com laços de amizade e pertencimento compartilhados. Atualmente, os conflitos internos presentes em pequenos garimpos, na maior parte das vezes, não alçam disputas que põem em risco a vida, sendo em menor grau utilizada a violência, sobretudo se estes se configurarem em grande parte como “garimpos de família”.

Contudo, como já explicitado, este não é o único contexto vivenciado na extração de ouro na fronteira. Nos locais de extração, encontram-se, muitas vezes, uma quantidade de trabalhadores do ouro que ultrapassa o milhar. São duas, três ou até cinco ou sete mil pessoas reunidas em uma mesma corrutela de garimpo. Nas palavras de um garimpeiro, “tem garimpo que a gente não conhece todo mundo, o pião tem que ficar desconfiado [...] teve um primo meu que depois de uma semana que fiquei sabendo que tava lá também”; ou nas palavras de um policial federal, que trabalha e reside na fronteira há quase quinze anos, “são verdadeiras cidades, difíceis de enfrentar, tanto pelo acesso, como pelo contingente reduzido de policiais para operações”. Nesse cenário, os garimpos se configuram como espaços sociais em que novas práticas são incorporadas e redefinidas por atores que advêm de várias partes da América Latina e que, por vezes, não partilham dos mesmos valores morais e culturais. A reconstrução de novas moralidades, alicerçadas em espaços onde regras de convivência apresentam redefinições constantes, propicia que outros modos de lidar com os conflitos sociais sejam entaves para se administrar a vida grupal em garimpos.

É válido destacar que os garimpos não se constituem como universos autônomos e que esta divisão entre grandes ou pequenos garimpos pode ser realizada, de início, apenas pelo número de pessoas que neles trabalham. Contudo, cada corrutela possui aspectos que as diferenciam de acordo com contextos específicos de cada empreendimento, como os laços entre garimpeiros, o controle do dono do garimpo junto aos trabalhadores, a localização geográfica, além das dificuldades de extração, transporte e de venda de ouro.

Se em pequenos garimpos, como são os casos dos garimpos de família, a dominação tradicional (WEBER, 1991) adquire elevada força na organização dos conflitos sociais, inclusive nos de trabalho; nos grandes garimpos outras formas se instituem na administração de conflitos, especialmente pela exacerbação da violência. Como apontam Vargas e Aquino (2019), estar nas matas sozinho com ouro em mãos é um grande risco, tendo em vista quadrilhas que assaltam garimpeiros. Deste modo, associar-se é uma estratégia comum e necessária. Assim, os locais de extração que são caracterizados como “quase cidades” tanto pelos próprios garimpeiros como pelas forças de segurança responsáveis por coibir a prática de extração aurífera, também são representados pela mídia em diversos estados brasileiros, por exemplo:

Lá dentro, a quantidade de carros estacionados impressiona. E o movimento de pessoas também. É quase uma cidade montada aos pés da serra. (JORNAL NACIONAL, 2015).

A ‘cidade’ de garimpeiros encontrada em plena floresta amazônica na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, movimentava cerca de R\$ 32 milhões por mês com extração ilegal de ouro. A informação foi divulgada nesta quinta-feira (13) pelo general Gustavo Dutra, responsável pela missão do Exército que achou o garimpo. O local tinha pelo menos mil habitantes e é considerado pelo Exército como o maior garimpo já encontrado em Roraima (G1 RORAIMA, 2017).

Os garimpos do estado do Amapá se enquadram nas definições apresentadas na reportagem com investimentos enormes. Dentre os garimpos do Amapá, o mais famoso é o do Lourenço, no qual garimpeiros desenvolvem atividades de lavra de ouro há mais de um século, despontando como o mais antigo garimpo em atividade no Brasil (CHAGAS, 2019). Os jornais e blogs do Amapá assim retratam o referido garimpo, que após longos processos migratórios de fixação populacional, tornou-se um distrito da cidade de Calçoene:

O distrito mais conhecido, o Lourenço, foi sede de uma grande multinacional que drenou o subsolo durante 20 anos e foi embora na década de 1990 deixando para trás centenas de famílias (que hoje são milhares) (BLOG DO SELES NAFES, 2020).

Segundo João Evangelista, cerca de sete mil trabalhadores estão passando fome, porque eles dependem exclusivamente da atividade mineraria para garantirem o sustento próprio e de suas famílias: “Fecharam o nosso garimpo e agora estamos aqui fazendo um apelo às autoridades para reabertura do garimpo. Hoje uma população de quase 7 mil habitantes do Distrito do Lourenço está desamparada, por depender exclusivamente da extração do ouro para sobreviverem, não havendo qualquer outra opção para prover o sustento próprio e de suas famílias” (DIÁRIO DO AMAPÁ, 2020).

Estes contextos que propiciam a chegada de muitas pessoas na fronteira franco-brasileira, além da elevada mobilidade local, apontam que as configurações de administração de conflitos levam em consideração diversos aspectos, a exemplo do perfil daqueles migrantes e das reações construídas socialmente, de acordo com os conhecimentos adquiridos sobre como se portar em determinados contextos interativos. Como aponta Tourneau (2021) *“Defining themselves as a parallel society, they had norms ruling their communities which*

*were to be followed, even if informal”.*

Inserido neste processo de arranjos de sociabilidade violenta, instituíam-se uma perspectiva daqueles que já eram ou não categorizados como grupos violentos, como é o caso dos nordestinos que, por sua origem, provocavam medo nos moradores da fronteira, por serem imediatamente classificados como pistoleiros.

Nessa época também, quando a gente via um rapaz nordestino lá no Oiapoque, principalmente do Maranhão, a gente já ficava com medo. A população já ficava com medo, porque o maranhense tinha uma história de pistoleiro, isso foi e se espalhou para o nordestino (ENTREVISTA COM PATRÍCIO, EM NOVEMBRO DE 2021).

Os estereótipos e as identificações de determinados grupos se davam pela aparência física, como também pelo modo de falar e se vestir. Para Pierre Bourdieu (2002), os modos de falar, vestir etc. estão inseridos em um *habitus* próprio. Como aponta o autor, “a propósito, é preciso admitir que as técnicas corporais constituem verdadeiros sistemas, solidários a todo um contexto cultural” (BOURDIEU, 2002). Isto instituiu um modo de como lidar com o perigo, a quem temer ou respeitar e, sobretudo, quais eram as regras de conduta a serem seguidas quando observado o contexto em tela:

Sim, caboco chegava lá trajado com chapéu, camisa aberta, que o pessoal não tinha costume de usar. Camisa de botão, né, de bota. Pessoal do Oiapoque mesmo não tinha esse costume, aí chegava alguém de fora com esse perfil falando [com sotaque] meio maranhense, meio nordestino, já julgavam que era maranhense e que era perigoso. Então a gente não se aproximava muito e automaticamente essas pessoas iam para o garimpo (ENTREVISTA COM PATRÍCIO, EM NOVEMBRO DE 2021).

Assim, quando o forasteiro apresentava a “aparência” de nordestino, significava para os moradores da fronteira que existia grande possibilidade de ser um pistoleiro que vinha ao Oiapoque “acertar contas” com outros moradores. Segundo dados colhidos nesta pesquisa, que dialogam com aqueles apresentados por Vargas e Aquino (2019), os crimes de pistolagem eram especialmente acionados por contendas relacionadas ao ouro ou justificações. Como aponta a fala de um entrevistado:

Aí nessa época a gente ouvia falar “morreu um, morreu dois”, tinha muita pistolagem no garimpo, pessoal não contava, mas tinha pistolagem, a gente morria de medo. O caboco não foi com a cara do outro e mandava matar, às vezes não era ele que matava, ele pagava em ouro, e o outro ia lá e matava, essa pessoa [pistoleiro] sumia do Oiapoque (ENTREVISTA COM PATRÍCIO, EM NOVEMBRO DE 2021).

Destarte, estas percepções sobre as fronteiras, indicando-as, como apontam Albuquerque e Paiva (2015), como “terra de ninguém” ou como locais isolados sem a “proteção” do Estado, servem para aproximá-las da ideia de que são locais violentos ou que determinadas leis adquirem outros dispositivos de interação. A experiência de estar em um território de outro país muitas vezes não existia. Em uma fala, um ex-garimpeiro recorda:

“Olha, eu tava num garimpo pro lado de lá [Guiana Francesa]. Mas pra mim não tem isso, é lado de lá, lado de cá... Essa selva aí não tem diferença, é igual a índio aí, não quer saber o que é França e o que é Brasil”.

Muitas relações são promovidas a partir de um sentimento de “falta”, ao mesmo tempo em que se evidencia momentos de “incertezas” que propiciam limites complexos na vida de garimpos ilegais que ultrapassam o território brasileiro. Isto porque os trabalhadores muitas vezes não cumprem os requisitos para se regularizar como migrantes na Guiana Francesa. Esta situação encontra problemas quanto às condições de trabalho, tornando o dia a dia no garimpo repleto de tensão, tendo em vista a possibilidade de prisão pelos *gendarmes*, os policiais franceses. Relato deste exemplo se dá nas falas de um ex-garimpeiro em 2017, quando relata como se desenrola a atuação do referido grupo policial francês:

Uma vez, quando a gente viu, tinha francês pra todo lado, pra tudo que é canto. Aí só dava pra correr. Deixei tudo pra trás, não levei nada. Todo o material... Quando esses franceses pegam a gente, tem uns que são civilizados, só prendem. Uns mandam pro presídio, tem vezes que mandam a gente de volta pro Brasil. Mas tem uns que gostam de atirar, de bater. O pessoal diz que se fosse nos Estados Unidos tava todo mundo morto, mas pra eles a gente diz que só veio trabalhar. (CONVERSA COM O GARIMPEIRO OSAMA, EM MARÇO DE 2017).

Nesta perspectiva, é importante frisar que a função simbólica adquire papel preponderante no processo de organização da fronteira franco-brasileira, tendo em vista que é através das classificações que as normas compartilhadas, inculcadas nos indivíduos através do *habitus*, são fabricadas. Se as leis de cada país são adversas ao momento situacional vivenciado pelos garimpeiros, não significa que nos garimpos não existam regras e que estas não devam ser seguidas. Cada garimpo pode despontar códigos e normas que devem ser administrados e partilhados pela diversidade de trabalhadores que neles existem, independentemente da mobilidade.

Assim, os códigos morais nos garimpos podem variar de garimpo para garimpo, e as práticas punitivas também. Especialmente entre as décadas de 1980 e 1990, a presença do Estado brasileiro, como também do francês, era menor do que a existente hoje, corroborando para que as decisões de penas fossem julgadas e aplicadas sem um processo convencional de defesa. Neste contexto, mortes e roubos em garimpos se constituíam como práticas comuns, mas que, se descobertas, poderiam ocasionar conflitos a serem administrados entre os próprios garimpeiros.

### 3.4 – A vida nos garimpos com a pandemia

Iaparrá nasceu em Oiapoque. Seu pai, de origem nordestina, migrou para a fronteira franco-brasileira em meados dos anos 1980, durante a explosão do “fuxico do Ouro”, onde conheceu sua mãe, uma indígena. Desde muito jovem, inseriu-se no cotidiano fronteiriço como comerciante, realizando pequenas negociações entre os territórios do Amapá e da Guiana Francesa.

Em meados de março de 2020, como de costume, Iaparrá realizava compras em *Saint-Georges*. Conversava descontraído com amigos e parentes pelas ruas centrais da pequena urbe, ao mesmo tempo em que escolhia mantimentos e, com certa desenvoltura, acionava os idiomas português, francês e crioulo para se comunicar. Mais um dia comum, poderia pensar. Contudo, percebeu uma movimentação atípica. Avistou vários homens que caminhavam sujos e cansados, escoltados pela *Gendarmerie*, a polícia francesa. Iaparrá assustou-se. Desde criança sempre ouviu falar de práticas similares na floresta, afinal era a função dos *gendarmes* acabar com os garimpos e expulsar os garimpeiros. Porém, nunca havia presenciado atos similares “na cidade”.

Acompanhou-os com o olhar. Sabia que seriam deportados e receou ser forçado a acompanhar-lhes caso tomasse publicamente um lado; por isso, mesmo conhecendo alguns rapazes, achou melhor não se intrometer. Os garimpeiros, ao serem expulsos, foram guiados a uma pequena ponte de madeira no lado francês do rio Oiapoque, onde pilotos de embarcações atracavam suas voadeiras. Enquanto seus conhecidos eram forçados a entrar no pequeno barco, Iaparrá, após o susto, percebeu algumas coisas: estavam descalços, com os pés calejados e usavam máscaras. Achou aquela situação incoerente. Perguntou-se: por que esses metropolitanos mandam descobrir o pé e cobrir a cara? Naquele momento, percebeu que algo havia mudado, mas ainda não sabia bem o quê.

Os fatos supracitados, narrados a mim por mais de uma pessoa que os presenciou, foram transcritos através da alegoria do fictício Iaparrá. A pequena história ajuda a sintetizar como ocorreram os primeiros contatos entre os habitantes da fronteira franco-brasileira com a imposição de uma nova conjuntura social, demarcada no ano de 2020, pela insurgência de um novo tipo de coronavírus, o SARS-COV-2, causador da doença COVID-19<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> Em 2019, na China, foi detectado um novo vírus, cujo principal sintoma identificado relaciona-se a degeneração do sistema respiratório. A ele foi atribuída à nomenclatura COVID-19 (WU; ZHAO, YU, 2020). Meses depois se observou que a COVID-19 prejudicava também outros órgãos do corpo humano, como o cérebro, sistema auditivo, entre outros. Segundo a OMS, o referido vírus adquiriu elevada capacidade de transmissão e rapidamente se espalhou por todo o mundo, causando a primeira pandemia em quase um

Ao partir das questões elaboradas por meus interlocutores e aglutinadas pela indagação proferida pela personagem, é possível perceber que um conjunto de representações sobre um novo fenômeno enseja uma análise cuidadosa, sobretudo por não ser possível enquadrar estas disparidades relacionadas à garimpagem, à segurança e aos cuidados como algo objetivo, mas sim fluido. De início, é importante observar, como aponta Bustamante (1989), que as interações sociais em regiões de fronteira raramente são formadas por relações de simetria ou igualdade entre as partes. No caso específico da fronteira franco-brasileira, são os franceses aqueles que têm maiores condições de impor determinados padrões de comportamento, não só em seu território, mas também em toda a linha de fronteira. Nas palavras do autor, ao analisar o caso de estadunidenses e mexicanos, afirma que *“suele ser el cliente, el dueño, el patrón, el que tiene más dinero, etcétera. De estas posiciones de las que se deriva una mayor probabilidad de lograr imponer la voluntad del actor a la otra parte, aun frente a su resistencia”* (BUSTAMANTE, 1996).

Deste modo, as expulsões violentas de brasileiros que estão irregularmente inseridos em garimpos, cravados dentro do território guianense, são práticas comuns no universo fronteiriço franco-brasileiro (PINTO, 2012). Contudo, destacam-se as crescentes estratégias de vigilância de policiamento empregadas pelas autoridades francesas, que se tornam cada vez mais eficazes (MARTINS, 2014). Deste modo, os imigrantes ilegais brasileiros enfrentam diversos problemas para permanecer em solo internacional, sobretudo pelas dificuldades de atravessar e se manter em terras estrangeiras, tendo em vista que, cada vez mais, os locais formais ou informais que possibilitam a travessia vêm diminuindo devido a fiscalização. Como aponta Jones (2012), o estabelecimento de pontos que são autorizados para entrar ou sair de um país estrangeiro, além das documentações exigidas, realizam um processo de classificação, tendo em vista que os migrantes devem comprovar sua condição de cidadão estrangeiro capaz de adentrar ao território de outro povo.

Deste modo, é cada vez mais comum perceber que, nas abordagens de migrantes ilegais na fronteira franco-brasileira, são recorrentes a queima de bens pessoais e de documentos, pois a condição de garimpeiro já desqualifica o migrante como não detentor de direitos em território estrangeiro, restando para os agentes estatais responsáveis pela fiscalização uma autorização implícita imediata para exercer a deportação. Este movimento de controle fronteiriço vem se intensificando paulatinamente após a década de 1980, em especial através das leis francesas, que ensejaram dificuldades em conseguir legalizar a condição de



imigrante, tendo em vista que o *papier* só passou a ser emitido com a comprovação de empregabilidade, restando ao empregador a chancela do empregado imigrante. Como aponta Berner (2009), este contexto social resvala em uma questão mais ampla, tendo em vista que:

As migrações focalizadas nos aspectos econômico e político são um fenômeno do mundo moderno e se relacionam diretamente com os postulados do liberalismo, adotados a partir do século XIX. No entanto, apesar de diversos pontos da teoria liberal terem seguido seu curso, o mesmo não se deu com a questão migratória. O que era liberdade de ir e vir passou a ser alvo de uma série de restrições legais, pois as variadas crises pelas quais passou o mundo levaram os governos a interpretar as migrações, por muitas vezes, como fatores de desestabilização econômica e/ou política (BERNER, 2009).

Foi neste contexto que a pandemia influenciou drasticamente no recrudescimento das liberdades de movimentação entre os dois países, sobretudo ao acionar uma maior repressão e punição à mobilidade internacional. Este fator foi possível de ser percebido em diversas partes do mundo (BRAMBILLA, JONES, 2020). Isto porque, como aponta Sayad (1998), o “trabalho que condiciona toda a existência do imigrante, não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar; ele é o trabalho que o mercado de trabalho para imigrantes lhe atribui e no lugar em que lhe é atribuído”. No caso específico deste estudo, retornando à história narrada no início desta seção, a mineração não é mais desejada. É possível observar como exemplo as práticas de forças estatais que forçaram homens a caminhar descalços por vários quilômetros; ao mesmo tempo em que exerceu fortemente a obrigatoriedade do uso de máscaras. Assim, pode-se argumentar que a contradição inicialmente elaborada por Iaparrá se constitui em termos, pois no contexto explicitado, as práticas dos *gendarmes* franceses demarcam o cuidado e a proteção do uso da máscara não para com os garimpeiros em si, mas sim para com os habitantes da localidade, razão pela qual estes trabalhadores do ouro estavam sendo expulsos, a Guiana Francesa. Deste modo, a pandemia agregou estratégias de exclusão complementares aos garimpeiros, que envolviam não só uma agressão ao corpo, como também uma agressão moral ao indivíduo, categorizando-os como estrangeiro não desejado, como também como um potencial transmissor de doenças.

Neste diapasão, as restrições de mobilidade cada vez mais severas da França para com os brasileiros se constituíram como o primeiro percalço relatado pelos habitantes de Oiapoque, que posteriormente foi potencializada por outros modos e efeitos para lidar com uma pandemia. Dúvidas sobre a origem da doença, indagações de como proceder com cuidados preventivos e medicamentosos, além de outros fatores que envolviam, inclusive, relações econômicas, despontaram nos discursos dos moradores da fronteira.

Busquei compreender como as relações sociais foram produzidas a partir da insurgência

da COVID-19, especialmente como a referida doença foi percebida pelos moradores da fronteira franco-brasileira; principalmente aqueles que transitavam entre as fronteiras estatais ilegalmente, quais sejam especialmente os trabalhadores do ouro. Este conhecimento pode lançar luz sobre o processo de compreensão do universo social em estudo, ao tencionar como os moradores interpretaram as mudanças propiciadas pelo vírus.

Assim, uma das principais consequências deste vírus reverberou na política internacional, sentida de modo micro por migrantes em várias partes do mundo. De início, praticamente todos os países restringiram voos dos locais de onde se identificavam altos níveis de infestação da doença, como também impediram o trânsito livre em suas fronteiras, mesmo em locais de intensa e quase irrestrita mobilidade, como a União Europeia (RODRIGUEZ-MORALES et al, 2020; WHO, 2020). Assim, faz-se possível problematizar se o Corona Vírus se constituiu como a principal causa de impedimento de mobilidades, migrações e fechamento de fronteiras no último século.

No caso específico desta pesquisa, cujo campo empírico está cravado na fronteira franco-brasileira, a influência da referida doença demonstra que a fronteira do Amapá com a Guiana Francesa não se constitui simplesmente como uma floresta intransponível, como também demonstra que os Estados possuem conhecimento sobre a elevada mobilidade que nela existe, cujas incursões desbravam garimpos e sua grande rede de interligações, assim como enfrentam dificuldades para delimitar o controle em seus territórios. Neste sentido, as forças de segurança da fronteira passaram a praticar, em suas abordagens, atos de violência física, como também de agressões morais à honra dos garimpeiros. Nas palavras de um destes garimpeiros, que foi pego em uma abordagem por *gendarmes*, relatadas por áudio de *WhatsApp*:

Antes eles eram ruim, depois dessa doença aí tão pior. Quando pega a gente, ficam falando que a gente não pode tá lá, que vai levar doença. Pergunta se a gente veio direto do Oiapoque ou se passou por Caiena. Toda vida pergunta se a gente teve contato com alguém de Caiena, de Kourou [...] eles fica mais violento, muito mais. Antes tinha uns civilizados. Agora tão batendo por nada. A gente não faz nada e eles lá... bate, humilha a gente (Conversa com garimpeiro por WhatsApp, 2020).

A partir da fala do garimpeiro, foi possível perceber que existe uma preocupação quanto às intensificações de práticas consideradas violentas na fronteira, o que enseja um movimento francês cada vez mais forte de vigia e de criminalização daqueles que atravessam a fronteira. Após ouvir o relato de alguns moradores que presenciaram a expulsão dos garimpeiros brasileiros descalços, consegui conversar com um garimpeiro que estava no grupo que sofreu a investida francesa:

Eles fizeram a gente andar mais de 20 km descalço. Um atrás do outro por mais de 20 km, chão quente. Aí a viatura vinha atrás devagar e a gente andando. Tinha pião chorando de dor no pé. Queimava muito. Quando chegou no rio, os *gendarmes* foram entregar a gente pra [Polícia] Federal. O pessoal da Federal ficou com pena. Tava todomundo acabado. Aí teve um agente que falou que eles não podiam fazer isso com a gente. Nós somos gente também, não só eles do outro lado, não (Conversa com garimpeiro por WhatsApp, 2020).

Deste modo, as práticas de violência empregadas pelos agentes franceses agrediam não apenas o corpo dos brasileiros, mas também a sua própria condição de pessoa. O relato que contempla uma manifestação dos agentes da Polícia Federal do Brasil auxilia a refletir sobre este fenômeno. Mesmo considerando a condição de clandestinidade dos garimpeiros, o processo de degradação foi caracterizado como violento, despertando um sentimento coletivo que compartilha a condição de brasileiro migrante na fronteira, mesmo que ocupando locais sociais distantes. Deste modo, perceber-se como “gente também” enquadra a demanda por consideração e reconhecimento de cidadania dos garimpeiros na fronteira.

Pelas condições exacerbadas de violência praticadas pelos policiais, os fluxos de mobilidade aos garimpos foram prejudicados, impossibilitando que garimpeiros possam sair da floresta para suas casas. Como relata a esposa de um garimpeiro quanto ao início da pandemia:

Meu marido tá sem poder sair [do garimpo]. Tá todo mundo sem poder entrar nem sair, porque se pegam [a *gendarmerie*] vai ficar feio pra eles. A gente só tem o rádio pra falar com eles lá no garimpo. Tem uns que tão doido pra vir, mas tão com medo (Conversa com esposa de garimpeiro por WhatsApp, 2020).

Deste modo, como é possível observar, as restrições de mobilidade cada vez mais severas da França para com o Brasil se constituíram como o primeiro percalço relatado por moradores da fronteira, que posteriormente foi potencializada por outros modos e efeitos para lidar com uma pandemia, segundo a fala que segue: “O problema é que aqui tem um movimento muito grande de francês. A gente não pode passar pra lá, mas eles vem facinho pra cá” (CONVERSA POR WHATSAPP, 2020). Deste modo, a disparidade das práticas de mobilidade convergem para uma facilitação dos migrantes de origem francesa visitarem Oiapoque, mas passaram a impedir quase que em sua totalidade o inverso.

É importante destacar que estas restrições quanto à mobilidade entre Brasil e Guiana Francesa, inserem-se em um panorama que ultrapassa as questões da pandemia, uma vez que é grande o número de brasileiros que tenta ganhar a vida em território francês, seja pela remuneração de trabalhos em euro, cujo valor da moeda é valorizado em detrimento ao real, seja para tentar a vida nos garimpos de ouro ilegais situados no território francês; o que reflete em medidas duras, por parte das autoridades francesas quanto à exigência de documentos, para permitir a presença de brasileiros em seu território, o que não é exigido aos franceses

pelas autoridades brasileiras.

Esta fronteira possui usualmente uma dinâmica de fluxo e trânsito desigual entre brasileiros e franceses, em que os últimos não têm restrições legais para ir e vir ao território brasileiro, enquanto brasileiros necessitam de visto para ter acesso legalizado à Guiana Francesa (IUCN, 2020). A mobilidade na fronteira sempre foi para estas populações um ponto de intensos conflitos e disputas, que somada às questões relacionadas à pandemia, apresenta-se na verbalização dos anseios dos brasileiros pelo controle da entrada de franceses em território nacional.

Verifica-se entre as falas que a condição de clandestinidade exacerba as dificuldades de acesso, expondo esta população a agravos de saúde que se somaram às condições impostas pela pandemia de Covid-19, a exemplo de vivências de situação de violência física e desconsideração moral, como pode-se observar:

Todo mundo tem que se conscientizar que eles têm que ficar pra lá e a gente pra cá, porque essa ida e vinda é tanto ruim pra eles como pra gente. A vantagem deles é que o caminho pra Caiena é todo asfaltado. É 4h, no máximo, o carro indo devagar e chega em Caiena. E a gente não.

Tem uns 10 dias que eu cheguei do garimpo de frente pro Suriname. Lá ninguém se cuida, ninguém usa máscara ou gel, lá nós vamos trabalhar. Os *gendarmes* que pegaram a gente não estavam usando máscara. Aí trouxe a gente pra cidade [Saint-Georges], todo mundo sem máscara. Nem lá na barreira [Cachoeira de Grand Roche] não tinha máscara. Em Saint-Georges estava isolado, tudo trancado.

Lá [Guiana Francesa] é multado, se pegarem na rua é 135 euros. Eu sei que em Saint-Georges teve 3 casos graves. Sabe o que fizeram? O avião veio rapidinho e levou pra Caiena. Eles têm suporte, têm apoio. Funciona o atendimento deles.

Para além do modo que é visto os contatos entre garimpeiros e agentes de segurança que realizam práticas de controle nas fronteiras, também é interessante observar como os moradores da fronteira enxergam a referida doença e quais os significados que a ela atribuem.

Entre os garimpeiros, há a impressão de que a origem da Covid-19 é externa, tendo suas características identificadas como exteriores ao ambiente de garimpagem. A exemplo da seguinte fala de um garimpeiro: “A covid-19 pra mim é um vírus que foi criado na China e que as pessoas que têm esse vírus têm dificuldade de respirar, e que passa às pessoas principalmente no frio”.

As concepções perpassam por modelos singulares de representação que, historicamente, foram compartilhados também no entendimento de outras doenças epidêmicas ao longo da história como uma defesa do indivíduo à ameaça apresentada. A exemplo disso, quando a sífilis assolou a Europa, durante o século XV, foi categorizada como “a mancha francesa para os ingleses, a *morbus Germanicus* para os parisienses, a doença de Nápoles para os Florentinos, e

a enfermidade chinesa para os japoneses” (SONTAG, 1989). Coadunando com esta perspectiva, estudos sobre as representações transculturais da AIDS também demonstraram percepções de modelos relacionais da doença, onde ela foi atribuída a práticas não hegemônicas de outros grupos, como as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo (NASCIMENTO et al, 2018; GOMES, MENDONÇA, 2002).

Assim como na sífilis e na AIDS, verifica-se entre os entrevistados que a associação da infecção pelo vírus foi acionada como risco às pessoas com propriedades distintas e externas às quais os garimpeiros são expostos, cuja formação é majoritariamente composta por jovens adultos, situados dentro da floresta tropical, em clima quente e úmido: “Pessoas idosas, pessoas doentes, que tendem a ter complicações piores pela sua imunidade baixa, como pessoas que têm imunidade boa, conseguem sobreviver com acesso ao tratamento”. Desta forma, os modos de representação sobre a doença relacionaram-se à alteridade, no outro; é a doença do “frio”, que acomete “idosos” e “pessoas com baixa imunidade”, não sendo algo considerado ameaçador aos garimpeiros.

Neste sentido, ao contrário do que foi indicado pelos garimpeiros, é possível verificar na literatura que a maioria das internações de casos graves da Covid-19 no Brasil ocorreram por jovens adultos entre 20 e 59 anos (45%), a região Norte apresenta uma elevada taxa de mortalidade, 93,7/100 mil habitantes, e o estado do Amapá 101/100 mil habitantes (GOMES, MENDONÇA, 2002). Sobre este aspecto, destaca-se que ao comparar as regiões Norte e Sul, percebe-se que mesmo esta última possuindo maior percentual de população idosa, a mortalidade pela Covid-19 é maior na região Norte, o que denuncia a fragilidade de estrutura de saúde da região amazônica (THEIJE, HEEMSKERK, 2009) e a abismal desigualdade existente entre as regiões brasileiras (BRASIL, 2020).

Estas disparidades assinalam que os aspectos sociais podem influenciar sobremaneira o curso da doença, uma vez que o número de óbitos é maior em populações vivendo abaixo da linha da pobreza. Neste sentido, destaca-se ainda que áreas predominantemente rurais na região Amazônica, com baixo e médio Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), acesso precário à água tratada, disposição de esgoto e eletricidade possuem alto risco de ocorrência de transmissão sustentada da Covid-19 (JOFFE, 2013; SONTAG, 1989).

As concepções dos participantes também atribuíram a cura da doença às pessoas com “imunidade boa”, que “conseguem sobreviver com acesso ao tratamento”. Esta forma de significar a doença pode dialogar com Laplatine (2004), que aponta que as representações sobre as enfermidades tendem a buscar explicações individuais, não coletivas. Assim, caracterizaria

pela particularidade única de um equilíbrio e pela predisposição a um certo desequilíbrio, neste caso, a idade avançada, à baixa imunidade, ou ainda, morar em localidades com exposição ao frio intenso. Características não vinculadas aos trabalhadores do ouro. A percepção, desta forma, é dependente das características da pessoa doente ou do local a que ela está exposta. Assim, apesar dos indicadores apontarem uma alta incidência no estado do Amapá, há a perspectiva de se criar uma representação imaginária de ambiente seguro à saúde do indivíduo quanto ao desenvolvimento das formas graves da doença.

## Capítulo 4

### **NOVOS TRECHOS DA GARIMPAGEM: A EMERGÊNCIA DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS NA FRONTEIRA**

No final do ano de 2019, encontrava-me em sala de aula, em uma turma de Licenciatura em Sociologia, no município de Macapá. Ao debater com um grupo de estudantes sobre as mudanças que a fronteira franco-brasileira vivenciou na última década, fui interpelado por um aluno, que me perguntou: “Professor, você conhece a história da menina que veio do Oiapoque para morar em Macapá?” Respondi-lhe que não. Então o aluno narrou: “Certa vez, uma menina que queria muito sair de Oiapoque veio morar com a tia, em Macapá. O pessoal do Oiapoque é tudo *cabocão*, tudo *cabuçu*<sup>44</sup>, o senhor sabe! Mas a menina não queria ficar por baixo... Então, quando perguntavam de onde ela era, ela respondia ‘Belém’. A primeira coisa que fez quando chegou aqui foi começar a chiar: era peixe, era história [demarca o som da letra X]. Até aí ela estava conseguindo enganar..., mas um dia, quando vinha andando do colégio, bateu o pé em um toco de árvore e gritou ‘ai, esse *tuco* lascou o meu pé’”.

As risadas concordantes emitidas pelos demais alunos em tom baixo, descrevem um conhecimento classificatório dos modos valorizados e desvalorizados de como se viver, portar-se e falar no Amapá. Explicados através da história que valoriza as pronúncias e os sotaques de palavras aceitos ou não aceitos, inseridos em um contexto socialmente esperado. No referido exemplo, as falas que intensificam o som da letra “X” estão vinculadas à capital Macapá, ao modo citadino de se manifestar, como também à Belém do Pará, cidade que se configura como símbolo de “cidade boa” para os amapaenses. Como alguns moradores de Macapá já me disseram: “a capital do Amapá é Belém”. Ao passo que a entonação da vogal

---

<sup>44</sup> Caboclo ou cabocão e cabuçu são categorias classificatórias acionadas em contextos sociais específicos no Amapá. A primeira refere-se a pessoas que não atendem à formação cultural exigida pelo contexto educacional; incluindo-se aí as normas esperadas de etiqueta, como almoçar com o uso de colher ou até mesmo utilizando a mão para separar o peixe em detrimento do uso de garfo e faca. Estas ações podem ensejar reprimendas da seguinte forma “come direito, você é muito cabuçu, devia voltar para a ilha”. Deste modo, estas práticas “cabuçus” são, em sua maioria, realizadas por “cabocos”, pessoas identificadas na capital Macapá por serem advindas de algum interior e que por isso não possuem bons modos ou manifestam-se de uma maneira desvalorizada, com o uso, por exemplo, de seu sotaque.

“U” demonstra uma ligação com os rincões do estado, cujos habitantes são classificados pejorativamente como caboclos ou cabuçus, figuras de desprestígio social. Ou como diria Bourdieu (1998), “o imigrante funciona, como podemos notar, como um extraordinário analista das regiões mais obscuras do inconsciente”.

Como aponta Fernando Rabossi (2015), não é incomum que “piadas” surjam para representar interações em um determinado contexto social, reforçando os estereótipos e os locais sociais que devem ser ocupados por pessoas advindas de origens diversas ao modelo classificatório desejado. Se no caso analisado por Rabossi é possível observar movimentos similares de brasileiros para com os paraguaios, no caso desta pesquisa são os macapaenses que desqualificam as práticas culturais dos oiapoquenses, como também de outras pessoas advindas do interior do Amapá e das ilhas da foz do rio Amazonas próximas ao estado, mas legalmente pertencentes ao Pará. Assim, a relação entre o nós e os outros surge recheada por demarcações, ao demonstrar que as fronteiras não estão simplesmente vinculadas ao contexto físico, mas também a um contexto moral e simbólico socialmente compartilhado. Pierre Bourdieu (2011) bem apontou esta questão, ao refletir sobre identidade e fronteiras. Nas palavras do autor:

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer grupos. Com efeito, o que está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão (BOURDIEU, 2011).

Neste diapasão, soma-se à problemática uma questão inerente ao próprio funcionamento das relações sociais de discriminação, que é a tentativa de parte daqueles que ocupam um local subalterno no jogo de disputas simbólicas de buscar se aproximar do grupo social que lhe desclassifica, utilizando estratégias de assimilação das práticas sociais valorizadas. Busca-se esconder os sinais que lhes vinculam a sua origem, seu estigma. Contudo, engendrar estratégias de aceitação nem sempre é possível, pois o *habitus* incorporado pelo indivíduo refrata as duras tentativas de mudança do esforço contínuo de correção, o que muitas vezes expõe a origem social daquele que se expressa, a exemplo da pronúncia de “*tuco*” em vez daquela socialmente esperada: “*toco*”.

Todavia, a história que relata a tentativa frustrada de inserção de uma jovem em um contexto social diferente daquele de origem não se constitui como uma história isolada, mas sim uma mudança que vem paulatinamente afetando os jovens amapaenses que vivem na



fronteira franco-brasileira. Se antes era possível observar a saída de pessoas de diversos locais do país para residir em Oiapoque ou nas florestas que ladeiam a cidade; atualmente, grande parte dos descendentes destes que para lá migraram entre as décadas de 1970 e 1980 buscam novos arranjos de inserção social e profissional. O garimpo não é tão atrativo como um dia foi, ao ter em vista que não é possível mais conquistar o prestígio de outrora, considerando que bamburrar e mudar de vida através da “sorte” é cada vez menos comum. A lavra garimpeira, destino quase certo, passou a ser questionado. Deste modo, muitos jovens questionaram-se sobre seus futuros, a exemplo de um relato a mim disponibilizado em entrevista:

Eu terminei meu segundo grau e o estudo não era uma opção. Então a minha ideia era o pensamento dos jovens da época [início dos anos 2000]. Terminei meu segundo grau: ou eu vou para o garimpo, ou vou virar mototáxi ou entrar no quartel. Essas eram as três opções. Ou então eu fico aqui pelo comércio... Se era limitado para homens, para as mulheres que era mais complicado, porque existia uma cultura de garimpo, né? Uma cultura da prostituição (ENTREVISTA COM JOÃO, NOVEMBRO DE 2021).

Como é possível perceber, as expectativas dos moradores de Oiapoque a partir dos anos 2000, especialmente os jovens, estavam distantes daquelas que as possibilidades de inserção socioeconômica local poderiam oferecer. Esta percepção compartilhada especialmente pelos descendentes de garimpeiros, contrasta com o movimento econômico de alguns anos anteriores. Como Moura (2021) aponta, os garimpos de ouro se destacaram como o principal motor de crescimento populacional e econômico da região do Oiapoque entre as últimas décadas do século XX. Na visão de Góes (2019), neste período, a cidade passou a ser uma aglutinadora de pessoas, pois aqueles que desejavam comprar insumos, maquinários ou alimentos para os garimpeiros tinham que recorrer ao Oiapoque, engendrando assim o que Romani (2010) posteriormente classificou como a economia do garimpo.

Porém, uma nova configuração se organizava. Entre o final da década de 1990 e os primeiros anos do século XXI, devido principalmente às escassezes do minério e à fiscalização francesa em seu território, a cidade de Oiapoque passou a se inserir em um contexto de relativa decadência. Assim, o período de maior efervescência aglutinadora em busca de ouro esvaeceu. Nas palavras de um interlocutor, “um tio meu que dizia: viemos pra cá na febre do ouro, depois que passou o ouro, a gente ficou só com a febre” (ENTREVISTA COM CAIO, NOVEMBRO DE 2021).

Com a desvalorização do garimpo como atividade motriz na fronteira, além das desclassificações daqueles que trabalham na economia do ouro empreendidas por diversas formas, é possível apontar a decadência não só econômica, mas também social de um estilo de

vida vinculado à floresta, que ainda enfrenta dificuldades não só de permanência, mas também de legitimidade, por fatores estudados no capítulo anterior.

Contudo, Oiapoque pôde se reinventar, tendo em vista que este movimento de tentativa de desvinculação à economia do garimpo não é realizável em todos os contextos sociais quando a “fofoca” acaba. A cidade pôde se diferenciar de outras pequenas localidades na Amazônia, que entram em decadência quando o clico do ouro acaba, levando-as à pobreza extrema, além de propiciar êxodo populacional (MOURA, 2021). Deste modo, um contexto bastante específico atuou como condicionante para que Oiapoque continuasse a aglutinar pessoas: fazer fronteira com a Guiana Francesa. Contudo, esta aproximação vem sendo feita de modo diferenciado. Se outrora a migração para a região das Guianas era realizada quase que exclusivamente para suas matas em busca de ouro, atualmente a grande parte dos migrantes enfocam a relação comercial com a Guiana, ensejando sociabilidades entre cidades. Este movimento propiciou a insurgência de um novo estilo de vida citadino, que valoriza as relações comerciais, sejam estas classificadas pelos Estados como lícitas ou ilícitas.

É importante frisar que, mesmo em seus movimentos de ascensão e decadência, o ouro sempre esteve presente na vida dos moradores da região das Guianas, como ainda hoje se faz. Contudo, a questão apresentada neste capítulo é a de que a classificação daqueles que trabalham como garimpeiros perdeu relevância social em detrimento daqueles que exercem outras atividades laborais. Ser garimpeiro não é mais a principal condição de desejo daqueles que vivem à fronteira, pois estes migrantes passaram a visualizar outras atividades como mais rentáveis. Isto ocorre porque novas profissões propiciam uma condição de prestígio anteriormente ocupada por grandes garimpeiros, contudo com menos ricos ou menos esforços. Significa dizer que esta desvalorização da profissão garimpeiro na região não se resume à decadência econômica do ouro, mas também a novos espaços sociais desejados inseridos no universo do possível daqueles que vivem na fronteira. Deste modo, pergunto-me: antes do ciclo do ouro, que engendrou as relações em Oiapoque entre as décadas de 1970 e 1990, como a cidade funcionava socioeconomicamente? Quais são os novos processos de inserção socioeconômicos que geram expectativa de ascensão social? Como estes processos se organizam?

Este capítulo está organizado em três seções. A primeira seção discorre sobre as sociabilidades de trocas comerciais antes do ciclo do ouro, que despontou na região entre as décadas de 1970 e 1990. A segunda seção apresenta as mudanças econômicas e sociais vivenciadas em Oiapoque após o período do fuxico do ouro, com o surgimento de uma

diversidade de serviços na cidade. Por fim, a terceira seção discorre sobre o surgimento de um novo estilo de vida na fronteira, que valoriza a vida citadina em contraposição à vida nos garimpos.

#### **4.1– Antecedentes socioeconômicos ao “tempo da fofoca”**

De início, é válido frisar que as relações comerciais sempre estiveram presentes no cotidiano da população da fronteira, contudo caracterizadas de modo diferenciado. Como já descrito, mesmo ainda antes dos anos de 1970, constituía-se como prática comum a troca e a venda de diversos bens necessários para o trabalho e a subsistência relacionados diretamente ao ouro. Como um dos principais símbolos deste período, as balanças de ouro eram presentes nos estabelecimentos comerciais, cuja principal função se constituía na pesagem do grama do ouro, o que proporcionava ao comerciante transformar o valor indicado em mercadorias. Como aponta a fala de uma moradora local ao descrever este período:

Teve uma época que o meu pai foi para uma comunidade antes da Vila Brasil, a Ilha Bela, lá teve muita comercialização de produtos e ouro. [...] Tínhamos uma balança que tinha pesos e cada produto equivalia a um décimo de ouro. (ENTREVISTA COM ANTONIA, EM OUTUBRO DE 2021).

Neste período, datado antes da efervescência do ouro, a moeda brasileira, o Cruzeiro, como também o Franco, então moeda francesa, eram aceitas na região; contudo, ter uma célula de Cruzeiro ou de Franco em mãos era algo difícil, tendo em vista que, em muitos casos, as moedas se constituíam como mais difíceis de conseguir do que o próprio ouro. Com o acesso problemático às moedas nacionais, sobretudo pela dificuldade de abertura de uma conta corrente em uma agência bancária, como também pelos transtornos para realizar o transporte de cédulas e de moedas para a localidade pelos agentes bancários, contribuía para que a utilização irrestrita de dinheiro como câmbio na região não fosse possível. Estas questões deflagravam que as trocas de mercadorias utilizando dinheiro em espécie não surgissem com processo comercial de trocas predominante ou desejado.

Já o ouro, que era muito utilizado por garimpeiros, não se constituía como moeda de troca acessível para todos os habitantes locais, nem em si garantiria condições suficientes de alimentação. Mello e Souza (2014) relata questão similar na região das Minas Gerais. Dados colhidos pela autora indicam que entre os séculos XVII e XVIII se encontrou homens mortos com bolsos recheados de ouro, mas que foram solapados pela fome. Deste modo, uma economia do garimpo não se mantém nestes contextos precários sem a existência de uma economia moral de mútuo auxílio.

Deste modo, nas falas de um morador de Oiapoque, desde a década de 1970, era bastante comum realizar trocas de alimentos e produtos por outros víveres, instituindo assim uma espécie de escambo comunitário, através do qual era possível, por exemplo, o pescador trocar o peixe pescado por farinha. Ademais, entre vizinhos e amigos, também era comum que produtos fossem recebidos sem a necessidade de uma troca imediata, sabendo que quando faltasse algo o vizinho outrora ajudado sempre socorreria.

No início da década de 1950, em relatos colhidos de membros de antigas famílias de Oiapoque, a cidade não possuía ligação por terra com a capital Macapá. Todo o traslado era feito de barco pelo Oceano Atlântico, que ocasionava que a relação Oiapoque - Macapá não fosse, em si, a mais importante para o município. Deste modo, muitas vezes se preferia manter a interlocução com Caiena ou Belém.

Neste período, Oiapoque não possuía ruas ou muito menos carros. As movimentações na localidade eram feitas, nas palavras dos interlocutores, por “caminhos”, caracterizados como corredores abertos na mata com espaçamento de um ou dois metros que possibilitavam o traslado dentro da pequena comunidade. As casas existiam em pequena quantidade, sendo predominante a utilização de diversos materiais para a confecção de barracas, estando praticamente em sua totalidade cravadas na orla da cidade. A rua Joaquim Caetano, que está localizada na orla de Oiapoque, era a única que a cidade possuía. Como também, em 1953, só existia um morador que era proprietário de uma bicicleta. Neste período histórico, segundo os interlocutores, todos os moradores de Oiapoque se conheciam e viviam, em sua grande maioria, da caça e da pesca, sendo o ouro uma atividade secundária. Muitas vezes sendo utilizado o momento de busca pelo metal na beira do rio Oiapoque como momento de diversão e confraternização entre amigos e familiares. Uma espécie de bingo ou loteria, que era realizada pela busca de metais preciosos motivados especialmente pela sorte.

Nos primeiros anos da década de 1960, Oiapoque recebe novos contornos. Inicia-se um processo de participação de funcionários públicos de baixo escalão na cidade, como professores e esporadicamente coletores vinculados à Fazenda. Soma-se a este contingente de funcionários, os militares que já habitavam Clevelândia do Norte. David Góes (2019) também colheu relatos similares quanto às interações na fronteira ainda no início da segunda metade do século XX. De acordo com os dados colhidos por este pesquisador, a economia da fronteira assim se organizava:

Sua economia era movimentada pelos salários dos colaboradores dos governos federal, estadual, municipal, moradores de Clevelândia do Norte, pescadores, caçadores, agricultores; e pelas minúsculas despesas de pessoas que iam em trânsito

para *Saint-Georges*, além dos aventureiros da garimpagem de ouro (GÓES, 2019).

Como descrito, Oiapoque se mantinha através de pequenas atividades. Na cidade, existia uma comunidade que, de certo modo, se conhecia e que economicamente compartilhava entre suas afinidades. Este processo de dádivas e contra dádivas (MAUSS, 1974) teve seu auge entre a maior parte dos moradores de Oiapoque até o período em que a cidade não era predominantemente habitada pelos “oiapoquenses não envolvidos no ouro”. Para o entrevistado, após a chegada de “pessoas que não eram de Oiapoque” e viajavam à cidade em busca de ouro, este processo de trocas não pôde ser compartilhado com a população em geral, restringindo-se aos ciclos de familiaridade e confiança mútuos.

Deste modo, como descrito, a visão de não envolvimento com o universo da garimpagem é muito interessante entre os habitantes locais. Ao mesmo tempo que explicam que a família não possuía ligações diretas com a prática de extração de ouro; também se destaca como prática comum, nos tempos livres dos familiares, tomar banho no rio e tentar a sorte com uma bateia. Deste modo, a relação entre ouro e outras atividades econômicas propiciava uma dualidade entre os habitantes locais. O interessante é perceber que muitos, mesmo praticando a garimpagem, não se viam nestes tempos como garimpeiros, mas sim como pescadores, caçadores ou pequenos comerciantes. A importância do garimpo só foi reavivada a partir dos processos descritos no capítulo anterior.

Após a passagem do fuxico do ouro do final do século XX e início do século XXI na região do Oiapoque, como foi elaborada a nova organização socioeconômica local?

#### **4.2– Arranjos de comércio e serviços na fronteira franco-brasileira após os anos 2000**

Após a passagem do século, paulatinamente, o Euro – que se tornou a moeda oficial francesa em 2002 – passou a ser inserido no universo de trocas com maior força na fronteira franco-brasileira. Além do valor – na cotação de 2022 – sobrepor-se sete vezes ao Real, somam-se às diversas incursões policiais que passaram a dificultar uma circulação irrestrita de minérios e outros materiais extraídos ilegalmente em Oiapoque (VARGAS; AQUINO, 2019). Neste período, o comércio de ouro tornou-se malvisto por parte da sociedade local, contudo isso não aconteceu com outras mercadorias que poderiam ser caracterizadas como ilícitas. Isto porque, como inicialmente apontado, a condição de desprestígio dos garimpeiros não se deu por questões ecológicas, ao ensejar o cuidado com o meio ambiente, mas sim por problemas socioeconômicos, que engendram avaliações morais sobre a referida atividade por aqueles que a vivenciam. Com a decadência do ouro, o Euro passou a ser, junto ao Real, o principal mecanismo de negociação na fronteira franco-brasileira. Mas outras questões auxiliaram no

percurso de insurgência do Euro, que vão além da histórica aproximação de Oiapoque com a Guiana Francesa.

Um fator importante a ser citado foi a melhora do fluxo entre *Saint-Georges* e a capital *Cayenne*, com a finalização das obras na estrada que liga as duas localidades concluídas no final dos anos 1990. Isto proporcionou a muitos moradores da capital da Guiana Francesa a possibilidade de viajar com maior frequência ao Oiapoque, frequentando seus restaurantes e movimentando a economia de serviços local. Como também “encurtou a distância para os brasileiros que moram do outro lado e ganham em Euro”, proporcionando que estes trabalhadores pudessem vir com mais frequência ao Oiapoque, comprar produtos, construir casas, ao passo que continuavam a exercer suas vidas laborais em território francês. Este movimento percebido em Oiapoque foi identificado por Eric Cardin e Lindomar Albuquerque como comum em outros contextos de fronteira. Como apontam os autores:

Os trânsitos transfronteiriços, circulações de pequenas distâncias entre países, marcam a região de fronteira. Quem vive nessas cidades fronteiriças muitas vezes mora em um país e trabalha no outro, compra na cidade vizinha por um preço mais barato ou ainda busca serviços de saúde, educação e outros benefícios sociais do outro lado da fronteira, conforme a disponibilidade, acesso, preço ou qualidade desses serviços” (CARDIN, ALBUQUERQUE, 2018).

Quando observadas as questões comerciais, é muito comum que todos os frequentadores locais, sejam brasileiros ou guianenses, saibam a cotação do Euro naquele dia. Os comerciantes experientes realizam a conversão muitas vezes “de cabeça”, sem necessariamente utilizar a calculadora para receber em Euro e passar o troco em Real, por exemplo. Isto faz com que, na prática, não exista apenas uma moeda em Oiapoque, mas pelo menos duas que mediam os processos de troca. Esta possibilidade de acionar diferentes moedas em necessidades diversas, pagando com aquela que seja mais interessante em determinado momento, faz com que exista um mercado do Euro na fronteira.

#### **4.2.1– O comércio de Euro na fronteira franco-brasileira**

Na orla da cidade de Oiapoque, existem pelo menos duas casas de câmbio legalizadas que realizam a conversão entre moedas, sendo nacional ou estrangeiras. Trocam não apenas Euros em Reais ou Reais em Euros, mas também dispõem de outras moedas de países vizinhos, como Dólares americanos. Estas casas de câmbio cobram altas taxas para realizar a conversão. A principal justificativa é que estão inseridas no comércio legal, tendo que distender de estrutura, funcionários, além de pagar impostos para funcionar de acordo com o mercado nacional de câmbio.

É neste momento que surge na fronteira profissões que possibilitam novos trânsitos

socioeconômicos que tensionam a relação entre o legal e o ilegal. No comércio de moedas internacional, existem os cambistas que realizam a troca entre Euros e Reais com preços mais acessíveis. Comumente, o valor oferecido pelos cambistas está em torno de 4% a 8% mais barato do que aquele praticado em estabelecimentos comerciais oficializados. Deste modo, comprar e vender Euro na orla de Oiapoque é uma atividade bastante atrativa para os clientes e lucrativa para os vendedores.

Comumente, quando guianenses descem da catraia vindos de *Saint-Georges*, alguns cambistas se aproximam para oferecer a troca do Euro para Reais. O viajante mais descuidado, ou que está na viagem apenas a passeio, pode realizar a troca ali, com o primeiro que lhe oferece. Estes assim abordados são comumente os turistas, que podem se dar a regalia de não fazer corretamente as contas, como também não se incomodam muito, caso depois descubram que poderiam ter realizado a conversão um pouco mais barata, tendo em vista que o valor da moeda que possui [o Euro] possibilita uma troca muito vantajosa em detrimento ao Real. Por estar na fronteira para passear, especialmente em busca de “aventuras”, preferem não estragar a viagem. Este perfil é, em sua maioria, composto por “metropolitanos”, que são os franceses advindos da França continental [Europa].

Porém, o viajante mais acostumado com o dia a dia na fronteira nunca compra daquele que primeiro que lhe oferece a troca. Realiza inicialmente uma pesquisa entre cambistas em busca do melhor preço, que pode variar entre cinco e dez centavos de real. Os viajantes que vêm com frequência da Guiana Francesa, não os da França, preocupam-se mais com esta conversão. Para estes transeuntes da fronteira, Oiapoque pode ser um local de diversão, mas também é aquele onde realizam compras mensais para a família e acessam serviços que são mais caros em *Cayenne* ou em cidades vizinhas. Deste modo, mesmo tendo origens em território francês, as práticas em relação ao comércio na fronteira são diferenciadas, tendo em vista o perfil daquele que realiza a referida mobilidade. Por isso, realizar uma boa conversão entre Euros e Reais lhes garantem maior poder de compra no país vizinho, o Brasil.

Figura 8: Orla da cidade de Oiapoque, ao fundo a ponte Binacional (2022)



Fonte: Arquivo Próprio

O mercado de compra e venda de Euros pode ser caracterizado como uma prática informal, que não é costumeiramente classificada como ilegal, tendo em vista que, na pesquisa de campo, pude presenciar policiais federais à paisana comprando Euros para comprar vinhos, chocolates e sorvetes em *Saint-Georges*. Moralmente, o comércio de Euro é algo feito como há algumas décadas era possível realizar a extração de ouro: na beira do rio, aos olhos de todos os moradores e as autoridades, sem receber nenhuma censura jurídica ou moral por isso. Deste modo, como aponta Michel Misse (2007), existe uma diferenciação de mercados informais, sendo parte destes “tratados como legais e mercados informais para os quais se reserva o peso preferencial da criminalização, os ‘ilegais’”. Deste modo, mormente a extração e venda de ouro ser classificada como crime, a comercialização do Euro é vista como de menor potencial ofensivo, sendo simplesmente encarada como transação informal que auxilia o fluxo cotidiano de comércio e serviços da fronteira. Deste modo, como apontam Lindomar Albuquerque e Luiz Fábio Paiva:

Nesse comércio, as diferentes legislações estatais e os agentes responsáveis pela ordem entram geralmente no cálculo comercial, pois é preciso negociar as travessias de diversas mercadorias em “portos ilegais”. Diante disso, dar presentes, ter amizade, dinheiro disponível e informações privilegiadas são coisas importantes e que podem ser compreendidas como mercadorias políticas (ALBUQUERQUE; PAIVA, 2015).



Chamo a atenção para este fato porque, juridicamente, transportar moedas estrangeiras entre dois países sem a devida declaração legal, como também realizar a compra e venda destas moedas sem a devida autorização do Banco Central pode resultar em crimes como evasão de divisas e outras infrações contra o sistema financeiro. Deste modo, a diferença entre transportar e vender ouro ou Euro na fronteira está alicerçada mais em questões morais compartilhadas, do que, em si, ao cometimento de algo que possa ser classificado juridicamente como ilegal. Isto acontece porque, como chama atenção Michel Misse (2007):

Distinguir o tratamento que é dado a trocas toleradas e não-toleradas como: mercadorias lícitas e vendidas no mercado formal, mercadorias lícitas e vendidas no mercado informal, mercadorias lícitas de venda regulamentada vendidas ilicitamente no mercado formal, mercadorias ilícitas vendidas no mercado informal (MISSE, 2007).

Deste modo, para além do comércio de Euro, o mercado de compras, vendas e trocas na fronteira franco-brasileira propicia um rearranjo complexo aos moradores da região, ao distender relações entre comércio e serviços, como analiso mais adiante. Assim, a relação com a moeda da Guiana Francesa é peça chave para engendrar as estratégias de atração de guianenses, pois a referida moeda é aceita em praticamente todas as transações.

#### **4.2.2– Comércio em frigoríficos, supermercados e restaurantes**

Outro comércio importante que movimenta os fluxos na fronteira é a venda de produtos alimentícios em mercantis e frigoríficos. Os altos valores de produtos na Guiana Francesa, especialmente de carnes bovinas e similares (linguiças e alguns enlatados), dificulta sobremaneira o acesso dos membros deste país a este tipo de produto. Segundo relatos colhidos em campo, a população da Guiana Francesa com menor poder aquisitivo se alimenta de animais encontrados na floresta, adquiridos de caçadores ou vendidos em feiras. Nesta perspectiva, ao atravessar a fronteira, os trabalhadores da Guiana Francesa conseguem acesso à carne bovina de boa qualidade por valores módicos quando realizada a conversão entre Euro e Real.

Por conta disso, esta relação cambial também propicia a venda destes produtos alimentícios em mercados ou açougues para que sejam transportados à Guiana. É muito comum observar em catraias ou em carros vindo “do outro lado”, que atravessam a Ponte Binacional, a aquisição de grande quantidade de produtos brasileiros, especialmente linguiça calabresa, por moradores da Guiana Francesa que vêm costumeiramente ao Oiapoque realizar compras.

Quando atravessam com seus carros abarrotados de mantimentos, muito raramente são fiscalizados quanto à procedência do material, à qualidade ou às regras sanitárias do continente

Europeu em relação a estes bens alimentícios, que por diversas vezes realiza restrições aos produtos brasileiros que são vendidos em seu território.

Os carros de origem da Guiana Francesa quase não possuem restrições para atravessar a fronteira, por isso é muito comum que os moradores de Caiena, especialmente após 2017, viajem em veículos próprios para Oiapoque. Silva (2012), Vargas e Aquino (2019) e Milhomens (2019) apontam que esta travessia irrestrita de guianenses, em contrapartida as duras restrições aos veículos brasileiros, torna a relação entre os países tensa e complexa. Em campo, foi possível ouvir discursos de descontentamento e de desconsideração de brasileiros para com aqueles que moram “do outro lado”. A assimetria do traslado na fronteira é uma das principais queixas proferidas pelos brasileiros. Ou seja, as restrições de mobilidade envolvem não apenas o garimpo, mas também o turismo ou a visita a parentes e a amigos, que são prejudicados. Significa dizer que a classificação de clandestinidade que é apregoada quando se atravessa a fronteira sem autorização prévia também busca atingir os demais trabalhadores que porventura podem migrar para “o outro lado” e residir em cidades, não apenas aqueles que vivem do ouro e vivem das/nas florestas. Assim, a forte fiscalização francesa, para o tráfego em seu território, dificulta a ida e vinda de brasileiros, ao passo que não restringe as viagens de seus compatriotas. Como apontam Albuquerque e Paiva (2015), “nessa dinâmica, é possível encontrar diferentes dispositivos de controle e modelos de fiscalização, assim como distintas disposições para ultrapassar limites legais instituídos”. Por conta destes fatores, este movimento não acontece na mesma intensidade entre brasileiros que vão a *Saint-Georges* para realizar compras.

Aqueles que residem em cidades mais próximas, como a própria São Jorge, realizam esta travessia binacional com maior frequência, diária ou semanalmente, para realizar compras. Estes transeuntes raramente se hospedam em Oiapoque. Realizam um movimento, caracterizado por Rabossi (2015), na tríplice fronteira com a Argentina e o Paraguai como um bate e volta. Nas palavras do autor, “o bate e volta é algo mais que uma simples forma de nomear a trajetória de ida e volta entre a cidade de origem e o local das compras, correspondendo à unidade de medida desses circuitos comerciais tal como experimentados pelos sacoleiros” (RABOSSI, 2015).

Figura 9: Catraias na orla do Rio Oiapoque



Fonte: Arquivo Próprio

Já aqueles que residem em Caiena, ou em cidades mais distantes, realizam esta travessia em torno de um final de semana por mês, hospedando-se em hotéis, como também frequentando balneários e se divertindo na noite da cidade, em casas de show, restaurantes etc.

*Esta historia de las relaciones bilaterales entre dos naciones, tanto como la experiencia cotidiana de la vecindad fronteriza, muestra que esa asimetría puede aparecer tanto en los niveles microdimensionales en las relaciones más simples, como en los niveles macrodimensionales en las relaciones más complejas entre ambos Estados nacionales (BUSTAMANTE, 1989).*

É neste sentido que o fluxo das atividades, cada vez mais intensificadas pelos guianenses em Oiapoque, estão inseridas nas churrascarias, nos bares, nos restaurantes e nos balneários da cidade. Segundo um proprietário de um mercantil na fronteira, que está na cidade há mais de 40 anos, quem mantém hoje Oiapoque são “os negão do outro lado”. Segundo o comerciante:

Quando eu cheguei aqui vendia muito pra garimpo. Só dava garimpo. Agora eu nem faço mais questão de ter produto pra garimpo no meu estabelecimento... Depois eu recebo uma visita da Federal perguntando que coisa é essa... que coisa é aquela... querendo saber por que eu vendo essas coisas... aí eu preferi deixar pra lá. Não me faz falta. [...] Não faço questão de funcionário publico comprando de mim também não. Vocês só querem gastar o dinheiro de vocês nas praias. O que mantém Oiapoque hoje são os negão do outro lado (CONVERSA COM COMERCIANTE, 2017).

O comércio de carnes também é alimentado pelos restaurantes e churrascarias na fronteira. Estes são, sem dúvidas, uma das principais atrações que levam os guianenses ao Oiapoque. Um dos restaurantes mais frequentados na fronteira é a “A Gaúcha”, especializada em churrascos, que está localizada na Avenida Barão do Rio Branco, a mais importante e de maior movimentação da cidade.

Figura 10: Av. Barão do Rio Branco – Centro de Oiapoque



Fonte: Arquivo Próprio

Anteriormente, a proprietária do estabelecimento possuía um restaurante que visava atender populares, especialmente moradores de Oiapoque, viajantes que vinham ou retornavam para os garimpos.

Ao perceber uma mudança no público consumidor local, investiu na reforma de um grande prédio no centro da cidade, e consolidou em seu estabelecimento um novo padrão de consumo alimentício. Se outrora os habitantes locais estavam acostumados especialmente em pratos *à la carte* ou pratos feitos, surgiu como serviço um *self-service* variado, além de um rodízio de proteínas, com diversos tipos de carnes. Por meio desta estratégia, passou a ser o principal restaurante frequentado por funcionários públicos no almoço e, especialmente, por guianenses. O primeiro público, na maioria das vezes, frequentava o local através dos *self-services*, funcionais para o dia a dia de trabalho. Já os guianenses, comumente, vinham ao local em busca do rodízio, atraídos pelos preços e serviços. Nesta perspectiva, um rodízio de carnes no valor de 60 ou 70 Reais, possibilita ao guianense pagar em torno de 10 Euros. Já um chopp pode custar 1 Euro. Deste modo, aqueles que trabalham na Guiana têm Oiapoque como um local de boa diversão e baixo custo. Assim, por conta do setor alimentício é comum observar pessoas naturais da Guiana Francesa, como também da “metrópole” – a França continental, em Oiapoque.

### 4.2.3– Pousadas e Hotéis na fronteira

Por conta desta aproximação, existem estabelecimentos comerciais que se especializaram no atendimento de europeus, como a Chácara do Rona – cearense que reside há muitos anos em Oiapoque – além do Balneário do KM-9. Alguns destes estabelecimentos, inclusive, deixam claro que são os europeus seu público preferencial. As estratégias de hospitalidade se dão por diversos modos, desde o acionamento do francês como idioma preferencial em negociações na fronteira, escrito em fachadas de lojas ou em cardápios, como também pela valorização de estereótipos que auxiliam na identificação de pessoas que têm maior probabilidade de ganhar em Euro e, conseqüentemente, também gastar mais. Como analisa Cíntia Lima, quando se refere à pesquisa no Sul do Brasil:

A diferença de nacionalidade é um recurso de distinção com relação ao outro, recuperada neste momento também para expressar a disputa pelo mercado de vendas nesta fronteira. Da mesma forma, recorre-se à diferenciação entre o “nós” e os “outros” quando a constituição da cidade difere das expectativas criadas por parte do empresariado local (LIMA, 2019).

Deste modo, a hospitalidade na fronteira tem um público definido, que se constitui como cliente preferencial. Estes processos de mudanças econômicas em regiões de fronteira também puderam ser analisados por Cíntia Lima, quando afirma, ao analisar a fronteira entre Salto del Guairá, Guairá e Mundo Novo, que: “‘segurança’ e ‘hospitalidade’ significaram tentativas de elaboração de um suposto diferencial para a cidade desde 1990, quando o país já tem como referência de centro de compras de produtos importados o município de *Ciudad del Este*” (LIMA, 2019).

A Chácara do Rona é um estabelecimento comercial caracterizado como um hotel de selva, cravado às margens do Rio Oiapoque. Seu portão de acesso está a cerca de 800 metros da rua Barão do Rio Branco, a principal da cidade de Oiapoque. A entrada do local busca remeter o visitante ao ambiente proposto: a selva. Logo após um estacionamento improvisado, é possível ter acesso a uma escada íngreme, construída artesanalmente com madeira e barro. Seu último degrau dá acesso a uma ponte de madeira de mais de 100 metros, edificada sobre a foz de um igarapé. Já de início, é possível observar alguns pequenos animais, como pássaros, sapos, peixes, macacos, insetos, entre outros. Ao aproximar-se do fim da ponte, encontra-se um restaurante, construído em estilo rústico, e com cardápios e informações escritos em francês.

Figura 12: Ponte Chácara do Rona



Fonte: Arquivo Próprio

Após o restaurante, existem diversos pequenos chalés, em construção simples, como também uma pequena cabana construída em madeira, que funciona como uma espécie de acomodação coletiva, na qual os hóspedes dormem em redes cobertas por um mosquiteiro. A referida chácara busca se promover como “hotel de selva”, ao atender um público bastante direcionado: os franceses metropolitanos. Isto se dá porque os preços são disponibilizados na



moeda europeia, estando o pagamento individual em torno de 30 Euros.

O sr. Rona é um exemplo dos movimentos migratórios ao Oiapoque, que posteriormente percebeu novas formas de interagir com a economia da fronteira. Migrou à cidade há algumas décadas em busca de ouro, contudo percebeu que novas formas de empreendimento na localidade passaram a ser mais atrativas. Não seria mais necessário distender diversos dias em locais perigosos, ou em aventuras, visto que era possível construir um local que despertasse no imaginário de europeus a perspectiva de que estavam “desbravando” a Floresta Amazônica. Atravessar o Oceano Atlântico até *Cayenne*, viajar em uma pequena navete<sup>45</sup> de *Cayenne* até *Saint-Georges*, atravessar o rio em uma pequena catraia, hospedar-se em um hotel cravado às margens do mesmo rio que recorta a Floresta Amazônica, dormir em redes em pequenas cabanas, além de degustar alguns dos sabores e temperos locais, como o sorvete de açaí ou os peixes da região. Seu estabelecimento comercial se notabilizou pela construção de um cenário, que mesclava a relação aventura e comodidade. Pois, ao passo que o seu hóspede dormia em redes na “selva”, ao acordar existia uma mesa farta de café da manhã lhe esperando. Assim, seu negócio passou a ser um empreendimento rentável econômica e socialmente, pois a relação cada vez mais presente entre a economia de Oiapoque se integrava cada vez mais à economia da Guiana Francesa. Enquanto para o sr. Rona, ele não estava mais vivendo na floresta, ao arriscar sua vida em garimpos, mas sim residia a menos de um quilômetro do centro da cidade, possuindo acesso aos serviços que lhe interessava. Deste modo, seu hotel de selva, em si, não lhe proporcionava um estilo de vida voltado à floresta, mas sim para aquele relacionado à cidade.

Se parte dos franceses metropolitanos buscavam esta sensação de aventura, os franceses nativos da Guiana Francesa não buscavam estas novas sensações. Deste modo, os hotéis e as pousadas do centro da cidade eram os mais atrativos. Nestes estabelecimentos, existia ar-condicionado, como também se localizavam mais próximos aos locais de compra e diversão da cidade, podendo os turistas aproveitarem para caminhar. Passear com a família não necessitaria ser sempre uma aventura na floresta. Deste modo, Oiapoque oferece uma rede de pousadas e hotéis que buscam, mesmo com certa dificuldade, oferecer conforto aos viajantes. Alguns estabelecimentos também realizam “parcerias” com serviços de prostituição, que são utilizados por brasileiros, mas que também tem nos franceses seu público preferencial.

---

<sup>45</sup> Nomenclatura atribuída por brasileiros às vans que realizam diariamente o transporte de pessoas e de mercadorias entre *Saint-Georges* e *Cayenne*.

Em outra ponta, existem pequenos hotéis de baixíssimo custo, especialmente voltados ao público garimpeiro. São estabelecimentos que funcionam pelos fluxos do garimpo, onde se hospedam trabalhadores do ouro que estão indo ou vindo das florestas. Alguns destes hotéis são construídos no andar superior de pequenas boates que funcionam 24 horas próximas à orla da cidade. Neles, as relações com a prostituição são estreitas; contudo, o público-alvo é diferente dos hotéis voltados para os franceses.

#### **4.3– Um novo estilo de vida na fronteira**

A fixação de migrantes em Oiapoque é uma característica comum, que está presente no imaginário local, reverberada nas falas dos moradores da fronteira. A presença constante de frases como “quem bebe a água do Oiapoque não vai embora” são acionadas em diversas situações, que ajudam a representar as engrenagens da formação de sentimentos locais compartilhados. A referida afirmação pode ser entendida por diversos prismas. O primeiro, deixa implícito que a experiência de beber a água é daquele que vem de fora, que ainda não conhece a cidade, mas que em seu contato inicial (bebendo a água) se apaixonaria pela terra, não desejando mais abandoná-la. Justifica de modo simples o processo de fixação de diversas famílias na região, que se mantêm na cidade por amá-la ou admirá-la desde a primeira vez que nela pisou. Um segundo modo acionado está na tentativa de convencer alguma pessoa que nunca visitou a cidade, mas que já ouviu falar mal de Oiapoque, de visitá-la. Desse modo, a frase pode ser acionada em tom de brincadeira: “você vai se surpreender, quem bebe da água do Oiapoque não vai embora”. Como também, pode representar quase que uma maldição, expressa em tom pessimista por alguns moradores que não desejam mais morar, mas que por diversos fatores têm que continuar a residir no local “quem bebe a água do Oiapoque não vai [não consegue ir] embora...”.

Estes sentimentos sobre Oiapoque são bastante significativos para explicar como os sujeitos que atualmente habitam a região encaram sua permanência ou não na fronteira franco-brasileira, ao levar em consideração expectativas familiares, trabalhistas, como também o funcionamento de outras sociabilidades locais. Como aponta Manoel Pinto e Jorge Dias, ao se referirem sobre as percepções que brasileiros migrantes possuem ao viver na fronteira:

É importante lembrar neste momento que os depoimentos, ao mesmo tempo em que revelam sentimentos comuns (ex: “sofremos muito preconceito aqui”), registra também um dado momento, uma realidade temporal, um estado de espírito. Explicando melhor: dependendo da situação financeira, emocional e profissional, os imigrantes desenham/representam para si próprios e para os outros uma Guiana Francesa específica, extremamente subjetiva [...] trabalhadores brasileiros que residem em Caiena e adjacências, que apesar das adversidades ainda encontram bons motivos para sonhar; e essas utopias servem como uma espécie de bálsamo para



enfrentar, tanto os preconceitos quanto a solidão (PINTO; DIAS, 2018).

Significa dizer que os modos de enxergar a vida na fronteira levam em consideração diversos aspectos das condições materiais e simbólicas de seus moradores, compreendendo que os sentidos atribuídos à experiência podem ser múltiplos, a depender dos aprendizados incorporados ao eu, como também ao local social ocupado dentro deste complexo sistema de interações sociais.

Nesta perspectiva, a fronteira franco-brasileira foi um local aglutinador de pessoas por conta de práticas ilegais motivadas especialmente pela economia do ouro. Este movimento de migração à localidade não se esvaiu, mas adquiriu novos contornos – em parte caracterizados como ilegais, em parte como legais. Como debatido neste capítulo, o modo de visualizar estas novas práticas é visto de modo moralmente díspar daquele engendrado pela atual visão sobre a extração de ouro. Assim, as práticas de formalidade e de informalidade no comércio da fronteira adquirem diversos contornos que, em certa medida, aproximam-se ou distanciam-se do universo das práticas garimpeiras. Essa discussão foi elaborada por Michel Misse (2007), que aponta uma visão interessante sobre as atividades formais e informais:

O que distingue, em geral, uma atividade econômica “formal” de outra “informal” é a sua maior ou menor subordinação à regulamentação estatal. Não se considere, no entanto, que essas atividades são inteiramente separadas, constituindo “setores” bem demarcados. Diferentes formas de “flexibilização” informais participam da constituição de empresas econômicas “formais”, e a informalidade ilegal de certas atividades econômicas pode dirigir-se, ao mesmo tempo, para “fachadas” formais ou mesmo mobilizar recursos em empresas legais. Múltiplas e complexas redes sociais se desenvolvem a partir dessas diferentes estratégias aquisitivas, legais e ilegais, relacionando “mundos” que o imaginário moral prefere considerar como inteiramente separados entre si (MISSE, 2007).

Nesta perspectiva, as atividades elencadas neste capítulo buscam apresentar uma representação social diferenciada daquela engendrada pela economia do ouro. Um exemplo de como as práticas sociais vinculadas à economia do garimpo são desclassificadas moralmente é o da relação feita entre garimpos e prostituição, como aponta a fala de um interlocutor colhida em uma entrevista:

Eu, particularmente, cheguei a ver – eu até considerava aquilo normal, correto – porque eu não sabia como era lá fora. Existia concorrência de prostituição no Oiapoque. Eram duas casas de shows aqui, a boate do Júnior e a Roberta. Nas duas casas de show rolava dinheiro muito alto, porque os caras vinham bamburrados do garimpo, a ponto de você ver de um carro cheio de mulheres em cima, seminuas, de lingerie, tocando Funk... dançando. Passava o carro de um, passava o carro de outro, anunciando que tinha novidade, que chegou gente de Manaus, e gente de todo o canto. Eram mulheres de todo o Brasil para ficar mesmo bem ali. Isso era antes dos anos 2000... (ENTREVISTA COM JOÃO, NOVEMBRO DE 2021).

A fala do interlocutor é interessante pois aponta que, por não ter contato com outras culturas, não saberia o que seria ou não seria “correto”, estando sua avaliação moral prejudicada, ao presenciar práticas alusivas à prostituição e encará-las como “normais”.

Oiapoque despontaria como lugar que não possibilita contato com o “mundo” exemplo da frase “eu não sabia como era lá fora”, tendo em vista que a economia do ouro era preponderante em sua organização não só econômica, mas especialmente social, como dito pelo interlocutor “rolava dinheiro muito alto, porque os caras vinham bamburrados do garimpo”.

Deste modo, o estilo de vida garimpeiro tinha condições de delimitar as demandas sociais as quais desejavam. Assim, a cidade confluía para estas demandas.

Interessante perceber que, nos discursos coletados, a organização social de Oiapoque era predisposta à complexa relação de vivenciar o universo do garimpo, que vai além de garimpar ou de simplesmente visitar uma área de extração. Assim, estar no garimpo, com a liberdade o lugar distante de tudo e todos proporciona, evidencia a incorporação de práticas socialmente desejáveis e aceitas. Ainda no caso das festas e boates de prostituição, o interlocutor destaca que:

Para você ter uma ideia o carro chefe ali no momento era o garimpo, mas como na época Oiapoque era tão distante, era tão terra sem lei, que existia a presença até de grandes autoridades de Macapá, que quando vinham ao Oiapoque, que era como se fosse um lugar que ninguém conhecia, a ponto de, durante as festas, alguém anunciar: bebida por conta do desembargador fulano de tal, do Procurador. Assim, então existia meio que um fetiche. Que Oiapoque era assim uma terra sem lei, era uma terra Babilônia. Alguma coisa nesse sentido, para esses tipos de atração em Oiapoque (ENTREVISTA, NOVEMBRO DE 2021).

Deste modo, além da estreita relação entre agentes sociais influentes na capital do estado com o universo garimpeiro, Oiapoque despontava no imaginário social como local para diversão, no qual poderia se fazer tudo o que desejasse. Uma “terra sem lei” ou uma “Babilônia”, mesmo que para os representantes “da lei e da ordem” investidos de autoridade pelo Estado. Atualmente, os moradores locais buscam se desvencilhar desta concepção arraigada historicamente sobre a localidade. Algo interessante está, inclusive, não somente naquilo que é dito, mas também no que não é dito. Ao entrevistar uma jovem que nasceu em Oiapoque e que em 2021 possuía 20 anos, perguntando-lhe sobre o que sabia do funcionamento do ouro, do comércio e da prostituição na cidade, ela apenas ria, olhava-me com espanto e dizia “não sei direito sobre essas coisas. Sou muito nova, isso não é do meu tempo”. De início, fiquei chateado, pois acreditei que a entrevista não havia rendido como esperado; contudo, posteriormente, percebi que também não responder refletia um processo de autocensura que muito poderia dizer sobre os padrões e as percepções que atualmente os moradores de Oiapoque gostariam de externar sobre a cidade. Assim, ela me disse o que poderia ou gostaria de dizer, e eu tive que interpretar

com outros dados, como com a pesquisa de campo.

Não significa dizer que, atualmente, a prostituição não exista mais em Oiapoque ou que seja uma profissão economicamente decadente. Contudo, a referida atividade vem cada vez mais adquirindo um *modus operandi* menos explícito, especialmente em áreas comerciais que aglutinam o dia a dia dos moradores da própria cidade, que convivem com as demandas comerciais de guianenses. O processo histórico de inserção social do garimpo perde espaço para a valorização de outro modelo socioeconômico. Mesmo a cidade se caracterizando como bastante heterogênea em sua organização urbana, os bares e as boates que despontam com público-alvo voltado à prostituição, ficam a certa distância daqueles restaurantes e pizzarias que possuem outro público-alvo, que são as famílias de Oiapoque. Como também, horários demarcam os momentos em que determinadas pessoas devem ou não devem transitar em algumas vias. O maior exemplo é a orla de Oiapoque: durante o dia possui comércio pujante, ao passo que durante a noite o mesmo local é classificado por moradores da região como “perigoso”, pois muitos usuários de drogas o frequentam.

A busca de distanciamentos se percebe nas falas dos interlocutores, que apontam que, até o início dos anos 2000, a praça da cidade de Oiapoque se constituía como um local reservado à prostituição e ao acerto de contas, sendo rodeada por pequenos bares. Isto ensejou que, além do descaso do poder público para a realização de obras, a praça de Oiapoque passasse uma década fechada com tapumes. Próximo a sua reabertura, um novo perfil de estabelecimentos comerciais vinculados à diversão passou a existir no centro da cidade.

A relação com a prostituição explícita, característica do garimpo, passou a ser renegada pela população local. As jovens, após finalizar o ensino médio, passaram a ter acesso à universidade ou a trabalhar em empregos diretamente vinculados ao comércio, como garçonetes, atendentes de lojas, vendedoras e outros empregos similares. Assim, ao se distanciar de uma relação direta com o universo garimpeiro, também se afastam de uma relação direta com a prostituição. Uma das críticas mais interessantes a este fenômeno são os comentários de jovens universitárias de Oiapoque ao documentário “Do outro lado do rio”, cuja direção foi capitaneada por Lucas Bambozzi, lançado em 2004.

O referido documentário apresenta as histórias de vida de alguns personagens da cidade, dentre os quais duas prostitutas. Para as jovens de Oiapoque, com nascimento contemporâneo ao lançamento do documentário, este material não retrata em si o Oiapoque. Nas falas de uma

jovem que nasceu em 2000:

Pra ele a gente é tudo prostituta. Isso não existe assim em Oiapoque, por isso que a gente sofre muito desrespeito por onde vai, pois todo mundo pensa que a gente é prostituta. Eu estou cursando enfermagem, todas as minhas amigas também, e esse filme faz todo mundo pensar que somos prostitutas [...] eu quero passar num concurso e ser professora da UNIFAP (CONVERSA TRANSCRITA EM DIÁRIO DE CAMPO, 2018).

Para algumas jovens, desvencilhar-se da cultura do garimpo, é também buscar uma nova classificação para a sua condição de mulher. Frequentar determinados restaurantes ou bares, ao passo que evita outros, auxilia no processo de autoidentificação para alcançar um novo local social almejado.

Ser concursado, ter estabilidade, é um desejo de muitos jovens atualmente em Oiapoque, que não desejam atuar em profissões que estão diretamente relacionadas ao garimpo. Contudo, outrora não era assim. Conforme a fala de um entrevistado:

Oiapoque começou a se desenhar como cidade a partir da Constituição de 88, mas como sempre o carro-chefe da economia era o garimpo, como até hoje ainda existe essa questão do garimpo, não é? Paralelo ao garimpo existia uma economia do contracheque muito fraca, o ganho era muito desproporcional. Meu tio me disse que antes de 88 era comum você trabalhar no governo. Tipo assim: “Ah, eu tô ali trabalhando na prefeitura ou no estado”. Era um bico. Aí eu conheço alguém: “ah, você não quer trabalhar no governo?”, não existia concurso. Era simplesmente a pessoa ter interesse de tá prestando serviço. A partir dali aquela pessoa já era incorporada, por assim dizer. Para você ter ideia, um outro tio tinha um colega que teve problema de saúde e trabalhava com ele em vendas. Esse colega teve problema de saúde, aí não conseguia mais fazer o mesmo trabalho. Ele ficou encostado por assim dizer... Ele começou a fazer serviço para a prefeitura de Macapá na época. Ele trabalhava no mercado ali, ele era fiscal de alguma coisa no mercado, tipo para ver se a pessoa paga o alvará, pagou os documentos lá de casa Box... E aí quando virou estado, ele foi incorporado pro quadro estadual, pois precisavam que ele ficasse em algum setor, né? Assim, enquadrar igual essa função que até então era considerada como sendo a função do fisco, fiscal... ele foi incorporado como fiscal da receita estadual. E aí depois houve um projeto de lei geral de toda a receita, então passou a ser o auditor da Receita Federal. Hoje está aposentado ou há uns cinco anos como auditor da Receita Federal, por que passou para o quadro da União com a terceira série, entendeu? Porque era justamente isso... tava tudo muito no início mesmo... então funcionalismo público era segunda opção. O garimpo era que fazia aquela economia da cidade funcionar, o garimpo sempre foi o carro-chefe. Mas de repente quem tinha o medo de ir para o garimpo ficava ali na questão do Comércio local e quem não tinha essa habilidade de comércio acabava indo para a administração pública. Então eram 3 grupos sendo o mais chamativo o garimpo. (ENTREVISTA COM CAIO, EM NOVEMBRO DE 2021).

Este também é um dos principais fatores que tensionam a relação entre funcionários públicos que advêm de outros locais e os jovens nascidos em Oiapoque. Alguns afirmam que “temos condições de ser funcionários públicos também. Estas vagas são nossas”. Assim, se antes o universo de possibilidades era restrito a trabalhos braçais, hoje alguns jovens da cidade percebem que podem ocupar locais de destaque através da qualificação profissional. Deste modo, ser garimpeiro não é a única opção, mesmo que o desejo de tornar-se rico continue aceso.

É deste modo que tentar a sorte no garimpo vem paulatinamente perdendo espaço nos desejos dos moradores da fronteira. Ser rico, conquistar um novo local social pelo trabalho, agora se faz possível por meio de outras estratégias de inserção social que, mesmo com elevado esforço físico, não necessariamente se organizam em torno dos garimpos.

Em outra ponta, muitos dos moradores da fronteira acostumados em realizar a viagem aos garimpos buscam novas oportunidades de trabalho, como a construção civil. Os garimpos se tornam a última alternativa para sobrevivência, como um interlocutor aponta:

Eu já fui pro garimpo, semana que vem eu vou de novo, mas eu não sou garimpeiro, sou pedreiro. Eu tô indo porque as coisas aqui estão difíceis, mas quando melhorar eu prefiro ficar aqui [na cidade de Oiapoque]. Agora tem gente que não, que não sai de lá, passa três anos lá dentro. Isso é vida? Eu passo no máximo três ou quatro meses e saio. Junto alguma coisa e venho pra cidade (CONVERSA COM OSAMA, EM 2018).

Para o interlocutor, viver em garimpos não é uma situação que possibilita uma “vida boa”, mas que possibilita apenas a possibilidade de subsistência. Na verdade, a indagação marcante “isso é vida?” reforça o distanciamento que cada vez mais os trabalhadores da fronteira vêm construindo para com os garimpos, ao apontar a formulação de que não são mais o desejo daqueles que para eles migram.

As percepções sobre ir ao garimpo e estar nele variam de acordo com o local de fala acionado por pessoas que lá trabalham. Negar ser garimpeiro, mas realizar a garimpagem como “modo de vida”, é uma estratégia relativamente comum. Primeiro porque, quando se vivencia o dia a dia como trabalhador do ouro, percebe-se que a facilidade oferecida de riquezas e prosperidade não é uma realidade palpável. Deste modo, prefere-se empreender outras atividades que fujam do cotidiano direto da extração de ouro. Assim, pode-se orbitar em atividades outras da economia da fronteira, como, no caso citado, o de pedreiro. Porém, na fala do morador da fronteira, ir ao garimpo não o torna em si um garimpeiro, pois busca fugir das construções sociais que a função carrega. Significa dizer que se perceber garimpeiro é uma problemática que perpassa uma constância empreendida na atividade, como também noções de compartilhamento de práticas e regras aprendidas e transmitidas nesse universo. Assim, ir ao garimpo em busca de ouro não torna, necessariamente, um sujeito em garimpeiro.

Em torno de quatro meses após esta conversa inicial, encontrei novamente com o referido interlocutor, que estava em Oiapoque há dois meses. Estava feliz, pois havia conquistado uma “grande obra”, não necessitando viajar aos garimpos. Perguntei-lhe do que essa grande obra se tratava, então me respondeu que eram seis quitinetes que estavam em

construção de um brasileiro que mora do “lado de lá”, e queria fazer uma aposentadoria para posteriormente voltar ao Brasil. A migração de trabalhadores brasileiros para trabalhar em serviços de elevado esforço físico na Guiana Francesa não é um fenômeno novo. Como aponta Arouck (2002):

No início do movimento migratório de brasileiros à Guiana, ainda nos anos 1960, como vimos anteriormente, destacaram-se as iniciativas de determinadas empresas e do próprio Estado francês na busca de trabalhadores brasileiros para trabalhar na área da construção civil (pedreiros, pintores, mestres de obra e carpinteiros); em face da falta de mão de obra disponível no mercado de trabalho local. Mesmo sem Kourou, a realização permanente de obras de infraestrutura na Guiana garantiu a regularidade do fluxo migratório brasileiro, principalmente para Caiena, com períodos de picos (1979, 1983, 1987) (AROUCK, 2002).

Contudo, anteriormente, o processo de mobilidade foi menos rígido, assim como o interesse dos brasileiros, centrado na atividade aurífera. Paulatinamente, desde os anos 2000, o processo de fixação de brasileiros e outros migrantes em Caiena se tornou mais difícil pelas exigências francesas para adentrar e permanecer em território internacional. Contudo, aqueles brasileiros que conseguiram o acesso à documentação necessária para morar na Guiana Francesa, passaram a exercer forte movimentação financeira na região.

O meu interlocutor, que viajava aos garimpos apenas quando não conseguia trabalho como pedreiro, estava sendo remunerado por outro pedreiro, mas exercia suas atividades laborais em Caiena. Receber entre 150 e 200 Euros de diária possibilitava que o empregador, colega de profissão em outro país, construísse imóveis em Oiapoque, mas que trabalhasse em serviços do mesmo tipo em Caiena. Mesmo com altos índices de desemprego, a busca por mão de obra brasileira para a construção civil é mais intensa do que a dos próprios guianenses. Segundo o empregador do meu interlocutor, “o pessoal da Guiana Francesa é tudo preguiçoso, prefere a mão de obra brasileira. Aquilo que o pessoal de lá leva uma semana pra fazer, a gente aqui, brasileiro, faz em dois dias” (CONVERSA COM UM PEDREIRO QUE MORA EM CAINENA, 2018). Neste sentido, receber na Guiana e gastar em Oiapoque é uma estratégia comum entre brasileiros que possuem a possibilidade de exercer esta dupla relação.

Como apontam Pinto e Dias (2018), a relação entre migrantes com a Guiana Francesa e o Brasil é tensa, complexa, recheada de nuances. Assim, “muitas histórias de vida aparecem intercaladas na forma de breves relatos, mesclando desabafos, mágoas com o Brasil e ao mesmo tempo reconciliação, com a ideia de retorno por cima, com dinheiro para investimentos”.

Deste modo, a relação entre Oiapoque e a Guiana Francesa, como também entre Oiapoque e a capital Macapá adquire forte influência de uma vida relacionada à cidade como aquela almejada, estando o estilo de vida característico dos garimpos, por meio de suas

corrutelas, sendo paulatinamente abandonado.

**PARTE III**

**PARA ALÉM DO LOCAL E DO GLOBAL**



## Capítulo 5

### **JUSTIÇA, MEIO AMBIENTE E FACE PÚBLICA DA MINERAÇÃO**

Com a aproximação da virada do século XXI, os debates internacionais sobre a preservação da Amazônia, além da discussão dos limites entre desmatamento e atividades econômicas, deram a tônica em fóruns, reuniões e assembleias científicas e políticas. O meio ambiente, que se constituía como uma temática debatida de modo transversal nos processos decisórios dos Estados Nacionais, passou a ser, a partir deste período, tema central em muitos encontros de líderes. Destacam-se como exemplos as Conferências ECO-92, ECO-2002 e ECO-2012, sediadas no Rio de Janeiro e em Joanesburgo, organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Como também, soma-se a este processo as Cúpulas do Clima. A última, realizada no ano de 2020 de forma virtual, foi capitaneada pelos Estados Unidos da América (EUA). Como divulgado pela mídia, esta última “reunião virtual promete pautar metas climáticas mais ambiciosas para os EUA – e quer incentivar outras nações do mundo a fazerem o mesmo [...] descrita pela Casa Branca como uma tentativa de ‘ênfatisar a urgência e os benefícios econômicos de uma ação climática mais forte’” (GALILEU, 2020).

Fomentadas por este novo contexto de debate sobre o meio ambiente, ainda na década de 1990, as estratégias estatais criadas pelo governo brasileiro tiveram como objetivo enfrentar os problemas climáticos, como o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). A ferramenta surgiu com o objetivo de monitorar o sistema aéreo, como também “romper com uma situação extremamente defensiva do governo brasileiro frente às acusações internacionais de destruição do patrimônio ecológico da Amazônia” (MACHADO, 2000). Os referidos debates e as ações governamentais passaram a problematizar a possibilidade de enfrentar os problemas climáticos, ao mesmo tempo em que as demandas econômicas pudessem se reenquadrar a um modelo mais sustentável. Porém, este cenário, fomentado desde o final dos anos de 1990 até a

atualidade, encontrou diversos conflitos em sua execução, tendo em vista que os índices de poluição e desmatamento ilegal continuam com níveis alarmantes. Segundo dados publicizados pela mídia e colhidos pelo DETER, que é um sistema do INPE que visa mapear os processos de desmatamento na Amazônia, os números do desmatamento sobem paulatinamente desde 2013. Como aponta a matéria publicada na Revista *Science*:

*Deforestation in the Brazilian Amazon has risen sharply in the past year—again. Estimates set to be released this week by Brazil's National Institute for Space Research (INPE) will show clearings have increased by at least 28% during the current monitoring year, which runs from August through July, compared with the previous year. [...] Although the system doesn't identify the causes of deforestation, other studies show the vast majority is illegal, carried out by ranchers, loggers, miners, and land grabbers who seek to profit from the occupation and exploitation of public forest lands* (ESCOBAR, 2020).

Inseridos nestas discussões, pronunciamentos de líderes mundiais abordam questões climáticas, como também defendem ou criticam a atuação de governos para frear o problema. Cito como exemplo o vice-presidente do Brasil, Hamilton Mourão, ao se referir ao pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro na ONU em 2020:

O presidente vai tocar na Amazônia. A princípio vai mostrar aquilo que estamos fazendo. Temos ainda a criação do Conselho [da Amazônia], a criação da operação Verde Brasil 2, um esforço do governo em combater as ilegalidades, o que não é simples, não é fácil e elas continuam a ocorrer, infelizmente”, afirmou a jornalista, nesta segunda-feira (21), em Brasília, o vice-presidente Hamilton Mourão. Ele coordena as ações do governo brasileiro no combate ao desmatamento e às queimadas na Amazônia. (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Também é possível destacar a fala do Papa Francisco, representando o Vaticano no mesmo evento:

Nós estamos diante de uma escolha entre dois caminhos. Um deles nos leva à consolidação do multilateralismo, da solidariedade alicerçada em justiça. E outro caminho que enfatizaria nacionalismo, protecionismo, que excluiria os pobres e vulneráveis. Este caminho seria prejudicial para toda a sociedade. Ele não deve prevalecer (CNN, 2020).

Deste modo, líderes mundiais são cada vez mais cobrados a se manifestarem sobre o clima não apenas em discursos, mas também através da assinatura de acordos internacionais, além da demarcação de estratégias para coibir crimes que são caracterizados como danosos ao meio ambiente. Estes acordos passam cada vez mais a estabelecer limites e objetivos cujos países signatários devem cumprir para obtenção de metas climáticas globais, sobretudo respeitando o meio ambiente para que suas *comodities* sejam aceitas internacionalmente<sup>46</sup>.

<sup>46</sup> Uma das principais questões que envolvem a relação do Brasil com os países europeus está no acordo comercial entre Mercosul e União Europeia, que se encontra estagnado. Segundo a mídia internacional, para que o acordo entre os dois blocos econômicos ocorra, faz-se necessário que o Brasil assuma compromissos de defesa e proteção da biodiversidade amazônica. Com o título “Brazil pledge on Amazon needed to save EU-Mercosur trade deal - EU diplomat”, em 2020 a revista Reuters aponta um longo processo que acabou por travar a assinatura do acordo. De acordo com o jornalista Anthony Boadle, que elaborou a referida reportagem:

Contudo, os posicionamentos de líderes mundiais, especialmente dos países mais ricos, são criticados quando ao estabelecimento de novas metas, como também na execução programática daquelas já definidas. Exemplo está na fala da jovem ativista Greta Thunberg sobre a gestão Joe Biden.

Neste diapasão, os efeitos dos acordos entre nações se inserem na política externa, sobretudo em relações diplomáticas de como podem ser vistas ou percebidas as relações entre Estados, coadunando com o que Machado (2000) caracteriza como “alta política”, que representa os aspectos “nobres” da administração (MACHADO, 2000). Contudo, se nas altas cúpulas os debates e acordos acontecem por meio de diplomatas, o dia a dia das relações fronteiriças são mediados pelas práticas cotidianas fluidas, tendo como representantes do Estado policiais e outros agentes de fiscalização, que Machado categoriza como “intendência”, responsáveis pelos “assuntos mundanos” (MACHADO, 2000). São estes agentes que têm por função diretamente coibir as atividades “ilegais” como a extração de ouro em regiões de fronteira internacional.

É neste sentido que aponto uma questão: para se pensar os problemas ambientais, faz-se necessário também refletir sobre as ações sociais, políticas e econômicas não só de indivíduos, mas também de Estados. Significa dizer que a percepção cada vez mais ampla da influência de Estados nacionais no destino de outros Estados é enfocada, o que corrobora para uma discussão não só sobre meio ambiente, mas também sobre os limites da autonomia territorial e política dos recursos naturais que estão cravados em um dado território. Como aponta Carlos Zárate:

*Cabe mencionar que la extracción de recursos naturales a través de las fronteras amazónicas y los conflictos de ellos derivados no necesariamente o no siempre tienen relación directa con el conflicto armado, pero si con la debilidad institucional o simplemente la ausencia de los organismos de control encargados del medio ambiente, debilidad que es más protuberante precisamente en la región amazónica dada la riqueza y relativa abundancia de los ecosistemas forestales e hidrobiológicos (ZÁRATE, 2017).*

No caso brasileiro, por exemplo, por decisão governamental, faz-se possível autorizar ou não a mineração em locais que outrora eram ocupados por florestas, o que causa constantes conflitos de interesse. Como exemplo, no ano de 2020, foi autorizado a uma empresa de

---

“Deforestation in Brazil’s Amazon rainforest surged to a 12-year high in 2020, according to official government data, with destruction soaring since far-right President Jair Bolsonaro took office and weakened environmental enforcement. The resulting opposition to the EU-Mercosur accord in Europe has led the EU’s executive commission to hold off presenting the deal to a council of leaders from the 28 member states before it can be submitted to the European Parliament.” (BOADLE, 2020). Deste modo, a relação entre economia e meio ambiente, envolvendo especialmente a Amazônia, destaca-se como uma das principais questões climáticas no mundo na atualidade.

mineração canadense a exploração de “até 100 mil toneladas de ouro anualmente em uma área de floresta no sudeste do Pará – antes mesmo de ter licenciamento ambiental e a concessão definitiva de lavra no local” (THE INTERCEPT, 2020). Esta informação se insere em um debate levantado por Pinto e Dias (2020), que apontam que, cada vez mais, vem crescendo o interesse e a movimentação de ações de empresas na Amazônia para a exploração de ouro, no qual a fronteira franco-brasileira não passa despercebida. Como já apontou Coelho e Wanderley (2013), as tentativas de interferir em processos decisórios sobre legislação ambiental e políticas de mineração não se constitui como algo novo no Brasil. Contudo, nos últimos anos, este movimento vem sofrendo grandes transformações. Nas palavras dos autores:

De acordo com os interesses privados das mineradoras, as políticas de criação de unidades de proteção ambiental e de legalização da exploração mineral em áreas indígenas podem sofrer revisões. As grandes e médias mineradoras, ainda não atuam diretamente na área de estudo, mas influenciam as decisões referentes às políticas e as regulações voltadas aos espaços ricos em recursos minerais, exigindo dos governos, espaços organizados e regras claras (COELHO; WANDERLEY, 2013).

Para estas ações de mineração, uma das principais estratégias de novas investidas está na utilização de Guias de Utilização (GU) que outrora funcionavam, em linhas gerais, para a liberação de extrações excepcionais de minério em tempo determinado, com o objetivo, dentre outros, de realização de estudos de viabilidade econômica. Chama a atenção a Resolução nº 37 de 4 de junho de 2020 da Agência Nacional de Mineração, que altera artigos de uma portaria de 2016 para a emissão do referido documento. Dentre os quais se destaca: “III – a comercialização de substâncias minerais, a critério da ANM, de acordo com as políticas públicas, antes da outorga de concessão de lavra” (BRASIL, 2020). Deste modo, a excepcionalidade abreprecedente para a criação de novos regimentos que facilitam a lavra garimpeira legalizada no Brasil, situação específica na qual se insere a extração de ouro em uma temática mais geral, sobre a qual Levitsky e Ziblatt (2018) caracterizam como “jogo duro” com as leis.

Machado (2000) aponta que as práticas ilegais no Brasil que rompem fronteiras não são novas, tendo em vista especialmente as diversas estratégias de transporte e tráfico de ouro ainda nos séculos XVII e XVIII. Contudo, cada vez mais, é possível perceber que as tecnologias utilizadas para a prática destas atividades que se situam entre as dobras do legal e do ilegal (TELLES, 2010; MISSE, 2010) são modificadas em busca de uma maior sofisticação de novos métodos e novas práticas. Neste sentido, o enquadramento entre práticas legais e ilegais é cada vez mais dinâmica, sobretudo pelo que aponta Machado, quando diz: “a

antiga demarcação entre legal (o bem) e ilegal (o mal) transformou-se numa ‘zona cinza’ caracterizada por decisões conflitantes sobre o uso do estatuto de legalidade/ilegalidade tanto no espaço global como nos espaços nacionais” (MACHADO, 2000).

As áreas cinzas, manchas entre as zonas de claro e escuro, são potencializadoras de problematizações, pois representam uma tensa relação entre atividades ilegais e práticas lícitas capitaneadas pelos mesmos agentes em frentes distintas de atuação. Por isso, é importante apontar que práticas de apreensão e destruição de maquinários em garimpos, por si só, não se configuram como desmantelamentos de redes de venda e interceptação de ouro. É possível perceber que as redes que envolvem todo o processo de garimpagem vão além daqueles que realizam a extração de aurífera.

Neste sentido, investidores externos são parte preponderante das práticas garimpeiras, pois são eles que garantem a compra e a venda do ouro extraído ilegalmente no mercado global, atribuindo-lhe aparências de legalidade. Deste modo, o sistema financeiro cada vez mais internacional propicia uma maior integração entre grupos e mercados, o que faz com que as diversidades agenciadas de grupos que exercem práticas tipificadas como ilegais se multipliquem, como também estreita relações entre estes grupos, apropriando-se de estratégias que possibilitam a relação entre leis e lavagem de dinheiro como algo não só possível, mas também comum.

As percepções sobre fronteiras e garimpos não se limitam ao fio-condutor das relações presentes no cotidiano laborioso dos garimpeiros e dos profissionais que movimentam a economia garimpeira no varejo. É possível tencionar outros fatores através do trabalho de campo realizado em Oiapoque, que a maior parte do ouro e das riquezas extraídas da selva não retorna como benefícios à região. Pelo contrário, como destacado anteriormente, Oiapoque é uma cidade recheada por iniquidades econômicas e sanitárias. Este processo de exploração não é enfrentado apenas na fronteira franco-brasileira, onde existe grande fluxo de pessoas. Vários estudos contribuíram para mapear a influência da mineração no Brasil e no exterior, que demonstram similaridades de ações entre os governos, as mineradoras e as sociedades que lhes circunscrevem nas atividades de extração mineral, como nos casos de desastres ocorridos em Minas Gerais.

### **5.1– Lavagem de dinheiro e a organização do tráfico de ouro nas fronteiras**

Não é possível separar os contextos de diversificação financeira cada vez mais inseridos em um circuito transnacional, daqueles presentes no cotidiano das práticas de garimpagem.

Contudo, entender como este sistema funciona é um desafio, pois a maior parte dos agentes que compõem as engrenagens do sistema de garimpagem não conhece todos os arranjos das configurações que envolvem a comercialização do ouro proveniente da fronteira franco-brasileira no mercado internacional. Significa dizer que, para além do processo de extração e venda do ouro ainda em Oiapoque, os garimpeiros não sabem definir quais os caminhos que os minérios extraídos por eles próprios percorrem para alçar no mercado internacional a condição de legalidade. Deste modo, como aponta Machado (1996), não é possível recorrer apenas a uma única ciência para que sejam explicados os fluxos de comércio ilegal nas fronteiras, tendo em vista que as grandes redes de comércio ilegal não ocorrem de modo autônomo umas das outras, mas sim por meio de processos interativos.

De início, é importante frisar que o universo jurídico se depara constantemente com práticas que tangenciam o legal e o ilegal. Neste sentido, a terminologia utilizada para categorizar os fluxos de movimentações financeiras que não possuem lastro em práticas lícitas, contudo através de estratégias jurídico-financeiras adquirem aparência de legalidade, recebem o nome de lavagem de dinheiro. A lei de nº 9.613/98 classifica como lavagem de dinheiro a ação de “ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal” (BRASIL, 1998). Estas ações não se inserem apenas vinculadas ao universo aurífero, mas também estão presentes em estratégias vinculadas ao tráfico de drogas (PAIVA, 2019); ao mercado de armas (MANSO, 2020), além de “prestações de serviços” que envolvem a prostituição e os jogos de azar (MISSE, 2007; SOARES, 1993). As organizações que agenciam fluxos de lavagem de dinheiro estão cada vez mais organizadas, e se inserem em um sistema de captação e integração de capitais mais diversificado, podendo se destacar o processo de racionalização de suas práticas. Neste sentido, a busca incessante por driblar leis e acordos internacionais que visam coibir tais crimes internacionais se constitui como movimento comum neste universo. Como aponta Machado (2000):

A manipulação dos regulamentos impostos pelos Estados nacionais, acoplada ao volume de dinheiro transacionado da ordem de trilhões de dólares, à rapidez de circulação e à voracidade com a qual o sistema financeiro absorve capitais oriundos de qualquer país e de qualquer setor, independentemente de sua origem, constituem um fenômeno social desconhecido anteriormente. Todas essas características têm favorecido aqueles indivíduos e organizações que detêm grandes somas de dinheiro provenientes de atividades ilegais (MACHADO, 2000).

Por ser um crime de tipificação e combates recentes, com poucas jurisprudências sobre o assunto, além do fato de as leis que o abordam serem generalistas, torna-se cada vez mais difícil se combater a lavagem de dinheiro, seja pela tecnologia utilizada, seja pelos processos

internacionais que necessitam a integração de mais de um país (CALLEGARI, LINHARES, 2022).

Deste modo, as percepções que avocam análises sobre os atuais fluxos ilegais, tencionam uma característica comumente atribuída aos Estados nacionais, que é a delimitação das fronteiras e sua rígida vigilância (ALBUQUERQUE, 2014; RABOSSO, 2008). Na realidade, os processos existentes nas fronteiras são cada vez mais vinculados a relações de inclusão e exclusão (BRAMBILLA, 2015) dos agentes sociais que vivenciam cotidianamente sua realidade; ao passo que, como aponta Elden (2007), pensar a ideia de território como algo estático vem cada vez mais perdendo força na modernidade, sobretudo pelas diversas interações que são realizadas ou realizáveis em suas dobras (TELLES, 2007).

Jones (2012), ao analisar a fronteira entre a Índia e Bangladesh, chama a atenção para o fato de que a rigidez transcrita nas leis pelos Estados nacionais não é aplicada de modo único nas fronteiras. Os agentes estatais, especialmente aqueles que exercem suas atribuições nas fronteiras, usam a autoridade que lhe é concedida pelo exercício de sua função para decidir aplicar esta ou aquela lei, permitindo ações que podem estar dentro ou fora das permissões caracterizadas como lícitas ou ilícitas pelo Estado. Assim, o autor afirma que existem três tipos de movimentos nas fronteiras: o legal, o ilegal permitido pelos agentes do Estado e o ilegal que é severamente punido, inclusive com a violência (JONES, 2012).

Este movimento apresentado por Jones também já foi percebido na fronteira franco-brasileira. Couto (2022), ao entrevistar um agente da Polícia Federal sobre as estratégias para coibir práticas consideradas ilegais pelo Estado, colheu a informação de que seria impossível desbaratar todos os modos de ilegalismos presentes na fronteira, tendo em vista que, se assim a Polícia fizesse, acabaria com a economia da cidade de Oiapoque. Deste modo, era necessário que os agentes escolhessem os crimes que eram mais danosos e focassem nestes para evitar sua prática.

Esta percepção é interessante, pois auxilia a clarificar que, em regiões de fronteira internacional, comumente existe uma relação que propicia a membros de uma determinada nação maior capacidade de determinar como as relações naquele espaço social acontecerão. Na fronteira Brasil e Paraguai, esta é uma capacidade dos brasileiros em definir com maior força as regras que nela serão seguidas. Isto acontece em praticamente toda fronteira brasileira, contudo o ponto de inflexão é a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, na qual os franceses possuem maior força para condicionar seus regramentos do que os brasileiros. Dentre suas fronteiras, aquela realizada com a Guiana Francesa é a única que o Brasil é “o primo pobre”.

Este contexto modifica, inclusive, a relação dos órgãos de fiscalização com os crimes cometidos, pois assumem novos locais sociais nesta relação mais ampla na fronteira. Assim, em certa medida, se em outras fronteiras os órgãos de fiscalização são mais adeptos a um punitivismo, estes mesmos órgãos, na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, assumem, em certa medida, uma visão mais garantista sobre as ações daqueles que passeiam entre as dobras do legal e o ilegal. Como aponta Fernando Rabossi:

Apesar da presença das instituições que encarnam essas técnicas e se encarregam de implementar os procedimentos para a emergência de um espaço e de um tempo específicos, sua implementação não é um fato, e, sim, o fantasma que possibilita determinada economia política de tolerâncias e arbitrariedades (RABOSSI, 2015).

Deste modo, como visto, as dobras entre o legal e o ilegal nas fronteiras demandam diversas interpretações, sobretudo porque as escolhas daquilo caracterizado como ilegal, mas não reprimido, está inserida nos valores morais compartilhados por aqueles que vivem e compartilham experiências em uma mesma comunidade.

## **5.2– Operação Minamata**

O final do ano de 2017 foi marcado pela deflagração de uma operação da Polícia Federal denominada Minamata. Segundo jornais locais amapaenses, “a operação foi chamada de Minamata, em uma referência a uma cidade japonesa onde, nas décadas de 1950 e 1960, houve o envenenamento de centenas de pessoas por mercúrio” (G1 AMAPÁ, 2017). A referida operação realizou mandados de busca e apreensão em pelo menos três cidades brasileiras: Macapá, Rio de Janeiro e São Paulo, com o objetivo de investigar possíveis crimes de tráfico ilegal de ouro, danos ao meio ambiente e trabalho análogo à escravidão, especialmente no Garimpo do Lourenço, localizado entre as cidades de Calçoene e Oiapoque. O veículo de imprensa G1 Amapá, relatou o início da operação da seguinte forma:

As investigações começaram em 2015, após uma denúncia ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Na quinta-feira, foi realizada a segunda operação do órgão na área. [...] Ainda de acordo com o Ministério do Trabalho, nos últimos 10 anos, 24 garimpeiros morreram devido às condições inseguras de trabalho, principalmente no desmonte hidráulico do garimpo. Somente no último ano foram 4 mortes registradas (G1 AMAPÁ, 2017).

A deflagração da operação chama atenção principalmente por dois aspectos, sendo um global e outro local. O primeiro refere-se a questão global, tendo em vista as cidades que foram elencadas para o cumprimento de busca e apreensão. Apenas uma estava localizada no estado do Amapá – a capital Macapá. As outras duas localizam-se no centro econômico-financeiro do país, São Paulo e Rio de Janeiro, sendo as duas principais cidades brasileiras aglutinadoras de empresas e responsáveis por movimentar grande parte do PIB brasileiro. Isto demonstra



que, logo de início, para se entender o fluxo econômico que possui a fronteira franco-brasileira como um de seus vértices, deve-se levar em consideração uma ampla configuração que envolve não apenas garimpeiros, mas também especuladores e investidores localizados em diversos pontos do país e do mundo.

Um segundo aspecto se destaca por meio de uma questão local, mas que está diretamente relacionada a um problema mais geral. Se existem grandes investidores, que movimentam vultuosas quantias em dinheiro, é de se esperar que as condições de trabalho e os materiais utilizados respeitem minimamente a segurança e a dignidade humana. Esta é, sem dúvidas, uma condição muito distante daquelas disponibilizadas nos garimpos, tendo em vista as precárias condições de trabalho dos garimpeiros que ocasionaram a busca, a apreensão e a prisão de diversas pessoas. Estas condições de vida não são circunscritas apenas na fronteira franco-brasileira, como aponta José de Souza Martins:

Formas próprias de exploração do trabalho pré-capitalista e pré-moderno tornaram-se poderosas fontes de acumulação de capital e tornaram-se fatores de gestação de categorias sociais marginais e impotentes para reivindicar até mesmo o que é essencialmente próprio da sociedade capitalista (MARTINS, 2014).

Deste modo, empresários e políticos passaram a ser investigados devido a possibilidade de envolvimento com os crimes citados, como um promotor aposentado, político e empresário do estado; um comerciante de ouro da capital amapaense; além de um ex-prefeito de Oiapoque. Sobre o envolvimento e a defesa destes agentes nos dados elencados, o Blog do Seles Nafes divulgou:

Apesar das muitas dúvidas da imprensa sobre a operação e o envolvimento dos presos, a Polícia Federal confirmou apenas a prisão preventiva de Moisés Rivaldo. Ele está sendo defendido pelo advogado Cícero Bordalo, que está solicitando prisão especial para o promotor. O portal SELESNAFES.COM, no entanto, conseguiu apurar que houve também a prisão do empresário Gilson Colares Cohen, dono de uma empresa que compra ouro na capital, Macapá (BLOG DO SELES NAFES, 2017).

Como apontado, dois dos investigados estão diretamente relacionados aos crimes de compra e venda de ouro, contudo não residem nem exercem qualquer atividade diretamente no município de Oiapoque. Na verdade, a atuação que lhes é imputada está em se constituírem como elos de uma rede maior, que envolve diversos pontos de interação no Brasil na compra e venda de ouro. O outro acusado, um ex-prefeito de Oiapoque, constituía-se como um operador mais ativo do cotidiano do garimpo. Segundo o mesmo blog:

Um dos indicativos dessa acusação seria a função do ex-prefeito de Oiapoque, Miguel do Posto, que apesar de fazer parte do quadro de cooperados, na verdade atuaria como empresário na comercialização do ouro, que era comprado na mina e revendido para outros estados através de atravessadores em Macapá e no próprio garimpo (BLOG DO SELES NAFES, 2017).

Deste modo, a condição do referido político, como aponte em uma discussão inicial, coaduna com a categorização atribuída pelo Governo Federal à figura do garimpeiro. Por considerar legalmente que o garimpeiro é aquele que trabalha sozinho ou em cooperativa, isto faz com que empresários que atuam no setor assumam uma condição oficial de seus empreendimentos, que não dialoga com a verdadeira função desempenhada na lavra e no comércio de ouro. Se a condição de operador cotidiano da lavra garimpeira é desvinculada do universo jurídico, a condição de investidor também é, sendo, deste modo, não só mais difícil de identificá-la como também de coibi-la; tendo em vista que os investidores, mesmo sendo considerados infratores, possuem em sua maioria o desempenho de atividades públicas classificadas como idôneas. Assim, os processos de investimento, conforme relatado pela imprensa, deu-se da seguinte forma:

Conforme relatório da Polícia Federal, o promotor de Justiça aposentado Moisés Rivaldo investia recursos financeiros no esquema, com envolvimento em várias frentes, tanto injetando recursos como mantendo pessoas na condição análoga de escravo em uma mina que seria explorada por ele no garimpo do Lourenço (BLOG DO SELES NAFES, 2017).

Estas multifaces desempenhadas pelos grandes operadores do ouro possibilitam uma condição essencialmente propícia para a realização de investimentos em atividades de extração aurífera. Se, por um lado, são investidores que realizam atividades classificadas como ilegais; por outro lado, ocupam locais sociais que lhes permitem dialogar por demandas específicas para os operadores do ouro. Deste modo, Machado (2000) inspira uma interessante reflexão sobre os movimentos de legalidade e ilegalidade entre Estados, assim aponta a autora que:

O adensamento das redes conectivas e interativas, sejam elas de natureza legal ou ilegal, produzem espaços superpostos a mais de um Estado territorial. Desses grandes espaços com fronteiras flutuantes emergem fenômenos sociais, em função das próprias propriedades estruturais das redes, que não têm existência no âmbito de cada Estado individual, e para os quais o estatuto de legalidade/ilegalidade erigido a partir de cada Estado não tem validade, exceto por pressão ou negociação. Por conseguinte, uma crescente irregularidade nos padrões de relações entre Estados pode ser observada, principal indicador da atual instabilidade estrutural do sistema de Estados nacionais (MACHADO, 2000).

Nesta perspectiva, chama a atenção a frase divulgada na mídia de um advogado de um dos investigados que foi conduzido à Polícia Federal na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o operador do direito, ao se referir sobre a conduta de seu cliente em seus negócios, envolvendo as atividades de compra e venda de ouro, afirmou que:

Ele não pode ser responsabilizado pela cadeia produtiva do ouro que ele compra de forma regular”, comentou o advogado do acusado, Maurício Pereira, que também defende outro empresário investigado no Rio de Janeiro, e que também foi conduzido pela PF (BLOG DO SELES NAFES, 2017).

Realmente, não é incomum observar que o ouro que é retirado com aspectos de ilegalidade em garimpos na Amazônia – no caso específico na fronteira franco-brasileira – seja negociado e comprado de forma regular no mercado formal, adquirindo características de legalidade. Mas como isso é possível?

### **5.3– Negociações de ouro entre as dobras do legal e do ilegal**

Muito se assiste ou se lê na imprensa sobre as lavras garimpeiras ilegais que existem na Amazônia. A partir das falas de autoridades políticas, além de operadores do sistema jurídico-policia, percebe-se discursos que propõem, como solução para enfrentar a extração de ouro ilegal, as operações de desmantelamento de garimpos, com a destruição de maquinários, além da prisão (em território nacional) ou deportação (em território estrangeiro) de garimpeiros. Muitas destas operações possuem um carácter cinematográfico, com a utilização de helicópteros, explosivos, metralhadoras e diversos homens; tudo filmado pela imprensa, que não poucas vezes acompanha de dentro de um veículo oficial o passo a passo das “exitosas operações”.

Contudo, mesmo com o aumento do número deste tipo de ações, um relatório elaborado em 2021, pela Universidade Federal de Minas Gerais e pelo Ministério Público Federal, aponta o crescimento acelerado da extração e venda de ouro de origem “duvidosa”, especialmente proveniente de estados que estão cravados dentro da Floresta Amazônica. O referido relatório aponta que, em 2019, cerca de 7,8 toneladas de ouro foram retiradas irregularmente de Unidades de Conservação, ao passo que, no ano de 2020, este número chegou ao montante de 13,6 toneladas (MANZOLLI et al, 2021). Outro relatório do MPF, disponibilizado pelo site de notícias G1, aponta que este número pode ser muito maior, alcançando cerca de 49 toneladas de ouro “esquentadas” advindas da Amazônia (G1, 2021). Como é possível explicar que estes dois fenômenos são ascendentes e não inversamente proporcionais? Para tentar responder à referida questão, é possível destacar três pontos importantes em busca de enriquecer o diálogo sobre a temática.

O primeiro ponto é entender o que são e como funcionam as DTVM, cuja sigla significa Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários. Esta é, sem dúvidas, uma peça-chave para compreender a venda e a comercialização de minerais preciosos no Brasil. Contudo, a referida nomenclatura deixa ao leigo, no sistema financeiro nacional, dúvidas sobre sua finalidade, tanto quanto à sigla comumente utilizada pelos iniciados neste sistema. Como descrevem Joana Vargas e Jania Aquino:

Dentre os postos de compra de ouro no Oiapoque, apenas cinco são casas autorizadas pelo Banco do Brasil e declaradas na Receita Federal, procedimento que torna legal o metal comercializado por elas. Vale ressaltar que na documentação apresentada para regularizar o ouro que compram e vendem, esses postos comerciais afirmam ser Oiapoque o local originário do metal, mesmo sendo amplamente sabido que não há mais garimpos no município. E isso é apenas a ponta do iceberg, pois a maior parte do ouro prospectado ilegalmente e contrabandeado da Guiana sequer é declarado: circula ilegalmente por postos de compra e joalheiras (VARGAS; AQUINO, 2019).

Para entender a sua funcionalidade, é importante frisar que enquanto as grandes empresas mineradoras detêm a prerrogativa de extrair, beneficiar, vender e exportar o ouro que extrai em sua lavra; aqueles regularizados como garimpeiros ou cooperativas de garimpeiros não possuem autorização para executar todas estas fases do processo econômico do ouro, tendo que disponibilizar todo o minério que conseguem para às DTVM.

São estas entidades que são autorizadas pelo Banco Central do Brasil para realizar a compra de ouro, cujo poder insere o minério comprado ilegalmente tanto no sistema financeiro como no mercado de venda internacional de joalherias. Esta concentração de competências das DTVM para a compra e para a venda de ouro ao mercado nacional e internacional poderia ser o ponto chave para identificar e coibir a comercialização de ouro advindo de áreas consideradas ilegais, contudo ocorre um movimento contrário, tendo em vista o próximo ponto abordado, classificado como “esquentamento do ouro”.

O esquentamento do ouro nada mais é do que a declaração de ouro extraído de forma ilegal no mercado financeiro como um ouro legal. Este movimento se dá através da venda do ouro por garimpeiros a agenciadores que possuem relações em cooperativas legalizadas que realizam a referida intermediação. Segundo reportagens da imprensa nacional:

É aí que a lavagem do ouro começa. Quando o garimpeiro vai fazer a venda do minério, ele precisa apresentar uma documentação que identifique de onde aquele ouro foi extraído. Tanto para o garimpeiro, quanto para o comprador, é mais vantajoso mentir (REDE BRASIL ATUAL, 2021).

Muitas vezes, na região das Guianas, de acordo com relatos colhidos em campo, estes agenciadores são donos de maquinários em áreas de garimpo legalizadas e áreas de garimpo não legalizadas. Deste modo, o ouro extraído em garimpos ilegais é catalogado como parte da produção de garimpos legais, atribuindo-lhe assim a aparência de legalidade. Como apontam notícias de jornais sobre a referida atividade:

Pelo menos 220 lavras de garimpo que registraram produção de ouro em 2019 e 2020 simplesmente não existem. Ou melhor, existem apenas formalmente: estão autorizadas a funcionar e comercializam o minério, mas quem tentar visitá-las só encontrará mata fechada e nenhum sinal de intervenção humana. São os chamados “garimpos fantasmas”, utilizados para acobertar a origem do metal extraído clandestinamente e que se espalham pelo país beneficiados pela falta de fiscalização da Agência Nacional de Mineração (ANM) (REPORTER BRASIL, 2021).

Isto demonstra que a atividade ilegal de extração de ouro, para acontecer, deve estar estritamente vinculada às aquelas autorizadas, que se beneficiam mutuamente. Se, por um lado, as lavras ilegais conseguem se beneficiar ao legalizar o próprio ouro; as lavras legais continuam com a autorização de lavra, tendo em vista a produtividade declarada, recebem pela utilização de suas “credenciais”, como também não possuem nenhuma ligação formal com os garimpeiros que exploram ouro em localidades não autorizadas pelo Estado. Como aponta o site de notícias G1 (2021), outro modo de esquentamento de ouro também pode se dar através da venda direta aos ourives, que transformam em joias o referido metal, sendo difícil que, após vendidas, estas joias sejam rastreadas.

Em Oiapoque, é possível identificar pelo menos três “joalherias” localizadas no centro da cidade, em ruas próximas a Beira Rio. Ao caminhar regularmente pelo município, é possível ver com certa frequência homens entrando e saindo das referidas casas. Muitos, nitidamente, sujos e cansados da viagem que acabaram de fazer vindo dos garimpos. Ao conversar com interlocutores, estes me explicaram que chegar ao Oiapoque e se dirigir às joalheiras é um movimento comum, especialmente por dois fatores. O primeiro é que o garimpeiro está com ouro no bolso, mas não possui nenhum dinheiro para chegar em casa e comprar alimentos para a família ou “uma cervejinha para comemorar que chegou”. O segundo fator é o medo de ser roubado com o ouro em casa. Nas palavras do mesmo interlocutor, colhidas em meu diário de campo em 2018, este afirma que “tem acontecido menos, mas ninguém tá livre, pra quê arriscar. Um dia desses um morreu porque tinha ouro em casa, saiu no jornal e tudo”. Assim, algumas dessas joalherias também podem funcionar como intermediárias de intermediários que mantêm contatos com as DTVM. As DTVM é um estágio fundamental para a cadeia global de compra e venda de ouro, porque, como apontam Coelho e Wanderley (2013):

Deve-se enfatizar que os países e regiões periféricas, geralmente, não detêm todas as etapas da cadeia produtiva dos produtos primários. Assim, a descrição da cadeia produtiva do ouro é, geralmente, incompleta, pois a agregação de valor acontece fora dos países e das regiões extrativas do recurso (COELHO; WANDERLEY, 2013).

Por fim, um terceiro ponto abordado para entender o funcionamento desta economia do ouro está diretamente relacionado a uma questão já abordada, que são as leis e os regramentos estabelecidos para a fiscalização da extração mineral, sobretudo com o modelo gerencial estabelecido por diversos membros do poder público. Contudo, como apontado em matérias jornalísticas, a participação de agentes públicos é comum para que o sistema de ilegalidades possa continuar a funcionar:

Em junho, a Justiça Federal expediu mandado de prisão preventiva para o vice-prefeito de Jacareacanga, um dos maiores locais de extração de ouro no Brasil,

suspeito de dar apoio ao garimpo ilegal nas terras indígenas da região. Em dezembro de 2020, um delegado da própria Polícia Federal foi preso temporariamente por suspeita de vender informações a donos de garimpos no Rio Tapajós. De acordo com a PF, um servidor público federal teria recebido ao menos R\$ 150 mil de garimpeiros da região de Itaituba, como forma de “blindá-los” de eventuais ações policiais (G1 MEIO AMBIENTE, 2021).

Se, por um lado, trata-se de um negócio bilionário, como apontado em relatórios e por jornais (REPORTER BRASIL, 2021; MANZOLLI *et al*, 2021); por outro, a fiscalização é inversamente proporcional. Como aponta uma reportagem veiculada no último ano:

Um maior rigor da fiscalização, porém, esbarra na falta de recursos financeiros e humanos, justifica a agência. “São 35 mil procedimentos minerários, entre elas as permissões de lavra garimpeira. E nós temos cerca de 170 fiscais. É muito pouco para fazer uma fiscalização eficiente”, afirmou à **Repórter Brasil** Roger Cabral, atual superintendente de produção mineral da ANM (REPORTER BRASIL, 2021).

Se políticos e empresários estão envolvidos nas configurações de compra e venda de ouro, não lhes interessa que exista uma reformulação de normas ambientais ou do sistema financeiro para que possam continuar em seus locais sociais de prestígio e que esta configuração descrita possa continuar a funcionar.

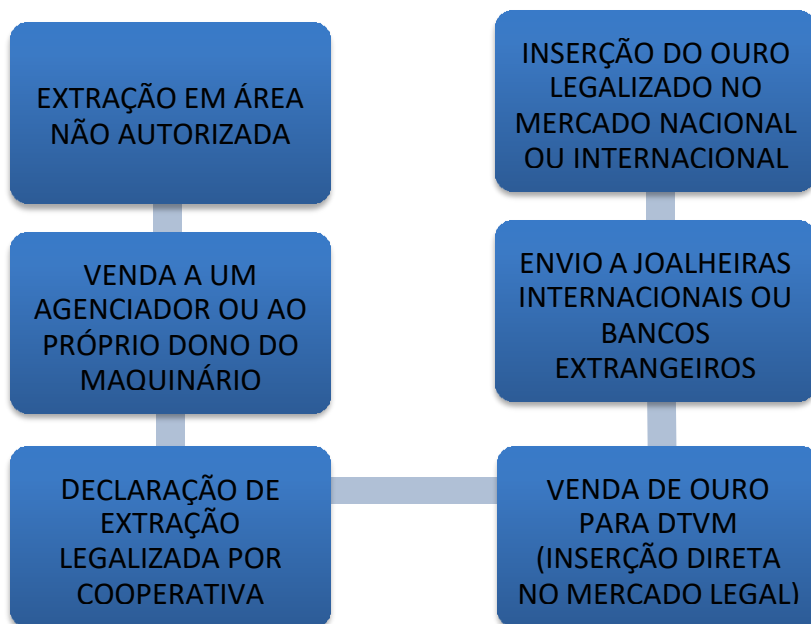
É nesta perspectiva que outra – e mais lucrativa – ponta se beneficia dos processos de extração de ouro ilegal na Amazônia, atribuindo-lhe a aparência de legalidade. Um exemplo deste processo foi publicado pela Folha de São Paulo, no ano de 2022. Segundo o referido jornal, uma empresa italiana radicada em Arezzo realizou, durante longo período, compras de ouro de procedência ilegal de uma intermediária, que era extraído do Sul do Pará. Segundo a reportagem, “entre setembro de 2015 e setembro de 2020, a Chimet pagou à CHM do Brasil o equivalente a 317 milhões de euros (R\$ 2,1 bilhões) na aquisição de cerca de uma tonelada do metal” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2022). Ao passo que a mesma CHM realizou repasses milionários nos últimos anos à Cooperativa de Garimpeiros e Mineradores de Ourilândia e Região (COOPEROURI) que, segundo o mesmo jornal e um inquérito da Polícia Federal publicado pelo jornal Estado de São Paulo, extrai ouro de forma ilegal de terras indígenas (FOLHA DE SÃO PAULO, 2022; ESTADÃO, 2021). Para burlar a fiscalização, os donos da CHM realizavam diversos voos nacionais e internacionais de forma irregular, com o transporte de ouro não sendo declarado no Sistema Integrado de Comércio Exterior da Receita Federal (Siscomex).

A Chimet foi fundada por Sergio Squarcialupi que, segundos reportagens, foi investigado pela justiça italiana por danos ao meio ambiente, tráfico ilícito e falsidade ideológica (FOLHA DE SÃO PAULO, 2022). A referida empresa afirma que nunca comprou ouro diretamente do Brasil. A polícia italiana também justifica a dificuldade de investigações

devido a fato de o ouro que sai do Brasil já vir lavado “legalizado” ao seu país. Assim, o ouro extraído de modo ilegal comumente segue um dos fluxos representados nos dois cenários a seguir:

**FIGURA 13 - CENÁRIO A**

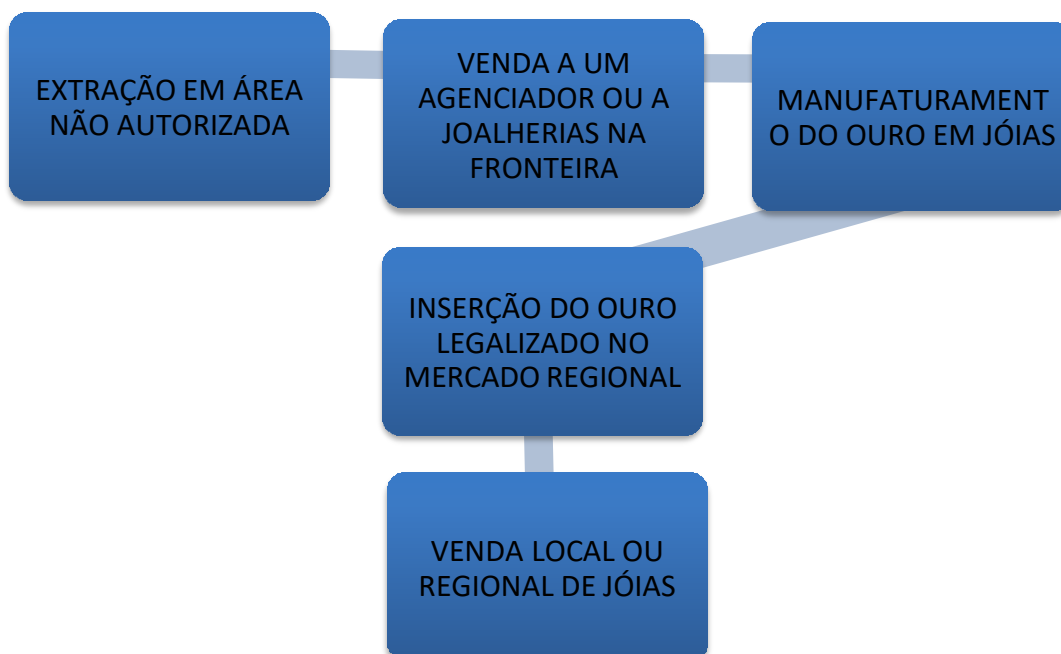
**INSERÇÃO DO OURO NO MERCADO NACIONAL OU INTERNACIONAL**



Fonte: Elaboração Própria

**FIGURA 14 - CENÁRIO B**

**INSERÇÃO DO OURO NO MERCADO LOCAL OU REGIONAL**



Fonte: Elaboração Própria

Assim, áreas de proteção como os Parques Nacionais ou as áreas indígenas são as mais afetadas neste processo de extração de ouro. Por isso, é importante deter o olhar sobre as relações entre indígenas e garimpeiros na Amazônia brasileira.

#### 5.4 – Garimpeiros e indígenas na Amazônia

Na última década, foi retratado em jornais de importância nacional e internacional o aumento de conflitos entre garimpeiros e indígenas no Brasil, especialmente no que tange a criação de garimpos clandestinos em terras indígenas já demarcadas. Este contexto está presente em quase toda a Floresta Amazônica, com ações garimpeiras catalogadas desde a região Centro-oeste, perpassando o Nordeste, e tendo como foco especial a região Norte do país. Os efeitos das ações de garimpos são compartilhados por diversas comunidades, não apenas aquelas que residem próximas aos locais de extração de minérios; isto porque os rios carregam rejeitos produzidos pela atividade mineradora. Denúncias são diversas, por exemplo as manifestações de indígenas em audiências públicas, como aquelas realizadas pelo Senado Federal:

A líder mundurucu Alessandra Korap descreveu como branca e barrenta a água do Rio Tapajós, curso d'água que nasce em Mato Grosso, banha parte do Pará e desagua no Rio Amazonas, em frente à cidade de Santarém, a cerca de 695 quilômetros de Belém. Contendo 6% das águas da Bacia Amazônica, a Bacia do Tapajós é mais uma área poluída e assoreada pelos garimpos que crescem vertiginosamente na Amazônia (AGÊNCIA SENADO, 2021). Neste contexto, é possível destacar um grande aumento de ações de grupos vinculados aos garimpos em terras do Pará, estado vizinho ao Amapá. Quando se leva em consideração a terra indígena Munduruku, é possível perceber que a ação de garimpos em seu território não possui controle efetivo pelo Estado. Como relata matéria publicada no G1 Amazônia “até o momento, nenhuma proteção prevista na Constituição foi o bastante para evitar que território Munduruku concentrasse atualmente **442 pontos de garimpo** (*sic*) e mais 31 requerimentos de exploração mineral, segundo dados de fevereiro levantados pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)” (G1 AMAZÔNIA, 2021). Deste modo, os conflitos territoriais são cada vez mais levados à exaustão, especialmente com o uso exacerbado da força. Agentes que defendem a ação de garimpos no território Munduruku entraram diversas vezes em conflito armado não só com indígenas, mas também com agentes do Estado:

Os manifestantes pró-garimpo entraram em conflito com os agentes federais, tentaram invadir a base e depredar patrimônio da União, aeronaves e equipamentos policiais. As aldeias foram cercadas e uma estrada foi interditada, impedindo o andamento da operação, que durou apenas dois dias (G1 AMAZÔNIA, 2022).

Este modelo de enfrentamento realizado por garimpeiros contra agentes estatais vem cada vez mais sendo empregado, sobretudo a mando de grandes investidores do ouro. Um caso recente, que exemplifica estas ações, ocorreu no estado do Amazonas, em 2022, que resultou no ataque a dois helicópteros do IBAMA. As duas aeronaves estavam estacionadas no aeroclube de Manaus, quando, durante a madrugada, sofreram a ação de duas pessoas vinculadas aos garimpos que não concordavam com as ações realizadas pelo órgão de



fiscalização na região. Após investigação policial, seis pessoas foram presas, dentre elas os agentes materiais do crime, os intermediários, além de um investidor caracterizado como o mandante da ação. Interessante perceber que a estrutura da organização do referido crime exerce elevada similaridade àquela descrita por Barreira (1998), sobre os crimes por encomenda, demonstrando que as relações de mando estão presentes em diversos pontos do Brasil, como também abrangendo práticas diferenciadas, mas que são classificadas como criminosas. Neste caso específico, o mandante residia em um condomínio de luxo em Goiás, distante cerca de 3.000 km do atentado, não sendo categorizado como um operador cotidiano dos garimpos, mas sim um grande investidor. Deste modo, a Polícia Federal interpretou da seguinte maneira a ação do grupo vinculado aos garimpos em terras indígenas na região Norte:

Segundo o superintendente da PF no Amazonas, Leandro Almada, investigações constataram o vínculo do empresário com atividade ilegal de garimpo na terra indígena Yanomami, em Boa Vista (RR). “A motivação do crime foi o prejuízo que ele sofreu em ações de fiscalização tanto do Ibama, com utilização dessas aeronaves, quanto da Polícia Federal, no decorrer de 2021” (G1 AMAZONAS, 2022).

Assim, como nos casos elencados em outros estados da região amazônica, o Amapá se constitui como um dos principais palcos de conflitos entre trabalhadores do ouro e indígenas, ao ter como expoente nestes conflitos o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, que abriga uma diversidade de elementos da fauna e da flora amazônica, além de muitas comunidades indígenas. As alterações sobre o uso e a ocupação do referido Parque são diversas. Em 2017, Otávio Landim e eu, pudemos apontar algumas alterações entre lideranças locais referentes ao distrito de Vila Brasil, localizado a 100 km de voadeira da cidade de Oiapoque. Parte dos moradores defendiam que Vila Brasil continuasse vinculada ao PNMT, enquanto outros pretendiam retirar a área do distrito da demarcação do Parque. (SILVA NETO, LANDIM NETO, 2017). De um lado, aqueles que defendiam a integração com o PNMT acreditavam que a convivência com a “natureza” seria o “futuro” da comunidade, proporcionando que viessem utilizar o turismo, além de suas relações com a cidade francesa de Camopi, formada em sua maioria por indígenas, como ponto chave para a manutenção econômica da comunidade. Ao passo que outra visão apontava que existia uma disputa pela liderança da Associação da comunidade, e que utilizar a defesa do meio ambiente seria apenas uma estratégia de busca pelo poder local, cujas acusações reverberavam através da seguinte tônica: “só querem usar o colete de guarda-parque e dizer que são autoridades”. Assim, dentro das sete cidades que abrigam áreas do PNMT, disputas por sua ocupação entre indígenas e não indígenas são comuns.

Assim, ao observar a parte do PNMT cravada dentro do território de Oiapoque na fronteira franco-brasileira, denominada de distrito de Vila Brasil, é possível apontar que sua habitação existe desde o início do século passado, sendo seus primeiros habitantes os indígenas. Na década de 1970, com o fuxico do ouro, garimpeiros começaram a se firmar junto aos indígenas na região, aproveitando a estrutura mínima que já dispunham (PALHARES, 2016). Estas condições auxiliaram alguns garimpeiros a constituir morada na localidade; que serviu, em certa medida, de base para que outros garimpeiros pudessem adentrar de modo mais latente às matas. Neste processo, os indígenas que livremente habitavam os dois lados do rio se firmaram na margem esquerda pertencente à França, enquanto alguns garimpeiros que paulatinamente migraram para a localidade passaram a atuar como comerciantes, habitando a margem direita, que é brasileira.

Com uma ação interposta na justiça pelo ICMBio, o distrito de Vila Brasil corre risco de não mais existir. O referido órgão solicita que sejam demolidas as casas construídas na região, ao passo que o município de Oiapoque não mais autorize a abertura de comércios através de alvarás, como também emita autorização de construção de residências. Este processo judicial movimentou não apenas o ICMBio e a comunidade do referido distrito. Políticos de importância nacional também buscaram atuar em favor da permanência de Vila Brasil, exemplificadas pela fala do senador Davi Alcolumbre publicada em suas redes sociais:

É fundamental olharmos o lado social da questão em defesa dos moradores da Vila, que surgiu em 1930. Por esta razão o nosso mandato, unido com o mandato do deputado estadual Paulo Lemos, fez uma defesa de causa na tarde desta terça-feira (21) ao lado do subprocurador de Oiapoque, Dr. Fabrício Paiva, para o Dr. Italo Fioravanti, presidente do Tribunal Regional Federal-TRF, e para o Dr. João Batista Moreira, desembargador federal. Nós reforçamos o potencial da Vila e estamos tentando que a justiça seja a mediadora para dar uma garantia à população e deixar os moradores mais seguros (ALCOLUMBRE, 2021).

Contudo, a primeira vara da justiça federal de Oiapoque emitiu decisão para desapropriação do referido território. Isto porque classifica Vila Brasil como interposto para garimpos, servindo como ponto chave para abastecimento de ferramentas e mantimentos, como também os impactos à floresta com o mau trato do lixo, que são considerados demasiadamente altos (PALHARES, 2016; SILVA NETO; LANDIM NETO, 2017).

Para além das disputas citadas em Vila Brasil, outras cidades que abrigam o referido Parque também apresentam conflitos intensos. No ano de 2019, segundo relatos de jornais que aglutinam declarações de indígenas e de políticos, as invasões em terras indígenas vêm ganhando maior volume, sobretudo pela reverberação de práticas violentas que estão se intensificando. Um dos exemplos é o da invasão de uma aldeia indígena da etnia Waiãpi,

localizada no município de Pedra Branca do Amapari. A referida cidade está a 200 km da capital, Macapá; como também está cravada dentro do PNMT. O conflito se insere em um campo de disputas amplo entre atividades garimpeiras e a defesa da biodiversidade, o que tenciona os dois lados da moeda como inconciliáveis.

Um grupo com mais de cinquenta garimpeiros invadiu a aldeia indígena Marirí, instalou-se na localidade e expulsou os indígenas que lá residiam. Crianças e mulheres foram levadas para uma comunidade vizinha, ao passo que os homens foram às matas com o objetivo de se prepararem para uma guerra. Os jornais locais relatavam que a expectativa seria de um “conflito sem precedentes na história, caso as forças de segurança não façam uma intervenção” (JORNAL DO AMAPÁ, 2019). Os garimpeiros, segundo os indígenas entrevistados pelo referido jornal, dispunham de um armamento robusto, como metralhadoras.

Políticos do Amapá também se manifestaram sobre os conflitos entre garimpeiros e indígenas. O senador Randolfe Rodrigues informou ao jornal Diário do Amapá:

Já recebemos essa situação com profunda preocupação. Nosso gabinete está tomando as medidas necessárias e estou pessoalmente ligando para o superintendente da Polícia Federal no Amapá e Exército. Também estamos entrando em contato com o presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre, para mobilizar toda a bancada em torno desse problema. É bom frisar que essa é a primeira invasão de forma violenta em 30 anos, depois da demarcação das terras indígenas no Amapá. Temos que nos unir rapidamente para evitar esse banho de sangue que está anunciado. Estamos entrando em contato com os indígenas para pedir que eles não reajam antes da chegada das forças de segurança (DIÁRIO DO AMAPÁ, 2019).

O referido conflito foi finalizado com a morte de uma liderança indígena, e com a intervenção federal no referido território. Como é possível perceber, a relação entre garimpeiros, trabalhadores do ouro e indígenas na Amazônia é complexa, recheada por conflitos sobre a ocupação do território, além de exacerbações da violência na mediação dos conflitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou apresentar uma análise sobre a fronteira franco-brasileira, cortada pelo rio Oiapoque, a partir das experiências de seus moradores relacionadas ao trabalho em garimpos e ao comércio binacional. A partir das falas dos agentes sociais com os quais dialoguei, foi possível perceber que a fronteira pode ser classificada como a casa, como o local de trabalho, como a via de passagem, como também o dispositivo de esperança em busca de novas oportunidades e de dias melhores. A partir da importância que a fronteira possui na vida de diversas comunidades, dividindo-as e aproximando-as, que ela adquiriu um papel fundamental na tipificação dos costumes, entrelaçamentos explicativos das concepções de mundo, compartilhados entre aqueles que a habitam.

A questão central aqui apresentada alicerçou-se em analisar dois estilos de vida empreendidos por migrantes e seus descendentes que permeiam o cotidiano da fronteira franco-brasileira. De um lado, destaca-se um estilo de vida garimpeiro, voltado à floresta. De outro, manifesta-se um estilo de vida comercial, voltando à cidade, através das relações com a Guiana Francesa. As distinções entre estes estilos de vida são possíveis de serem observadas através dos modos de se relacionar, de interagir e de se expressar.

Foi possível apontar que existe um processo de classificação exterior, inicialmente circunscrito à capital Macapá, que sempre atribuiu ao garimpeiro as características de criminoso e perigoso, vinculado às atividades ilegais. Contudo, entre os moradores da fronteira franco-brasileira, os modos de socialização e classificação se distinguem daqueles valorizados na capital do estado. Significa dizer que as características valorizadas de acumulação de capital simbólico em uma sociedade voltada ao universo dos garimpos se diferem sobremaneira daquela valorizada em classificações sociais voltadas à cidade.

O modo de vida garimpeiro se realiza por meio das experiências de determinados sujeitos e grupos que resolveram migrar de seus locais de origem com o objetivo de conquistar novos horizontes, movidos por desejos e sonhos de uma boa vida. Principalmente nortistas e nordestinos saíram de suas terras em fuga da seca e da fome com a expectativa de ficarem ricos

por meio de uma mudança abrupta do local social ocupado, que é ensejada pela possibilidade de conseguir obter ouro pela sorte. A imagem formulada do “ser rico” é fundamental nesse universo simbólico, pois engendra e justifica formas de trabalho para além daquelas a que estavam acostumados – especificamente a roça e o gado – para a profissão de garimpeiro, através da qual a “sorte” adquire papel preponderante em suas explicações. Acreditar que através do trabalho e da sorte o garimpeiro pode chegar a conseguir muito dinheiro e mudar seu local social no campo é fundamental para que as engrenagens do sistema de garimpagem continuem a funcionar. A esperança de mudança de vida é uma das principais molas que impulsionam o trabalho nos garimpos. É esta esperança umas das causas que também mantém a estrutura social garimpeira de desigualdades em pé.

É importante frisar que entre os garimpeiros não se pensa em promover uma mudança na estrutura social desigual do garimpo, mas há sim a construção de duas ideias: a primeira é ocupar um local social de mando no universo garimpeiro, despontando através da ocupação de outros locais sociais na economia garimpeira, como os de donos de embarcações, donos de máquinas, marreteiros etc. Uma segunda ideia está na percepção de provisoriedade indefinida da condição de garimpeiro, que é ocasionada pela condição de migrante (SAYAD, 1998).

Deste modo, ao migrar para os garimpos, também pode se buscar a possibilidade de juntar certa condição financeira e retornar para sua terra com dinheiro suficiente para “viver bem”. Estas duas percepções contrastam com a outra face da moeda que tenciona a vida dos garimpeiros, que é a perdularidade. Após conseguir juntar certa monta de recursos, costumeiramente, o garimpeiro gasta todo o valor auferido com mulheres e ficando de porre em corrutelas ou na cidade de Oiapoque. Esbanjar o que se ganha ou guardar os valores auferidos nos garimpos são duas questões morais difíceis de conciliar entre os trabalhadores do ouro. Isto significa dizer que, mesmo quando a sorte os presenteia com uma grande quantia de ouro, é possível que, em alguns meses, o mesmo garimpeiro esteja no mesmo local de extração, pois gastou todos os recursos auferidos. Assim, esta dupla relação se dá a partir da incorporação de práticas características do garimpo por parte dos garimpeiros, cujas estruturas mentais estão incorporadas ao corpo na forma de *habitus* (BOURDIEU, 2011). Deste modo, é possível compreender que o estilo de vida garimpeiro é um modelo não fixo, mas sim histórico.

Este estilo de vida garimpeiro encontra-se em decadência por diversos fatores, a exemplo da fiscalização francesa na fronteira, que tem cada vez mais dificultado a

permanência de estrangeiros no país, sobretudo quando vinculados às atividades de extração mineral ilegal. Como também, cada vez mais, os filhos e netos de migrantes que passaram a residir na região do Oiapoque entre os anos de 1970 e 1980 não observam mais a garimpagem como o modelo socioeconômico mais atrativo para empreenderem em suas vidas. Deste modo, a vida como garimpeiro passa por um longo processo de desclassificação, tendo em vista que se arriscar a ser preso nos garimpos é visto como uma condição que vale pouco a pena. Como também, grande parte destes jovens vivenciou o cotidiano de seus pais e avôs que não conseguiram ascender socialmente através da lavra garimpeira. Porém, observaram a ascensão de outras pessoas que passaram a despontar em novas profissões na fronteira, vinculadas ao comércio, como também ao funcionalismo público.

Não significa dizer que não existam mais garimpos ou força de trabalho para a extração de metais preciosos. Contudo, ao observar uma comunidade específica, formada especialmente por migrantes que são ou foram garimpeiros e seus descendentes, como é o caso de Oiapoque, grande parte não observa no estilo de vida de seus ancestrais algo desejado. E aqueles que o fazem, na verdade, passam a ser vistos por seus contemporâneos como pessoas que “não deram certo”, e que, por isso, têm de continuar trabalhando em garimpos. Por isso, o fluxo de outros garimpeiros advindos de diversas partes do Brasil é fundamental para a continuidade da atividade garimpeira na região da fronteira franco-brasileira, pois entre seus habitantes mais antigos esta não é uma atividade moralmente aceitável, não por degradar o meio ambiente, mas sim por não proporcionar respeito e distinção àqueles que a empreendem. Deste modo, são os novos migrantes que ocupam um local subalterno nas malhas desta rede, pois possuem nenhuma ou pouca inserção social, tendo em vista não constituir familiares nem recursos financeiros que lhes garantam uma rede de apoio local.

Deste modo, um novo estilo de vida em ascensão, engendrado especialmente por descendentes de migrantes garimpeiros, vincula-se especialmente ao comércio com os moradores da Guiana Francesa. Este novo fluxo já era presente, contudo, despontou com maior intensidade após os anos 2000. Um modelo que busca uma aproximação não só econômica, mas também envolve a formação de uma nova organização social distinta daquela elaborada pelo estilo garimpeiro, como os novos padrões de consumo. Deste modo, o ouro perde importância nas relações cotidianas locais em detrimento ao Euro, que passa a ser a moeda preferencialmente aceita na cidade. Comércio e serviços voltam-se aos produtos

que são valorizados pelos guianenses, não tanto mais aqueles valorizados pelos garimpeiros para a extração de ouro. Destarte, um circuito de compra e venda de Euro surge como componente estimulador das sociabilidades locais, servindo como mecanismo de trocas, ao demarcar as predileções dos comerciantes por seus fregueses guianenses em detrimento dos brasileiros.

Os estabelecimentos comerciais, como mercantis, açougues e restaurantes, estabeleceram um novo padrão de consumo voltado ao público internacional. Os mercantis e açougues vendem bastante embutidos, como também uma diversidade de carnes para os clientes “do outro lado”, ao passo que os restaurantes se especializaram especialmente em servir carnes, produto costumeiramente caro na Guiana Francesa. Assim, os guianenses utilizam da melhor forma possível as possibilidades que a fronteira lhes proporciona, utilizando os serviços que melhor lhes atende ou no lado brasileiro ou no lado francês. Soma-se ao fluxo de guianenses a presença de “franceses metropolitanos”, que frequentam a fronteira em busca de turismo, especialmente voltado a atividades relativas à selva.

Este movimento em busca de serviços em Oiapoque proporcionou que a população local observasse e adquirisse novos modos de sociabilidade. Se dar bem não estava mais vinculado, ou não apenas, ao universo dos garimpos. Poder-se-ia conseguir ascensão social sem a necessidade de se arriscar na floresta cravada na fronteira franco-brasileira. Em outra ponta, os jovens locais passaram a ver a possibilidade de ocupação de cargos públicos como estratégia também de ascensão. Assim, fazer uma graduação, bem como prestar concurso público, estreou nos desejos sociais daqueles que vivem na fronteira. Algo não pensado ou desejado por seus pais ou avôs décadas antes, tendo em vista que o serviço público estava em terceiro lugar nas hierarquias sociais de desejo de exercício laboral, atrás do garimpo e do comércio.

Por fim, busquei apresentar que a fronteira está inserida em uma larga teia socioeconômica, que envolve diversos agentes sociais circunscritos em Oiapoque, como também em Macapá e em outros locais do Brasil e do mundo. São políticos, empresários locais e empresas multinacionais que engendram caminhos para a legalização de minérios extraídos ilegalmente, em um processo legal que é favorecido pelo Estado brasileiro, que não realiza processos de identificação nem de coibição destas práticas, causando conflitos entre garimpeiros e indígenas que estão na ponta do processo, mas que estão longe de representar todos os vértices do problema. O ouro conquistado por garimpeiros em trabalhos de elevado esforço físico e risco, adquire características de legalidade, sendo ou consumido

por um mercado interno, ou processado pelo mercado de ouro de grandes joalherias internacionais.

Esta pesquisa buscou apontar as engrenagens de funcionamento da economia da fronteira franco-brasileira, abordando seus dois vértices principais, o ouro e o Euro, como também buscou desvendar a insurgência de um novo padrão moral de organização social, que valoriza ou desprestigia determinadas profissões e modos de lidar com a fronteira. Deste modo, é importante buscar analisar se o referido fenômeno de mudança e valorização social continuará a perdurar; ou se, a partir de movimentos estatais de reconhecimento do garimpeiro como indivíduo não vinculado a atividades ilegais, a referida profissão conseguirá voltar a despontar como desejo dos jovens que vivem na fronteira, além dos contextos sociais que podem predispor esta nova mudança.

Seria possível realizar uma “modernização” dos garimpos, retirando-os de um modelo rudimentar, em busca de uma redução de riscos, ao inserir ferramentas e maquinários que tornassem as profissões vinculadas ao ouro mais atrativas? Talvez não, pois é certo que grandes empreendimentos de extração têm encontrado berço no Brasil, com consequências socioambientais a longo prazo pouco animadoras, a exemplo dos casos de Mariana e Brumadinho. Ademais, a característica principal que aguça as vontades dos garimpeiros, como a sorte e a possibilidade de rápida ascensão social, perde espaço neste modelo de extração, tornando-os oficialmente trabalhadores.

Outra questão está em entender como o Estado conseguirá lidar com as investidas nacionais e estrangeiras para capitalização da Amazônia, a exemplo da exploração de petróleo na foz do Rio Oiapoque, onde atualmente encontram-se equipes em trabalho de prospecção. Não obstante, o Congresso Nacional em 2023 poderá lidar com debates sobre a exploração de metais preciosos em terras indígenas, além de delimitar novos marcos para as atividades de mineração. Estas são algumas questões chave que pesquisas futuras poderão se debruçar.



## REFERÊNCIAS

- AGENCIA BRASIL. Pelo segundo ano a Amazônia será tema de Bolsonaro em discurso na ONU. **Agência Brasil**. Brasília. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-09/pelo-segundo-ano-amazonia-sera-tema-de-bolsonaro-em-discurso-na-onu>, 2020. Acesso: 12 maio 2021.
- AGÊNCIA SENADO. Garimpo na Amazônia revolta indígenas, assusta estudiosos e mobiliza senadores. **Agência Senado**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/09/garimpo-na-amazonia-revolta-indios-assusta-estudiosos-e-mobiliza-senadores>. Acesso em: 07 fev. 2022.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar. Conflito e integração nas fronteiras dos “brasiguaios”. **Cadernos CRH**, v. 23, n. 60, p. 579-590, 2010.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar; PAIVA, Luiz Fábio Silva. Entre nações e legislações: algumas práticas de “legalidade” e “ilegalidade” na tríplice fronteira amazônica (Brasil, Colômbia, Peru). **Revista Ambivalências**, v. 3, n. 5, p. 115-148, 2015.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar. Pesquisando fronteiras e construindo relações. Breves notas sobre trabalho de campo em regiões de fronteira. In: Mariela Paula DÍAZ; Yolanda Alfaro; Bruno Miranda. **(Trans)Fronteriza: La etnografía em los estudios de frontera**. 1ª Ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2020.
- ALICINO, Rogério. **Clevelândia do Norte**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército-Editora, 1971.
- ANDRADE, Rosemary Ferreira de. **Malária e migração no Amapá: projeção espacial num contexto de crescimento populacional** – Belém: NAEA, 2008.
- APPADURAI, Arjun. **The Future as Cultural Fact: Essays on the Global Condition**. London: Verso, 2013.
- AQUINO, Jania Perla Diógenes de. **Príncipes e Castelos de Areia: um estudo da performance nos grandes roubos**. São Paulo. Editora 24, 2010.
- AROUCK, Ronaldo de Camargo. **Brasileiros na Guiana Francesa: novas migrações internacionais ou exportação**. Lusotopie, Paris, v. 7, p. 67-78, 2002.
- ARUANAS. Direção: Estela Renner. [Rio de Janeiro]: Globo, 2020.
- AVENTURAS NA HISTÓRIA. Greta thunberg critica gestão de biden em meio à crise climática . **UOL**. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/greta-thunberg-critica-gestao-de-biden-em-meio-crise-climatica.phtml>. Acesso em: 01 de março de 2022.
- BARREIRA, César. **Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- BARREIRA, César. Banditismo e práticas culturais: a construção de uma justiça popular. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 41, n. 2, jul/dez, 2010, p. 73-82.
- BARREIRA, César; BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Campos de ajuda e modos de pertencimento: um mapa moral da representação política em campanha eleitoral. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 307-335, jan./jun. 2012.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **O labor criativo na pesquisa: experiências de ensino e investigação em Ciências Sociais**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 2017. 232 p. (Coleção Estudos da Pós-graduação).

BARROS, Luís S. COSTA, Irlena M. Malheiros, BARREIRA, César. Uma sociedade capitalista sem os valores utilitários do egoísmo racional: O Brasil no início do século XXI. **Revista Brasileira de Sociologia**, v.7, n. 15, jan/abr. 2019.

BECKER, Howard S. De que lado nós estamos. *In: Uma Teoria da Ação Coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BERNER, Vanessa O. Batista. O fluxo migratório mundial e o paradigma contemporâneo de segurança migratória. **Revista Versus**. v.3, p.68 - 78, 2009.

BERNER, Vanessa O. Batista; PARREIRA, Carolina Genovez. As normas nacionais e internacionais sobre imigração na América do Sul e sua repercussão nos fluxos migratórios regionais. **REVISTA DE DIREITO BRASILEIRA**. ano 3, v.5, maio/ago. 2013.

BISPO, Fábio. Mineradora canadense aproveita boiada para passar ouro na Amazônia sem licença ambiental. **THE INTERCEPT**. Brasília. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/12/22/mineradora-canadense-aproveita-boiada-ouro-amazonia-sem-licenca-ambiental/>, 2020. Acesso em: 20 jan. 2022.

BOADLE, Anthony. *Brazil pledge on Amazon needed to save EU-Mercosur trade deal -EU diplomat*. **Reuters**, 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/eu-mercotur-brazil-idUSKBN28H1SP>. Acesso em: 28 jan. 2022.

BORGES, André. Pai e filho italianos compram cerca de uma tonelada de ouro de terra indígena. **Estadão**. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,pai-e-filho-italianos-compraram-cerca-de-uma-tonelada-de-ouro-de-terra-indigena,70003923825>. Acesso em: 11 fev. 2022.

BOTELHO, Lina Pereira. **Planejamento urbano da cidade de Oiapoque a partir da trílice aliança rio, rodovia e fronteira**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017.

BOURDIEU, Pierre. *Celibat et condition paysanne*. **Étude Rurales**, Paris, n. 5/6, p. 32-135, 1962.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de autoanálise**. Tradução: Sergio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática: procedido de três estudos sobre etnologia cabila. *In: ORTIZ, R. (Org.). Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *L'illusion biographique*. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, [s. l.], v. 62/63, p. 69-72, juin, 1986.

BOURDIEU, Pierre. Prefácio. Um analista do inconsciente. *In: SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os Paradoxos da Alteridade* – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução Mariza Corrêa. 11.ed. Campinas: Papyrus, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Tradução Maria Ferreira ; revisão Odaci Luiz Coradini 2. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Sociologia Geral. v.1: lutas de classificação: Curso no Collège de France (1981 – 1982) – Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

BRAMBILLA, Chiara. Explorando o Potencial Crítico do Conceito de Borderscapes, *Geopolitics*, 20:1, 14-34, 2015. DOI: 10.1080/14650045.2014.884561

BRAMBILLA, Chiara; JONES, Reece. **Rethinking borders, violence, and conflict**: From sovereign power to borderscapes as sites of struggles, 2015. Acessado em: [https://www.researchgate.net/publication/333807972\\_Rethinking\\_borders\\_violence\\_and\\_conflict\\_From\\_sovereign\\_power\\_to\\_borderscapes\\_as\\_sites\\_of\\_struggles](https://www.researchgate.net/publication/333807972_Rethinking_borders_violence_and_conflict_From_sovereign_power_to_borderscapes_as_sites_of_struggles) [accessed Jan 22 2022].

BRASIL. Ministério da Saúde. Coronavírus Brasil[internet]. [Acesso 26 jun 2020].Disponível em: <http://covid.saude.gov.br/>

BRASIL. Estatuto do Garimpeiro. Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008. **Diário Oficial da União**. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111685.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111685.htm), 2008. Acesso em:09 de dezembro de 2021.

BRASIL. Resolução 37 de 4 de junho de 2020. **Diário Oficial da União**. Brasília. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-37-de-4-de-junho-de-2020-260629588>, 2020. Acesso em: 20 de janeiro de 2022.

BRASIL ATUAL. Como o ouro ilegal se torna legal. **Rede Brasil Atual**. Brasília. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2021/04/como-o-ouro-ilegal-do-garimpose-torna-legal-a-palavra-basta/>, 2021. Acesso: 13 de setembro de 2021.

BUSTAMANTE, Jorge A. *Frontera México-Estados Unidos: reflexiones para uno marco teórico*. **Frontera Norte**, vol. I, núm. 1, enero-junio de 1989.

CAILLÉ, Alain. O princípio de razão, o utilitarismo e o antiutilitarismo. **Soc. e Estado**. 16 (1-2), dez. 2001.

CALLEGARI, André Luís; LINHARES, Raul Marques. **Lavagem de dinheiro**: com a jurisprudência do STF e do STJ. Marcial Pons: Rio de Janeiro, 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Deputado quer garantia de direitos de garimpeiros do Amapá. **Jusbrasil**. Brasília. Disponível em: <https://cd.jusbrasil.com.br/noticias/2009129/deputado-quer-garantia-de-direitos-de-garimpeiros-do-amapa> Acesso em: 05 de outubro de 2020

CARDIN, Eric; ALBUQUERQUE, Lindomar. Fronteiras e deslocamentos. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 06, n. 12, jan/abr. 2018.

CARDOSO, Francinete do Socorro Santos. **Entre conflitos, negociações e representações**: o contestado franco-brasileiro na última década do século XIX. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 20011.

CARLOS, Elden. Garimpeiros invadem aldeia Waiãpi e matam indígena; conflito pode levar a um banho de sangue. **Diário do Amapá**. Disponível em: <https://www.diarioamapa.com.br/cadernos/politica/garimpeiros-invadem-aldeia-wajapi-e->

matam-indigena-conflito-pode-levar-a-um-banho-de-sangue/. Acesso em: 07 de fevereiro de 2022.

CARVALHO, Carlos Delgado de. **História diplomática do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1998.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **A questão da transformação e do trabalho social**. São Paulo: Cortês, 1983.

CARDOSO, Ruth. **Ruth Cardoso**: obra reunida. 1. ed. São Paulo: Mameluco, 2011.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O índio e o mundo dos brancos**. São Paulo, Difel, 1964; 2. ed. São Paulo, Pioneira, 1972.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. Brasília : São Paulo ; Editora UNESP, 2011.

CASTRO, Edna Maria Ramos de; HAZEU, Marcel. Cidades, fronteiras transnacionais e migração na Pan-Amazônia. **Somanlu**, Manaus, v. 12, p. 17-43, 2012.

CAVALCANTE NETO, João de Lira. **Castelo**: a marcha para a ditadura. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CHAGAS, Marco Antonio: *the geopolitics of Lourenço, an artisanal mining region in the north of Amapá: trajectory, contradictions and unsustainability*. **Boletim Goiano De Geografia**, 39, 1-18, 2019.

CHAGAS, Marco Antonio; FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. Cenários de desenvolvimento para o Amapá 2020-2050. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 7, p. 53-86, 2020.

COELHO, M. C. N.; WANDERLEY, L. J. M.. PERU-BOLÍVIA-BRASIL: garimpeiros e ideia de região transfronteiriça. **Revista da ANPEGE**, v. 9, n. 12, p. 5-16, ago./dez. 2013.

COELHO, Maria Célia Nunes; WANDERLEY, Luiz Jardim; COSTA, Reinaldo. Garimpeiros de ouro e cooperativismo no século XXI. Exemplos nos rios Tapajós, Juma e Madeira no Sudoeste da Amazônia brasileira. **Confins**, Paris, n. 33, 2017.

CORREA, P. G. P.; SUPERTI, E. . *Integration and International Security in the Guyana Shield: challenges and opportunities*. **Revista de Geopolítica**, v. 7, p. 43, 2016.

COSTA, Emily. Cidade de garimpo ilegal na Floresta Amazônica movimentava 32 milhões por mês, diz Exército. **G1 Roraima**. Boa Vista. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/cidade-de-garimpo-ilegal-na-floresta-amazonica-movimentava-r-32-milhoes-ao-mes-diz-exercito.ghtml> Acesso em: 02 de setembro de 2020.

COSTA, L. R. Os garimpos clandestinos de ouro em Minas: tradição e mudança. **Revista História & Perspectivas**, v. 1, n. 3637, 3 fev. 2009.

COUTINHO, Caio. Recém-nascido é abandonado em casa noturna fechada na fronteira do AP com a Guiana Francesa. **G1 Amapá**. Macapá. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/05/20/rece-nascido-e-abandonado-em-casa-noturna-fechada-na-fronteira-do-ap-com-a-guiana-francesa.ghtml> Acesso em: 22 de maio de 2020.

COUTO, Otávio. Ilegalismos e Sociabilidades Transnacionais: : A Mitigação do Crime e o Controle Social a Partir das Mobilidades de Brasileiros na Fronteira Franco-Brasileira. **Revista TOMO**, (40), 311, 2022.

DA MATA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1977.

DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas C. L. *Fake news* nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo** vol.18 n32 Lisboa abr, 2018.

DO OUTRO LADO DO RIO. Direção: Lucas Bambozzi. [Brasil]. Doc. Filmes, 2004. 88 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xLjONKkx2EU>. Acesso em: 21 de setembro de 2017.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ELDEN, S. Rethinking governmentality. **Political Geography**, v. 26, p. 29-33, 2007.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte; tradução Pedro Sussekind; prefácio Roger Chartier. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ENNES, Marcelo Alário. *Bourdieu and the 'migrant-body': embodiment in the migratory context*. In: **Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS**, V. 08, N. 19, p. 26-58, maio/ago. 2020.

ESCOBAR, Herton. *Illegal deforestation in Brazil soars amid climate of impunity*. **Science**. EUA, 2020. Disponível em: <https://www.science.org/content/article/illegal-deforestation-brazil-soars-amid-climate-impunity?intcmp=trendmd-other&tid=Z0OPeOFCl45pIWa6fxPTh5IPksdJO5J60Kt3y3mmjMAzohTQTczfG1CqltQQTPdSCIDRhwh>. Acesso em: 28 jan. 2022.

FELTRAN, Gabriel. Economias (i)lícitas no Brasil: uma perspectiva etnográfica. **Journal of Illicit Economies and Development**, 1(2), 2019. DOI: <https://doi.org/10.31389/jied.28>.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Editora Nova Fronteira, 1980.

FILOCREÃO, A.S.M.; SILVA, I. C.; LOMBA, R. M. A sustentabilidade dos sistemas agroextrativistas do sul do Amapá. **Revista Espaço e Geografia (UnB)**, v. 22, p. 521-554, 2020.

FIGUEIREDO, Fabiana; VIDIGAL, Vitor. Em meio a controvérsias, Cabralzinho é celebrado em feriado no Amapá. **G1 Amapá**. Macapá. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/05/15/em-meio-a-controversias-cabralzinho-e-celebrado-em-feriado-no-amapa.ghtml> Acesso em: 02 de setembro de 2020.

FRIZO, Pedro. **Parce(le)iros da Amazônia**: fundamentos institucionais de uma economia da floresta em pé. São Paulo: Annablume, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.  
GUERRA, P. R. ; CORREA, P. G. P. . A Cooperação Militar entre Brasil e Suriname. **Diálogos (On-line)**, v. 22, p. 76-108, 2018.

GALILEU. Cúpula do clima: o que líderes estão discutindo sobre o meio ambiente. **Revista Galileu**. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2021/04/cupula-do-clima-o-que-lideres-estao-discutindo-sobre-o-meio-ambiente.html>, 2020. Acesso: 20 de julho de 2021.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GOÉS, David Souza. **A produção do espaço urbano na cidade de Oiapoque e a sua relação com a garimpagem de ouro na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa**. 2019. 227 f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2019. Disponível em: [http://repositorio.ufpa.br/jspui/retrieve/63864/Tese\\_ProducaoEspacoUrbano.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/retrieve/63864/Tese_ProducaoEspacoUrbano.pdf)

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GLOBO. Toneladas de mercúrio entram clandestinamente no país para abastecer garimpo de ouro. **Fantástico**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/08/30/toneladas-de-mercurio-entram-clandestinamente-no-pais-para-abastecer-garimpo-de-ouro.ghtml> Acesso em: 02 de setembro de 2020.

GOMES, R; MENDONÇA, EA. A representação e a experiência da doença: princípios para a pesquisa qualitativa em saúde. In: MINAYO, MCS; DESLANDES, SF. **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2002.

GUIMARÃES, Bernardo. **O Garimpeiro**. 13. ed. São Paulo: Ática, 1997.

G1 AMAPÁ. PF faz operação para combater esquema ilegal de ouro no Amapá. **G1 Amapá**. Macapá, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/pf-faz-operacao-para-combater-esquema-de-exploracao-ilegal-de-ouro-no-amapa.ghtml>. Acesso: 15 de agosto de 2021.

G1 AMAZONAS. Ataque a helicópteros do Ibama no AM: o que se sabe até agora. **G1 Amazonas**. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/02/03/ataque-a-helicopteros-do-ibama-no-am-o-que-se-sabe-ate-agora.ghtml>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2022.

G1 AMAZÔNIA. Explosão do garimpo em terra indígena deixa 4 lições sobre como a devastação avança na Amazônia. **G1 Amazônia**. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/amazonia/noticia/2021/06/27/munduruku-explosao-do-garimpo-em-terra-indigena-deixa-4-licoes-sobre-como-a-devastacao-avanca-na-amazonia.ghtml>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2022.

HENRIQUE, Guilherme. Sem fiscalização da ANM, ‘garimpos fantasmas’ legalizam ouro de terras indígenas e áreas protegidas. **Reporter Brasil**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/11/sem-fiscalizacao-da-anm-garimpos-fantasmas-legalizam-ouro-de-terras-indigenas-e-areas-protegidas/>. Acesso em: 28 de janeiro de 2022.

HENRIQUE, Guilherme. Ouro ilegal de terra indígena na Amazônia termina em gigante italiana: operação da Polícia Federal revela organização criminosa que atua no garimpo no sul do Pará. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/02/ouro-ilegal-de-terra-indigena-da-amazonia-termina-em-gigante-italiana.shtml> Acesso em: 11 de fevereiro de 2022.

HIRATA, DANIEL. Letalidade e ilegalismos de negócios em uma tríplice fronteira sul-americana: Primeira aproximação. **Dilemas: revista de estudos de conflitos e controle social**, v. 3, p. 173, 2019.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de expansão paulista**. 4. Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2014.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 4. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- JORNAL NACIONAL. Garimpo ilegal leva milhares de brasileiros a MT. **G1**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/garimpo-ilegal-leva-milhares-de-brasileiros-para-cidade-em-mato-grosso.html>. Acesso em: 04 de setembro de 2020.
- JOFFE, H. “Eu não”, “O meu grupo não”: representações sociais transculturais da AIDS. GUARESCHI, P; JOVCHELOVITCH, S. Textos em representações sociais. 14. ed. Rio de Janeiro: Vozes; 2013.
- JONES, Reece. *Spaces of refusal: Rethinking sovereign power and resistance at the border*. *Annals of the Association of American Geographers*, 2012.
- JOSEPH, Handerson. Diáspora. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 51-78, jan./jun. 2015.
- JOSEPH, Handerson. **Diáspora**. Papéis Selvagens, Rio de Janeiro, 2019.
- LAPLATINE, F. Antropologia da doença. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes; 2004.
- LEITE LOPES, José Sérgio. Fábrica e Vila Operária. Consideração sobre uma Forma de Servidão Burguesa. Leite Lopes et. al. **Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LIMA, Cíntia. O viver e o sobreviver da fronteira paraguai?brasil: mercado, nacionalidade e trabalhadores. **Revista de Ciências Sociais (UFC)**, v. 49, p. 63-92, 2019.
- LOBATO, Sidney. A cidade dos migrantes: migração e urbanização na foz do Amazonas (1944-1964). Porto Velho – RO: EDUFRO, 2016.
- LOMBA, Roni Mayer; SCHWEITZER, Alejandro Fabian; PORTO, Jadson Luís Rebelo. Ordenamento territorial e conflitos por terra no Amapá – Amazônia – Brasil. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, v.25, Ed. Especial., p.1553 -1575, 2020.
- MACHADO, Lia Osório. O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? In: I. Castro *et al* (ed.) **Brasil. Questões Atuais da Reorganização do Território**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.
- MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, 2000.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. Tradução Anton P. Carr e Ligia Cardieri. Coordenação da tradução e apresentação Eunice R. Durham. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- MANSO, Bruno. **A República das Milícias**. Todavia: São Paulo, 2020.
- MANZOLLI, Bruno et al. **Legalidade da produção de ouro no Brasil**. Belo Horizonte Editora IGC/UFMG 2021. Disponível em: [http://www.lagesa.org/wp-content/uploads/documents/Manzolini\\_Rajao\\_21\\_Ilegalidade%20cadeia%20do%20Ouro.pdf](http://www.lagesa.org/wp-content/uploads/documents/Manzolini_Rajao_21_Ilegalidade%20cadeia%20do%20Ouro.pdf).

Acesso em: 27 jan. 2022.

MARINHO, Camila Holanda. **Afetos de rua: culturas juvenis e afetividades nos bastidores da Cidade**. 2012. 241f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2012.

MARTINS, Carmentilla das Chagas. **Para além, através, da fronteira e do acordo: interações sociais no Oiapoque**. 2013. 179 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

MARTINS, Carmentilla; SUPERTI, Eliane; PINTO, Manoel de Jesus. Migração e mobilidade de brasileiros através e além da fronteira Brasil-Guiana Francesa: novas sociabilidades. **Revista Tomo**, n. 27, jul./dez., 2015, p. 361-396.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2. ed. SÃO PAULO: Contexto, 2014.

MARTINS, José de Souza. **Uma sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre**. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do ausente (drama e libertação nas migrações). **TRAVESSIA - Revista do Migrante** – n. 82, jan./abr. 2018.

MAUSS, Marcel. **Ensaio de sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974.

MELO, Luiz. Vítima da COVID-19, morre Altamir Rezende ex-prefeito de Tartarugalzinho. **Diário do Amapá**. Macapá. Disponível em: <https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/vitima-da-covid-19-morre-altamir-rezende-ex-prefeito-de-tartarugalzinho/> Acesso em: 03 de setembro de 2020.

MELO, Luiz. Randolfe defende mais vôos e redução de preços de passagens aéreas. **Diário do Amapá**. Macapá. Disponível em: <https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/randolfe-defende-mais-voos-e-reducao-de-precos-das-passagens-aereas/> Acesso em: 27 de maio de 2020.

MELO, Luiz. Nova rota e mais opções de vôo podem reduzir o preço das passagens áreas no Amapá. **Diário do Amapá**. Macapá. Disponível em: <https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/geral/azul-vai-operar-rota-recife-macap-sem-escalas/> Acesso em: 27 de maio de 2020.

MELO E SOUZA, Antonio Cândido de. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 11. Ed. Editora Ouro Sobre o Azul : Rio de Janeiro, 2014.

MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII–5. ed.** – Rio de Janeiro; Ouro Sobre o Azul, 2017.

MENDES, Lise Maria Carvalho. **Mulheres no garimpo: percepção sobre saúde e doença na fronteira panamazônica**. Orientadora: Rosemary Ferreira de Andrade. 2019. 87 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Departamento de Pós-Graduação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019.



MILLER, Daniel; SLITER, Don. Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 10, n. 21, p. 41-65, jan./jun. 2004.

MILHOMENS Fonseca, GADSON, Paulo. **Cavalo do Vingador**: Ethos da garimpagem na fronteira amazônica franco-brasileira – uma análise sociológica em Oiapoque. Tese: PPGS/UFPB, 2020.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **ESTUDOS AVANÇADOS**. n. 21 (61), 2007.

MISSE, Michel. Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos. **Anuário Antropológico**, 35(2), 89-107, 2010.  
<https://doi.org/10.4000/aa.916>.

MODELLI, Laís. 6 pontos para entender como funciona a extração do ouro no Brasil e por que a fiscalização do garimpo é ineficiente. **G1 Meio Ambiente**. Brasília. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2021/12/01/6-pontos-para-entender-como-funciona-a-extracao-do-ouro-no-brasil-e-por-que-a-fiscalizacao-do-garimpo-e-ineficiente.ghtml>. Acesso em: 25 de janeiro de 2022.

MOURA, Salvador Tavares de. **Serra Pelada**: experiência, memórias e disputas. 2008. 119 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

MOURA, Edenilson Dutra de. **Do Oiapoque ao... vislumbrar da dinâmica territorial urbana na fronteira franco-brasileira**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Ceará. Centro de Ciências. Programa de Pós-graduação em Geografia. Fortaleza, 2021.

NADDI, Beatriz W. Magalhães; BELUCI, Vítor Prevedel. Fronteira México-Estados Unidos: um panorama geral. **Revista InterAção**, v. 7, n. 7, jul/dez 2014.

NAFES, Seles. Especial Calçoene Parte I: o pobre município rico. **Blog do Seles Nafes**. Macapá. Disponível em: <https://selesnafes.com/2020/01/especial-calcoene-parte-i-o-pobre-municipio-rico/>. Acesso em: 06 out. 2020.

NAFES, Seles. Motorista é multado por transportar voadeiras quase três vezes maiores que picape. **Blog do Seles Nafes**. Macapá. Disponível em: <https://selesnafes.com/2020/07/motorista-e-multado-por-transportar-voadeiras-quase-3-vezes-maiores-que-picape/> Acesso em: 30 de julho de 2020.

NAFES, Seles. Defesa tenta prisão especial para promotor Moises. **Blog do Seles Nafes**. Disponível em: <https://selesnafes.com/2017/11/defesa-tenta-prisao-especial-para-promotor-moises/>, 2017. Acesso: 15 ago. 2021.

NASCIMENTO, Reinaldo Coelho do. Ação judicial movida pelo ICMBio pede desativação do distrito e de atividades econômicas da Vila Brasil. **Jornal dos Municípios AP**. Disponível em: <https://www.jornaldosmunicipiosap.com.br/noticia/distrito-de-vila-brasil>. Acesso em: 12 fev. 2022.

NASCIMENTO, LCN; SOUZA, TV; OLIVEIRA, ECS; MORAES, JRMM; AGUIAR, RCB; SILVA, LF. Theoretical saturation in qualitative research: na experience report in interview with school children. **RevBrasEnferm**. 2018; 71(1):243-8. doi:10.1590/0034-7167-2016-0616.

NASCIMENTO, Oscarito Antunes do; TOSTES, José Alberto. Oiapoque – Aqui começa o Brasil: as perspectivas de desenvolvimento a partir da BR-156 e da Ponte Binacional entre o Amapá e a Guiana Francesa. *In*: CONGRESSO CIENTÍFICO DA ANPPAS, Brasília. **Anais**

[...]. Brasília: ANPPAS, 2008. p. 1-11

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo social: revista de sociologia da USP**. v. 19, n. 1. p. 287-308, 2006.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. **Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas**: itinerários e emaranhamentos envolvendo garimpeiros no Suriname. Tese – (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ORGANISATION MONDIALE DE PROTECTION DE LA NATURE. Dossier de presse:L'orpaillageil légalen Guyane: Fléauma jeur pour La forêt, l'eau et la santé humaine[internet]. [Acesso em 26 jun 2020]. Disponível em: <http://documentation.outremer.gouv.fr/Record.htm?idlist=1&record=19101265124919294479>.

OSÓRIO, Luiz Felipe; BERNER, Vanessa. MIGRAÇÃO, DIREITO E CAPITALISMO. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 7, n. 17, mai./ago., 2021.

PACHECO, John. Impostos e escassez de voos elevam preço de tarifas entre Macapá e Belém. **G1 Amapá**. Macapá. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/10/impuestos-e-escassez-de-voos-elevampreco-de-tarifas-entre-macapá-e-belem.html> Acessado em: 27 de maio de 2020.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. As dinâmicas do monopólio da violência e do controle em um território transfronteiriço e amazônico. **Tempo da ciência**, Toledo, v. 23. n. 46, p. 27 -37, jul. / dez.2016.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. Nas margens do Estado-nação: as falas da violência na tríplice fronteira amazônica. **Tomo**. n. 27 jul/dez. 2015.

PAIVA, Luiz Fábio S. As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (online)**, v. 34, p. 1-19, 2018.

PALHARES, José Mauro. Educação ambiental e sustentabilidade: o caso de Vila Brasil no município de Oiapoque Amapá - Brasil.REDE – **Revista Eletrônica do PRODEMA**, v. 10,n. 2,2016, p. 108-119.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Os comícios e a política de facções. In: **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

PALMEIRA, Moacir.; BARREIRA, César. (org.). **Política no Brasil**: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2006.

PICCIN, M. B. Famílias da elite rural estancieira do Rio Grande do Sul: meios de interação social e cultural e estratégias matrimoniais e sucessorais de reprodução social. In: **Repocs**, v.17, n.33, jan./jun. 2020.

PINTO, Manoel de Jesus. **O Fetiche do Emprego**: um estudo sobre as relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa. Tese (Doutorado) - NAEA/Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

PINTO, Manoel de Jesus; DIAS, Jorge Lucas de Oliveira. A migração brasileira para a Guiana Francesa: perspectivas atuais. **Revista del CESLA**. núm. 22, pp. 153-178, 2020.

PORTO, Jadson Luis Rebelo. **As estratégias recentes de desenvolvimento no Amapá**: das instalações da ICOMI à implantação da Área de Livre Comércio. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. (Dissertação de Mestrado).

PORTO, Jadson Luis Rebelo. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)**. 2002. 206p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285491>.

RAQUEL, Martha. Como o ouro ilegal do garimpo se torna legal? A palavra basta. **Rede Brasil Atual**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2021/04/como-o-ouro-ilegal-do-garimpo-se-torna-legal-a-palavra-basta/>. Acesso em: 28 de janeiro de 2022.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Petrópolis, Editora Vozes, 1977.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. **Questões de limites: Guiana Francesa – Brasília** : Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

ROMANI, Carlo. A história entre o oficial e o lendário: interações culturais no Oiapoque. **Antíteses**, vol. 3, n. 5, jan.-jun. de 2010, pp. 145-169. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>.

ROMANI, Carlo. Clevelândia, Oiapoque: cartografias e heterotopias na década de 1920. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 3, p. 501-524, set.-dez. 2011.

RABOSSI, Fernando. Desconfianças, entendimentos e preconceitos: algumas reflexões do outro lado da fronteira. **Revista Antropolítica**, n. 39, Niterói, p.284-303, 2. sem. 2015.

RABOSSI, Fernando. *La contrebande au Brésil. Problèmes de Société. Statistique et Société*, vol. 7, n° 1 | [www.statistique-et-societe.fr](http://www.statistique-et-societe.fr) © Société Française de Statistique (SFdS), Juin/June 2019.

RABOSSI, Fernando. Tempo e movimento em um mercado de fronteira: *Ciudad del Este*, Paraguai. **Revista Sociologia e Antropologia**, v. 5, p. 405-433, 2015.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Garimpeiros. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, Outubro-Dezembro de 1942.

RODRIGUES GUIMARÃES, Ana Cristina. ¿Será Bourdieu utilitarista? **Trabajo y Sociedad** .n° 20, Verano, Santiago del Estero, Argentina, 2013.

RODRIGUEZ-MORALES, AJ; GALLEGOS, V; ESCALERA-ANTEZANA, JP; MÉNDEZ, CA; ZAMBRANO, LI; FRANCO-PAREDES, C. *et al* .Travel Medicine and Infectious Disease COVID-19 in Latin America: The implications of the first confirmed case in-Brazil. *Travel Med Infect Dis*. 2020. doi: 10.1016 / j.tmaid.2020.101613.

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Guerra, mundão e consideração: uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz**. Fortaleza, Tese de Doutorado / Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS, 2010.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SALES, Herberto. **Cascalho**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. SARNEY, José. **Saraminda**. São Paulo: LEYA, 2014.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os Paradoxos da Alteridade** – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- SERRA PELADA. Direção: Heitor Dahlia. [Rio de Janeiro]. Globo Filmes, 2013.
- SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. **Vilas de índios no Ceará Grande: Dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino** – Campinas, SP : Pontes Editores, 2005.
- SILVA, Gutemberg. **Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira: entre os ditames globais e a articulação local** – Macapá: UNIFAP. 2013.
- SILVA, Gutemberg. **Oiapoque: potencialidades e caminhos neste século XXI** – Macapá: UNIFAP, 2014.
- SILVA, Joaquim Caetano da. **O Oiapoque e o Amazonas: questão brasileira e francesa; tradução de Ana Paula Leitão e Marlene da Silva Furtado Mendonça** – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.
- SILVA, C. N.; REIS, J. F. G. ; PALHETA DA SILVA, J. M. ; PORTO, J.L.R. ; LIMA, R. A. P. . Uso do território e implicações socioterritoriais da mineração no Município de Barcarena (Pará - Brasil): População, arrecadação e segurança pública. **Espacios (Caracas)**, v. 38, p. 24-38, 2017.
- SILVA, I. C.; FILOCREÃO, A.S.M. Sustentabilidade dos sistemas de uso da terra praticados no assentamento agroextrativista do Anauerapucu-AP. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 4, p. 121, 2017.
- SILVA NETO, Antonio Sabino da. **A disputa pelo troféu da segurança pública: uma análise sobre os policiais militares nas eleições de 2014 no Ceará**. 2016. 138f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2016.
- SILVA NETO, A. S.; LANDIM NETO, F. O. Conflitos socioambientais entre a comunidade da sede distrital de Vila Brasil, Oiapoque – Amapá e o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque: a fronteira franco-brasileira em debate. **REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA**, Fortaleza, v. 11, n. 1, dez. 2017.
- SILVA NETO, Antonio Sabino da; SÁ, Leonardo Damasceno de. A terceira margem do Rio Oiapoque: comércio e garimpo na fronteira franco-brasileira. In: **REPOCS**, v.16, n.32, ago./dez. 2019. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/13244/7339>.
- SIMMEL, Georg. **Sociologia: Estudios sobre las formas de socialización**. Madrid: Alianza Editorial. 1977.
- SOARES, Simone Simões F. **O jogo do bicho: a saga de um fato social brasileiro**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.
- SOUSA, Henrique Cáper Alves de. O ouro e a vida nalgumas regiões do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano II, nº 1, janeiro de 1940.
- SOUSA, Rafael Benevides. A beira do rio, a beira da estrada e a conformação do território camponês no nordeste paraense. **Ensaios de Geografia**, v. 4, p. 7-25, 2015.
- SOUZA, Ednardo. **Ingazeiras**. Fortaleza, 1976.
- SONTAG, S. Aids and its metaphors. Londres: Allen Lane; 1989.

TASSINARI, A. M. I.; VIDAL, L. **Contribuição à história e à etnografia do baixo Oiapoque**: a composição das famílias Karipuna e a estruturação das redes de troca. 1998. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

TEDESCO, Letícia da Luz. **No trecho dos garimpos**: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica / Leticia da Luz Tedesco. Amsterdam, 2015.

TELLES, Vera da Silva. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. **Dilemas**, v. 2, p. 97-126, 2010.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Tempo Social (USP. Impresso)**, v. 22, p. 39-59, 2010.

THEIJE, M; HEEMSKERK, M. **Moving Frontiers in the Amazon: Brazilian Small-Scale Gold Miners in Suriname**. *European Review of Latin American and Caribbean Studies*. 2009;87: 3-23. doi: 10.18352/erlacs.9600.

TONETE, Leandro Ribeiro. A fronteira de Frederick Jackson Turner. Uma nova história, uma nova historiografia. **Revista Latino-Americana de História**. v. 5, n. 16, dez. 2016.

TOSTES, José Alberto. **Em busca do plano perdido**. 1. ed. João Pessoa: Sal da Terra, 2016.

TOSTES, José Alberto; FERREIRA, José Francisco Carvalho. O corredor transfronteiriço: interação e integração entre o Amapá e a Guiana Francesa. **Revista Científica ANAP Brasil**, v. 8, n. 11, 2017.

TOSTES, José Alberto. **Planejamento urbano regional no estado do Amapá**. 1. ed. Macapá: Unifap, 2018.

TOURNEAU, François-Michel Le. *Brazilian illegal gold miners resilience in French Guiana: The garimpo as an economic and social system..* **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, CEDLA, 2021.

TURNER, Frederick Jackson. O Significado da Fronteira na História Americana. In: KNAUSS, Paulo (org.) **Oeste Americano**: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner. Niterói: EdUFF, 2004.

UOL. Comandante não avisou que afundaríamos, diz sobrevivente de naufrágio no AP. **UOL Cotidiano**. São Paulo. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/03/04/sobrevivente-de-naufragio-no-ap-relata-detalhes-da-tragedia.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 21 jul. 2020.

UOL. Corrida do ouro na Amazônia: garimpo ilegal ameaça povo Ianomami. **UOL**. São Paulo. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/06/26/corrida-do-ouro-na-amazonia-garimpo-ilegal-ameaca-povo-ianomami.htm> Acesso em: 02 de setembro de 2020.

VARGAS, Joana D; AQUINO, Jania Perla D. Garimpos de ouro na fronteira franco-brasileira: conexões entre o legal e o ilegal. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.** – Rio de Janeiro – Edição Especial n. 3, 2019.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: Gilberto Velho. **Individualismo e cultura**, Editora UFRJ, 1978.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de

Pesquisas Sociais, 2009.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 1991.

WEBER, Max. Ciência como vocação. In: WEBER, Max. **Três tipos de poder e outros escritos**, Tribuna da História, Lisboa, 2005.

WEBER, Max. **História Geral da Economia**. Tradução: Klaus Von Puschen, 1. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Director call stocontain spread of COVID-19 in vulnerable populations in border areas[internet].[Acesso 26 jun 2020]. Disponível em: [http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=exibir\\_noticia&idnoticia=18273](http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=exibir_noticia&idnoticia=18273)

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

WU, F; ZHAO, S; YU, B. A new coronavirus associated with human respiratory disease in China. *Nature*. 2020; 579:265-269. doi: 10.1038/s41586-020-2008-3.

ZAGHETTO, Sonia. **História de Oiapoque**: com arquivo e memórias de Rocque Pennafort. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

ZÁRATE BOTÍA, Carlos G. LA AMAZONIA DE LOS CÓNSULES: EL ESTADO EN LA FRONTERA, 1880-1930 **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, núm. 33, 2006.

ZÁRATE BOTÍA, Carlos Gilberto Estado, conflictos ambientales y violencia en la frontera Amazónica de Brasil, Colombia y Perú. **Revista de Paz y Conflictos**, v. 10, n. 1, 2017.